


CÉLIA CARMEM MARTINSON LAZZARINI



**A ESCOLA TEUTO-BRASILEIRA NA ZONA RURAL
E A PARTICIPAÇÃO DA IGREJA EVANGÉLICA
NO PROCESSO ESCOLAR COMUNITÁRIO
BOM RETIRO - JOAÇABA - SC (1917 a 1938)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Arlene Renk

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Serlei M. Fischer Ranzi

CURITIBA

2002

CÉLIA CARMEM MARTINSON LAZZARINI

**A ESCOLA TEUTO-BRASILEIRA NA ZONA RURAL
E A PARTICIPAÇÃO DA IGREJA EVANGÉLICA
NO PROCESSO ESCOLAR COMUNITÁRIO
BOM RETIRO - JOAÇABA - SC (1917 a 1938)**

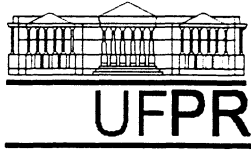
Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do grau de Mestre em
Educação, Programa de Pós-Graduação em
Educação, Setor de Educação, Universidade
Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Arlene Renk

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Serlei M.
Fischer Ranzi

CURITIBA

2002



PARECER

Defesa de Dissertação de **CÉLIA CARMEM MARTINSON LAZZARINI** para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO.

Os abaixo-assinados, DR^a ARLENE ANÉLIA RENK; DR. JORGE LUIZ DA CUNHA E DR^a SERLEI MARIA FISCHER RANZI argüiram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: “ A ESCOLA TEUTO-BRASILEIRA NA ZONA RURAL E A PARTICIPAÇÃO DA IGREJA EVANGÉLICA NO PROCESSO ESCOLAR COMUNITÁRIO BOM RETIRO – JOAÇABA – SC (1917-1938)”.

Procedida a argüição, segundo o Protocolo, aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está apta ao Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

Professores

Apreciação

DR^a ARLENE ANÉLIA RENK (Presidente)

Arlene Anélia Renk

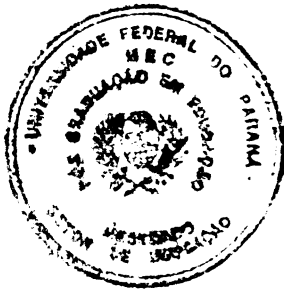
DR. JORGE LUIZ DA CUNHA (Membro Titular)

Jorge Luiz da Cunha

DR^a SERLEI MARIA FISCHER RANZI (Membro Titular)

Serlei Maria Fischer Ranzi

Curitiba, 14 de junho de 2002



Carlos Eduardo Viêira
Prof. Dr. Carlos Eduardo Viêira
Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em Educação

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela coragem e inspiração.

À Prof.^a Dr.^a Arlene Renk, pela credibilidade e orientação, mas principalmente pela oportunidade de poder partilhar um pouco de seu saber.

À Prof.^a Dr.^a Serlei Maria Fischer Ranzi, pela orientação crítica, pelas sugestões no decorrer da pesquisa, principalmente nas aulas sobre Memória e História e exame de qualificação, os quais se constituíram em sustentáculo para este trabalho.

Ao professor Dr. Phil. Jorge Luiz da Cunha, pela importante contribuição feita por ocasião do exame de qualificação.

Aos demais professores, Dr. Carlos Eduardo Vieira, Dr. Marcus Levy Bencostta, Dr.^a Regina Maria Michelotto, Dr.^a Ana Maria Burmester e Dr.^a Tânia M. Braga, pelos ensinamentos.

Aos colegas de curso, em especial Maria Lúcia de Andrade, Ana Lúcia Martins e Denilson R. Shema, pela amizade, companheirismo e troca de experiências.

A Regina Schimmelpfeng, pela amizade e troca de experiências nesta trajetória.

À capes, pelo auxílio financeiro, o qual possibilitou a realização desta pesquisa.

Aos ex-alunos teuto-brasileiros depoentes, que permitiram adentrar em seus lares e nas memórias da vida estudantil, pela importante contribuição na execução deste trabalho.

Ao pastor Gerson Kappel, da Igreja Luterana (IECLB), da Paróquia de Luzerna, pela permissão em acessar os arquivos históricos daquela instituição, e à secretária Raquel Deirich, pela sua gentil colaboração.

Ao professor Dr. Adelar Heinsfeld, pelo empréstimo de materiais bibliográficos de seu acervo particular.

Ao pastor Wilfried Hasenack, pelo incentivo e acesoramento na seleção das fontes eclesíásticas em língua alemã, do Arquivo Histórico da Escola Superior de Teologia de São Leopoldo-RS.

A Wilson Kaiser, tradutor oficial das fontes eclesíásticas alemãs referenciadas neste trabalho.

À direção, coordenação e professores da Escola São Francisco de Luzerna -SC, pela importante contribuição no processo de levantamento de fontes, principalmente a oral e iconográfica. Agradecimento que se estende a todas as pessoas, as quais seria impossível nominar aqui, com quem mantive contato e que de alguma forma contribuíram na concretização deste trabalho. A cada uma delas deixo meu sincero agradecimento.

A Marilda Saccol pela injeção de ânimo. Neste agradecimento, incluo todos os meus amigos, principalmente aqueles com quem convivi no decorrer deste período, que compartilharam comigo este momento, o qual não se resume apenas numa etapa de vida acadêmica.

À minha família, pelo incentivo e presença amiga.

A Sérgio Lazzarini pelo incentivo.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	vi
LISTA DE FIGURAS	vi
RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
INTRODUÇÃO	1
1 O DESENCADEAMENTO DO PROCESSO ESCOLAR COMUNITÁRIO TEUTO-BRASILEIRO	23
1.1 ENTRANDO NAS TERRAS DE NOVA COLONIZAÇÃO – JOAÇABA, 1917-1938.....	23
1.2 A ESCOLA TEUTO-BRASILEIRA: ESPAÇO DE AÇÃO PASTORAL.....	29
1.3 PANORAMA DA ESCOLA CATARINENSE.....	40
1.4 A ESCOLA TEUTA NO VALE DO RIO DO PEIXE.....	47
1.5 LUTERANISMO E EDUCAÇÃO NAS NOVAS COLÔNIAS.....	54
2 CULTURA ESCOLAR TEUTO-BRASILEIRA NO CONTEXTO EVANGÉLICO JOAÇABENSE	68
2.1 TEMPO ESCOLAR.....	87
2.2 O PROFESSOR, ATOR E AGENTE SOCIAL NA COLÔNIA BOM RETIRO.....	100
3 NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO NO ESTADO CATARINENSE: REFLEXOS NA ESCOLA TEUTO-BRASILEIRA LOCAL	120
3.1 A INTERRUPTÃO DO TRABALHO EDUCACIONAL NA COMUNIDADE EVANGÉLICA.....	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
REFERÊNCIAS	159
ANEXO 1 - HISTÓRICO DA IGREJA EVANGÉLICA: PARÓQUIA RIO DO PEIXE E DE BOM RETIRO (1962)	167
ANEXO 2 - QUESTIONÁRIO SOBRE A ESCOLA ALEMÃ NO BRASIL: DO INSTITUTO MARTIUS-STADEN - SÃO PAULO - ESCOLA CATÓLICA DE BOM RETIRO (1930)	174
ANEXO 3 - MATÉRIA NO JORNAL CIDADELA DE JOAÇABA: INICIATIVA ESCOLAR GERMÂNICA (1979)	177

ANEXO 4 - ESBOÇO DE MAPA: ABRANGÊNCIA E DIVISÃO ECLESIAÍSTICA DO SÍNODO RIOGRANDENSE NA REGIÃO OESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (VALE DO RIO DO PEIXE).....	179
ANEXO 5 - ESTATUTO DA SOCIEDADE ESCOLAR TEUTO-BRASILEIRA DE LEÃOZINHO NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (1935).....	181
ANEXO 6 - ESTATUTO DA SOCIEDADE ESCOLAR TEUTO-BRASILEIRA DE VEADAS NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (1932).....	184
ANEXO 7 - ESTATUTO DA COMUNIDADE EVANGÉLICA DE VEADO NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (1945).....	187
ANEXO 8 - ESTATUTO DA COMUNIDADE EVANGÉLICA ALEMÃ DE LEÃOZINHO, NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (1941).....	190
ANEXO 9 - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	193

LISTA DE QUADROS

1	REGISTRO DOS ESTATUTOS DAS SOCIEDADES ESCOLARES	48
2	REGISTRO DOS ESTATUTOS DAS COMUNIDADES ECLESIAÍSTICAS	48
3	ESTATÍSTICA DAS ESCOLAS DA PARÓQUIA RIO DO PEIXE(1)	90
4	ESTATÍSTICA DAS ESCOLAS DA PARÓQUIA RIO DO PEIXE(1)	108
5	ESTATÍSTICA DAS ESCOLAS DA PARÓQUIA RIO DO PEIXE	124

LISTA DE FIGURAS

1	JOAÇABA - 1916.....	27
2	ESCOLA/TEMPLO DE BOM RETIRO	71
3	IGREJA EVANGÉLICA NA SEDE BOM RETIRO	76
4	ESCOLA/TEMPLO NA COMUNIDADE DE VEADAS	77
5	IGREJA CATÓLICA DE VEADAS - 1931	78
6	IGREJA/ESCOLA CATÓLICA DE VEADAS	110

RESUMO

O estudo trata da escola elementar teuto-brasileira na comunidade evangélica (atual IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil) da colônia Bom Retiro, município de Joaçaba - SC, entre 1917 e 1938, período em que ocorreu o processo de abertura da escola elementar e o avanço progressivo da escola pública no estado catarinense, em função da campanha de nacionalização do ensino. Neste sentido, para substantivar a cultura escolar, aborda o vínculo entre o contexto religioso, a igreja evangélica e o processo educativo. Dentre os elementos da cultura escolar daquele meio, trata de questões relacionadas ao processo de abertura da escola, às suas motivações, à organização e à finalidade da escola. Além disso, caracteriza o espaço escolar e a funcionalidade da escola na vida da comunidade, indicando a interrupção daquela modalidade de escola, no município de Joaçaba, em função do avanço progressivo da escola pública catarinense.

Palavras-chave: educação, cultura, colonização, cultura escolar.

ABSTRACT

The study is about the German-Brazilian communitarian elementary school in the Evangelical community (currently Evangelical Church of Luteran Confession of Brazil), in Bom Retiro colony, in Joaçaba County, and was performed between 1917 to 1938, the period when the opening process of the elementary school happens and the progressive advance of the public school in the State of Santa Catarina on account of the teaching nationalization campaign. In this sense, it is necessary to point out the scholar culture and the link with the religious context, the Evangelical Church, and the educational process. The process with the school opening, its motivation, its re-organization and its rules are among the elements of the scholar culture in that reality. It characterizes the scholar space, the school functionality in the community life, indicating the interruption of that school modality in Joaçaba County due to the progressive advance of public school in the State of Santa Catarina.

Key-words: education, culture, colonization, scholar culture.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a escola teuto-brasileira e sua cultura escolar. Investiga o processo de abertura e funcionamento da escola elementar na zona rural do município de Joaçaba-SC,¹ no período de 1917 a 1938, a partir da presença germânica e de seus descendentes durante a colonização do município, cuja temática será objeto do primeiro capítulo. Dentre as iniciativas escolares, focaliza a participação do então Sínodo Riograndense (atual IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil) naquele empreendimento educacional.

Em princípio, a motivação pela temática da "escola teuto-brasileira" nasceu da tomada de conhecimento da presença germânica na colonização do município de Joaçaba. Surgiu a indagação: se houve a participação germânica na colonização do município, essa presença corresponderia à abertura de escolas nas comunidades,² tal como enfatizada por autores que versam sobre a temática?

Cabe lembrar que, ainda em 1916, no ensino público catarinense, havia o predomínio de escolas mantidas pela iniciativa particular. Diante da ausência ou precariedade da escola pública local, entre 1917 a 1938, cabe perguntar se esta teria gerado a necessidade dos próprios migrantes providenciarem a abertura de escolas, de forma similar aos que aportaram ao Estado brasileiro nos idos de 1824 e desencadearam o processo de abertura de escolas. É preciso também levar em

¹O município de Joaçaba, criado em 1917 teve diferentes denominações, dentre elas Cruzeiro. Em 1943, passou a denominar-se Joaçaba, nome que em tupi-guarani, que significa cruzeiro. Neste texto, será utilizado o topônimo Joaçaba, independentemente da cronologia.

²Ao mesmo tempo em que ocupavam novas fronteiras de colonização, garantiam antes de mais nada a instalação de uma escola. Antes mesmo de pensar em construir uma igreja tratavam de edificar uma escola, a qual não poucas vezes, servia de local provisório para o culto". (RAMBO, 1994, p. 18). E "as associações e as diretorias escolares que foram organizadas, desde o início (1824), ofereceram aos padres católicos e aos pastores protestantes a base logística para organizarem a contrapartida também no plano eclesiástico e pastoral". (1993, p. 51).

conta o desenvolvimento da escola teuta, de forma particular no estado do Rio Grande do Sul, a partir da metade do século XIX, que inicialmente era comunitária.

Neste sentido, os migrantes, oriundos principalmente do Estado do Rio Grande do Sul, deslocavam-se para a nova região de colonização, trazendo em seu histórico a participação no processo de criação de escolas, inclusive em simbiose com outras instâncias, principalmente as igrejas católica e luterana, na fomentação do processo escolar. Essas igrejas apresentavam divisão e concorrência entre os sínodos. De um lado, o Sínodo Riograndense, no caso da imigração de protestantes no Brasil, fazia o papel de um protestantismo de imigração, vinculando fé e germanismo. Uma de suas características era a associação da língua alemã ao protestantismo. Em 1903, filiou-se à Igreja Territorial Prussiana (WILLEMS, 1980). De outro lado, havia o Sínodo Missouri, criado pelos alemães que emigraram para os Estados Unidos, o qual fazia a pregação em português e em alemão, com tendência expansionista de conversão. Entraram no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XIX (ROCHE, 1969) e, posteriormente, no oeste catarinense. Atualmente, nomina-se Igreja Evangélica Luterana do Brasil - IELB.

Desta forma para compreensão do desenvolvimento do processo escolar teuto-brasileiro comunitário local, recorre-se a vários autores que versam sobre a temática. Dentre eles, Schaden (1968), destacando que as escolas eram mantidas pelas próprias comunidades de colonização, logo comunitárias.

Nesta direção, Rambo (1994) subsidia o estudo, ao apresentar as várias fases na evolução histórica da escola teuto-brasileira no Estado do Rio Grande do Sul, escola esta que serve como parâmetro para a compreensão do contexto catarinense e local.

Além disso, Kreutz (1994; 1991) contextualiza historicamente o momento em que a igreja católica, no Estado do Rio Grande do Sul, investiu no processo escolar comunitário. Em seu estudo mais recente, a iniciativa escolar nas comunidades de imigrantes, como a dos alemães, não foi uma iniciativa isolada. "Ao contrário, não obstante serem assumidas pelas respectivas comunidades de

imigrantes, elas estavam vinculadas a uma instância maior, na qual se promoviam a coordenação e a animação do processo escolar com todo um conjunto de estruturas de apoio, sempre em inter-relação com outras instâncias socioculturais das respectivas etnias". (KREUTZ, 2000, p. 162).

Dreher (1984) e Hoppen (1986) subsidiam a análise do desenvolvimento do processo escolar teuto-brasileiro comunitário e confessional, relativos, especificamente, às iniciativas escolares das colônias alemãs evangélicas, subsidia a análise. E Meyer (2000) permite avançar na compreensão da temática da escola teuto-brasileira, sobretudo ao destacar que várias foram as representações em torno da escola teuto-brasileira, como, por exemplo, a da escola evangélica e da identidade docente nela instituída. Sobre a importância da escola imprensa e igreja entre os imigrantes alemães, servem como base os estudos de Seyferth (1990; 1982) e Paiva (1987).

Neste perspectiva, a análise do estudo é relacional, isto é, aborda a escola teuta em relação à própria igreja, observando os nexos da educação na região do Vale do Rio do Peixe, no estado catarinense, e envolvendo também a colonização e a igreja do Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas do século XX.

Para compreender a condição do ensino público catarinense, e estabelecer os nexos com a realidade local, utilizou-se como base principal a abordagem de Fiori (1991), ao apresentar, a panorâmica do ensino público catarinense com as principais características do seu sistema educacional, desde o período imperial, adentrando ao republicano, e ao tratar da política de assimilação cultural, promovida pelo estado catarinense. Já para o entendimento da campanha de nacionalização do ensino, principalmente das medidas restritivas, que autorizavam a intervenção do governo estadual nas escolas das comunidades de imigrantes, deram subsídios Monteiro (1984) e Luna (2000).

Desta forma, a constatação de que a temática da escola teuto-brasileira local havia sido até então inexplorada foi o ponto de partida do processo investigativo. O esforço, em primeira instância, foi na identificação, da presença, ou

não, de iniciativas escolares promovidas pela presença germânica. O início da investigação foi dificultado em função da inexistência de produções locais voltadas exclusivamente às escolas para servir de âncora. No entanto, não devem deixar de ser enfatizados os estudos locais de Heinsfeld (1996), Hack (1996) e Radin (1996), dentre outros³ que versam sobre aspectos relacionados ao processo migratório e instalação do contingente germânico no município. Esses estudos foram fundamentais ao suporte histórico, indo ao encontro da afirmação de Kreutz (2000, p. 159), de que, para "entender a dinâmica do processo escolar dos migrantes é preciso estar atento não apenas para as diferenciações entre as etnias, mas também para a dinâmica de sua inserção no Brasil". O mesmo vale para o caso específico do município de Joaçaba.

No processo investigativo, primeiramente, houve uma visita às Igrejas locais,⁴ católicas e protestantes, decorrente do prévio conhecimento de estudos que versavam sobre a relação da escola teuto-brasileira e a Igreja, dentre os quais destacaram-se os de Roche (1969), Kreutz (1991) e Rambo (1994).

³No processo da investigação, novas produções versam sobre a presença germânica. Destacam-se: Neves (2000), cujo trabalho centrou-se na recuperação da memória e identificação dos fatores que motivaram a presença desses migrantes no Alto Vale do Rio do Peixe e afirma que as escolas eram construídas e mantidas com os meios pecuniários próprios. Outro estudo, o de Bleichuvel (2000), dentre outros, objetiva compreender o processo da Campanha de Nacionalização no período do Estado Novo. Analisou duas instituições, a Escola e a Igreja, no Vale do Rio do Peixe. Aponta a participação da Igreja Luterana no trabalho escolar e eclesiástico como iniciativas paralelas. Ainda, a posterior localização do estudo de Lopes (1997), se constitui de fundamental importância como subsídio para o entendimento de várias questões referentes ao desenvolvimento do processo escolar teuto-brasileiro no Baixo Vale do Rio do Peixe. Estes estudos vieram a contribuir e enfatizar a necessidade da continuidade do investimento da temática de pesquisa.

⁴Cabe registrar informação dada no princípio da realização desta pesquisa, sobre a *escola teuta local*, quando, no ano 2000, mantido contato com o pastor da IELB e com a direção daquele estabelecimento de ensino, atual Colégio Santíssima Trindade, foi informado de que naquele educandário não havia documentação que permitisse a pesquisa. Na ocasião foi fornecida gentilmente uma cópia sobre o histórico da inserção da igreja em 1925 e da abertura do posterior educandário em 1957. Já na igreja católica de Luzerna, não havia registros da participação daquela instituição no processo escolar comunitário teuto-brasileiro, conforme informou, na ocasião da visita da pesquisadora, o pároco daquela igreja.

Apenas a igreja evangélica⁵ IECLB – no princípio da investigação, apresentou indícios da participação no trabalho escolar. Foi localizado, no acervo daquela instituição, um relatório⁶ datilografado em língua alemã, datado de 1962, no qual Hans Spieweck⁷ apresenta um extrato da crônica da Paróquia do Rio do Peixe e da comunidade e posterior Paróquia de Luzerna. O autor fala da trajetória da instituição e de questões relacionadas às respectivas escolas nas comunidades em que houve a presença da igreja evangélica. Essas informações foram de fundamental importância como sinalizadoras da participação daquela instituição no processo escolar teuto-brasileiro comunitário.

Um outro passo foi a visita-consulta feita ao Instituto Martius-Staden, no estado de São Paulo, no decorrer de 2000. Junto àquela instituição foi confirmada a abertura de um número significativo de escolas teutas na nova região de colonização, sendo que algumas pertenciam ao Vale do Rio do Peixe. Em relação ao funcionamento de escolas teutas no município de Joaçaba, foi localizado o registro de apenas uma escola.⁸ Um fato que chamou a atenção foi a constatação de uma escola que se identificava como católica e que estava em funcionamento aproximadamente desde 1924, na sede da colônia, em Bom Retiro.

A presença dessa escola instigou a investigação, pois até então não havia indício explícito de registro da participação daquela organização religiosa no

⁵A denominação "Evangélica" diz respeito à origem da Igreja na reforma alemã. Neste sentido consultar: Dreher, 1997.

⁶O documento, composto por seis páginas, trata-se de uma produção sobre a Igreja Evangélica no Vale do Rio do Peixe, pautada no uso de fonte eclesiástica, anterior ao apresentado por (PAGANELLI, s/d). In anexo.

⁷Hans Spieweck era representante do Consulado da Alemanha no município de Joaçaba, em 1942, e, posteriormente, a partir de 1952. (QUEIROZ, 1967).

⁸Escola que se identificava como católica, funcionava no seguinte endereço: "Bom Retiro, km 527". O questionário foi preenchido por Bernardo Sieberichs, em 10 de fevereiro de 1930 e era intitulado "Questionário Sobre a Escola Alemã no Brasil fornecido por P. Georg Schmeling, Estância Velha (via Novo Hamburgo) – Pe. Th. Amstad S.J., São Leopoldo (Seminário) – Rotermond & Co., S. Leopoldo". Tradução de Wilson Kaiser. Cf. In anexo.

processo escolar comunitário. Por que uma escola que se identificava como católica, contradizendo os registros de então, que indicavam somente o funcionamento de uma escola na comunidade evangélica, na sede da colônia Bom Retiro? Por que apenas aquele registro?

Outros locais foram visitados para o levantamento de fonte documental, como repartições públicas, bibliotecas, Secretaria Municipal de Educação de Luzerna/Bom Retiro e do município de Joaçaba, escolas municipais e estaduais, Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca e estúdio fotográfico. De modo geral, para a questão que estava sendo investigada, na Secretaria da Educação e Escola São Francisco de Luzerna, foram dadas algumas coordenadas para futuros contatos com ex-professores que atuaram nas comunidades em que houve a presença de migrantes teutos; informações basilares que permitiram, ao mesmo tempo, a inserção naquele contexto e a possibilidade de alargamento da fonte oral, através da localização de ex-alunos teutos que estudaram naquele período.

Já no cartório local, foi verificada a ocorrência de registros de estatutos relacionados às escolas teutas do período em questão. No início, houve a afirmativa de que não se tinha conhecimento de tais registros, pois, ao longo do funcionamento daquela repartição, nunca havia sido solicitado este tipo de documentação. No entanto, foi encontrado um livro praticamente inutilizado, o qual foi consultado mais por curiosidade que por bases concretas. Ao iniciar o manuseio do documento, encontrou-se um número significativo de registros de sociedades escolares, comunidades eclesíásticas, dentre outras iniciativas germânicas locais, não apenas referentes ao atual município de Joaçaba, mas no âmbito da comarca criada em 1917, que estiveram em funcionamento e foram registrados ao longo da década de 30 do século XX.

De posse da nova documentação, em relação ao processo escolar, chamou a atenção o fato de que o funcionamento de escolas teuto-brasileiras, no município de Joaçaba, não era restrito unicamente à igreja evangélica – então

Sínodo Riograndense –, mas às demais instituições religiosas, como a da comunidade católica.

Nesse sentido, a ocorrência de iniciativas escolares teutas fora confirmada. Entretanto, ocorreu um descompasso nas informações referentes ao desenvolvimento do processo escolar: os estatutos das sociedades escolares traziam o registro desarticulado da comunidade eclesial, como o caso das escolas nas comunidades evangélicas. No entanto, outros estatutos traziam a articulação da comunidade eclesial e escolar no mesmo documento.

Por outro lado, os depoimentos de ex-alunos, descendentes de alemães, que haviam estudado num daqueles estabelecimentos de ensino, indicam que a escola era comunitária, não tendo nenhum vínculo com as respectivas igrejas.

Ao observar o impasse nas informações e tomando como base o relatório de Spieweck (1962), que utilizou-se de fontes eclesiais, surgiu a idéia de localizar outros dados nos arquivos da igreja evangélica. Desta forma, o Arquivo⁹ Histórico da Escola Superior de Teologia, em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, foi adotado como uma das fontes de pesquisa.

Ao acessar a fonte documental eclesial da atual IECLB, referente ao município de Joaçaba, foram encontrados registros históricos da paróquia. Constatou-se que uma das pautas daqueles registros referia-se ao desenvolvimento da escola, dando destaque para vários aspectos, como a indicação de quem era o professor, a questão dos terrenos, dentre outros.

Raro era o documento eclesial em que não se fazia menção à escola teuta elementar. Os registros só não eram tão detalhados cronologicamente devido

⁹Importante destacar, além da localização de fonte eclesial significativa referente à paróquia evangélica de Joaçaba, outro importante documento histórico foi localizado, denominado "Paróquia Evangélica de Luzerna – sua origem e desenvolvimento – 1926–1976", de autoria do pastor Arno Paganelli. O documento foi elaborado quando da comemoração do Jubileu de Ouro da paróquia de Luzerna, celebrado segundo informa o autor no dia 12 de setembro de 1976. O material corresponde a 11 páginas. É fundamental destacar, segundo foi possível apurar, sobre a história da paróquia Evangélica no município de Joaçaba, que esta é a única fonte documental que se encontra nos arquivos daquela instituição em São Leopoldo.

aos percalços que as comunidades enfrentaram em relação ao atendimento eclesial. Havia troca freqüente de párocos e as comunidades eram distantes umas das outras. Apenas o pastor Gustavo Hanh fixou residência em Joaçaba, entre 1931 e 1936. No período delimitado para este estudo, os demais pastores deslocavam-se de outras comunidades, como de Rio do Peixe (atual Piratuba), de Marcelino Ramos-RS e da então Perdizes (atual Videira), até Joaçaba.

A presença da questão escolar na documentação eclesial local – fato que não deve causar estranhamento ao se levar em consideração a relação da escola no histórico dessa instituição no estado do Rio Grande do Sul – foi apresentada por um dos pesquisadores da questão escolar evangélica naquele estado: "Em todos os relatórios sobre concílios gerais do Sínodo Riograndense, aparece, na ordem do dia, o assunto escola. Esta era considerada como fundamental para a difusão da doutrina cristã e a sobrevivência da igreja luterana através da conservação das peculiaridades étnicas (*Volkstum*) de seus membros". (HOPPEN, 1986, p. 129).

O levantamento significativo de fonte documental referente à escola na comunidade evangélica – Sínodo Riograndense – bem como a simbiose Igreja/escola no município, desde a vinda dos migrantes germânicos evangélicos, delimitou o estudo a esse contexto.

O recorte geográfico leva em consideração a abrangência da igreja evangélica e das escolas localizadas nas comunidades¹⁰ filiadas àquela representação eclesial na colônia Bom Retiro, dentre elas: Veadas (atual Vila

¹⁰Utiliza-se a categoria comunidade no sentido adotado por Kreutz (1991, p. 11): "Quando falo em colônia alemã entendo o conjunto dos núcleos rurais (comunidades), fundadas e habitadas por imigrantes alemães e seus descendentes. E quanto à opção por *núcleo rural* ou comunidade rural, levo em conta que a tradição mais forte, consagrada na literatura teuto-brasileira e ainda hoje comum, é e foi o emprego da expressão *comunidade rural*".

Kennedy) e Leãozinho. E da escola da sede da colônia Bom Retiro/Luzerna.¹¹ Ressalta-se, no entanto, que não se trata de um estudo individualizado de cada escola: a tentativa é buscar apreender se elas estavam ou não articuladas ao projeto de ação pastoral do Sínodo Riograndense nesse município.

Em relação ao período histórico – 1917 a 1938 –, esta pesquisa leva em consideração a chegada dos primeiros migrantes teuto-brasileiros evangélicos, bem como a criação do município em 1917, período que corresponde ao processo migratório de forma mais efetiva, bem como à inserção das escolas teutas na região.

Este período histórico também diz respeito à intensificação da nacionalização do ensino, tanto em âmbito estadual como federal, das escolas elementares em funcionamento nas comunidades de imigrantes, como germânicos, aspecto que não será desconsiderado neste estudo. Não obstante, não objetiva aprofundar as motivações e embates que deram origem à respectiva campanha. A abordagem restringir-se-á a pontuar sobretudo os reflexos de repercussão na escola da comunidade evangélica.

A importância da realização desta pesquisa reside, em primeira instância, em destacar a presença de uma organização escolar em Joaçaba, anterior à inserção do ensino público, promovida pela participação germânica, que é pouco divulgada e conhecida localmente; além de procurar identificar os principais traços da cultura escolar daquela modalidade de escola.

Klug (1994, p. 22) afirma que, no estado catarinense, "importantes estudos têm sido realizados, mas ainda assim pouco se conhece das particularidades que a imigração alemã em Santa Catarina oferece ao pesquisador. Isto se acentua ainda mais quando se trata da imigração periférica, isto é, aquela que não faz parte, que não se

¹¹Luzerna é a antiga Colônia Bom Retiro, local que aglomerou maior número de teuto-brasileiros segundo Hack (1996), no município de Joaçaba. Em 1943, esta foi elevada a distrito. Em 1995, emancipou-se politicamente. Neste estudo será sempre referenciada como Bom Retiro.

enquadra nos moldes dos núcleos principais". O mesmo vale para as migrações internas, do Rio Grande do Sul a Santa Catarina, como foi o caso em questão.

Diante do exposto, a questão central da pesquisa é: qual a dinâmica da cultura escolar em Joaçaba no período entre 1917 e 1938?

Para responder a esta pergunta, formulou-se o objetivo geral, que corresponde à análise da dinâmica da cultura escolar nas escolas teuto-brasileiras da comunidade evangélica da zona rural de Joaçaba, análise esta dividida nos seguintes objetivos específicos:

- a) analisar o processo de implantação da escola elementar e as estratégias da colonização e da igreja – mais especificamente a atuação do Sínodo Riograndense – junto à comunidade local para assegurar a educação aos imigrantes;
- b) descrever as características da escola teuto-brasileira na comunidade evangélica, principalmente em relação ao local de funcionamento, ao lugar/espço, à sua organização estrutural, à finalidade da escola e aos aspectos da docência daquela modalidade de escola;
- c) identificar, no processo de implantação e trajetória da escola elementar na comunidade evangélica, os principais reflexos da campanha de nacionalização do ensino, particularmente em relação ao estado catarinense.

Metodologia e teoria mediando a construção dos dados

A fonte documental utilizada neste trabalho é pautada nos estatutos das sociedades escolares teutas, registrados ao longo da década de trinta do século XX no Cartório da Comarca de Joaçaba, no caso da comunidade de Leãozinho e Vila Kennedy. Parte significativa dessa fonte documental está relacionada a Igreja evangélica e aqui será denominada fonte eclesiástica. O material é constituído de cartas, atas de reuniões, ofícios, prestações de contas, relatórios sobre a vida ativa das comunidades, questionários, dentre outros dados constantes do Arquivo

Histórico da Escola Superior de Teologia em São Leopoldo - RS. Tratam-se de documentos manuscritos e datilografados, na língua alemã, organizados nas seguintes pastas: Pasta SR 12/3/058; Pasta SR 63/1 – Bom Retiro do Cruzeiro (1931 a 1941); Pasta SR 72/7 – Rio do Peixe (1921 a 1946); Pasta SR 94/1 – Região de Erechim (1931 a 1941); Pasta SR 56/3c – Bom Retiro; Pasta SR 111/2 – Rio do Peixe; Pasta SR 9/1/191.

É importante ressaltar que as fontes eclesiásticas em língua alemã exigiram uma seleção criteriosa. Essa tarefa foi realizada, primeiramente, pelo arquivista¹² daquele acervo histórico. Na leitura prévia desses arquivos, foi selecionado um número significativo de documentos¹³ relacionados à região do Vale do Rio do Peixe.

A documentação, de maneira geral, não era específica às comunidades evangélicas do município de Joaçaba. Muitas das informações estavam ligadas às de outros contextos eclesiásticos, o que resultou na necessidade de conhecer a panorâmica histórica geral da inserção da igreja evangélica (IECLB) na região, principalmente como ela adentrou no Vale do Rio do Peixe, para, posteriormente, compreender a sua inserção no município de Joaçaba.

A fonte eclesiástica, principalmente a referente à escola, não apresenta uma cronologia. Mesmo assim, é uma referência importante para a análise de vários elementos daquela cultura escolar. Por outro lado, a fonte eclesiástica é fundamental na análise histórica do processo escolar comunitário teuto-brasileiro, na medida em que permite rever aspectos do funcionamento interno das relações e tramas que permeavam o seu cotidiano.

¹²Pastor Wilfried Hasenack.

¹³A tradução dos documentos eclesiásticos, organizados em pastas no arquivo Histórico da Escola Superior de Teologia de São Leopoldo, e demais documentos citados neste trabalho, foi realizada por Wilson Kaiser, de São Leopoldo/RS.

Para mediar a análise e a construção dos dados, bem como estudar a representação dos atores sociais, as relações que permeavam a escola, seu vínculo e tensão com a Igreja, no "fazer-se"¹⁴ da escola no contexto social joaçabense, este estudo inspirou-se em Thompson (1987), procurando seguir as pistas do procedimento metodológico utilizado pelo autor, quando trabalhou com a formação da classe operária inglesa. Inicialmente, foi valioso o uso do aspecto relacional, paralelo à bricolagem e plurivocalidade daquele autor, que se amparou nas diversas fontes à disposição.

Thompson encontrar-se-ia em desvantagem em relação a um antropólogo, estudando um "acontecimento" contemporâneo, com a possibilidade de realizar trabalho de campo, de apresentar o ponto de vista do nativo, ou de interpretar as interpretações, codificadas sob expressões, que são os relatos das experiências. No entanto, uma forma de compensar esta aparente desvantagem e, até, porque na impossibilidade de ouvir os personagens, o autor recorre às fontes mais heterogêneas que possam apresentar a plurivocalidade dos atores. Vale-se de biografias, autobiografias, fragmentos de cartas, de sermões, de poemas, de interrogatórios de tribunais, de panfletos, relatórios de viajantes e de casas de correções. Estas fontes são usadas como textos, no sentido empregado pela Antropologia Interpretativa, para serem lidos. (RENK, 1996, p. 89-90).

A leitura do material eclesiástico, além da possibilidade de expressar os interesses da direção daquelas associações, auxilia na compreensão e "são os únicos que permitem uma visão interna dos problemas que afetavam as escolas e demais entidades culturais teuto-brasileiras". (PAIVA, 1987, p. 7). Entretanto, a aproximação da fonte documental demanda desvelar as suas intenções, pois "o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento, enquanto documento, permite à memória colectiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa". (LE GOFF, 1984, p. 102).

¹⁴"Fazer-se" é aqui compreendido como necessidade de ler a cultura escolar de acordo com cada contexto em que é gestada.

Inclui-se o uso da iconografia. A fotografia aqui constitui-se em uma fonte como suporte da memória, sobretudo dos depoimentos de ex-alunos. Entretanto, atenta para as observações de Kossoy (1998), de que a reconstituição por meio da fotografia requer uma construção imaginária do contexto dos personagens ali representados. A imagem petrificada permite a inserção naquele espaço escolar e incita a narrativa, uma vez que desperta lembranças do cotidiano escolar.

O presente trabalho, que se inscreve no âmbito da cultura escolar, busca apreender a particularidade da escola elementar teuto-joaçabense, situada em um contexto no qual atuava como um dos locais de lembranças comuns entre os teuto-brasileiros e concomitantemente atendia aos anseios religiosos e familiares.

Desta forma, para apreender aspectos da cultura escolar da escola teuto-joaçabense na comunidade evangélica, recorre-se a Julia (2001). Além da definição e caracterização da cultura escolar, o autor enfatiza que "esta cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular", pois "podem variar segundo as épocas – finalidades religiosas, sócio-políticas ou simplesmente de socialização."

Neste sentido, a análise do desenvolvimento da escola teuta local está pautada nos estudos de Bourdieu (1987), a partir do conceito de autonomia relativa daqueles estabelecimentos de ensino, uma vez que a própria escola e o professor eram subordinados a instâncias como a família, representada pelas diretorias escolares, e a própria igreja, que, segundo Rambo (1994), atuava como uma segunda autoridade na questão educacional. Desta forma, confundia-se nos limites entre uma instância e outra, na coordenação do processo escolar, pelas próprias imbricações de como era organizada e discutida a questão escolar.

Concebendo a autonomia relativa do sistema escolar, observa-se que, em torno dela, giram diferentes representações, que são aqui entendidas como produtos

sociais, os quais precisam ser remetidos às condições que engendraram as representações (SPINK, 1993), como a da escola teuto-brasileira local.

Aliada ao processo de socialização, a escola estava vinculada, principalmente, a uma das funções básicas da memória: a lembrança (KENSKI, 2001). À medida que a escola se inseria na comunidade e correspondia aos seus anseios, os elementos primordiais da cultura eram preservados e passados de geração a geração. Para Seyferth (1982), a escola teuto-brasileira, além de suprir a falta de escola pública naqueles núcleos coloniais, também servia para a preservação da língua, dos costumes e da cultura alemã.

Desta forma, além da partilha da identidade étnica, os moradores eram portadores de valores religiosos e características comuns. Ao socializar a criança e, com isso, acentuar a pertinência étnica, a escola teuta elementar cumpria uma função de perpetuadora de lembranças em comum. A escola dos teuto-brasileiros evangélicos, enquanto espaço de memória e de acordo com o contexto da época, tinha na figura do professor o elemento articulador dos valores aprovados a serem transmitidos e vivificados (KENSKI, 2001).

Neste sentido, inclui-se o estudo entre as tendências atuais na História da Educação, a "história dos atores educativos, aqueles estudos que trazem para o retrato histórico os alunos, os professores, as famílias, etc.". (NÓVOA, apud BASTOS, 1999, p. 185).

Assim, tem lugar especial o depoimento de ex-alunos teuto-brasileiros ou pessoas que tiveram vínculo estreito com a escola teuta no município de Joaçaba. Cabe apreender as diferentes representações em torno da escola na comunidade e refletir sobre a relação entre esta instituição e a cultura do grupo ali instituído, bem como sobre o lugar que a escola ocupou na comunidade.

Na perspectiva da abordagem, o trabalho com a memória se vale da metodologia da história oral, pois, normalmente, a versão dos protagonistas de determinada experiência se encontra ausente dos documentos oficiais. Os depoimentos, obtidos através da técnica da entrevista, revelam aspectos da cultura

escolar vivenciada e serão aqui discutidos enquanto fontes. "O uso de fontes orais permite não apenas incorporar indivíduos ou coletividades até agora marginalizados ou pouco representados nos documentos arquivísticos mas também facilita o estudo de atos e situações que a racionalidade de um momento histórico concreto impede que apareçam nos documentos escritos". (GARRIDO, 1993, p. 36).

O uso das fontes orais, através dos depoimentos, auxilia no trabalho histórico, possibilitando novos olhares e o cruzamento de informações. Entretanto, exige técnica, disciplina e ética em seu manejo. Primeiramente pelo fato de estabelecer relações pessoais entre o entrevistador e o depoente e, posteriormente, pelas várias fases que envolvem o uso dessa metodologia, como a transcrição e análise dos dados. A utilização da metodologia da história oral significa "produzir conhecimentos históricos, científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos 'outros' (LOZANO, 1998, p. 17).

Os depoimentos não têm como objetivo propor soluções para as questões levantadas pela problemática da pesquisa. Na análise, há a necessidade de uma aproximação crítica do pesquisador em torno da problemática, aproximação esta movida por fundamentação teórica que venha a auxiliar a análise dos dados obtidos, os quais também são essenciais para fazer o contraponto, para compreender o processo de permanências e rupturas em relação ao desenvolvimento do processo escolar.

Enquanto procedimento metodológico, foi elaborado um roteiro com questões abertas relacionadas à escola teuto-brasileira. Nesse roteiro, foram consideradas algumas questões gerais sobre a trajetória do ex-aluno teuto, tais como: os motivos da remigração, a confissão religiosa, origem dos pais e outras questões que permitiram uma contextualização das condições da própria família do ex-aluno e da sua inserção, e a relação com a comunidade, isto é, das relações externas que envolviam o fazer-se da escola.

Alberti (1990), destaca as vantagens de conhecer a biografia do entrevistado para facilitar compreensão do discurso, do relato das referências mais particulares do depoente e para participar mais ativamente de sua narrativa. Na

realização das entrevistas, o conhecimento breve da biografia do depoente foi uma das prioridades.

Para a seleção de ex-alunos a serem entrevistados, foi considerado o critério geográfico, isto é, aqueles residentes atualmente no município de Joaçaba e de Luzerna. Foram delimitadas as comunidades que, de alguma forma, tiveram imbricações com a igreja evangélica, como é o caso da comunidade Dois Irmãos. As demais comunidades, já citadas anteriormente, eram filiadas àquela instituição. Foram realizadas quinze entrevistas de longa duração; entretanto, apenas onze delas fazem parte diretamente do trabalho, as demais dizem respeito a outros contextos.

De maneira geral, os depoentes, que, na época, moravam na zona rural do município e que em sua maioria ainda são membros da igreja evangélica, nasceram entre 1915 e 1939 e freqüentaram a escola em torno de 1927 e 1945. Foram tomados alguns depoimentos referentes ao período posterior a 1938, quando da interrupção do funcionamento da escola teuta, para servir como contraponto ao avanço progressivo da escola pública.

As entrevistas, realizadas na casa dos depoentes, normalmente foram acompanhadas pela presença de um familiar. Em alguns casos, a comunicação no lar se dava na língua alemã; desta forma, para facilitar a compreensão, o familiar fez o aporte necessário, isto é, o papel de tradutor. Esta necessidade foi observada principalmente entre os ex-alunos que estudaram no decorrer da década de 20 e início de 30, os quais apresentavam indicativos de maior dificuldade no aprendizado da língua portuguesa, preservando ainda, no cotidiano, a língua alemã: "eu já estava com doze anos, então veio um que ensinou em brasileiro, né, mas pouca coisa. A gente, eu falo tudo atrapalhada, nós sempre falava em alemão". (Melita, 2001).

Tal fato, no entanto, não significa que a geração que estudou na década de 30 do século XX, tenha sanado a dificuldade em relação ao seu aprendizado. Os depoimentos mostram que, de 1944 em diante, os ex-alunos ainda encontravam muita dificuldade em relação à aprendizagem da língua portuguesa.

Eu até hoje se eu escrevo uma coisa e, às vezes, eu vou sair, a filha mora aqui, eu nunca saio sem avisar. Eu escrevo uma coisa eu troco muito, eles dão risada de mim. Podem até dar risada, eu entendo e a minha irmã, lá embaixo, também, porque a gente puxou muito o alemão. Ainda, ela aprendeu depois de velha falar em brasileiro. Eu dei sorte ainda, porque eu tinha uma vizinha depois que falava só o brasileiro, aí eu aprendi um pouco. (Elvira, 2001).

O depoimento evidencia as justificativas que até hoje são usadas para a necessidade (ou não) da presença de algum familiar para servir como intérprete. Neste caso, a depoente considera-se afortunada por ter tido a oportunidade de ter aprendido o idioma "brasileiro" enquanto moça, mas relata as dificuldades sentidas por outras pessoas que conhece. No universo de quinze entrevistas, a maioria foi realizada com a presença de um membro da família do depoente, segundo a sua própria organização. Em alguns casos, os familiares auxiliavam na explicação de termos que ficassem subentendidos, exigindo maior habilidade da pesquisadora para driblar as intervenções e as retomadas da temática, bem como para não deixar que a presença do outro inibisse a ação do entrevistado ou a do entrevistador.

Em relação à presença de uma terceira pessoa no momento da entrevista, Alberti (1990, p. 32-33), ressalta que esta pode "inibir o entrevistado ou desviar os rumos da conversa, ou ainda, dificultar o processamento da entrevista", sem descartar a possibilidade de que se "constitua em fator favorável para a relação estabelecida". Nos dois casos aludidos, pode-se afirmar que a presença de outro membro familiar enriqueceu o relato, aproximou o pesquisador do depoente e possibilitou "um melhor conhecimento da testemunha". (BONAZZI, 1998, p. 32-33).

O momento da entrevista, de modo geral, despertou o imaginário social daqueles que estavam presentes. Ficou visível a manifestação de um interesse pelo assunto: desde a hora em que a entrevistadora chegou à casa dos depoentes, a família – a esposa/o, filho/filha e até mesmo netos – já estava aguardando e acompanhou, quase que em silêncio, a entrevista, ouvindo histórias que talvez já lhes houvesse sido contadas, mas jamais daquela maneira. Como afirma Portelli (2001, p. 13):

O que é falado numa típica entrevista de história oral, nunca foi *contado dessa forma antes*. A maior parte dos relatos pessoais ou familiares são contados em pedaços e episódios, quando surge a ocasião; conhecemos mesmo as vidas de nossos parentes mais próximos por fragmentos, repetições, por ouvir dizer. Muitas histórias ou anedotas podem Ter sido contadas inúmeras vezes no interior de um círculo restrito, mas a história total dificilmente terá sido contada em seqüência, como um todo coerente e organizado. (...) De fato, mesmo que as histórias tenham sido contadas antes, elas nunca foram contadas para aquele ouvinte e questionador especial que é o entrevistador da história oral. A entrevista, implicitamente realça a autoridade e a autoconsciência do narrador e pode levantar questões sobre aspectos da experiência do relator a respeito dos quais ele nunca falou ou pensou seriamente.

A temática proporcionou o despertar de uma história que parecia estar muito distante. Neste sentido, observou-se que havia a necessidade de responder às primeiras questões envolvendo a curiosidade em torno da temática, do porquê do trabalho, do pertencimento religioso e da descendência. O elemento facilitador na condução da entrevista e na relação depoente/pesquisadora foi o conhecimento da pesquisadora sobre aspectos históricos da igreja à qual a maioria ainda está vinculada. Isto fez com que se colocasse à disposição para contatos com outros ex-colegas da escola. De maneira geral, empregavam a expressão "podendo ajudar eu me sinto realizado". (Harald, 2001). O nome de pastores e de professores serviu como quadro referencial da memória: "Mas agora eu me lembro, eu acho que eu até fui também na aula do Prass. Agora eu me lembro. (...) um tempo, mas não muito tempo. Ele era, eu acho que ele era antes do Suhnel". (Arlindo, 2001).

A recuperação de cenas e episódios do cotidiano escolar pautados no estudo da memória não significa trazer para o presente o passado refletido tal qual aconteceu, mas uma representação daquela experiência escolar, enriquecida através dos depoimentos orais, "a memória é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional". (ROUSSO, 1998, p. 94).

Arlindo, um dos depoentes, nasceu na comunidade de Leãozinho, em 1924 e foi aluno do pastor Gustavo Hanh, naquela comunidade. Seu depoimento revelou-se importante para a pesquisa, pois, segundo o que foi apurado, este foi o único

período em que um pastor da igreja evangélica assumiu o magistério. Arlindo permaneceu na escola até os 14 anos e fala sobre o aprendizado da língua: "Não, isso pra mim foi fácil assim. Meu pai falava bem e a minha mãe não falava. O meu pai era quarteirão de polícia aquela vez, então a gente aprendia, tinha muita gente. (...) nós sempre tinha empregado, aí de fora assim, então nós falamos bem". (Arlindo, 2001).

Anita, esposa de Arlindo, estudou na Comunidade Dois Irmãos, a partir de 1937/38. Estudou nas línguas portuguesa e alemã. O depoimento de Anita é fundamental para a análise, pois indica como transcorreu a passagem da escola teuta comunitária para uma instituição pública, revelando aspectos da inserção do ensino da língua portuguesa de forma mais efetiva.

Cecília, ex-professora de Anita, lecionou na comunidade Dois Irmãos no período de 1942 a 1944. Nasceu em Marcelino Ramos-RS, morou em Joaçaba na infância e, aos 11 anos, foi estudar em colégios religiosos, em São Paulo. Aos 18 anos, retornou ao município e se tornou professora pública. Seu depoimento contribuiu sobretudo no que se refere ao comunitarismo entre os teuto-brasileiros do município de Joaçaba, principalmente na manutenção da escola.

Elvira estudou em escola pública. Iniciou os estudos por volta de 1945. Seu depoimento enriqueceu este trabalho ao relatar as dificuldades do aluno de origem teuta que ingressava na escola sem dominar a língua vernácula, tomando-se, de fato, um obstáculo para o aprendizado, além de contribuir ao suscitar novas indagações.

Arena, irmã de Elvira, estudou na década de 30 na comunidade Dois Irmãos, seu depoimento contribuiu para compor um quadro dos principais aspectos do funcionamento e manutenção da escola teuta.

Diva estudou entre 1926 e 1928, na comunidade de Veadas (Vila Kennedy), onde passou a residir aos 11 anos. Seus estudos se deram somente na língua alemã. Naquele período, a escola funcionava na escola-templo da comunidade evangélica e ela relata que os pais construíram a igreja e providenciaram a vinda de um professor.

Melita ainda reside na comunidade de Veadas, onde chegou com cerca de 4 anos e estudou dos 7 aos 12 anos. Estudou na língua alemã, na escola da comunidade evangélica, e, posteriormente, também na língua portuguesa, quando a escola passou a funcionar na igreja católica daquela comunidade. Ela estava na escola quando se iniciou o processo progressivo de inserção da escola pública, entre 1930 e 1931. Dentre outras modificações no quadro da cultura escolar, ressalta a inclusão do ensino da língua portuguesa de forma mais efetiva. O diferencial nesse depoimento é a referência à manutenção das escolas, pois ela não atribui somente aos pais e à comunidade essa função, mas afirma que "O cônsul alemão, ele sempre veio lá, porque ele sempre ajudava. Ele era cônsul de Joaçaba. Ele era alemão e ajudava pagar, né a escola e depois cada pai tinha que ajudar a pagar professor". (Melita, 2001).

Erna, colega de Melita, estudou na mesma escola e declarou que ela também havia apresentado outras facetas além da inserção do ensino na língua portuguesa, alterando o quadro de sua cultura escolar nos primeiros anos da década de 30.

Adalberto, irmão de Ema, ex-aluno na comunidade de Veadas, estudou no início da década de 30. Esta foi uma das primeiras entrevistas realizadas e serviu como âncora e como suporte para o lançamento e aprofundamento de novas questões junto aos demais depoentes, sobretudo pela riqueza do depoimento, que acrescentou novos dados à rede de relações para a compreensão do desenvolvimento da escola teuta e de suas principais características.

Um dos principais atributos do depoimento foi a declaração de que, naquela época, na escola em que havia estudado inicialmente, por curto período de tempo, em Veadas, com o professor Germano Rhoden, o ensino já era na língua portuguesa, e o livro didático era na língua portuguesa, ou seja, indicativo do avanço progressivo da escola pública.

A principal parte do relato de Amanda, esposa de Heinz Zuhnel, para as questões no momento suscitadas, faz alusão aos aspectos da experiência do esposo, quando aquele teve que abandonar o magistério local, em função,

principalmente, da campanha de nacionalização do ensino, a partir de 1938, a qual delimitava a atuação de professores, principalmente germânicos.

Harald, filho e ex-aluno do primeiro professor teuto da comunidade Dois Irmãos, iniciou seus estudos em 1946-1947 e, na década de 60, tornou-se professor da mesma comunidade em que seu pai havia atuado a partir do final da década de 20, até 1947. Possui, em casa, alguns livros didáticos utilizados pelo pai na década de 40 e fala sobre suas atividades enquanto educador.

Entretanto, descrever previamente alguns indicativos da contribuição dos diferentes depoimentos para a análise de aspectos da cultura escolar da escola teuta não significa uma sobreposição de valorização do depoimento, ao contrário:

O respeito pelo valor e pela importância de cada indivíduo é, portanto, uma das primeiras lições de ética sobre a experiência com o trabalho de campo na História Oral. Não são exclusivamente os santos, os heróis, os tiranos – ou as vítimas, os transgressores, os artistas, que produzem impacto. Cada pessoa é um amálgama de grande número de histórias *em potencial*, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos iminentes, contornados e por pouco evitados. Como historiadores orais, nossa arte de ouvir baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos enriquecem nossa experiência. (PORTELLI, 1997, p. 17).

Neste sentido, mesmo as entrevistas realizadas anteriormente ao recorte deste trabalho e as que aqui não são aludidas explicitamente foram fundamentais. Embora inseridas em outros contextos escolares, quer dizer, em outras comunidades, elas forneceram elementos para a compreensão do desenvolvimento da escola teuta. Dentre tais contatos, inserem-se os de Frederico e Elizabeth Schazmann (2000), Paulo Schazmann (2001) e Nilo Zeni (2001).

No entanto, a ordem de exposição desta dissertação não é a de sua construção. No primeiro capítulo, são apresentados aspectos relacionados ao processo migratório e às iniciativas escolares teutas, com ênfase sobre a inserção de uma representação da Igreja Evangélica Sínodo Riograndense e sobre o vínculo dessa instituição com o processo escolar.

O segundo capítulo aborda alguns elementos da cultura escolar na escola teuta no contexto evangélico, tais como o processo de criação da escola, sua

manutenção e principais características quanto ao seu funcionamento. Além de apresentar o cenário onde ocorreu o desenvolvimento do processo escolar e algumas questões relacionadas ao cotidiano da comunidade eclesial e escolar.

No terceiro capítulo, fala-se sobre os reflexos da campanha de nacionalização do ensino catarinense no processo escolar comunitário no contexto evangélico, ou seja, da interrupção do funcionamento daquela modalidade de escola étnica no município de Joaçaba.

1 O DESENCADEAMENTO DO PROCESSO ESCOLAR COMUNITÁRIO TEUTO-BRASILEIRO

1.1 ENTRANDO NAS TERRAS DE NOVA COLONIZAÇÃO – JOAÇABA, 1917-1938

Na história do município de Joaçaba, é indissociável a constituição do processo escolar com a vida comunitária, desencadeada a partir de 1916, quando os imigrantes alemães e seus descendentes aportaram nessa região. Esse contingente germânico é confessionalmente heterogêneo, mas partilha de valores comunitários – característica desse grupo étnico desde sua inserção na sociedade brasileira –, organizando a vida comunitária em torno da escola e da igreja. Era espaço concomitante que servia para a realização de atividades sociais, culturais e religiosas.

Os colonizadores,¹⁵ em sua maioria, eram oriundos do Estado do Rio Grande do Sul, principalmente de Montenegro, Estrela, São Sebastião do Caí, São Leopoldo, Porto Alegre, Lageado, Taquara e Santa Maria. Também vieram colonizadores de cidades catarinenses como Blumenau, Araranguá e Joinville, além de uma parcela que veio da Europa.

Nessa nova região de colonização, exerceram diferentes atividades: aproximadamente 65% eram agricultores e os demais tinham atividades diversificadas: eram serradores, barbeiros, engenheiros, fotógrafos, farmacêuticos, sapateiros, alfaiates, carroceiros, operários, seleiros, industriais, ferreiros, professores, marceneiros, funcionários públicos, carpinteiros e comerciantes (HACK, 1996).

¹⁵A procedência pode ser verificada no dados do Cartório de Registro Civil local. Tais dados dão conta de que, entre 1917 e 1950, de um total de 1.538 casamentos, 504 noivos (32,7%) e 513 noivas (33,3%) tinham o sobrenome alemão. Destes, 692 enlances matrimoniais (44,9%) tiveram o envolvimento direto de alemães e seus descendentes. Entre as testemunhas, 1.073 tinham sobrenome alemão. 47,18% dos nubentes eram oriundos do Rio Grande do Sul, 29,76% de Santa Catarina, 2,67% do Paraná, 0,50% de São Paulo e 11,05% da Alemanha. (HACK, 1996, p. 32-34).

O deslocamento de imigrantes e descendentes para o Médio Vale Rio do Peixe foi impulsionado pela construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande,¹⁶ que atravessava essa região, no trecho entre Porto União-SC e Marcelino Ramos-RS. Concluída em 1910, "fomentou investimentos na região de modo especial ligados à exploração da madeira e da venda de terras aos colonos". (RADIN, 1996, p. 30).

Esse empreendimento¹⁷ tinha um valor significativo principalmente para o oeste catarinense. A expectativa era de que os trilhos de ferro fossem o baluarte para o desenvolvimento da região, conforme se anunciava pela imprensa escrita:

(...) A estrada de ferro que nos serve de epigraphe, esta se aproximando e em breve ouviremos o sibilo da locomotiva pelo vale majestoso do Rio do Peixe, veremos as terras magníficas, hoje um sertão inculto, transformar-se num tesouro donde milhares de famílias laboriosas fruirão o resultado de seus trabalhos, em cada estação que se fizer nas suas margens num percurso superior a 200 quilômetros, surgirão novos núcleos que servirão de escoadouro aos produtos das terras adjacentes (...) a colonização virá rapidamente; a aurora de uma nova era esta despontando e a pasmaceira, em que tantos anos vivíamos, lá se irá para as calendas gregas. Substituindo-a, teremos indústrias, fontes de bem geral. O futuro nos é propício. (JORNAL VANGUARDA [1 jun. 1908], apud NEVES, 2000, p.16).

Entretanto, o processo de colonização aclamado na região não se efetivou de forma imediata. Bernardes (apud HEINSFELD, 2001, p. 111), destaca que "a colonização somente progrediu depois que as companhias colonizadoras particulares começaram a adquirir grandes glebas da empresa concessionária e procederam a venda dos lotes aos colonos".

¹⁶Willems (1980), Bernardes (1952) e Waibel (1979), dentre outros estudiosos, destacaram que a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, foi um dos atrativos para a vinda de teutos ao Vale do Rio do Peixe, no Estado catarinense.

¹⁷Dos propósitos da construção da ferrovia denominada "Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande", e o importante papel que desempenhou na colonização do Oeste de Santa Catarina, consultar estudos de Heinsfeld (1996, 2001).

Cabe recordar que, no período de 1912-1916, ocorreu a Guerra do Contestado. Em 1917, foram definidos os limites entre Paraná e Santa Catarina, desenhando a atual configuração do estado catarinense. A Lei n.º 1.147, de 25 de agosto de 1917, criou quatro municípios para ocupação do espaço anteriormente em litígio, sendo eles: Cruzeiro (atual Joaçaba), Mafra, Porto União e Chapecó. Desencadeou-se, então, o gradativo¹⁸ processo de colonização, isto é, a venda de parcelas de terras a pequenos agricultores descendentes de europeus, que ocuparam a área através de pequenas propriedades rurais, num modo de vida peculiar.

Joaçaba, município localizado na margem direita do Rio do Peixe, no Médio Vale do Rio do Peixe, extremo leste da região oeste de Santa Catarina, compunha um dos espaços que demandava a presença de colonizadores.

Dessa forma, após delineado o plano de colonização pela companhia colonizadora Hacker & Cia., através da propaganda veiculada por esta e pelas demais companhias que atuavam no Vale do Rio do Peixe, uma parcela significativa de migrantes poloneses, alemães e italianos se deslocou do Estado do Rio Grande do Sul para formar novas colônias ao longo do Vale do Rio do Peixe. Roche (1969) nominou esse processo de deslocamento do Rio Grande do Sul às novas áreas de colonização por *enxamegem*. Naquele Estado, os camponeses descendentes de alemães e italianos necessitaram ampliar a área de cultivo para instalar novas propriedades para as gerações seguintes. Quando não era possível obter terras para as novas famílias constituídas, as propriedades eram repartidas, mas essa partilha era evitada, porque inviabilizava economicamente a pequena propriedade.

¹⁸Segundo os dados obtidos e apresentados por Hack (1996), o Cartório de Registro de Imóveis de Joaçaba, em relação às transações de compra e venda de terras com a participação de pessoas de sobrenome alemão, no período de 1917 a 1922, apresentou 222 registros; entre 1923 e 1927, o número subiu para 458; entre 1928 e 1932, eram 896 registros de compra e venda; finalmente, no período entre 1917 e 1932, foram registradas 3941 transações, destas, 1576 envolviam pessoas com sobrenome alemão.

Relatos de imigrantes e descendentes residentes no Médio Vale do Rio do Peixe dão conta das motivações que contribuíram para o deslocamento, compondo o quadro das migrações internas do Estado gaúcho em direção ao solo catarinense.

Porque lá tinha pouca terra e muita gente. O meu avô achava que os jovens têm que ir pro mato, tem que ir embora. Primeiro, veio o irmão do meu pai, mais velho, e dois anos depois, o meu pai veio. Era mato verde. (...) Daí nós éramos em três. Era eu, a minha irmã, a Marta, e o Egon e Evaldo, que tinha seis meses. E, aqui, nasceram mais dois. (Diva, 2001).

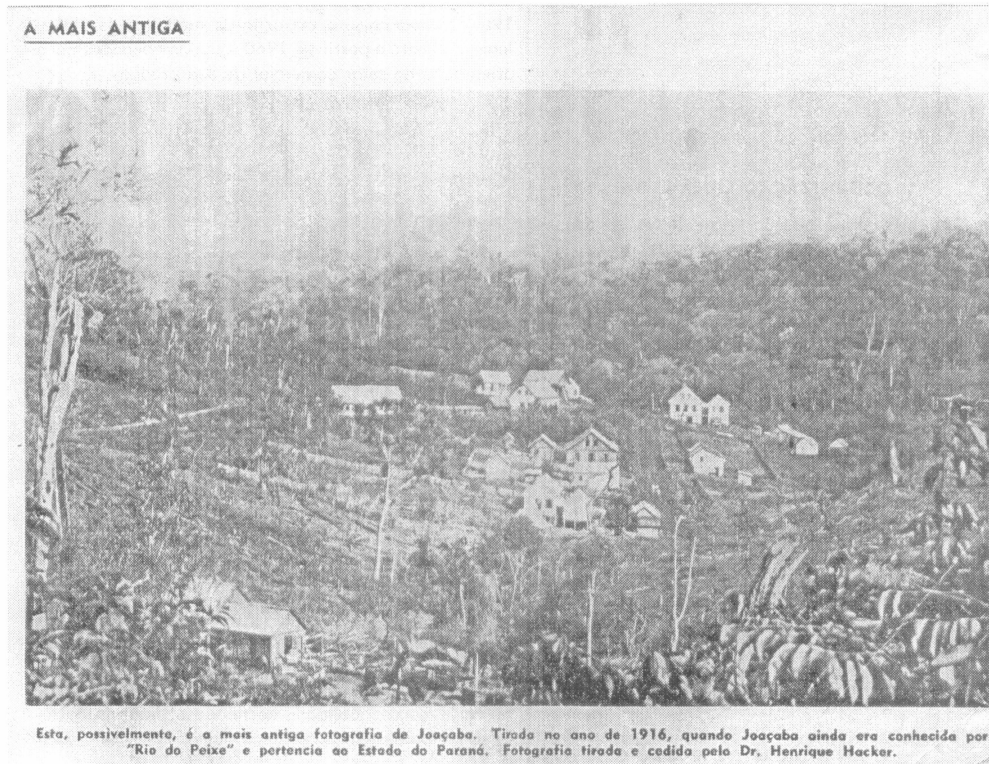
A busca de um local promissor é recorrente nas narrativas, como a de Harald, sobre seu pai, ainda jovem e sem família formada, que migrara a Joaçaba:

Principalmente porque o estado do Rio Grande do Sul, aí os municípios São Sebastião do Caí e outros, já eram assim, lugar onde eles não viam mais futuro. Enquanto que no estado de Santa Catarina era, bem dizer, tudo coberto por matas e ainda mais na nossa região aí do Meio Oeste. Provavelmente, foi isso que atraiu o pessoal do estado do Rio Grande do Sul, porque a maioria eram do estado do Rio Grande do Sul. (Harald, 2001).

A chegada a Joaçaba foi marcada pela luta dos imigrantes e descendentes para garantir a subsistência da família e, ao mesmo tempo, a permanência na nova colônia. Como se tratava de uma região inóspita, coberta de matas, de difícil acesso, as condições de vida eram precárias. "Esses tempos difíceis" são rememorados e fazem parte das lembranças das famílias, como a de Leopoldo Lampert, quando de sua vinda de São Leopoldo, à região de Joaçaba, em torno de 1923, para se instalar em Veadas (Vila Kennedy): "Quando eles chegaram aqui entraram de cargueiro lá na vila. Eles entraram de cargueiro e facão na mão [desbravando a mata]. Então lá eles entraram aquela vez daquele tipo". (Paulo, 2001).

O imaginário que se refletia naquele contexto era de vasta extensão territorial que dependia do agente colonizador para povoar.

FIGURA 1 - JOAÇABA - 1916



FONTE: QUEIROZ (1967)

A expectativa que movia o deslocamento para a nova região de colonização ainda era a de "ter uma pequena propriedade e trabalhar sem patrão, como melhor lhes apossasse. Era a ideologia do camponês europeu em geral: o ideal do imigrante era ser dono de um pedaço de terra e dela tirar o sustento da família". (KREUTZ, 1991, p. 50). Isso é recorrente na maioria dos depoimentos daqueles que vieram à nova região de colonização.

Se nós ficasse lá no Rio Grande, o pai tinha uma colônia, mas não era muito boa. Daí, nós tinha que ir trabalhar na fábrica de sapato, alguma coisa ou no Hamburgo, Sapiranga, ou sei lá onde. E aqui, cada um tinha a sua terra, o patrão, não falar nada para nós, né! (Diva, 2001).

As privações eram freqüentes na experiência vivenciada pelos migrantes, a qual, de maneira geral, não se diferenciava, em sua essência, da experiência dos primeiros imigrantes alemães que vieram ao Brasil. "O cotidiano das primeiras décadas da maioria das colônias foi marcado pela insegurança gerada por problemas fundiários e pelas deficiências dos serviços públicos essenciais". (SEYFERTH, 1994, p. 107).

Uma das grandes dificuldades era a ausência de escola e, quando ela estava presente, seu funcionamento era precário, principalmente pela falta ou troca constante de professores. Tal situação fazia com que recorressem até mesmo ao ensino no âmbito doméstico, no qual um dos familiares assumia o compromisso de ensinar os rudimentos da leitura e da escrita, como enfatiza uma ex-aluna, que chegou à região em 1923:

Não eu era criança 6, 7 anos. Me criei aqui né, não tinha professor nada, nada, nada, nada só mato e tem um conhecido que era do pai. (...) Eu não, não tinha professor, não tem quem me ensinou foi a minha vó que eu sei. Em casa porque não tinha, não tinha condição não tinha nada. (Amanda, 2001).

O não acesso à escola pública, de certa forma, já era previsto por algumas famílias residentes no estado do Rio Grande do Sul que, posteriormente, vieram à região. Esse foi o caso da família de Diva, que se deslocou de Taquara-RS para a comunidade de Veadas, por volta de 1926. Antes da mudança, o professor alertara a família das dificuldades de acesso à escola na zona de colonização catarinense. Lembra a ex-aluna: "até meu professor lá do Rio Grande, disse assim: 'que pena, essas meninas, quem sabe nunca mais vão aprender nada, porque vocês vão lá pro mato e não tem nada!'" E complementa:

Não, não tinha, não tinha nada! Não tinha pastor, não tinha professor, não tinha nada. Então o professor, já falei, mandaram vir de São Bento do Sul. Um casal de velhinhos, não tinha filhos. Aqui tinha muitas crianças. (...) Esta escola meu pai e meus tios e os que estavam ali construíram e mandaram vim um professor pros filhos não crescer sem aula. (Diva, 2001).

À medida que os colonizadores chegavam, havia necessidade de providenciar estabelecimentos de ensino e de um profissional para atuar no magistério. Essa carência de escola não era peculiar a um grupo étnico, estendendo-se às demais etnias, como foi o caso dos italianos, conforme destaca Radin (1996, p. 127): "Em diversas ocasiões, para 'aprender o principal', os pais reuniam um grupo de crianças e adolescentes e pagavam um professor para dar aula noturna."

A participação das famílias teutas no provimento da escola elementar pode ser compreendida se nossa atenção se voltar às condições do ensino público estadual daquele período. O não-atendimento à demanda escolar joaçabense nada mais era de que o reflexo de uma problemática educacional que se estendia por todo o Estado catarinense, desde a entrada dos primeiros colonizadores.

Como destaca Seyferth (1991), as áreas de colonização, durante todo o século XIX, não receberam maior atenção das autoridades provinciais quanto ao provimento de escolas, principalmente as escolas elementares. Isso foi deixado sob a responsabilidade dos próprios imigrantes.

A Constituição Brasileira de 1824, acrescida do Ato Institucional de 1834, assegurava às Províncias o direito de legislar com maior autonomia sobre a instrução primária e secundária (FIORI, 1991). Em Santa Catarina, o período republicano, o "período que costuma também ser designado como República Velha" (ARANHA, 1996, p. 194), foi marcado por várias reformas, leis e dispositivos, referentes à instrução primária, no entanto, na prática, também se fizeram inoperantes em relação ao aparelhamento e democratização da escola pública.¹⁹ Desta forma, contribuiu para o desencadeamento do processo escolar pela iniciativa particular, como a dos imigrantes alemães e seus descendentes, discussão que será apresentada no próximo item.

1.2 A ESCOLA TEUTO-BRASILEIRA: ESPAÇO DE AÇÃO PASTORAL

Para compreender aspectos da escola teuto-brasileira catarinense, é necessário ter como referência o Estado do Rio Grande do Sul enquanto contexto histórico. Primeiramente, deve-se levar em consideração o que tem sido ressaltado

¹⁹Uma visão panorâmica de aspectos gerais da evolução do ensino público catarinense pode ser encontrada no estudo de Fiori (1991). A autora apresenta as várias reformas e tentativas de melhoria do ensino público catarinense e destaca a ação dos representantes da política pública catarinense na proposta de assimilação de grupos étnicos, a qual dava mais ênfase ao germânico.

por estudiosos da temática da escola teuta, dentre eles Kreutz (1991, 1994) e Paiva (1987). O "centro da cultura" germânica seria o Estado do Rio Grande do Sul, que "concentraria uma estrutura de associações e entidades culturais teuto-brasileiras maiores e mais complexas do que qualquer unidade da federação brasileira". (PAIVA, 1987, p. 6). Sendo que:

A história da escola teuto-brasileira de Santa Catarina ainda não dispõe de um estudo suficientemente abrangente e sistematizado. Os trabalhos que, mais direta ou indiretamente, precisam deste contexto geral para situar os seus objetos específicos utilizam os dados referentes à escola teuto-brasileira do Rio Grande do Sul, com a qual o sistema implantado em Santa Catarina divide características diversas. (LUNA, 2000, p.114).

De modo especial, o contexto escolar teuto-joaçabense coaduna-se de forma mais estreita ao estado do Rio Grande do Sul. Além dos fatores anteriormente elencados, o contexto escolar joaçabense se sobrepõe àquele, sobretudo em virtude do vínculo dessa região ao estado gaúcho, destacando-se, em suas relações, as comerciais e o vínculo eclesiástico, o que, por sua vez, remete ao processo educacional.

De acordo com Kreutz (1994), o desenvolvimento da escola teuto-brasileira, no Rio Grande do Sul, está dividida em quatro fases, sendo que, na primeira fase, que compreende o período de 1824 a 1850, as iniciativas escolares presentes nas diversas colônias ou agrupamentos germânicos estavam desvinculadas de projetos comuns, isto é, a escola se mantinha individualmente, sem a interferência estatal ou de instituições religiosas.

A escola, naquele período, conservava-se sob condições modestas, caracterizando-se como uma escola emergencial: "em primeiro lugar, as próprias instalações físicas representavam prédios em extremos modestos. Eram construídos com pranchas rústicas, ou com paredes trançadas e revestidas de barro e cobertas de tabuinhas". (RAMBO, 1994, p.25). Além disso, funcionava em locais improvisados, como na casa de um colono ou do próprio professor. O responsável pelo trabalho escolar era, normalmente, um membro da própria comunidade ou um religioso,

enfim, aquele que apresentasse um conhecimento formal um pouco mais elevado que os demais ou que não apresentasse habilidade ou aptidão para realizar outras atividades na colônia, como o cultivo da terra.

O ensino na escola propriamente dito "resumia-se ao ensino elementar do catecismo, da Bíblia, do aprendizado da escrita, do manejo da aritmética e do cálculo, indispensável para a solução dos problemas práticos e diários, e ao aprendizado de uma série de canções religiosas e profanas". (RAMBO, 1994, p. 127).

O caráter emergencial da escola traduzia-se também no uso do material didático, restrito ao uso do quadro negro, eventualmente algum mapa e lousas (*Schiefertafel*) e uma espécie de lápis ou caneta (*Griffel*). Uma outra característica da escola era a irregularidade na frequência - normalmente, a criança abandonava a escola na época de colheitas -, muitas vezes de meses ou simplesmente de alguns dias, tendo, em certas ocasiões, suas atividades interrompidas por mais de um ano, segundo informa Rambo (1994). Não obstante, ainda como destaca o autor, a escola erigida nas colônias contribuía, sobretudo, com a preservação de práticas religiosas e de costumes.

Naquela ocasião, havia uma particularidade da escola teuta nas comunidades evangélicas: a presença da escola, de certa forma, tornava-se mais aglutinadora para aquela fração de imigrantes, por adentrar num país em que, durante o Império, a religião oficial era a católica romana, sendo que os protestantes eram apenas tolerados, como destacam Seyferth (1991) e Roche (1969).

Entre 1850 e 1875, ocorreu a ampliação da rede escolar teuto-brasileira, principalmente em função da chegada de novos imigrantes e também pelo processo de migrações internas. Conseqüentemente, elevava-se o número de colônias e ampliava-se a rede escolar.

É importante destacar que o aumento progressivo de escolas teutas pela iniciativa particular, no Rio Grande do Sul, não se fazia por vontade deliberada dos colonos. Em meados do século XIX, alguns fatores contribuíram para a implementação do processo escolar comunitário teuto. De acordo com Paiva (1987,

p.11), "fatores de ordem político-religiosa e de política internacional (...) contribuíram para a progressiva multiplicação, expansão vertical e melhoria do ensino nas escolas de língua alemã no Rio Grande do Sul".

Na organização religiosa, insere-se a vinda de alguns padres jesuítas e pastores da Europa, que também passaram a incluir em sua ação cuidados com a escola. De Boni e Costa (1984) afirmam que isso marcaria o início da perda do caráter comunal daquela instituição, enquanto Rambo faz uma alusão diferenciada:

apoiaram-na e fomentaram-na de todas as formas, sem entretanto fazerem dela um simples departamento da paróquia ou da capela. A escola comunitária (*die Gemeindeschule*) e a associação da escola (*die Schulgemeinde*) mantiveram-se autônomas e independentes em relação à Igreja e à associação paroquial (*die Kirchengemeinde*). O padre ou o vigário tinha algo a dizer sobre a escola somente enquanto nela se ensinava o catecismo e se inculcavam os bons costumes. (RAMBO, 1994, p. 29).

É importante registrar ainda, segundo o autor, a ocorrência de melhorias da escola comunitária teuta, que iam desde as instalações, construção de madeira ou de alvenaria, até mudanças relacionadas aos professores, para os quais foi estabelecida uma média salarial. Além da presença de padres jesuítas, conforme já anunciado, a partir de 1864, pastores passaram a dar assistência aos imigrantes evangélicos, que até aquela data não contavam com atendimento eclesiástico formal, isto é, não tinham vínculos com a igreja na Alemanha.

Em resolução da Assembléia Geral da Missão Renana de Barmen (07/06/1837), criou-se a "Sociedade Cristã para os Alemães Evangélicos na América do Norte". A partir de 1864, esta Sociedade começou a dar atenção também aos evangélicos emigrados para o Brasil e Chile. Começava, então, uma assistência mais sistemática aos luteranos no Brasil, com o envio do pastor Dr. Hermann Borchard para São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. (KLUG, 1997, p.28).

Observa-se nesse período o aumento de interesse da respectiva igreja pelas comunidades evangélicas no Brasil. Enquanto ingressaram no país, nos primeiros quarenta anos de imigração, apenas dezoito pastores, como destaca Magalhães (1998), entre 1864 e 1866, cinqüenta e nove novos pastores vieram para a região Sul.

Hermann Borchard foi um dos pastores enviados pelo Conselho Eclesiástico a São Leopoldo. No curto espaço em que atuou, Borchard realizou várias iniciativas na tentativa de organizar as comunidades evangélicas que funcionavam independentemente, como, por exemplo, a tentativa da criação de um Sínodo em 1868. No âmbito educacional, "organizou, também, a primeira conferência pedagógica em São Leopoldo, a 7 de janeiro de 1869, reunindo os mestres das escolas evangélicas, e conseguiu dobrar o tempo normal da escolaridade". (ROCHE, 1969, p. 672). Contudo, retornou à Alemanha sem ter atingido o objetivo de organizar a igreja evangélica daquele estado. Somente em 1886, através do trabalho do pastor Wilhelm Rotermund, ocorreria a constituição do Sínodo Riograndense, que representaria um marco para o investimento no processo escolar comunitário evangélico.

A presença de pastores, padres e professores naquele cenário incrementava a ação educativa e reforçava "a convicção de que a escola se constituía num bem de primeira necessidade, (...) doutrinavam constantemente os colonos com o intuito de melhorar o nível e rendimento das escolas". (RAMBO, 1994, p. 31).

A abertura de escolas católicas e evangélicas ocorria paralelamente, num processo de concorrência entre catolicismo e protestantismo. A atuação competitiva entre as duas igrejas, segundo Paiva (1987) perduraria até o fim da década de 20 do século passado, quando então se uniram na luta comum, isto é, para aplacar a nacionalização do ensino, via avanço da escola pública.

O marco de atuação das igrejas junto à escola comunitária, que passou de uma escola autônoma a uma escola vinculada aos projetos comuns de igreja, é destacado nos estudos de Kreutz (1991).

A luta em torno de uma causa comum, mesmo que de forma tênue entre católicos e protestantes, como enfatiza Paiva (1987), deu-se a partir da atuação de elementos teutos já instalados e distribuídos na zona rural e urbana, chamados

Brummer.²⁰ Esta categoria segundo Dreher (1984), era composta por soldados e oficiais do antigo exército de Schelewig-Holstein, que vieram como mercenários para lutar na guerra entre o Brasil e a Argentina, dispersando-se na zona colonial do Rio Grande do Sul e assumindo funções na área educacional, comercial, jornalística e política.

Dessa forma, o cenário das organizações que atuavam junto aos teutos era plural, sendo que o período de 1875 a 1900 marcou a atuação tanto da Igreja católica como da evangélica numa articulação de forças, na qual o processo escolar passou a ser vinculado a projetos da Igreja, que se promovia sobretudo pela defesa de uma escola confessional, conforme enfatiza Kreutz (2000, p. 30): "A partir de 1875, as igrejas, católica e luterana, fazendo frente ao avanço do liberalismo, começaram uma verdadeira articulação de forças em relação ao processo escolar. Nessa fase a escola foi vinculada aos projetos de igreja, tanto católica quanto luterana, recebendo uma conotação tipicamente confessional".

A divulgação do ideário liberal mobilizou a ação conjunta das igrejas, pois os ideários não se coadunavam, ao contrário, repeliam-se uns aos outros. De acordo com os princípios liberais dos *Brummer*, este divulgava a aconfessionalidade na vida associativa.

Na reação cristã contra o espírito liberal, especialmente contra o avanço do Estado laico na condução do processo educacional, as igrejas reivindicavam seu direito divino nesta matéria e começaram, a partir da década de 1860, a desenvolver uma intensa campanha de promoção da escola confessional, incentivando e coordenando as ações neste sentido. (KREUTZ, 1998, p. 215).

A propagação da escola laica, a disseminação de ideais e as formas de organizar as comunidades teutas sem vínculo com a igreja promovia um campo de disputas em torno de valores veiculados, entre outros meios, pela ação da escola nas comunidades teuto-brasileiras.

²⁰Brummer foi a denominação a uma camada de imigrantes alemães, relativamente ilustrados de princípios liberais.

O conflito era estabelecido principalmente com um dos representantes dos *Brummers* que tomou relevo dentre os demais, trata-se de Carl von Koseritz,²¹ que, de acordo com Magalhães (1998), era jornalista, publicista, anticlerical e agnóstico, defensor das teorias evolucionistas e "levaria a seu público leitor e eleitor uma série dos conhecimentos e opiniões acerca da modernidade, do ordenamento da vida material e da vitória da ciência sobre a religião". (MAGALHÃES, 1998, p. 90-91).

Ainda em relação à atuação de Carl von Koseritz, sintetiza Dreher (1999, p.88-89).

Um indivíduo altamente polêmico, Koseritz é considerado a primeira figura individual expressiva a lutar pela integração dos imigrantes alemães na vida política brasileira (...) Sua luta com as duas ferramentas básicas (...) a representação política nas câmaras parlamentares; e a atividade polêmico-jornalística.

Ainda segundo o autor, Koseritz seria um dos representantes da expressão regional do liberalismo europeu, também desencadeada na Província Riograndense, a partir de 1870. A *Kulturkampf*, movimento desencadeado por Bismarck, na Alemanha, a partir de 1870, resultou na expulsão de ordens religiosas, dentre as quais a dos jesuítas, que migrou, em parte, para o Rio Grande do Sul.

Von Bismarck, o unificador dos estados alemães (1870), será o realizador de boa parte das aspirações desse liberalismo. (...) Bismarck, 'tratou de se livrar de tudo que considerava interferência eclesiástica em assuntos do Governo, baixando medidas para restringir a influência de Roma, que, acossada também em outras frentes, entrincheirava-se em posições anti liberais. Este episódio ficou conhecido como *Kulturkampf*. (DREHER, 1999, p.96).

As lideranças católicas perceberam que, no Sul do Brasil, existia possibilidade de expansão do projeto de restauração católica. Entre os objetivos, destaca-se a formação de religiosos para atuarem junto às respectivas

²¹Filho de um membro da pequena nobreza alemã, nasceu em Dassau, em 1830, e veio para o Brasil em 1851, para servir o exército mercenário que lutaria na guerra do Império contra o ditador Rosas, da Argentina. Abandonou logo em seguida a legião, preferindo se instalar como civil em Pelotas, no Rio Grande do Sul, onde iniciou sua carreira como professor particular, guarda livros e jornalista". (MAGALHÃES, 1998, p. 88).

congregações religiosas. De acordo com Kreutz, os imigrantes vindos da Europa preservaram, na formação das comunidades no Sul do Brasil, muitas das características das regiões de origem, reconstruíram o modelo social em torno da Igreja, escola e clube de festas: "fator religioso era muito mais relevante do que para indivíduos de ambiente urbano, secularizado, das regiões de indústria. Constata-se, na colonização sulina, a importância assumida pela religião, como fator de identificação cultural dentro de uma nova situação de vida". (KREUTZ, 1991, p.64).

De maneira geral, os imigrantes vieram de um mundo agrário e essa condição contribuiria para a não-participação e não-integração ao Estado brasileiro, pois,

As primeiras décadas são caracterizadas pelo comportamento apolítico dos imigrantes, ou melhor dizendo, pela carência de vontade política definida. (...) Originariamente eram ignorantes dos assuntos políticos, pois pertenceram àquelas camadas do povo alemão que, durante séculos, careciam de direitos políticos. (...) Habitados a profundas e respeitadas reverências ao senhor das terras a que pertenciam, encaravam os governantes, os príncipes e os nobres em geral, como "entes superiores". (OBERACKER JR., 1961, p.8).

Neste sentido, como destaca (KREUTZ, 1991, p. 60), pautado em Shimitd, o fato de que os colonos alemães e descendentes permaneceram por mais de 25 anos isolados, sem intercâmbio cultural, tanto com o país de origem quanto com relação ao Estado brasileiro, a presença dos *Brummers* entre os imigrantes foi considerada como "fermento", estimulando o desenvolvimento material e cultural. Trabalhavam em favor da nacionalização de imigrantes, de sua participação política, da difusão da imprensa e da promoção do processo escolar.

A ação liberal atuou mais enfaticamente no combate junto aos jesuítas – representantes da igreja católica, que, de certa maneira, foi atingida de forma mais intensa que a evangélica. "Conhecemos hoje o grande agravo feito aos jesuítas que, na parte dos católicos no Rio Grande do Sul, foram paladinos dos postulados de Koseritz, ou seja, de sua concepção cultural teuto-brasileira". (OBERACKER JR., 1961, p. 47).

O confronto e a oposição também se davam com o pastor Rotermund, que estava à frente do Sínodo Riograndense. Através da imprensa escrita, principalmente

naquele contexto, o pastor entrou em combate aberto com Koseritz. Esse embate pelo ateísmo de Koseritz está registrado no trabalho que versa sobre a trajetória de vida de Rotermund, no qual está expresso, nas palavras do próprio pastor:

O maior obstáculo em nosso trabalho evangélico e eclesiástico era o sr. Carl von Koseritz através de seu Jornal *Deutsche Zeitung*, de Porto Alegre, que pelo materialismo superficial ridicularizava e debochava de tudo o que se referisse à fé em Deus e à vida no além. Também a mim não me poupava, taxando-me de "o Pastor que se tornou jornalista." (...) Nisto ele era ajudado por muitos "Brummers" que atuavam nas colônias como professores e artesãos, onde procuravam obstaculizar na medida do possível o trabalho dos pastores locais. Quem se considerasse pessoa instruída e progressista, apoiava os rudes ataques e deboches dele e evitava a freqüência aos cultos. Só as cerimônias religiosas (exigidas pelo bom nome da sociedade) eram por eles compartilhadas. Tudo que pudessem criticar nos pastores, o "*Deutsche Zeitung*" noticiava em mesquinhos pormenores e os pastores atacados maldosamente. (ROTERMUND, 1986, p. 108-109).

Naquele período, o pastor Rotermund teria expressado a necessidade de rebater o ideário daquele grupo com os mesmos recursos, ou seja, através da imprensa escrita, afirmando que seu trabalho pastoral não poderia propagar-se e crescer com vigor enquanto não tivesse os mesmos recursos e meios. Tal fato deu origem à primeira tentativa de organização de um jornal direcionado aos evangélicos, na qual a proposta do pastor Rotermund, proprietário e redator do *Der Bote*, logo estabeleceu o conflito com o *Deutsche Zeitung*, que ridicularizava o novo adversário. Mais tarde, como proprietário da tipografia, passou a editar o primeiro exemplar do jornal *Deutsche Post*, em 1880, e também criou o *Kalender für die Deutschen in Brasilien* (Almanaque para os alemães no Brasil) (ROTERMUND, 1986).

O importante a destacar é que esse embate por ideários diferenciados resultou no desenvolvimento e criação de estruturas de apoio à questão escolar teuta. O período de 1900 a 1939 foi o momento de seu maior desenvolvimento. A mobilização foi ampla e eficaz. Segundo Kreutz (1994), várias foram as iniciativas ainda segundo o autor, para instrumentalizar o professor "paroquial" e a escola. A imprensa alemã passou a ser o principal vínculo que mediava o professor, a igreja e a comunidade, contribuindo na formação dos professores, principalmente enquanto instrumento de divulgação de apoio didático-pedagógico. Foram editados livros

didáticos, calendários, jornais e revistas, cujo apoio à literatura escolar procurava atender aos objetivos e às necessidades locais. Surgiram também associações de professores e a fundação de escolas normais para instrumentalizar o professor.

Dentre as estratégias que a Igreja evangélica criou para expandir e solidificar a estrutura de apoio ao trabalho escolar, a partir do momento em que o trabalho passou a ter uma conotação confessional, pode-se citar:

- Jornal/Revista dos Professores Teuto-Brasileiros Evangélicos no Rio Grande do Sul, (*Allgemeine Lehrerzeitung*) – 1902-1939.
- Escola Normal ou Instituto de Formação para os professores (*Lehereseiminar*), do Sínodo Riograndense, fundada em 1909. A escola funcionou no Asilo Betânia, em Taquari, até 1910, quando foi transferida para Santa Cruz. Em 1926, foi transferida para São Leopoldo.
- Fundo de Pensão e Aposentadoria (RHGK - *Ruhe und Hinterbliebene Gehaltskasse*), comum aos professores teuto-brasileiros de ambas as confissões religiosas e dos diversos estados com imigrantes alemães no Brasil (KREUTZ, 2001, p. 172).

Na instrumentalização da escola evangélica, em 1897, Rotermund lançou dentre outros, uma cartilha para escolas alemãs no Brasil, impressa primeiramente em Leipzig, na Alemanha, em 1878. Reconhecendo que a cartilha importada não condizia com o contexto brasileiro, Rotermund elaborou uma nova cartilha,²² que relacionava o nosso solo, da nossa gente, do feijão e arroz, das palmeiras e do mil-réis, a moeda aqui em circulação, e não em "*Pfennige*" e marcos ou outras cousas estranhas. (ROTERMUND, 1986, p. 108).

Havia interesse pela língua portuguesa, entretanto, a língua materna deveria ser preservada: "é certo que nossas crianças venham a conhecer, nas

²²A nova cartilha alcançou 18 edições até a década de 30 do século passado.

escolas, a língua e a história do país, mas antes de tudo devem conhecer a língua e a história do próprio clã (ROTERMUND, apud DREHER, 1984, p. 91).

Dessa forma, houve o incentivo da questão escolar em ambas as igrejas. As iniciativas paralelas das igrejas junto às comunidades teutas contribuíram para colocar o Rio Grande do Sul "a partir de 1900, entre os estados brasileiros e os países latino-americanos com imigração alemã não somente a região com maior número de escolas comunitárias dessa etnia, mas também se firmara como um centro de referência para a produção de material didático e criação de estruturas de apoio à escola". (KREUTZ, 1994, p. 149).

O Rio Grande do Sul é considerado o local expoente de estruturas e escolas teutas. Nele ocorreu a expansão da escola teuta como maior organização estrutural, o que foi proporcionado pela própria política pública riograndense, dentre outros fatores, que favorecia o aumento progressivo de estabelecimentos de ensino pela iniciativa particular. Neste sentido, para Roche (1969, p.667).

A instauração da República não determinou a expansão das escolas do Estado, e o Governo positivista do Rio Grande do Sul antes encorajou as iniciativas privadas, inclusive as escolas teuto-brasileiras. Em 1924, o orçamento da instrução pública era apenas a décima parte do orçamento geral do Estado; a população contava com 61% de analfabetos. Em suma, foi preciso esperar o Estado Novo e a ameaça hitleriana para que o problema da nacionalização do ensino se apresentasse ao Governo do Rio Grande do Sul.

As estatísticas registraram, no final da década de 30, na quarta fase da trajetória da escola teuto-brasileira, além do suporte estrutural, o número expressivo de escolas teuto-brasileiras, totalizando, no Rio Grande do Sul, 1.041 escolas, sendo 570 escolas evangélicas, 429 católicas e 42 mistas. O segundo estado que concentrava um número significativo de escolas teuto-brasileiras, na década de 30 do século XX, foi Santa Catarina, que abrigava cerca de 340 (DALBEY, apud KREUTZ, 1994, p. 157).

A quarta fase de desenvolvimento da escola teuto-brasileira marcaria, ainda, a interrupção do funcionamento daquela modalidade de escola, principalmente em função dos decretos de nacionalização do ensino, a partir de 1938. Nesse sentido, foi tolhida a

possibilidade de continuidade daquele projeto educacional conforme vinha se desenvolvendo no Estado brasileiro.

Ao apresentar as principais características da trajetória da escola teuto-brasileira no Rio Grande do Sul, neste tópico, como já anunciado anteriormente, para compreender aspectos da cultura escolar e do processo de abertura de escolas teuto-brasileiras catarinenses e joaçabenses, houve a necessidade de se pautar naquele histórico. Já as condições de instauração da escola teuta, em Santa Catarina, e o panorama da escola pública nesse estado serão abordados no tópico seguinte.

1.3 PANORAMA DA ESCOLA CATARINENSE

Neste tópico, cabe, inicialmente, apresentar um panorama da educação catarinense até os anos 30. A condição adversa do ensino público catarinense contribuiu para o surgimento de escolas particulares. Entre as diversas etnias que colonizaram o estado catarinense, sobressai-se a presença de escolas nos núcleos coloniais formados pelo contingente germânico, presente no estado desde 1829.²³ Esse grupo étnico era oriundo de diferentes regiões européias, pois a unificação alemã só ocorreria em 1871. O período de imigração mais intensa ao Estado de Santa Catarina, em meados do século XIX, "coincide com o crescimento de movimentos de expansão, reformulação e valorização do sistema escolar nos Estados alemães". (LUNA, 2000, p. 67). Segundo Luna, o sistema educacional que se desenvolvia na Alemanha, que era a implementação do ensino estatal, servia como modelo a ser seguido.

Dentre outros fatores, a escola, para aquele grupo étnico, era necessária enquanto um dos meios de transmissão do saber formal, pois "os colonos

²³De acordo com Monteiro (1984), inicialmente registrou-se a presença germânica no município de São José, com a fundação da colônia São Pedro de Alcântara. Em meados do século, com a chegada de novas levas imigratórias, dentre as novas fundações, surgiram as colônias de Blumenau, Brusque, Dona Francisca e outras.

germânicos vinham de uma cultura em que a comunicação já dependia, em grande parte, do conhecimento da escrita". (WILLEMS, 1980, p. 271).

Portanto, de maneira geral, a condição de ser alfabetizado ou de sentir tal necessidade, foi uma das características deste grupo étnico, que se inseriu na sociedade brasileira e que se deparou com as precariedades do ensino público, demasiadamente irregular ou ausente. Este fator contribuiu para o surgimento de escolas que se desenvolveram à margem da sociedade e que objetivavam atingir a alfabetização almejada e negada, como destaca Demartini (1998).

Dentre os vários grupos que compuseram a sociedade brasileira, as estatísticas têm demonstrado índice elevado de alfabetização entre os alemães em relação aos demais grupos étnicos. Naquele período, a partir do levantamento da Secretaria da Agricultura de São Paulo, pautada na entrada de imigrantes no Porto de Santos, entre 1908 a 1932, segundo Kreutz (2000), foi constatado o índice bastante elevado de 91,1% de alfabetização²⁴ entre os alemães.

Os índices também se apresentavam positivos em relação ao número de escolas: "com 1.579 escolas em 1937, seguindo-se os italianos, com 396 escolas em 1913 (e 167 na década de 30). Os imigrantes poloneses tiveram 349 escolas e os japoneses 178 (ou 260, ou 486?), também na década de 30". (KREUTZ, 2000, p. 160).

A abertura do número significativo de escolas germânicas e de outras etnias que compuseram a sociedade brasileira, culturalmente multifacetada, como no caso teuto, de acordo com estudos de Seyferth (1994, p. 107), "veio suprir uma lacuna – falta de escolas públicas em número suficiente para atender à demanda – mas, também contribui bastante para a preservação do uso cotidiano do idioma alemão."

²⁴Para Fiori (1991, p. 100), pautada no estudo da Revista *Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, a população do estado, em 1890, girava em torno de 282.100 habitantes. Destes, 80% eram analfabetos. De modo geral, os índices mais elevados de alfabetização eram apresentados nos municípios em que havia a presença estrangeira, dentre eles: Blumenau, Joinville, Campo Alegre, Nova Trento e Florianópolis.

Mesmo considerando o número expressivo de escolas no decorrer daquele período, nem sempre a construção da escola se fazia imediata nas colônias, pois "providenciar pela educação dos filhos era algo de desconhecido e que em sua pátria jamais lhes fora exigido. Daí a morosidade. (...) Enfim a escola encontrava-se em situação de ambigüidade. De um lado tratava-se do esforço do grupo para preservar a própria cultura, e de outro, do anseio de integração na nova sociedade". (DE BONI, COSTA, 1984, p. 43).

A falta de escolas públicas no estado e a necessidade da instituição e sua manutenção nas colônias alemãs são registradas no estudo de Klug (1997). O autor enfatiza que, primeiramente, havia a resolução de questões voltadas ao processo de instalação, "considerações em torno da escola ficavam para uma etapa mais adiante, após a instalação". (KLUG, 1997, p. 70).

Havia relutância dos colonos teutos em financiar a obra da escola, pois alimentavam desde a Europa a expectativa de que os poderes públicos locais manteriam a escola, expectativa esta frustrada no Brasil. Conheciam a necessidade de escola, não a maneira de satisfazê-la (SCHADEN, 1968). Entretanto, não deixaram de investir na educação para sua garantia nas comunidades teutas.

Desta forma, a partir de 1836, já registrava-se, na província catarinense, a presença de escolas particulares funcionando paralelamente aos estabelecimentos públicos de ensino. Com a intensificação do processo imigratório principalmente de alemães e italianos, a partir de 1850, houve o predomínio de escolas particulares nas zonas coloniais. Em 1867, numa população estimada em 119.181 habitantes, havia 11.510 estrangeiros (FIORI, 1991, p. 67).

O quadro educacional, naquele contexto, revelava êxito e aproveitamento no ensino ministrado pelas escolas particulares. Até mesmo em escolas já subvencionadas pelo estado catarinense, onde ocorria o ensino em língua estrangeira. Os dirigentes que estavam à frente do Poder Executivo reconheciam os esforços das comunidades em assegurar o ensino.

Em Blumenau a instrução primária é ministrada por escolas subvencionadas pelo Governo, em número de 20, que funcionam, regularmente, apresentando resultados talvez mais satisfatórios do que em muitas partes da Província, sendo, porém lamentável que continue tão descuidado o estudo da língua nacional, dificuldade, que ninguém aliás contesta, de encontrar-se pessoal habilitado a ensiná-la com proveito a meninos alemães e italianos que somente falam a língua de seus pais. (RAMALHO, apud FIORI, 1991, p. 68).

Em contrapartida, a escola pública apresentava limitações em seu funcionamento. Dentre as dificuldades, "revelava um deficiente serviço de inspeção escolar, professores sem habilitação e escolas públicas que mal ensinavam seus alunos a ler a escrever". (FIORI, 1991, p. 67). Esta condição contribuía para o elevado índice de analfabetismo em Santa Catarina.

Ao adentrar o período republicano, o direito ao voto levou o governo a redimensionar a necessidade de democratizar o acesso à escola para garantir ao menos o conhecimento dos rudimentos da leitura e da escrita, pois "a exigência da alfabetização para a participação política (eleições diretas), tornava a difusão da instrução primária indispensável para a consolidação do regime republicano". (SOUZA, 1998, p. 27).

Em Santa Catarina, no novo regime político, duas problemáticas marcariam as ações da política pública: "Além do analfabetismo, a escola catarinense que principiou a instalar-se com o advento da República, teve outro problema a considerar: o da assimilação, pela língua principalmente, dos imigrantes europeus que ali se instalaram". (MOREIRA, 1954, p. 19).

Foi somente a partir de 1911, no governo de Vidal Ramos, através da atuação do professor Orestes Guimarães,²⁵ contratado pelo governo estadual para organizar a educação pública catarinense, que houve uma reforma mais efetiva no Estado. Sua atuação na área educacional catarinense se estendeu no período de

²⁵Nasceu em Taubaté-SP, em 1870. Professor normalista, organizou os grupos escolares de Taubaté e Ribeirão Preto. Organizou o Colégio Municipal de Joinville. Mais tarde, retornou ao Estado catarinense, onde atuou como Inspetor Geral do Ensino. Em Santa Catarina, é memorado como técnico em educação e, dentre outras homenagens, deu nome a várias escolas. (KHATIB, 1970).

1911 a 1931, quando de seu falecimento. A reforma operada no ensino público foi considerada como uma das mais importantes na área educacional.

Familiarizado com o ensino público catarinense, a partir de sua ação na reformulação do ensino numa das escolas de Joinville, em 1907, Orestes Guimarães procurava impingir na escola pública o que era considerado inovador e moderno na área educacional. Segundo Moreira (1954), a partir daquele período até 1940, o modelo pedagógico paulista foi o que predominou na educação pública em Santa Catarina.

Com os olhos voltados para os países europeus e principalmente para os Estados Unidos, os republicanos paulistas assistiam impressionados à constituição dos sistemas nacionais de ensino nesses países e os avanços educacionais. No final do século XIX, a universalização do ensino primário era um fenômeno consolidado em muitos deles. (...) Em relação à renovação do ensino, o sucesso verificado nesses países era confirmado em muitos aspectos pela rica experiência das escolas particulares confessionais e leigas, instaladas no Brasil nas décadas finais do século XIX, voltada para a formação das elites. (SOUZA, 1998, p. 29).

Ainda segundo Souza (1998), membros da elite republicana, como Bernardino de Campos, dentre outros, que de alguma forma tiveram contato com as inovações aplicadas nas escolas confessionais no estado paulista, tomaram-nas como o que havia de mais moderno até então e procuraram sua implementação em prol da educação popular.

A ênfase em renovar a escola pública em São Paulo, dentre outras estratégias dos reformadores, dava-se pelo investimento na formação do professor. Desta forma, a criação daquela instituição²⁶ serviria "como escola de prática de ensino e experimentação dos alunos-mestres da Escola Normal. Essa escola foi considerada a base para a reforma da instrução pública". (SOUZA, 1998, p. 40).

²⁶A Escola-Modelo, como protótipo da escola renovada, era dirigida por Marcia Browne, formada nos Estados Unidos. Browne atuou na Escola Modelo pertencente à *Escola Normal da Praça da República*, atual *Escola Caetano de Campos*. Notabilizou-se pela introdução de didáticas renovadas julgadas compatíveis com a evolução natural do intelecto da criança e que ressaltam o valor da observação, da experiência sensorial e da educação dos sentidos. (MONARCHA, 1999, p. 179).

Ao assumir o cargo de inspetor geral do ensino no estado catarinense, Orestes Guimarães deparou-se com uma estrutura educacional deficitária. Iniciou o trabalho pela base, sem a composição de uma estrutura administrativa complexa. Visitava os estabelecimentos de ensino para orientar, organizar e implementar as novas medidas. O compromisso de Orestes Guimarães ao chegar no estado catarinense, era "criar um novo sistema educacional e não o de renovar ou continuar ou expandir algo já estabelecido". (MOREIRA, 1954, p. 14).

As escolas isoladas de Santa Catarina, nessa ocasião, eram numerosas e típicas da zona rural. Para instrumentalizar os estabelecimentos de ensino da área rural, foi aprovado um programa através da Lei n.º 587, de 22 de abril de 1911. O programa educacional catarinense foi oficializado em 1914, juntamente com o programa de escolas normais (FIORI, 1991).

A novidade na organização e sistematização da educação pública catarinense foi a criação de grupos escolares pautados no modelo paulista. Nas palavras do próprio inspetor: "Em iguaes condições, estão também, os grupos escolares catharinenses, installados confortavelmente em elegantes, sobrios e hygienicos predios, providos da material didactico indispensavel ao ensino". (GUIMARÃES, 2000, p. 172).

De acordo com Fiori,

...esse tipo de escola vinha substituir a tradicional escola primária, onde não havia seriação do ensino e um mesmo professor ensinava a todos os alunos. As vantagens inovadoras do Grupo Escolar eram: (...) divisão de trabalho, seriação do ensino, economia de instalações pedagógicas. (FIORI, 1991, p. 86).

A nova reformulação do ensino público catarinense,²⁷ dentre outras questões, visava à uniformização da matrícula escolar, além da preocupação com a

²⁷A estrutura da escola organizada a partir da atuação daquele inspetor permaneceu durante vários decênios, distribuídos nos seguintes estabelecimentos: Escola Normal, Grupo Escolar, Escola Isolada, Escola Reunida e Escola Complementar. (FIORI, 1991).

qualidade de ensino, da elevação do nível de conhecimento dos candidatos ao exercício do magistério.

Em 1916, quando se iniciou o processo escolar comunitário teuto local, a estatística estadual ainda apontava para o predomínio de escolas particulares, "27% das escolas catarinenses eram mantidas pelo Estado, 17% tinham o município como fonte de manutenção e 55% dessas escolas eram particulares". (FONTES, apud FIORI, 1991, p. 111).

Moreira enfatiza que, no estado catarinense, havia diferentes fatores²⁸ que contribuía para a não-expansão do ensino público, sobretudo no início da década de 20:

Além do rápido crescimento da população dificultava a obra da escola, a dispersão demográfica, para a qual contribuíram poderosamente o regime de pequenas propriedades, único possível à economia do processo de colonização, e o sistema rodoviário que os governos estaduais e municipais desenvolveram. (...) Santa Catarina é, pois, um Estado ruralizado sobretudo pelo seu regime de propriedade, seu sistema rodoviário e pela natureza do solo e as disposições climáticas. (MOREIRA, 1954, p. 18).

A dispersão demográfica foi um dos atenuantes da não-expansão da escola pública no oeste do estado catarinense. Acresce-se a isso a distância em relação à região litorânea, que abrigava os órgãos gestores da educação pública. Cabe lembrar que a região oeste só foi incorporada simbolicamente ao estado catarinense em 1929, por ocasião da "Bandeira" de Adolfo Konder,²⁹ para tomar conhecimento do território (RENK, 1997). É presumível a condição de abandono da região, sobretudo com relação a investimentos no setor educacional:

No ano de 1927, Mâncio Costa, então Diretor da Instrução Pública, apontou como problemáticas do sistema de ensino público estadual: os prédios escolares, em sua maioria, necessitavam urgentes reparos; o último fornecimento de material escolar aos

²⁸Moreira (1954, p. 18), destaca que houve crescimento elevado da população catarinense no início do Período Republicano. O aumento de migrações internas e externas resultou na elevação do número de habitantes no estado catarinense. Em 20 anos, a população duplicou, passando de 300.000 em 1900 para 600.000 moradores em 1920.

²⁹No seu entender, Adolfo Konder acreditava levar a "civilização" para o oeste catarinense.

estabelecimento de ensino datava de 1920; os aluguéis das escolas públicas viviam em constantes e angustiosos atrasos; os professores reclamavam que o horário escolar era demasiadamente exíguo para esgotar o complexo programa de ensino; as diárias que os Inspectores Escolares recebiam durante suas viagens, eram insuficientes; o professorado das Escolas Isoladas não era pago em dia e havia docentes que não recebiam seus proventos há um ano. (FIORI, 1991, p. 118).

Desde a criação do município de Joaçaba, em 1917, até a atualidade, a educação pública municipal e estadual local numa perspectiva histórica, prescinde de estudos, principalmente no que diz respeito à sua instalação e desenvolvimento. Como já foi dito, a precariedade e até mesmo "ausência" da escola pública é tomada como um dos fatores determinantes em relação à instalação da escola teuta local.

1.4 A ESCOLA TEUTA NO VALE DO RIO DO PEIXE

No período de 1917 a 1938, no município de Joaçaba, houve presença significativa de escolas para atender à população teuto-brasileira e intensa participação desta etnia no provimento de escolas. No entanto, não se pode afirmar a total ausência do poder público na educação. Na biografia de José Ferreira da Silva, há menções a respeito de suas atividades como professor no município de Joaçaba. "Depois de fazer seus estudos no Ginásio Catarinense de Florianópolis, em 1917 foi nomeado professor público em Canoinhas, de onde foi removido, em 1919, para Bom Retiro, hoje Luzerna, neste Município (SILVA, apud QUEIROZ, 1967, p. 17).

O não-atendimento à demanda escolar local foi um fato lamentado posteriormente, durante a Campanha de Nacionalização, ocasião em que se pretendia forjar uma identidade nacional. Fato assim registrado em um jornal local:

Todavia é preciso não esquecermos que se o tivemos pela frente foi pelo exclusivo descuido de nossa parte, quando não soubemos ou não pudemos encaminhar racionalmente as levas imigratórias facilitando-lhes a assimilação, ou quando, nos mantendo no erro, não providenciamos as escolas que certos núcleos estrangeiros não podiam dispensar (...) Tivéssemos provido as escolas que careciam e hoje não teríamos a tristeza de ver patrícios nossos ignorando até a língua nacional. (...) somente a escola fará os imigrantes e seus descendentes, brasileiros pelo sentimento e pela razão. (VOZ D'OESTE, apud RADIN, 1996, p. 126).

Como se vê, as iniciativas escolares na comunidade teuta foram expressivas. A abertura de vários estabelecimentos de ensino, ao longo do período de 1917 a 1938, deixou clara a importância da escola em cada uma das colônias.

As iniciativas escolares germânicas, localizadas no período investigado e aqui apresentadas, foram as que se mostraram mais evidentes. Cabe registrar que, embora fosse significativo o número de iniciativas, não se tem a pretensão de afirmar que elas correspondiam à totalidade de estabelecimentos escolares germânicos em funcionamento no período. Deve-se pensar que, a partir do investimento na respectiva temática, outras podem ser localizadas.

Quanto à abertura de escolas teutas locais, foi localizado o registro dos estatutos das sociedades escolares da década de 30:

QUADRO 1 - REGISTRO DOS ESTATUTOS DAS SOCIEDADES ESCOLARES

SOCIEDADES ESCOLARES	LOCAL	ANO DE REGISTRO
Sociedade Escolar "Schulverein do Sul"	Cruzeiro do Sul	1937
Sociedade Escolar Teuto-Brasileira Linha Leãozinho	Linha Leãozinho Estrada São Bento	1935
Sociedade Escolar Teuto-Brasileira das Veadas	Veadas	1932
Comunidade Escolar Catholica da Linha Germano	Linha Germano	1935

FONTE: Cartório de Ofício de Registro de Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Joaçaba-SC

Estabelecimentos de ensino similares aos anteriormente citados estiveram em funcionamento, naquele mesmo período, nas colônias teutas do município de Joaçaba. Além de se tratar de escolas comunitárias, era explícito o vínculo da escola com a igreja, pois, nos estatutos das comunidades eclesiais, percebe-se que algumas tinham inclusive uma intenção escolar e, em outras, os estatutos escolares já estavam definidos e aliavam-se ao projeto pastoral. O quadro 2 apresenta uma relação de comunidades em que a escola assim se apresentava:

QUADRO 2 - REGISTRO DOS ESTATUTOS DAS COMUNIDADES ECLESIASTICAS

COMUNIDADES ECLESIASTICAS	LOCAL	ANO DE REGISTRO
Comunidade Evangelica Alemã "Cruzeiro do Sul"	Cruzeiro do Sul	1932
Comunidade Evangélica Allemã de Bom Retiro	Bom Retiro	1927
Comunidade Evangélica Lutherana "Christus Gemcinde"	Linha Grafunda	1934
Deutsch-Evangelisch Luth. Franeuverein	Cruzeiro do Sul	1934
Comunidade Evangelica Luterana da Trindade de Nova Germania	Nova Germania	1931

FONTE: Cartório de Ofício de Registro de Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Joaçaba-SC

Na comunidade de Duas Casas, também havia uma escola teuta. Segundo Paganelli (p. 5), "A Comunidade Evangélica de Duas Casas chegou a ter 17 membros. A maioria deles eram naturais da Alemanha, o que se refletia na sua vida equilibrada tanto cultural como espiritualmente. Por motivos diversos, como emigração, 2.^a Guerra Mundial, a referida comunidade deixou de existir em 1946."

O funcionamento dessa comunidade eclesial era articulado com o da comunidade evangélica da zona urbana do município de Joaçaba.³⁰ "Chegou a ter o seu próprio templo e ser responsável também pela escola comunitária de Limeira, hoje Joaçaba". (PAGANELLI, p. 5).

Houve escolas teutas que não registraram oficialmente seu estatuto. Este é caso da comunidade de Santa Clara, localizada na zona rural do município de Joaçaba. Nessa comunidade, além de outras etnias, residiam algumas famílias germânicas católicas e evangélicas. Inicialmente, a escola ensinava em alemão e, com a nacionalização do ensino, incorporou a língua portuguesa.

Ali [foto da ex-professora] o que eu sei, nós aprendemos com ela, porque o primeiro professor era Carlos... Então, lá nós estudava em alemão. (...) Então estudamos em alemão com ele. Mas daí estourou a guerra, né, daí não deu mais pra estudar em alemão. Os alemães eram castigados e coisa e tal. Depois, entrou a Maria Cimas ali e então começamos aprender com essa professora aí. (Paulo, 2001).

Na sede da colônia Bom Retiro, em torno de 1924, foi fundada uma escola na comunidade católica. O ensino era em português e alemão e os turnos de funcionamento eram diferenciados. Havia um professor para os descendentes de alemães e outro para quem falasse o português, incluindo aí os descendentes de italianos, segundo o questionário³¹ preenchido pelo professor Bernardo Sieberichs, em 1930.

³⁰A Comunidade Evangélica Alemã Cruzeiro do Sul foi fundada em 24 de outubro de 1924. (PAGANELLI).

³¹Esta informação consta no *Questionário Sobre a Escola no Brasil*, documento encontrado no Instituto Martius-Staden, em São Paulo: "os questionários devem ser remetidos o mais depressa possível a um desses endereços: P. Georg Schmeling, Estância Velha (via Novo Hamburgo) – Pe. Th. Amstad S. J., São Leopoldo (Seminário) – Rotermond & Co., S. Leopoldo".

Na colônia Bom Retiro, também funcionou uma escola teuta na Comunidade de Dois Irmãos. Há ainda outros registros que complementam as informações, sobretudo na zona urbana do município de Joaçaba. Nessas escolas, havia a atuação de pastores no exercício do magistério. Dentre eles, destaca-se o pastor representante do Sínodo Missouriano, Valentim Kuehn. Nos Extratos da Crônica da Paróquia Rio do Peixe, da Paróquia Evangélica de Bom Retiro, vinculada ao Sínodo Riograndense, constam as condições das comunidades e escolas vinculadas àquele sínodo, localizado no perímetro urbano do centro de Joaçaba.

Também sobre a comunidade de Herval não há nada de especial a relatar a não ser que em Duas Casas e Limeira foram construídas escolas, sendo que cada uma deverá receber um professor. Desde algum tempo o pastor - missionário Kuehn ministra as aulas, depois de se haver comprometido de abster-se de quaisquer pretensões eclesiásticas especiais. Infelizmente não demorou até que o Sínodo de Missúri lhe proibiu a instruir crianças pertencentes a outros sínodos. (SPIEWECK, 1962, p. 2).

É possível evidenciar as atividades eclesiásticas na esfera da educação através do depoimento do pastor Kuehn à ex-professora Cecília U. Diesel,³² divulgado no jornal *Cidadela*, na seção "Recordações e Sugestões Ceci", que circulava na sociedade Joaçabense:

Resolvi entrevistar o mais antigo Pastor de Joaçaba, Valentim Kuehn. Talvez ele soubesse. Numa conversa calma e agradável, acompanhada por ótimo chimarrão, em casa de sua filha Edith, pedi licença a ele e fui vasculhando a sua vida. Sempre tive em conta que ele fosse alemão nato, mas, com surpresa, descobri que é russo, nascido em Wolien, donde partiu com os pais para o Mar Báltico e de lá para a cidade de Schleswig Holstein, na Alemanha, onde estudou. Em outubro de 1912, transferiu-se para Porto Alegre, onde continuou a estudar. Em 1919 entrou para a escola de Teologia – Seminário Concórdia – onde, em 1925, formou-se Pastor de Confissão Luterana. Foi enviado a Herval d'Oeste como missionário, porém, mudou-se para Joaçaba onde fundou uma das primeiras escolas que funcionou em terreno doado por Jacob Petry, um dos antigos colonizadores. Fundou também a Igreja Santíssima Trindade. Ficou assim a escola ao

³²Este jornal se encontra no acervo particular de Cecilia U. Diesel, que forneceu o exemplar à pesquisadora, inclusive repetindo, em sua entrevista, muitas das informações ali contidas. Apesar de deixar evidenciado o trabalho daquela igreja na área educacional, cabe ressaltar, neste sentido, que a escola teuta que funcionou no município de Joaçaba, naquela ocasião, não tinha vínculo restrito apenas com o Sínodo Riograndense. A colunista ressalta, ao término de sua entrevista com o pastor Valentim Kuehn: "lembreiros sempre com respeito este pioneiro do ensino em nossa cidade, demonstrando a ele nossa gratidão". (CIDADELA, 24 nov. 1979, p. 14). In anexo.

lado da antiga Capela Católica de Santa Terezinha, onde hoje funciona o Hospital do mesmo nome. Seus alunos foram, entre outros: Fritz Lucht, Fritz e Willy Meier (já falecidos), Heine Harthmann, Clóvis Pereira, Erwim Lucht, um Tortato, um filho do fiscal da estrada; durante dois anos lecionou alemão e português; foi, então, criada outra escola. (CIDADELA, 24 nov. 1979, p. 14).

Cecilia U. Diesel acrescenta ainda a participação do pastor Kuehn em outro empreendimento educacional:

Fundou também a escola de Linha do Salto para onde abriu a estrada à custa de dinheiro coletado, boa vontade dos colonos e seu enorme esforço e colaboração. Durante os anos que lecionou nesta escola, recebeu salário durante um ano da Prefeitura. Passou a mesma ao Sr. Oscar Lang. Dona Elza Kuehn foi quem deu início à Sociedade das Senhoras Luteranas e ao Jardim de Infância Santíssima Trindade, funcionando então em terreno doado pelo Sr. Ludwig Specht, onde construíram, de madeira, a igreja depois de venderem a primeira para a comunidade católica. (CIDADELA, 24 nov. 1979, p. 14).

Faz-se um apanhado geral,³³ citando apenas o nome das comunidades do município de Joaçaba, no período em que ocorreu o funcionamento de escolas pela iniciativa germânica, citando-se a seguir: Linha Leãozinho, Nova Germânia, Linha Grafunda, Santa Clara, Linha do Salto, Veado, Duas Casas, Linha Germano, Dois Irmãos, além de escola na sede da colônia Bom Retiro e na vila Cruzeiro do Sul.

A abertura das escolas pela iniciativa germânica, na zona urbana do município de Joaçaba, demandaria investigação mais apurada e específica. Há indicativos de tensões, até mesmo em relação ao próprio espaço de funcionamento da escola e igrejas. Um exemplo é a comunidade eclesiástica evangélica que perdeu os direitos sobre um terreno na zona urbana.

Nesse período, alguns cultos e batismos oficiais foram celebrados, numa capela escolar, avaliada, na época, em 3.000\$000. Havia-se formado uma Comunidade, composta de dez (10) famílias que receberam doado, da Empresa Colonizadora Moser&Heberle, um terreno, no qual estava construída a capela escolar, já mencionada. Por intromissão de estranhos (sic) à Comunidade, antes que esta se tivesse dado conta do acontecido, perdera o direito sobre esse (sic) terreno, situado onde hoje se localiza o Hospital Santa Terezinha. (RELATÓRIO, 4 nov. 1962, p. 1).

³³Estatutos escolares, comunidades eclesiásticas e depoimentos.

Ainda informa o relatório que, em meados da década de 30, após a dissolução da comunidade eclesiástica, os evangélicos filiaram-se à Comunidade Evangélica de Bom Retiro/Luzerna.

Em relação às iniciativas escolares, de maneira geral, apresentavam um cunho distintivo em relação às igrejas. Há fortes evidências de que as escolas estavam articuladas à confessionalidade da comunidade na qual estavam inseridas.

No entanto, nem todos os ex-alunos teutos, que freqüentaram uma daquelas unidades escolares, na zona rural do município de Joaçaba, explicitam a vinculação escola-igreja. A título de ilustração, relata um dos ex-alunos que freqüentou a escola no decorrer da década de 30 do século XX: "que naquela época a comunidade mandava os alunos lá naquela escola, então pagavam o professor na custa deles. Nem a prefeitura não ajudou nada com isso". (Adalberto, 2000).

O fato de os ex-alunos não explicitarem a relação escola e confessionalidade não significa que esta não tenha ocorrido. Trata-se, antes, de manifestação a *posteriori*, relacionando o papel do Estado, não cumprido naquele momento. A presença dos esforços comunitários é o *leitmotiv* do processo escolar local nas primeiras décadas de colonização. Pode-se concordar com Kreutz, quando afirma que, historicamente "tratava-se de escolas comunitárias, porque foram criadas e mantidas pelas comunidades teuto-brasileiras. Porém, na maior parte dos casos, eram consideradas também escolas confessionais, porque estavam diretamente vinculadas a uma confissão religiosa". (KREUTZ, 1994, p. 149-150).

A característica da escola também confessional foi um novo elemento que se apresentou no processo escolar comunitário teuto-joaçabense, apontando que a presença da escola na comunidade, de maneira geral, não se dava apenas em função da precariedade do ensino público ou da motivação da família pela instituição, mas que vinha de um contexto religioso. Considerando o âmbito dos estudos da cultura escolar, é fundamental atentar para a motivação daquele empreendimento educacional, isto é, para a finalidade da escola além do valor atribuído pela família. Não se pode negar o valor atribuído pela família, mas cabe

ampliar ou, no mínimo, verificar se um dos fatores determinantes no desencadeamento do processo escolar na região do Vale do Rio do Peixe veio de uma trajetória em que havia a participação de instituição religiosa. Neste sentido, cabe recorrer a Julia (2001, p. 10), quando afirma que a cultura escolar apresenta:

...um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).

A identificação da relação escola e igreja no processo escolar local tomou visibilidade ao se levar em consideração a presença da igreja na identificação de iniciativas escolares. Tomar por base a formação da colônia, ou seja, o pertencimento étnico, de maneira geral, mostrou-se complexo, devido à constituição de núcleos coloniais etnicamente mistos.

A formação confessional heterogênea no município de Joaçaba, traz indicativos da participação das igrejas no processo escolar local, mas, neste estudo, não são tratadas as motivações e implicações no desenvolvimento do processo escolar na sua especificidade, mesmo por conta do que tem sido observado por um dos estudiosos da escola teuta, que defende a sua criação também por motivo religioso. Kreutz (1998, p. 202) enfatiza: "As igrejas tiveram algumas iniciativas semelhantes junto aos diversos grupos étnicos em relação ao processo escolar. (...) Entre os alemães, houve características próprias na relação igrejas e processo escolar".

Neste sentido, cabe destacar que a heterogeneidade religiosa entre os alemães, na nova colônia, se fez desde o princípio da colonização. É sabido que, dentre os alemães, há divisões de credo. Há a fração católica e a protestante, sendo que esta é subdividida em duas igrejas luteranas. Essa diversidade de credos se fez presente no município de Joaçaba, contribuindo na configuração das colônias confessionalmente heterogêneas. Mesmo assim, houve a tentativa de formação de agrupamentos de acordo com a religião.

Ao analisar determinados elementos que compõem o quadro da cultura escolar, como da escola teuto-joaçabense, é fundamental atentar que, em diferentes momentos, ela pode atender a diferentes finalidades, como desponta a finalidade religiosa, mas sobretudo, que: "Esta cultura escolar não pode ser estudada sem análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhes são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular". (JULIA, 2001, p. 10).

Entre os alemães, há a identificação do grupo étnico em face de tudo o que é exterior a ele, de acordo com Seyferth (1982) entretanto, as subdivisões do grupo são marcadas pelo pertencimento religioso.

1.5 LUTERANISMO E EDUCAÇÃO NAS NOVAS COLÔNIAS

A fração protestante, isto é, de pertencentes ao que se convencionou chamar de protestantismo de imigração, deu origem a duas igrejas luteranas: a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (atual IECLB) e a Igreja Evangélica Luterana do Brasil a (IELB), ambas fundadas no Rio Grande do Sul ao longo do século XIX (DREHER, 1998). Na nova região de colonização, estenderam o atendimento eclesiástico, isso porque "Protestantes e católicos alemães nunca têm a mesma hierarquia de valores, nunca encaram, por exemplo, o Estado da mesma maneira, nunca exercem suas profissões ou atividades econômicas obedecendo exatamente aos mesmos estímulos". (WILLEMS, 1980, p. 336).

Essas observações procuram esclarecer que as diferenças de credo podem trazer reflexos no funcionamento da escola teuta local, apresentando subdivisões de acordo com a religião da comunidade, como enfatiza Willems (1980, p. 287): "As chamadas 'escolas alemãs' eram geralmente integradas em sistemas que refletiam a diferenciação cultural, sobretudo religiosa dos teuto-brasileiros.(...) Com efeito, a divisão religiosa coincidia geralmente com a divisão escolar e esta recebia o seu cunho distintivo pelas idéias religiosas de que compartilhava."

O então chamado Sínodo Riograndense estava vinculado ao luteranismo alemão, que, além de suas normas e atribuições eclesiásticas, apregoava a defesa da germanidade, "concebido como uma religiosidade indissociável da cultura e da etnia alemã onde fora gerado". (JUNGLUT, 1994. p. 142). Jungblut chama a atenção para o pertencimento étnico dos luteranos, que adotavam esta postura, destacando que "entendiam sua religiosidade como limitada à sua própria etnia e, portanto, em princípio, não extensiva às demais etnias que compunham a sociedade nacional". (JUNGLUT, 1994. p. 142). Filiou-se à Igreja Territorial Prussiana em 1903, e de acordo com seus estatutos: "une, quanto à organização dos ofícios religiosos, à disciplina eclesiástica, com a Igreja Evangélica Alemã". (WILLEMS, 1980, p. 345). Em outros termos, havia uma simbiose entre a língua alemã e o protestantismo.

A presença formal da IELB no Vale do Rio do Peixe ocorreu em 1925, com a vinda do pastor Kuehn. O Sínodo Missouriano,³⁴ isto é, do luteranismo emigrado aos Estados Unidos, ao contrário do Sínodo Riograndense, não associava a fé à língua alemã.

O catolicismo se fazia presente na região com o atendimento realizado pelos padres vinculados à Congregação Franciscana. A orientação eclesiástica católica foi intensificada após a criação da Diocese de Lages, em 1927, da qual originavam as orientações ao município de Joaçaba, ao qual manteve vínculo até 1975.

Apresentado o panorama geral, a partir de agora, as atenções serão voltadas ao Sínodo Riograndense, porém sem desconsiderar as demais igrejas.

³⁴ "É originário da América do Norte, onde foi criado, em 1847; chamou-se "Sínodo Alemão Evangélico do Missouri, Ohio e outros Estados". Ao apelo do pastor de Estância Velha, o Sínodo enviou, em 1900, um primeiro emissário, o pastor Broders, que trabalhou sobretudo na região de São Loureço – Pelotas –, onde, em 1900, quatro paróquias pediram um pastor luterano. O pastor Mahler chegou em 1901 e tornou-se tão ativo que, em 1904, havia treze igrejas luteranas, com dez pastores. Formaram elas um distrito do Sínodo de Missouri, cujo apoio permitiu que a organização se desenvolvesse no Rio Grande do Sul e, graças à enxameação da população rural, nos Estados de Santa Catarina e do Paraná. Fundou, em 1907, um seminário em Pôrto Alegre, um jornal da Igreja Evangélica Luterana, uma livraria central e uma organização escolar própria: para 116 comunidades, em 1923, havia 73 escolas, com 40 pastores e 48 mestres. Durante a Primeira Guerra Mundial, acusou rápidos progressos". (ROCHE, 1969, p. 677).

Cabe dizer que somente esta confissão religiosa apresentou fonte documental eclesiástica vinculada à escola.

A participação dessa representação eclesiástica no processo escolar local acrescenta-se à teia de relações da região oeste catarinense, nas primeiras décadas do século XX. Renk (1997) lembra os escritos de Gama D' Eça, que afirmava que o vínculo dessa região com o estado catarinense era condicionado apenas por "liames políticos". A maior parte das relações era estabelecida com o estado do Rio Grande do Sul:

Os núcleos coloniais, às margens do Rio Uruguai, só geograficamente estavam inseridos em Santa Catarina. Com o Rio Grande do Sul mantinham as relações comerciais, os vínculos com a Igreja Evangélica Luterana, cujas orientações emanavam daquele Estado. Os veículos de comunicação que circulavam nas *novas colônias* eram aqueles das *colônias velhas* [RS], como *Kalender der Serra Post*, *Paulusblatt* [órgão oficial da Sociedade União Popular, de inspiração jesuítica] e o *Volskblatt*, órgão católico de Porto Alegre, entre os alemães. (...) De modo similar, os filhos de colonos que seguiam a carreira religiosa, no credo católico ou luterano, dirigiam-se ao Rio Grande do Sul, o mesmo ocorria com o ensino laico. (RENK, 1997, p. 8).

O Sínodo Riograndense³⁵ adentrou o Vale do Rio do Peixe, criando sedes pastorais nas quais, de modo geral, normalmente funcionavam a igreja e a escola e se realizava o atendimento às comunidades sinodais.³⁶ Era em torno da estação férrea que normalmente se instalava a sede pastoral, local onde o pastor fixava residência e atendia às comunidades adjacentes àquela sede, a partir da chegada de novos migrantes, no caso, evangélicos. A rota de atendimento seguia ao longo do vale, nos locais em que passavam os trilhos da estrada de ferro.

A entrada oficial dessa igreja na região ocorreu em 1914, numa sociedade escolar formada por moradores que pertenciam à comunidade evangélica apoiada

³⁵ A abrangência do Sínodo Riograndense, no Vale do Rio do Peixe, pode ser visualizada no mapa que diz respeito ao "Esboço de mapa Divisão Eclesiástica do Contestado". Embora não datado, indicativo ser referente a década de 30 do século passado. Em anexo.

³⁶ A extensão do atendimento do Sínodo Riograndense, no Vale do Rio do Peixe, e os limites sinodais ficavam entre a sede pastoral da Colônia Rio do Peixe/Piratuba e Perdizes/Videira.

pela *Serra-Verband* (do Sínodo Riograndense) e representada pelo pastor Kolfhaus. Fundou-se uma escola materna com o objetivo de ministrar o ensino elementar (LOPES, 1997; HEINSFELD, 1996). No momento inicial, os moradores teutos evangélicos, eram assistidos por pastores de Marcelino Ramos-RS.³⁷

A formação da primeira comunidade eclesiástica escolar no centro da Colônia Bom Retiro, ocorreu em 1916 e era voltada também à formação da escola elementar.

Quando nos anos de 1926 e 1927 a Comunidade Evangélica de Luzerna foi reestruturada, desligou-se administrativamente da Paróquia Evangélica de Piratuba, com o objetivo de ser elevada à categoria de sede paroquial e possuir definitivamente o seu próprio pastor. Na realidade isto não ocorreu. De 1928 a 1939 a área da atual Paróquia Evangélica de Luzerna ficou de certa forma subordinada à Paróquia de Perdizes, hoje Videira. O atendimento pastoral continuou sendo esporádico. Muitas vezes os cultos marcados para determinada data não puderam ser realizados devido às más condições de locomoção disponíveis aos pastores. A irregularidade no atendimento pastoral enfraqueceu muito o desenvolvimento as comunidades em formação. (PAGANELLI, p. 5-6).

Corroboram com Paganelli registros eclesiásticos e de Spieweck (1962, p. 5): "por volta do fim de 1939 o diácono Alfred Hoffmann foi enviado pelo Sínodo Riograndense como pastor para Bom Retiro, que assumiu o atendimento da nova paróquia, inclusive Videira."

A instalação da igreja e da escola também dependia de acordos entre as companhias colonizadoras, sendo que uma das estratégias era a doação de áreas para a instalação dos prédios (RADIN, 1996). Este é o segundo aspecto que chama atenção: para atrair migrantes à nova região de colonização, a propaganda das companhias colonizadoras garantia como atrativo a presença de igrejas e de escolas.

Os vínculos entre a Sociedade Territorial Sul Brasileira H. Hacker & Cia. e o Sínodo Riograndense eram explícitos. A colonizadora assumia até uma taxa de manutenção do pastor na comunidade. No período da Primeira Guerra Mundial, os vínculos com a Alemanha foram interrompidos. Até então, a remuneração do pastor, de 3.000 marcos-ouro ao ano, era efetuada pelo Conselho Superior Evangélico de

³⁷RELATÓRIO, IECLB, Joaçaba, 1962.

Berlim (SPIEWECK, 1962). Para sobrevivência do Sínodo, este solicitava a contribuição dos membros da comunidade (DREHER, 1984).

Desta forma, foi introduzida a contribuição das comunidades para a manutenção das atividades realizadas pela igreja e para assegurá-la. O sínodo promovia uma espécie de constrangimento, denunciando para toda a comunidade os membros que não contribuía economicamente. Como já foi mencionado, trata-se de indicativo de que a respectiva empresa colonizadora também assumia compromissos para a manutenção da igreja nas novas áreas de colonização.

No entanto, a doação de terrenos pela Cia. Colonizadora Hacker, em 1917, nos quais foi instalada a sede paroquial da igreja evangélica, na colônia Bom Retiro, só foi formalizada na década de 30 do século passado. Doação e formalização nem sempre andaram juntas (PASTA SR 72/7 e PAGANELLI).

Uma das marcas do Sínodo Riograndense foi fomentar o processo escolar. Repetia-se no Vale do Rio do Peixe o que ocorrera no Rio Grande do Sul, como pode ser observado através da cópia da carta do Sínodo Riograndense,³⁸ datada de 2 de setembro de 1913, destinada à Sociedade Evangélica para os Protestantes Alemães na América, de Barmen/Alemanha. Na carta, os pastores, exigiam condições para atendimento eclesiástico e escolar. O documento ressaltava a disputa com o Sínodo Missouri. Caso não se apresentassem condições para cobrir o atendimento a novas áreas, o Sínodo Missouriano poderia tomar para si as novas comunidades.

Um novo campo de trabalho encontra-se no Rio do Peixe, a Leste de Erechim, onde a Companhia Colonizadora Riograndense já assentou alguns centos de colonos e demarcou mais aproximadamente 1.000 colônias. Faço referência ao mapa que acompanha esta – Planta da Colônia Erechim e terras adjacentes. Seremos obrigados a dedicar mais cuidados à grande área que o mapa mostra. Como é conhecido, atua lá como pastor do Sínodo apenas o P. Els'asser e ele é do parecer, que de momento não há lugar para um segundo pastor; que a atividade principal seria na área escolar. **Isto certamente está muito correto; mas eu julgaria muito bom se lá pudéssemos colocar mais dois pastores que, naturalmente, teriam de se dedicar preferencialmente à escola. O que poderá fazer um único pastor, ainda que extremamente dedicado, que tem que atender toda a região desde Passo Fundo, passando por Mercelino (sic) Ramos,**

³⁸Tradução de W. H. Hasenack – arquivista do Arquivo Histórico da Escola Superior de Teologia. São Leopoldo-RS.

entrando em Santa Catarina e indo em direção Leste até o Rio Ligeiro! Aquela região ampla recebe a cada semana novos moradores; a colonização não só progride junto a Erechim mas especialmente ao longo dos rios de igual nome Rio do Peixe em Santa Catarina e também no nosso Estado. Os missourianos têm pastores em Erechim e Paiol Grande e o pastor de Tiradentes, em Guaporé, visita os colonos no Rio do Peixe. Nestes dias me foi feita a proposta pelo diretor da já mencionada Companhia Colonizadora, de mandar um pastor pelo menos ao alto Rio do Peixe, para onde conduz uma estrada de 15 km, partindo da estação Desvio Araújo, que sobre tudo deveria dar aula. Ele doaria terras para a igreja e escola e assumiria o compromisso de colaborar nos primeiros dois anos mensalmente com Rs 60\$000. Os colonos que lá se fixaram não são desprovidos de recursos. Se o Sínodo Riograndense não ocupasse aquela área, ele teria que acolher os missourianos... (PASTA SR 12/3/058, p. 3-4) (sem grifos no original).

O documento, em primeiro lugar, chama a atenção para o trabalho dos pastores como um dos fomentadores do processo escolar. A atuação dos pastores do Sínodo Riograndense no trabalho escolar teve seu início muito antes da fundação do Sínodo, em 1886. Hoppen (1986, p. 123), fala em "sistema escolar do Sínodo Riograndense."

A figura do pastor evangélico tornou-se importante neste contexto, pois assistia a seus fiéis num país católico, cujas autoridades fizeram uma concessão especial aos imigrantes acatólicos no sentido de lhes permitir a prática de seus ofícios religiosos em seus lares ou celebrá-los em casas comunitárias, desde que estas não tivessem aparência externa de templos. Era um elemento que recebera melhor formação do que os colonos, e, por isso, liderava, geralmente, a fundação de escolas, normalmente vinculadas à comunidade religiosa. Surge a escola-templo tão difundida nos primeiros tempos de uma colônia nova. Era uma casa que servia para o trabalho escolar, solenidades e ofícios religiosos. (HOPPEN, 1986, p. 126).

Face à carência de pastores com formação em teologia, inicialmente, houve a presença de pastores leigos, os chamados pseudopastores,³⁹ que também assumiram papel de docentes.

Não existiam professores formados; por isso, as funções de mestre escola foram, na maioria dos casos, assumidas por um dos imigrantes. Seguidas vezes o pastor ou pseudopastor assumia as funções de mestre escola. Com isso, o idioma usado no ensino também foi o alemão. Através da união pessoal de professor e pastor surgiu um relacionamento bastante estreito entre comunidade e escola, que se manteve em todas as comunidades, praticamente até a Segunda Guerra Mundial. (DREHER, 1984, p. 60).

³⁹Consultar a obra de Witt (1996).

Em Joaçaba, observa-se que, de maneira geral, os pastores envolveram-se na criação da escola/templo, isto é, na fundação da comunidade eclesial, paralela à criação da escola e que funcionava no mesmo prédio. Em relação à atuação direta do pastor como professor, considera-se, aqui, somente a sede pastoral de Joaçaba.

No decorrer da década de 30, foi registrada a presença de um pastor evangélico fixo no município. Chamava-se Gustavo Hahn, com formação em Ginásio e Seminário. Nasceu em Geschwenda Turingia, instalando-se no Brasil em 1922 e no município de Joaçaba em 1931. Uma correspondência do pastor H. Boll, de Erechim, ao presidente do Sínodo Rio-Grandense P. Th. Dietschi, em 1931, destaca:

O Sr. P. Hahn foi instalado em Bom Retiro a 19 de julho pelo colega Regling; não me foi possível presidir esse ato pessoalmente; como se tratou apenas de uma apresentação, encarreguei Regling que, além disso, já havia conduzido as últimas negociações com a comunidade. Segundo as informações dele, o domingo transcorreu normalmente até certo ponto, mas não foi possível convocar uma assembleia ordinária, visto que as dificuldades eram demasiadamente grandes; o P. H.[ahn] quer tentar pôr ordem na casa. Inicialmente não faz questão de uma casa pastoral, a fim de manter os terrenos urbanos e até que reine ordem; por enquanto mora na antiga escola em Bom Retiro. Ainda não está resolvida a questão da propriedade referente à ½ colônia, que os católicos reivindicaram para si. H.[ahn] escreveu a Hacker nesse sentido. (PASTA SR 63/1).

Esse pastor veio com a incumbência de trabalhar também na área educacional. Havendo dificuldades com o professor na comunidade de Leãozinho, passou a residir nesse local. Tal comunidade, ao longo do período, era considerada um local de pregação da paróquia de Joaçaba/Bom Retiro, conforme consta ainda na mesma carta citada anteriormente.

Por enquanto Hahn ainda não pode assumir a escola em Leãozinho, porque o professor não se retira, apesar de ter pedido demissão; como por enquanto se pode contar apenas com 100 membros, a subsistência será bastante reduzida. Por isso o P. Hahn solicita por ora uma subvenção de 100\$000 mensais por parte do Sínodo, o que também gostaria de recomendar com a presente. (PASTA SR 63/1).

A partir da presença deste pastor, Bom Retiro foi elevada a sede paroquial em agosto de 1931, segundo relatório do pastor Gustav Hahn sobre a comunidade Bom Retiro. A tentativa anterior, em 1927, quando se desvinculou da paróquia Rio do Peixe, mostrou-se infrutífera.

A instalação do pastor Gustav Hahn pelo pastor Regling, a 19 de julho de 1931, Bom Retiro foi elevada a sede paroquial autônoma do Sínodo Riograndense. Sede pastoral é, por enquanto a *sede urbana*, visto que a filial Leãozinho já havia empregado um professor. Toda a paróquia abrange o território entre Herval (sul) e Rio Bonito (norte) – 5 Km de extensão. O Sínodo possui uma área de terra na sede urbana, 100 x 100, bem localizada, e valendo já hoje no mínimo 7.000\$, valorizada pela plantação de 24 árvores frutíferas nobres pelo pastor. (PASTA SR 63/1).

Nesse mesmo relatório, o pastor Hahn falou das dificuldades de coordenar atividades na área educacional e eclesiástica. Apresentou descrição pormenorizada das comunidades e da situação em que se encontravam. A maior dificuldade apontada pelo pastor em assumir também o magistério estava na disputa do campo religioso, ou seja, a relação concorrencial entre os Sínodos Riograndense e Missouri.

A escola de Leãozinho, que originalmente deveria ser atendida pelo pastor, é atendida pelo professor Prass, que tem 11 famílias parentes na localidade. Seria temerário querer apoderar-se da escola a força. – A escola em Veado está carregada de material explosivo por causa da desunião dos membros (católicos, evangélicos, sabatistas, italianos) e não faria sentido meter-se nisso. – Entre Veado e Leãozinho abriu-se uma escola (evangélica), cujos alunos antigamente iam para Veado. Essa escola fechará novamente ou deverá ser deslocada mais para o norte, em direção ao estreito. Caso o Sínodo insista em que o pastor assuma uma escola, somente entraria em cogitação Veado ou São Bento, o que, todavia, prejudicaria novamente o trabalho eclesiástico iniciado, em face da dificuldade de locomoção e da atividade das seitas; pois o mais tardar no começo do próximo ano deve-se contar com o atendimento de Rio Bonito e com um novo núcleo em Água Doce. (PASTA SR 63/1).

Na mesma correspondência, o pastor propôs algumas alternativas ao Sínodo Riograndense, como a solicitação de "subvenção mais generosa", para garantir sua reputação, utilizando como justificativa a comparação com a situação e condição do pastor do sínodo concorrente. Nessa arena, inseriam-se as "seitas", categoria pejorativa para desclassificar as demais religiões, como a sabatista.

A igreja católica reivindicava uma área de terra doada pela colonizadora ao Sínodo Riograndense. Tratava-se, provavelmente, de sobreposição de doações. Como foi afirmado anteriormente, mais tarde essa área foi legalizada em nome do Sínodo Riograndense.

Todas as quartas-feiras ensino confirmatório e à noite canto em Leãozinho; a mesma coisa às quintas em Veado, por causa dos sabatistas.

Mais tarde pode ser instalada uma escola noturna em Bom Retiro, na sede urbana. O plano do pastor é o seguinte: o Sínodo não deixar a paróquia abandonada por muito tempo por causa das seitas; no primeiro ano deve estar garantida a mais generosa subvenção, por causa da reputação. Ainda há muitas terras para serem povoadas, especialmente entre B. Retiro, S. Bento, Água Doce, em parte já adquiridas por evangélicos, mas ainda não ocupadas. As terras sinodais são preparadas da melhor maneira, fabricam-se tijolos em cooperativa e com eles todas as comunidades são providas com as construções necessárias, a sede urbana com uma casa digna, posteriormente alugada, para, o mais depressa possível, poder garantir a subvenção pastoral mínima. (PASTA SR 63/1).

A proposta do pastor em não atuar na docência justificar-se-ia pela primazia da divulgação da fé luterana num espaço em disputa com outros credos religiosos. O pastor falou em atendimento não-regular dos missourianos e católicos. É mais um forte indicativo que a escola era instância de investimento daquelas representações eclesiais presentes no município de Joaçaba.

O crescimento das comunidades está sendo muito dificultado pela propaganda das seitas. Na vizinhança imediata se encontram: missurianos, adventistas, sabatistas, ciência cristã e os chamados pentecostais, que têm seus adeptos em toda parte, em Veado inclusive igreja e escola. O pastor missuriano em Herval é proprietário de um moinho e mantém uma lucrativa criação de porcos, além disso recebe mensalmente uma subvenção de 600\$ por parte do Sínodo. (manuscrito: "Os pregadores pentecostais são mantidos por uma olaria").

A fim de atender todas as exigências, é bom que o pastor, a exemplo dos franciscanos e missurianos, não atenda regularmente *nenhuma* escola. (PASTA SR 63/1) (sem grifo no original).

Segundo o depoimento de um ex-aluno, o pastor permanecia muito pouco na escola:

Primeiro, foi aquele que era o pastor que falamos antes, o pastor Gustavo Hahn. E ela também, a mulher dele a empregada. Às vezes em quando ele não estava, as outras davam aula, então. E era tudo aquela vez, tudo em alemão, até hoje eu sei bem ler o alemão. A maioria nem sabe mais ler em alemão. (Arlindo, 2001).

Em torno de 1936, iniciou-se um movimento na paróquia de Bom Retiro para a retirada do pastor, visto que as comunidades não estavam contente com o seu desempenho. Várias comunicações foram enviadas ao presidente do Sínodo Riograndense até ser decretada a saída do pastor da comunidade. Entre os seguidores do Sínodo Riograndense, a relação da comunidade com os pastores

nem sempre foi irenista. O fato de a comunidade contribuir financeiramente para a manutenção do pastor fazia com que esta, em momentos de tensão, exercesse o papel de "patrão".⁴⁰ Os conflitos e tensões do período pré-sinodal foram estudados por Dreher (1984).

Cabe registrar que a troca de pastores era permanente nas comunidades evangélicas. Destacaram-se: pastor Schultz, que atuou entre 1916 e 1920; pastor Franz Kolazs, de Marcelino Ramos-RS, que, em 1920, transferiu-se para a Alemanha; em 1923, assumiu o pastor Hansen; em 1927, o pastor Motschull, dentre outros; e o pastor Gustav Hahn, que permaneceu na paróquia de Bom Retiro entre 1931 e 1936; pastor Ricardo Hannemann, que esteve direta ou indiretamente no trabalho por mais de 30 anos (SPIWECK, 1962).

Inúmeras eram as dificuldades enfrentadas pelos pastores nas comunidades: atritos entre as comunidades; carência de recursos para manutenção

⁴⁰A título de ilustração, vejamos a correspondência enviada ao Sínodo: "Com a presente chamamos a atenção para os acontecimentos que há muito vêm ocorrendo em nossa comunidade, visto que o Sr. P. G. Hahn negligencia seus serviços na comunidade quase em todos os sentidos, assim, por exemplo, o ensino confirmatório. É quase impossível que as crianças possam ser confirmadas até a páscoa, visto que praticamente não têm ensino confirmatório.

Está previsto que haja culto a cada quatro semanas, mas quase a metade sempre é cancelada. Além disso queremos perguntar se um pastor pode realizar um casamento, quando nem antes nem depois se realizou o casamento civil? Aqui em Veadas isso já aconteceu duas vezes sob o Sr. P. Hahn, sem perguntar os (aos?) membros da diretoria. Além disso os referidos senhores ainda estão em atraso de alguns anos com suas contribuições. Como poderá uma Diretoria manter a ordem numa situação dessas? Depois o Sr. P. Hahn havia deixado a comunidade por 2 meses sem substituição; sequer tinha comunicado isso publicamente. Tudo isso, porém, não seria o pior. Em vez de se dedicar a seu serviço, ocupa-se com coisas que não lhe dizem respeito. Também aduz coisas que não conferem. A conseqüência são intrigas, retirada dos membros, alguns inclusive já se demitiram. Depois há uma porção de coisas sobre as quais é melhor silenciar. Se quisermos que nossa comunidade continue existindo, devemos impor ordem, e isso quanto antes melhor, porque assim as coisas não podem continuar. Somos objeto de zombarias de outra parte e não temos contra-argumento. Resta-nos a vergonha. Se quisermos que a comunidade seja preservada de uma desorganização total, pedimos a imediata exoneração do Sr. P. Hahn.

Presidente. ass. Walter Peelke. Secretário. ass. Leopoldo Lampert. Membros de Veadas. Nicolau Weirich, Erno Bauermann, Erwin Bergmann, Reinoldo Solin Armino Portz, Gustavo Bauermann. "Caso se exigirem mais assinaturas, nós as podemos providenciar. Cremos, porém, que basta, visto que o próprio Sr. P. Hahn disse que ele será transferido e que em breve receberemos outro pastor. É o que esperamos e que assim nós membros da diretoria em fim tenhamos sossego". (PASTA SR 63/1).

das igrejas, a falta de regularidade nas contribuições pelos próprios membros da igreja, assim como das companhias colonizadoras para a manutenção dos proventos do pastor. Uma correspondência de um dos pastores da Paróquia Rio do Peixe, que atendia várias comunidades sinodais, dentre elas a de Joaçaba, ao Sínodo Riograndense, em 1922, apresentava a seguinte solicitação:

Depois de haver conferenciado com o presidente distrital, senhor P. Ziech, por ocasião da Assembléia Distrital em Marcelino Ramos (7-9 de out.), dirigi à diretoria do Sínodo Riograndense o pedido de tomar providências quanto a minha situação salarial. Quando assumi meu ministério foi-me garantido por parte do Sínodo uma renda anual de 3.000 mil-réis. Como, porém, a firma Hacker Cia ficou em atraso considerável com seus pagamentos e como dali dificilmente se pode esperar alguma coisa, encontro-me em não pequena dificuldade financeira.

Anexo um demonstrativo de meus rendimentos de 1.º de outubro de 1921 a 1.º outubro de 1922: Peço à diretoria do Sínodo Riograndense do fundo do coração a providenciar urgentemente a complementação dos valores ali mencionados. Ao mesmo tempo peço que não me paguem mais auxílios através de uma firma colonizadora. A garantia de determinada subsistência *por parte do Sínodo* (a partir de 1.º de outubro de 1922) me seria extraordinariamente mais simpática do que depender dos pagamentos por parte de uma empresa colonizadora extremamente inconfiável. Caso pudesse ser viabilizado que *futuramente* dependesse unicamente do Sínodo quanto a minha subsistência, eu lhes seria muito grato.

Caso o atendimento de meu requerimento exigir um prazo maior, peço que me seja concedido um empréstimo de 400 - 500 mil réis para pagar minhas dívidas, e que esse pedido seja encaminhado à comissão encarregada com esse assunto, que desconheço. Naturalmente estou disposto a devolver a soma emprestada assim que me seja possível. Ass. P. Fr. Hansen (PASTA SR 72/7).

No contexto de disputas entre as "empresas de bens de salvação" (WEBER, 1991), por parte dos pastores do Sínodo Riograndense, havia uma constante preocupação em "não deixar cair nos braços dos missourianos". Com a saída do pastor Hanh, a preocupação em passar imediatamente o seu cargo a um novo pastor foi a reação imediata do pastor Kreutzer em carta enviada endereçada à presidência do Sínodo Riograndense em 30 de março de 1936:

Com a última correspondência recebi o ofício anexo de Bom Retiro. Dela os senhores podem deduzir que inclusive na comunidades Veadas, que até agora ainda não manifestou nenhuma queixa, a situação é tal que se faz necessária uma exoneração do colega Hahn o mais depressa possível, se quisermos que as comunidades fiquem preservadas para nosso Sínodo e não sejam jogadas nos braços dos missurianos. Por isso reitero o pedido de efetivar, se possível imediatamente, a exoneração do colega Hahn! (PASTA SR 63/1).

Para solucionar o problema da saída e entrada de um novo pastor para a sede pastoral de Bom Retiro, naquela ocasião, foi cogitado que o atendimento eclesiástico, a partir daquele momento, voltaria a ser realizado pelo pastor da comunidade eclesiástica de Perdizes/Videira, conforme correspondência⁴¹ de Marcelino Ramos, enviada no dia 13 de maio de 1936, ao presidente distrital pastor Otto Kreutzer em Erechim.

Conforme instruções recebidas, estive em Cruzeiro do Sul com o Sr. colega Hahn, a 7 de maio do corrente. Com o Sr. colega Bantel, que desde o dia 1.º do mês corrente havia assumido a substituição em Cruzeiro do Sul, encontrei-me no trem, visto que se dirigia para lá para um sepultamento. Também o colega Hahn se encontrava justamente em Cruzeiro do Sul, porque havia tomado conhecimento do falecimento e não sabia que o colega Bantel havia assumido a substituição para Cruzeiro do Sul e Duas Casas. Depois do enterro conversei com o colega Hahn sobre o reordenamento da paróquia Bom Retiro e Perdizes e sobre o atendimento da primeira pelo colega Rogowski, e lhe disse que deveria ficar em Bom Retiro até uma solução definitiva de sua situação, mas que não deveria realizar ofícios nem perturbar o andamento do trabalho de alguma forma, se não quisesse correr o risco de ser afastado definitivamente. Contra toda expectativa, o colega Hahn recebeu toda a situação com muita tranquilidade e prometeu que de forma alguma incorreria numa falta nesse sentido; somente a determinação de que deveria suspender imediatamente sua atividade pastoral não lhe agradou; pois desejava poder realizar cultos de despedida em sua comunidades que vinha atendendo já há 5 anos. Como pensei que não se lhe poderia negar esse desejo, eu lho permiti e fixei sua atividade pastoral ali até 1.º de julho inclusive (2.º dia de Pentecostes). Portanto, a partir de 2 de junho o colega Rogowski teria que assumir a paróquia. Perguntado como e onde gostaria de ser aproveitado no futuro, Hahn me disse que gostaria de ir para Aba Passo, paróquia Belo Centro, caso a comunidade de lá pudesse tornar-se independente. Também teria vontade de atuar como pregador itinerante e simultaneamente viajar com um projetor de 16 mm; também gostaria (e isso é seu maior desejo) de atuar como substituto de pastores em férias. Visto que tem propriedade em Bom Retiro e sua família permaneceria ali, não vê dificuldades se fosse aproveitado cá e lá no âmbito de nosso Sínodo. Talvez a última proposta não é tão má, pelo menos seria boa para um período de transição, segundo minha opinião. Em todos os casos Hahn gostaria de permanecer ainda em Bom Retiro até fim de junho, a fim de providenciar a dissolução de sua economia doméstica, caso fosse transferido de alguma forma (a não ser que fosse aceita a última proposta). Hahn gostaria de ainda pôr o arquivo em ordem, por isso não o pude trazer. Por isso lhe disse que terminasse essa tarefa até 24 de maio e o entregasse ao colega Bantel, que naquele dia irá para lá para um encontro de jovens. (PASTA SR 63/1).

⁴¹Este documento não contém assinatura de quem enviou, segundo notas do tradutor "O documento original está prejudicado porque sofreu cortes". (WILSON KAISER).

Os acertos no novo provimento eclesiástico da paróquia Bom Retiro, no município de Joaçaba, naquela ocasião, eram mediados também com a Liga das Comunidades de Santa Catarina, sediada em Blumenau. Uma comunicação de Getúlio Vargas, RS do Presidente Distrital de Erechim, pastor Kreutzer, datada de 27 de setembro 1936, endereçada à diretoria sinodal em São Leopoldo, discute a situação das comunidades evangélicas do município de Joaçaba, das vantagens do atendimento eclesiástico partirem daquela comunidade eclesiástica:

À minha proposta de que o colega Bantel assumisse, em vista da repentina exoneração do colega Hahn, a substituição na paróquia deste, o colega Bantel me respondeu, em carta datada de 23/03, que, por diversas razões, lhe será quase impossível assumir essa substituição. Os argumentos apresentados são convincentes. Em contrapartida, o colega Bantel faz a seguinte proposta: Em acordo com a diretoria da comunidade, a diretoria sinodal incumbirá o P. Rogowski-Perdizes com a substituição da vaga em Bom Retiro. O P. Rogowski tem apenas 2 horas de viagem de trem (Bantel tem 3-4 horas), tem ligação por meio de estradas com a maioria das comunidades, a ligação férrea é melhor, e se, por fim, a Liga de Comunidades quer entregar Perdizes a nosso Sínodo, oferece-se aqui a melhor oportunidade para encaminhar a unificação. Depois a diretoria da comunidade pode retirar o P. Rogowski, quando tivermos condições de prover Bom Retiro. Além disso o P. Rogowski está enfrentando em suas comunidades o mesmo pastor missuriano que Hahn. A escola de Leãozinho de qualquer forma não poderá mais ser atendida por um pastor, mesmo que fosse possível manter a escola da comunidade, pois o professor dessa escola tem que ter o exame (do Estado), e esse um pastor não poderá prestar tão depressa. Eventualmente estaria à disposição um professor examinado, se fosse possível unificar novamente a escola livre com a escola da comunidade, da qual a primeira se separou! Caso Perdizes fosse assumido por nosso Sínodo, de qualquer forma também a sede pastoral deveria ser mudada! Para onde? Não tenho condições para responder a essa pergunta. Portanto, de todos os pontos de vista, a substituição na vacância seria melhor⁴² desde (...). Levarei para a diretoria sinodal a proposta do colega Bantel para tomada de conhecimento, e peço que a examinem e, caso exequível, exonarem imediatamente o colega Hahn! Caso for possível incumbir o colega Rogowski com a substituição da vacância, certamente seria correto exigir dele o compromisso de, em ambas as paróquias, atuar em favor de nosso Sínodo e não mais em favor da Liga de Comunidades. (PASTA SR 63/1).

Neste sentido, como destacado posteriormente em outros documentos eclesiásticos, o atendimento eclesiástico da paróquia de Bom Retiro/ Luzerna, ficou ao encargo do pastor Rogowski, de Perdizes Videira, onde permaneceu até 1939.

⁴²Cita o tradutor: que "há uma falha na frase. não se indica desde onde a substituição seria melhor". Wilson Kaiser.

Neste tópico, procurou-se situar a inserção da escola teuta em Joaçaba. Para compreender esse processo, foram apresentados os nexos da educação com a colonização no Rio Grande do Sul. Por outro lado, apontou-se para o contexto educacional catarinense até as primeiras décadas do século XX. Para o estudo da escola teuta no oeste catarinense, foi necessário abordá-la relacionalmente, isto é, estabelecer os nexos com a sociedade nacional e com as peculiaridades dos colonizadores alemães. Neste caso, as lealdades primordiais em termos religiosos se fazia presente. Acrescem-se a isso as disputas religiosas entre catolicismo e protestantismo, que já apresentava conflitos entre seus próprios sínodos. Em contrapartida, quando se refere à sociedade brasileira, são acionados os ditames religiosos. Se, do ponto de vista dos ex-alunos que estudaram no período abrangido pela pesquisa, não foi ressaltada a confessionalidade religiosa, a pesquisa desvelou nexos com a religião não estabelecidos pelos entrevistados. No próximo capítulo, serão evidenciadas peculiaridades da cultura escolar da escola elementar teuto-joaçabense da comunidade evangélica.

2 CULTURA ESCOLAR TEUTO-BRASILEIRA NO CONTEXTO EVANGÉLICO JOAÇABENSE

A escola, em suas diferentes concretizações, é um produto de cada tempo, e suas formas construtivas são, além dos suportes da memória coletiva cultural, a expressão simbólica dos valores dominantes na diferentes épocas. Pode ser inclusive que a escola, do mesmo modo que a casa, conserve cumulativamente todos os significados e estruturas, sob a dominante cultural mais recente. (VIÑAO FRAGO, ESCOLANO, 1994, p.47).

Antes de abordar o processo de escolarização formal, cabe, mesmo que abreviadamente, tratar da categoria escola e de seu uso nesta dissertação. Independente das finalidades que lhe são atribuídas, podem ser retidas algumas invariantes, pois a escola pressupõe um corpo de conhecimento relativamente sistematizado e socialmente sancionado, a ser transmitido ou trabalhado pelo docente e um público receptor, isto é, os discentes. O docente, a princípio, é portador de um repertório de informação não-acessível ainda aos discentes; a transmissão desse repertório ou parte deste é objeto de sua prática profissional. Supõe-se que, de modo geral, o docente é socializado nesse processo e pertence a uma faixa etária mais avançada que a dos discentes.

É o sistema escolar quem legitima a prática docente, da lenta inculcação de valores, padrões éticos e comportamentais, construindo o "cimento social", na nomenclatura de Durkheim, ou seja, o sistema escolar compreende uma socialização dentro de certos padrões, naturalizando os seus efeitos.

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as que ainda não se encontram amadurecidas para a vida social. Ela tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança um certo número de condições físicas, intelectuais e morais que dela reclamam, seja a sociedade política, no seu conjunto, seja o meio especial a que ela se destina particularmente. (DURKHEIM, 1984, p. 17).

Falando a partir do contexto francês, no qual o Estado universalizou a escola pública, escrevia Durkheim a respeito do papel da escola: "se ela tem por objectivo adaptar a criança ao meio social em que ela está destinada a viver, então é impossível que a sociedade se desinteresse de uma tal operação. Como poderia a

sociedade estar ausente, se ela constitui o ponto de referência segundo o qual a educação deve orientar a sua ação?" (DURKHEIM, 1984, p. 25). A citação pode ser transposta ao contexto em estudo, tomando-se por sociedade a comunidade e seus vínculos eclesiais, como força de coerção.

Recorrer ao processo de escolarização formal como um dos meios para garantir a transmissão e preservação do capital cultural constituiu-se numa das principais características do contingente germânico evangélico que aportou na colônia Bom Retiro.

De forma similar a outros locais onde ocorreu a presença de alemães e descendentes, tal como analisa Kreutz (1991), o desenvolvimento do processo escolar visava perpetuar a cultura do grupo. A forma de organização estrutural e social da comunidade teuta, na colônia Bom Retiro, manteve vínculos estreitos com a igreja. Naquele cenário, o professor e a escola desempenharam funções imprescindíveis para a comunidade, na transmissão e preservação da cultura alemã.

No processo de constituição da cultura escolar em Joaçaba, é importante refletir a relação entre a cultura de um determinado grupo, no caso, o teuto-brasileiro evangélico, e a cultura veiculada na escola. Que relações estão imbricadas nesse fazer-se? Forquin (1993, p. 13) contribui para responder a questão:

toda a reflexão sobre a educação e a cultura pode assim partir da idéia segundo a qual o que justifica fundamentalmente, e sempre, o empreendimento educativo é a responsabilidade de ter que transmitir e perpetuar a experiência humana considerada como cultura, isto é, não como a soma bruta (e aliás inimputável) de tudo o que pode ser realmente vivido, pensado, produzido pelos homens, desde o começo dos tempos, mas como aquilo que, ao longo dos tempos pôde aceder a uma existência "pública" virtualmente comunicável e memorável, cristalizando-se nos saberes cumulativos e controláveis, nos sistemas de símbolos inteligíveis, nos instrumentos aperfeiçoáveis, nas obras admiráveis.

Neste sentido, a cultura do grupo é a fonte onde a escola busca os elementos para transmitir, operando no campo cultural, através da sua produção e da sua transmissão, perpetuando e mantendo-o vivo. Por outro lado, esse movimento implica também na produção de uma cultura escolar específica, como destaca Viñao Frago (1995), ao afirmar que é preferível falar da existência de uma

pluralidade de culturas escolares. Neste universo, inscreve-se a escola elementar teuto-brasileira da comunidade evangélica local.

A escola/templo teuta,⁴³ que funcionou de 1917 a 1938, na zona rural do município de Joaçaba, foi gestada em íntima conexão com a fundação da própria igreja evangélica. Dimensionar o fazer educativo da escola na comunidade evangélica local, a partir de sua inscrição no campo da cultura,⁴⁴ é um processo complexo, uma vez que o próprio termo cultura é polissêmico, trazendo em seu bojo representações e práticas. Para o uso dessa categoria no âmbito da História, toma-se como base a acepção utilizada por Thompson (1998, p. 22): "é um termo emaranhado que reúne tantas atividades e atributos em um só feixe (...) Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais de hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração".

Adentrando na seara da cultura escolar de Joaçaba, o ato inaugural da escola/templo ocorreu "Em 3 de dezembro de 1916 fundação da comunidade de Bom Retiro⁴⁵ (Comunidade eclesiástico-escolar evangélico-alemã filiada ao Sínodo Riograndense)". (SPIEWECK, 1962, p. 1).

As fontes consultadas indicam que esta seria a primeira escola teuto-brasileira elementar da referida colônia. A solenidade, presidida pelo pastor Schultz, de Marcelino Ramos - RS, teve sua ata subscrita por vinte e dois membros e o culto foi freqüentado por 60 pessoas (SPIEWECK, 1962).

⁴³A escola/templo, tal qual como em outros contextos evangélicos, conjugava as atividades escolar e eclesiástica, usando, para ambas, o mesmo prédio, como descreve Hoppen (1986).

⁴⁴ Não é intento entrar na seara da constituição e dos usos da categoria cultura. Utilizam-se, aqui, suas noções invariantes, construídas no trabalho etnográfico, que esclarece: é uma categoria histórica, criada socialmente num grupo, transmitida às gerações, modificando-se e incorporando elementos de outras culturas. A dimensão da cultura é uma construção social, naturalizada pelos integrantes do grupo que dela partilham.

⁴⁵Paganelli ([19--]), p. 1, apresenta o nome da instituição em alemão: "Deutsch-evangelische Kirchen-und Shulgemeinde".

FIGURA 2 - ESCOLA/TEMPLO DE BOM RETIRO



FONTE: Acervo de Sérgio De Carli.

A característica organizacional daquela modalidade de estabelecimento trazia em seu bojo imbricações entre a igreja e a escola teuta. Naquele contexto, o processo ensino/aprendizagem não se referia ao ensino doméstico,⁴⁶ havia a presença do professor, um lugar/espço destinado para a escola na comunidade e a previsão de uma temporalidade para a formação do aluno.

Esses elementos, dentre outros que caracterizavam a cultura escolar daquela escola, eram acionados localmente através de um dos "equipamentos básicos e mais característicos de todo o sistema escolar teuto-brasileiro católico ou luterano: a Associação Escolar."⁴⁷

A "Associação Escolar" foi gestada nas comunidades teutas, a partir da necessidade de ampliar as fronteiras do conhecimento da criança. Esta somente

⁴⁶Na escola doméstico, a Hauschule, as famílias assumiam a tarefa de ensinar a ler e escrever. No âmbito da pesquisa esta característica de ensino foi citada apenas num depoimento.

⁴⁷A formação da associação escolar é explicitada detalhadamente nos estudos de Rambo (1994), Seyferth (1982) e outros.

seria promovida a partir da institucionalização da escola. Este processo de criação e desenvolvimento da escola foi analisado por Klug (1997, p. 85): "No entanto a necessidade de oferecer uma educação que fosse além dos rudimentos, exigia a presença da escola formal, com a figura do professor. Entra aí a comunidade, instituindo a 'comunidade escolar' (*Schulgemeinde*) para se responsabilizar pela complementação da educação."

A característica desta organização, bem como do comunitarismo na colônia Bom Retiro, era evidenciada nas práticas. Depoimentos de ex-alunos dão conta que as famílias participavam da construção do prédio da escola, do pagamento do professor, promoviam trabalho de mutirão para garantir escola na comunidade.

O caráter comunitário da escola teuta se dava já no momento em que era viabilizado o terreno para a construção da escola, através de doação, que consistia numa das importantes características daquele fazer educativo. O que se pode exemplificar aqui é o caso da comunidade de Dois Irmãos, citada por um dos ex-alunos, cujo pai foi professor naquela comunidade, a partir dos primeiros anos da década de 30:

Foi fundada uma escola particular numa área de terra cedida por uma família Stobber, e até 1939, 38 para 39. Então funcionava a escola particular e de lá pra frente, foi fundada a escola pública. De 39 em diante. Só daí num outro lugar. Ela foi desmanchada e trazida mais para o centro, daí, como se diz, na Linha Dois Irmãos. (Harald, 2001).

O terreno da escola também poderia ser uma aquisição da comunidade. O fato de não haver doação não implicava na perda do caráter comunitário, uma vez que as famílias teutas continuavam como mantenedoras. Em relação a esse procedimento, dentre as escolas, pode ser exemplificado o caso da construção do prédio da escola na comunidade de Leãozinho, no decorrer da década de 30, segundo uma comunicação⁴⁸ ao pastor Hannemann, Presidente distrital de Marcelino Ramos.

⁴⁸A comunicação é datada de 18 de outubro, sem, no entanto, acusar o ano. Há indícios que seria de 1938, visto que outros documentos eclesiais evidenciam a interrupção do trabalho educativo na comunidade evangélica de Joaçaba durante aquele ano, fato que será tratado no terceiro capítulo.

Muito prezado Colega!

Com data de 02/04 o Sr. Heinz Suehnel, secretário da comunidade Leãozinho, ex-professor, me escreveu sobre a escola que não pôde mais ser mantida. Observou que a Comunidade Escolar havia comprado dois hectares de terra há dois anos e construído uma moradia para o professor, com gastos de 4:500\$000. Da compra da área de terra, escriturada em nome do Sínodo, e do inventário ainda restariam 2:200\$ de dívidas. Por fim o Sr. Suehnel solicitou informações sobre como proceder. "Estaria o Sínodo disposto a pagar as dívidas existentes, ou podemos vender terras e benfeitorias, para pagar as dívidas? (PASTA SR 94/1).

Dentre as escolas das comunidades elencadas neste trabalho, como a das comunidades de Dois Irmãos, Leãozinho, Veadas e a escola da sede da colônia Bom Retiro, há indicativos de que a doação de terreno por uma companhia colonizadora, no caso Hacker & Cia., teria sido feita somente para a da sede de Bom Retiro. No caso das demais, a própria comunidade escolar teria adquirido o terreno ou então recebido como doação de um dos moradores da respectiva comunidade.

Este caráter comunitário pode ser constatado nas lembranças mais significativas de ex-alunos, que, de maneira geral, fazem referência à escola teuta sempre usando o plural: *dos alemães, deles*. Esse aparente afastamento deve-se a uma contraposição à situação atual, em que o Estado é responsável pela educação. O ônus por conta da comunidade. Quando lhes era perguntado quem era a comunidade, a resposta era uníssona: "os nossos pais". O fazer-se da escola, essa ação processual, era uma atribuição dos pais e demais famílias da comunidade e justificava-se pela negligência do poder público local em assegurar a educação, conforme tratado no capítulo anterior.

A participação da família correspondia a uma das facetas da escola teuta local, sendo enaltecida pelos teutos joaçabenses, como destacou um ex-aluno: "se os alemães não fizessem a escola, não tinha escola. Foram os estrangeiros que fizeram as aulas, né. Senão, nós nem sabia o que era o professor. Verdade!" (Paulo, 2001).

Desta forma, a concepção de escola comunitária⁴⁹ local se inclui dentre a tipologia de escolas teutas que surgiram na sociedade brasileira, segundo estudo de

⁴⁹A participação e o empenho da comunidade não se davam só no âmbito escolar. Estavam presentes na construção e manutenção das demais instituições, como o templo, a sociedade de cantores ou de tiro-ao-alvo. Construções que eram dos colonos, segundo Dreher (1984).

Schaden,⁵⁰ que aponta tal concepção como a da "genuína escola teuto-brasileira": "(...) são estabelecimentos de ensino em geral só primário, fundados pela iniciativa dos próprios colonos em zonas rurais ou, quando muito, de incipiente urbanização". (SCHADEN, 1968, p. 166).

Junto à participação da família, nas diretrizes da escola local, havia a participação de pastores evangélicos. Estes atuavam como fomentadores do processo escolar comunitário, muito embora esse procedimento não fosse tão perceptível aos ex-alunos no funcionamento dos respectivos estabelecimentos de ensino, como se pode perceber na exclamação de um deles: "Não, não, nem sabia que tinha!" (Arena, 2001). Questionado de uma outra maneira sobre a participação daquela organização religiosa, um outro depoente a negou: "nunca, não. Ninguém, nem igreja e nem governo. Ninguém, ninguém. Os pais mesmo". (Diva, 2001).

A simbiose escola e igreja evidencia-se em diversos elementos daquela cultura escolar, inclusive em sua nomenclatura, *comunidade eclesiástico-escolar evangélico-alemã*, uma conotação étnica e confessional daqueles estabelecimentos de ensino.

A imbricação escola e igreja estende-se também em relação ao espaço escolar. A esse respeito, Viñao Frago e Escolano declaram que:

Qualquer atividade humana precisa de um espaço e de um tempo determinados. Assim acontece com o ensinar e o apreender, com a educação. Resulta disso que a educação possui uma dimensão espacial e que, também, o espaço seja, junto com o tempo, um elemento básico, constitutivo, da atividade educativa. (VIÑAO FRAGO, ESCOLANO, 1998, p. 61).

O espaço escolar, a proximidade escola/templo, a inserção da escola na trama social da comunidade expressam o lugar daquela instituição na cultura local teuto-brasileira evangélica, dimensionando o fazer educativo.

⁵⁰Para o autor, haveria três tipos básicos de escolas alemãs no Brasil: a) as surgidas sobretudo em núcleos urbanos e mantidas, em sua maioria, por sociedades escolares; b) as escolas comunitárias ou coloniais, características das zonas de franca densidade demográfica; e c) as mantidas por congregações religiosas alemãs.

Pode-se afirmar que as escolas que funcionaram na comunidade evangélica apresentaram-se como um bem de primeira necessidade, indo ao encontro da afirmação de Rambo (1994, p. 18): "ao mesmo tempo em que ocupavam novas fronteiras de colonização, garantiam antes de mais nada a instalação de uma escola. Antes mesmo de pensar em construir uma igreja, tratavam de edificar uma escola, a qual, não poucas vezes, servia de local provisório para o culto". A construção do prédio da escola foi a primeira providência tomada pelos evangélicos na colônia Bom Retiro, servindo, por vários anos, para o uso tanto escolar como eclesiástico.

A igreja na sede da colônia teria prédio próprio somente "em Fevereiro de 1940,⁵¹ quando foi iniciada a construção da primeira igreja evangélica em Luzerna,

⁵¹O pastor da Igreja Evangélica de Bom Retiro/Luzerna, paróquia no município de Joaçaba, na ocasião, chamava-se Alfred Hoffmann. Foi enviado pelo Sínodo Riograndense em 1939. Exerceu o trabalho pastoral na referida paróquia até 1949, quando adoeceu. Veio a falecer em 1950. (SPIEWECK, 1962). Foi localizado nos documentos eclesiásticos no Arquivo Histórico da Escola Superior de Teologia – São Leopoldo, (IECLB), o relato da reinauguração da Igreja Evangélica realizada pelo próprio pastor, Alfred Hoffmann, ainda no ano de 1940, enviado ao Presidente Sinodal Dr. Dohms. Assim relata: "Comunidade evangélica do Sínodo rio grandense Bom Retiro, 06/11/40. Bom Retiro do Cruzeiro, Santa Catarina. Como me alegro e estou feliz em poder comunicar-lhe que, em 3 de novembro, com tempo especialmente bonito, pudemos reinaugar nossa igreja matriz (capela). Meu prezado senhor presidente distrital, pastor Hannemann, oficiou a inauguração e a pregação em língua alemã – coube a minha insignificância assumir o serviço litúrgico do altar e um batismo em língua portuguesa. A igreja estava ocupada até o último lugar com pessoas em pé, entre elas também católicos e brasileiros. O canto da Igreja foi acompanhado por diversos instrumentos – o que sou muito bonito, especialmente o hino Deus é castelo forte e bom foi cantado com entusiasmo pelos mais velhos entre nós. Louvor e graças a Deus por ter conseguido, neste breve período de minha atuação, suscitar na paróquia de Bom Retiro novamente mais interesse e união. As comunidades filiais estavam todas representadas por suas diretorias. A festa transcorreu em bela harmonia e alegria – e nos trouxe um lucro líquido de 1:400#000. A capela nos custa 5:500#000. Coletas e muitas doações para sortear e leiloar nos possibilitaram a pagar nossas dívidas de modo que pesam sobre a capela apenas ainda 700#000 de dívidas. Apesar dos tempos difíceis, os 18 membros da comunidade matriz fizeram grandes sacrifícios em dinheiro e prestação de serviço. O altar e o púlpito em estilo gótico foram fabricados por um membro marceneiro de graça. Meu prezado senhor presidente, a Obra Gustavo Adolfo nos doou, por minha solicitação, um cálice, prato e bacia batismal, e como podemos externar mais um desejo, ousou apresentar a Vossa Reverendíssima um pedido: precisamos um crucifixo maior para o altar, visto que o que se encontra aqui não combina com o belo altar. Na segunda-feira, dia 4 de novembro, realizaremos, sob a presidência do presidente distrital, uma conferência de diretorias de toda a paróquia, a fim de discutir as dívidas contraídas com a construção da casa pastoral, bem como a questão das escrituras, estatutos, situação das finanças, etc., e tudo transcorreu na maior harmonia. As saudações e votos de bênção da diretoria pastoral foram transmitidos à comunidade festiva do púlpito. Anexo uma foto da inauguração. O prédio em primeiro plano é a casa pastoral, atrás da capela encontra-se o matinho onde se realizou a festa. Poderia eu pedir a Vossa Reverendíssima trazer uma pequena nota sobre nossa inauguração na Folha Dominical? A comunidade se orgulharia por encontrar inserida na Folha Dominical uma pequena menção. "Encomendando ao todopoderoso Deus saúda-o o sempre grato. ass. Hoffmann. (Pasta SR 63/1)."

substituindo a velha escola que, até então, servia de templo à comunidade". (PAGANELLI, p. 8).

FIGURA 3 - IGREJA EVANGÉLICA NA SEDE BOM RETIRO



FONTE: Acervo de Sérgio De Carli.

Segundo as lembranças e a descrição de ex-alunos, a escola/templo era uma simples construção de madeira, que não se destacava nem pela exuberância nem pela monumentalidade, a exemplo da edificação dos grupos escolares do período republicano: "construíam as escolas e, cobriam com tabuinhas que nem uma telha, mas feita de madeira, isso era o telhado". (Arena, 2001). Para outro ex-aluno, a construção "Bom, era uma escola feita de madeira, coberta de telhas. A madeira dela toda serrada, ah! a madeira quadrada era serrada a mão as tábuas então vinham de serraria já uma parte, e era um... como é que eu vou dizer... o espaço era lá, doze por oito acho que era o corpo da escola". (Harald, 2001).

FIGURA 4 - ESCOLA/TEMPLO NA COMUNIDADE DE VEADAS⁵²

FONTE: Acervo Melita Lampert Schazmann.

A escola/templo, além da sede da Colônia Bom Retiro, era encontrada também na comunidade de Veadas: "Em Veado, hoje Vila Kennedy, a primeira comunidade evangélica foi fundada em 1920, que desde o início também possuía a sua escola". (PAGANELLI, p.4). Segundo depoimentos, inicialmente, predominava um número mais elevado de famílias teuto-evangélicas na comunidade, de modo que a construção da escola/templo evangélica antecedeu a construção da própria Igreja católica.

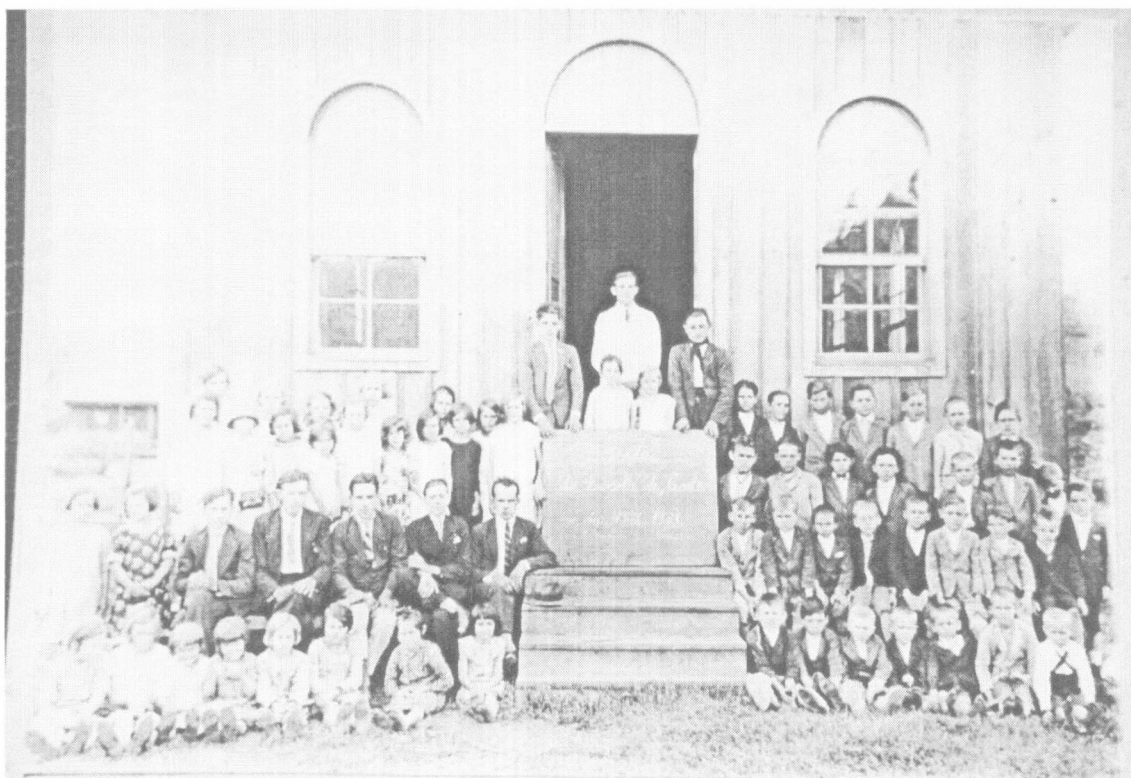
Ainda na década de 20, com a chegada de novos migrantes, principalmente ítalos, os moradores teutos passaram a dividir e conviver no mesmo espaço/comunidade, conforme depoimento de uma ex-aluna: "Mais tarde, veio muitos italianos estudar. Daí bem na nossa frente, assim, na nossa frente, assim, fizeram uma igreja católica. Mas, eram mais italianos, alemão muito pouco. (...) A nossa era assim, passava numa rua. No outro lado, assim, era a católica". (Diva, 2001). O aumento do contingente populacional também interferiu na comunidade de

⁵²Entre os alunos que freqüentavam a respectiva escola, nos últimos anos da década de vinte, encontrava-se Melita L. Schazmann. A foto diz respeito a um dos encontros festivos no qual estava reunida a comunidade; tais encontros normalmente ocorriam na escola.

Veadas: "Era tudo do Rio Grande. Tinha italianos, tinha os Doré. Um tinha bodega, o outro sapataria. E tinha colonos também italianos. Uma gente muito boa, mas o resto era tudo da nossa raça". (Diva, 2001).

Nesse período, ocorreu então a construção de uma Igreja católica naquela colônia. A escola, que anteriormente funcionava na escola/templo evangélica, ainda na década de vinte, passou a funcionar na igreja católica; a mudança se deu "Sim, porque era pequeno [o espaço] e tinha bastante aluno". (Melita, 2001). Então afirma que foi construída uma igreja maior que abrigava também a escola. Sobre a aceitação da comunidade quanto à mudança do local de funcionamento da escola, de um ambiente religioso evangélico para o católico, a ex-aluna declara que havia razões para o ocorrido e reforça "eles trancaram, porque tinha uma escolinha assim, pequena né, e depois eles trancaram, agora, está aquela igreja católica, aquela grande, lá na Vila Kennedy". (Melita, 2001).

FIGURA 5 - IGREJA CATÓLICA DE VEADAS - 1931



FONTE: Acervo de Melita L. Shazmann

Ocorreu então a transferência da escola teuta da comunidade evangélica para a igreja católica, o seu professor era Germano Rhoden. Conseqüentemente, no início da década de 30, a clientela da escola, que funcionava na igreja/escola de Veadas, era de confessionalidade mista. Desta forma, o prédio da igreja católica servia tanto para as atividades eclesiásticas como para as educacionais. "No Domingo sempre tinha culto né, e dia da semana era escola". (Melita, 2001).⁵³

A mesma característica de funcionamento da escola na igreja, ou, inversamente, da escola servindo como templo, geralmente comum na cultura escolar evangélica, ainda é encontrada na comunidade de Leãozinho – comunidade que serviu, ao longo da década de trinta, como sede pastoral evangélica no município de Joaçaba.

Em Leãozinho, antigamente chamado Leomcinie, o primeiro culto foi oficializado na Sexta-feira Santa do ano de 1918, num velho rancho existente nas imediações da atual Igreja. No início da década de vinte foi construída a primeira Igreja/escola na localidade de São Bento. Esta foi substituída em 1931 por outra, construída perto da atual Igreja. (PAGANELLI, p. 5).

Neste sentido, a construção de um prédio específico para a igreja evangélica em Leãozinho foi destacada também pelo pastor Gustavo Hanh,⁵⁴ presente no município de Joaçaba a partir de 1931.

Há 3 anos a paróquia cresceu apenas por casamentos. A chegada de algumas novas famílias é contrabalanceada por algumas saídas. A comunidade de Leãozinho com mais de 40 membros se revela com evidência crescente como centro evangélico. Depois de se ter adquirido um harmônio, prevê-se o início da construção de uma igreja para este ano. A partir da Páscoa, se iniciará com cultos evangélicos em Cruzeiro em combinação com a comunidade Duas Casas. (PASTA SR 63/1).

⁵³Segundo a ex-aluna, os alunos maiores freqüentavam essa escola no período noturno.

⁵⁴É citada pelo pastor no "Questionário Sobre a Escola Alemã no Brasil Relatório Estatístico Anual referente ao ano de 1934: Paróquia: Bom Retiro Distrito Sinodal: Erechim Município: Cruzeiro do Sul (Sta. Catarina)". (PASTA de documentos diversos SR 63/1..., cit.).

No relatório do ano seguinte (1935), o pastor informou a ocorrência da construção de um prédio para a igreja,⁵⁵ evidenciando que até então a escola/templo havia servido à comunidade, tanto para as atividades eclesiais como escolares.

Assim informa:

Aquisição de um harmônio em Leãozinho e construção de igreja. Introdução de um Domingo da Juventude mensal em Leãozinho. Desistência definitiva do ponto de pregação S. Bento (Colônia Tirolesa). Transferência do ponto de pregação Rio dos Gansos a Perdizes, porque pode ser alcançada de lá com facilidade em apenas 3 horas (a partir de Bom Retiro em 5 horas com travessia de 3 rios). Registro dos cemitérios de Bom Retiro. Decisão de construir uma igreja em Bom Retiro (Bom Princípio). (PASTA SR 63/1).

Com a construção de um local específico para os cultos, a escola seria reconhecida enquanto lugar específico para o fazer educativo. É indicativo que este movimento de desarticulação escola e igreja, em relação ao uso do prédio, que até então servia tanto para atividade eclesial como escolar, seria marcado a partir da década de 30 na zona rural do município de Joaçaba, particularmente nas comunidades enfocadas neste estudo.

No entanto, como já destacado, a primeira iniciativa efetivada dentre os teuto-brasileiros evangélicos foi a construção do prédio da escola, transformando o espaço em lugar. Embora a escola, de maneira geral, não lograsse um lugar específico em relação ao uso, dado acolher outras funções, como a atividade eclesial, esta condição não deixa de expressar o valor da escola, como da simbologia que dela emanava, que dizia respeito ao uso do espaço físico para a realização de várias atividades tanto no campo social e cultural, como, principalmente, no religioso.

A simbiose escola/templo entre os evangélicos é remetida às raízes luteranas, à gênese do luteranismo:

Não existe, até hoje, uma história específica do ministério educacional na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). A historiografia centra-se no aspecto institucional da Igreja, com especial destaque para o papel dos pastores. Entretanto, faz parte do senso

⁵⁵No segundo Domingo de Outubro do ano de 1936 foi inaugurada a primeira igreja de Leãozinho. (PAGANELLI, op. cit.).

comum entre os luteranos que a Igreja tem muito a ver com a educação. A tradicional proximidade geográfica do templo e da escola evangélica em muitas comunidades ilustra esse fato. Esse saber popular é confirmado pelos estudos em história da educação, em que a Reforma aparece como elemento impulsionador da democratização da educação. (STRECK, 1995. p. 27).

A criação da escola como elemento fundamental da cultura teuto-brasileira evangélica partia da organização comunitária no Vale do Rio do Peixe. No entanto, sua instalação imediata dava-se também pela iniciativa dos próprios pastores daquela organização religiosa – o Sínodo Riograndense – o que denota nesta iniciativa várias representações.

Para as famílias teutas evangélicas, a escola garantiria o acesso ao conhecimento básico, como demonstra o seguinte depoimento: "Era escrevê, lê, contas, depois religião, né...". (Diva, 2001).

Já para os representantes daquela organização religiosa, como sintetiza Hoppen (1986, p. 129): "era considerada como fundamental para a difusão da doutrina cristã e a sobrevivência da igreja luterana através da conservação das peculiaridades étnicas (*Volkstum*) de seus membros".

Neste sentido vai ao encontro do que Meyer, destaca em seu estudo que muitas foram as representações em torno da escola teuto-brasileira. Dentre elas, destaca: a noção de tradição, de valor em função da precariedade do sistema educacional e, da mesma forma, das representações entre nacionalismos brasileiro e alemão. Sintetiza afirmando que a escola teuto-brasileira, "se configurou, literalmente, como um espaço particularmente importante de embates entre discursos no qual, explicitamente, se pretendia *formar* um sujeito cultural específico e não apenas *instruir* crianças nos rudimentos de leitura, escrita e cálculo". (MEYER, 2000, p. 113).

Desta forma dentre as várias representações em torno da escola teuto-brasileira, no contexto escolar local, destaca-se a escola como um espaço de ação pastoral. Dentre os vários elementos que compunham o quadro da cultura escolar, daquela modalidade de escola, que indicam outras imbricações entre a igreja e a

escola, apresentava-se também na forma organizacional,⁵⁶ ou seja, na formação da sociedade escolar.

A *comunidade escolar* era um importante órgão, formado pelas famílias teutas, a chamada "sociedade escolar", composta por uma diretoria e que contava com a participação dos pastores da igreja evangélica, a qual passa a delegar às respectivas unidades escolares locais uma conotação confessional, como poderá ser observado na formação da comunidade escolar.

Em 1921, ocorreu a formação de uma sociedade escolar e de uma comunidade eclesial em Bom Retiro. Naquela ocasião, nas dependências físicas da escola/templo, foi eleita sua diretoria. A reunião foi coordenada pelo pastor Ziech, do Distrito Sinodal de Marcelino Ramos, e pelo pastor Hansen, da paróquia Rio do Peixe, que a secretariou.⁵⁷ O pastor de Marcelino Ramos propôs que a comunidade Bom Retiro utilizasse os estatutos da paróquia Rio do Peixe.

O P. Ziech – Marcelino Ramos – como representante do Sínodo propõe deixar de lado os antigos estatutos até a instalação de um pastor próprio, e, em seu lugar, aceitar *por enquanto* os estatutos de Rio do Peixe, que servem melhor para condições simples. A proposta é aceita por unanimidade. Pede-se ao P. Hansen que envie em breve uma cópia dos estatutos de Rio do Peixe. Numa assembléia futura os mesmos deverão ser discutidos. (PASTA SR 72/7).

Depreende-se, desse fragmento de relato, que as comunidades eclesiais não apresentavam diferenças internas tão acentuadas quanto à organização e que, em âmbito paroquial, as ações eram articuladas pelo pastor,

⁵⁶Como destaca Rambo: "A escola sempre se impôs, tanto entre os católicos como entre os protestantes, em primeiro lugar, como uma escola de comunidade. Acontece que as comunidades de ambos os credos eram estritamente confessionais. Num segundo plano, portanto a escola, era sempre confessional. Em terceiro lugar, a comunidade escolar (Schulgemeinde) e a comunidade da Igreja (Kirchengemeinde), atuavam, como é lógico, em regime de íntima comunhão e colaboração, ao ponto por vezes se tornar impraticável marcar os limites exatos do campo de atuação e de influência de uma e de outra. Resultou daí o fato de muitas escolas, além de terem sido comunitárias e confessionais, terem sido paroquiais (Pfarrschulen)". (1994, p.106-107).

⁵⁷Contou com a presença de representantes da comunidade evangélica local: Wilhelm Riepe, Bernh. Böck, Emil Loof, Carl Lichtnow, Michael Jadirchke, Friedrich Riepe, Theobald Carloh, Philipp Grahl, Hellwig Rech, Christian Deige, Artur Spier, August Hackbart, Oswald Schale, Julius Stobbe, Erwin Bergmann (hóspede), Eduard Dechard, João Cunrad, Benjamin Zimbek, August Bartz, Peter Förster, Franz Katscher, Hippolyt Birbeyen.

cada parte dentro de um todo maior, que precisaria funcionar harmonicamente. Verifica-se que, ao eleger os membros da diretoria escolar e da comunidade, não havia justaposição de cargos.

Para a diretoria da comunidade são eleitos: Artur Spier como presidente, Bernhard Böck como tesoureiro, Emil Loof como primeiro conselheiro, Juliu Stobbe como segundo conselheiro. Decide-se que um membro da diretoria que falta duas vezes em reuniões sem motivo justo, será excluído da diretoria. (...) São eleitos para a diretoria escolar: como presidente Carlos Lichtnow, como tesoureiro Friedrich Riepe. Assumiram a construção da cozinha e a reforma total da moradia: Carlos Lichtnow, Freidrich Riepe, August Hackbart, Wilhelm Riepe. Tudo deverá estar pronto até 15 de novembro. As pessoas citadas comprometem-se a cumprir esse prazo dentro do possível. (PASTA SR 72/7).

Outro detalhe em relação à formação da sociedade escolar é citado no relatório do pastor Ziech, em novembro de 1921, referente à mesma reunião, quando informou aos representantes do Sínodo Riograndense o desempenho e ocorrências nas comunidades evangélicas da paróquia e sede distrital:

A sociedade escolar fundada em 30.X.21 garante ao professor um salário mensal de 120\$000 e põe a sua disposição para cultivo cerca de $\frac{1}{4}$ de colônia de terra. Mais tarde o número de alunos deverá crescer pela vinda de novos colonos, e com isso também o salário subirá. Até lá, porém, a firma Hacker deveria subvencionar o salário do professor, para que ali um professor competente pudesse encontrar emprego permanente. (PASTA SR 72/7).

A formação dessa sociedade escolar da sede da colônia Bom Retiro em 1921 serve como parâmetro para entender a característica organizacional da escola teuto local, na qual os cargos eletivos eram ocupados pelos membros da comunidade evangélica.

Para exemplificar e compreender os aspectos daquela organização, toma-se alguns artigos do estatuto da *Sociedade Escolar Teuto-Brasileira*,⁵⁸ da

⁵⁸Registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas no município de Joaçaba, "no Livro A-01, nele as fls. 095, sob o n. 027, encontrei e consta o registro de um Estatuto, cujo teor é o Seguinte: Número de ordem 027 – Mez Dezembro- Dia 02 Registro dos Estatutos da Sociedade Escolar Tendo(sic)-Brasileira, Linha Leãozinho, estrada de São Bento, Districto de Cruzeiro do Sul, Município de Cruzeiro, Estado de Santa Catharina, que foram apresentados hoje por Rodolpho Grahl, seu presidente, e que se acham protocollados no protocollo numero 1, à página quinze, sob o número cento e cincoenta e tres, como abaixo se vê... (BRASIL, 1935).

comunidade de Linha Leãozinho, estrada de São Bento, fundada em 15 de fevereiro de 1934 e registrada em cartório⁵⁹ em 1935. Dentre as atribuições da respectiva comunidade escolar, consta nos fins do estatuto:⁶⁰

- a) A aquisição e administração de um terreno para escola.
- b) A construção e manutenção de uma escola e construção de uma habitação para professor.
- c) A instrução das crianças de acordo com a lei. (BRASIL, 1935, p. 1).

O artigo segundo destes estatutos dispunha sobre a diretoria escolar, nos seguintes termos:

A Diretoria será composta de um presidente de um vice-presidente, de um secretario, e de um tesoureiro.

- a) A diretoria será eleita cada ano, numa assemblea geral, sendo permitido a reeleição;
- b) A diretoria representará a Sociedade perante as autoridades sócios, professores, etc.
- c) A diretoria só poderá proceder de acordo com os estatutos.
- d) Ao vice-presidente compete substituir o presidente na ausencia deste. (BRASIL, 1935, p. 1).

Dentre as deliberações dos respectivos estatutos, ainda estabelecia-se:

No ultimo Domingo de cada ano realizar-se-á uma assembléa geral:

- a) Nesta assembléa geral o tesoureiro apresentará um balanço do caixa que será examinado por dois socios designados pela assembléa, os quaes não poderão ser membros da directoria.
- b) Na mesma assembléa geral será dado ao tesoureiro a respectiva descarga, depois de aprovado o balanço apresentado. (Art. 3, p. 1).

⁵⁹Pelos seguintes representantes da respectiva comunidade como consta no Art. 20 do respectivo estatuto: "os presentes estatutos entrarão em vigor depois de competentemente registrados. 24 de agosto de 1935. O Presidente: Rodolpho Grahl. Plinio Brandl. Edvin Grahl. Otto Hericks. Emilio Klaus. Gustavo Pressel. Franz Hackbart. Bernardo Katschor. Augusto Bartz, Jacob Heckler. Nicolau von Haandel. Albino Alviso Kunzler. Albino Hekler, Emilio Bartz. André Lokstein. João von Haandel. Augusto Becker. Reconheço como verdadeiras as firmas supras dos senhores Rodolpho Grahl. Plinio Brandt. Edvido Grahl. Otto Hericks. Emilio Klann. Gustavo Pressel. Franz Hackbart. Bernardo Katschor. Augusto Bartz, Jacob Heckler. Nocolau von Haandel. Albino Alviso Kunzler. Albino Hekler, Emilio Bartz. André Lockstein. João von Haadel. e Augusto Becker, do que dou fé. Cruzeiro do Sul, 5 de Outubro de 1935. Em teste. Signal público da verdade. José Waldomiro Silva. Tabelião. 5/10/1935 = 5/10/1935. (Sobre um sello estadual e um mil reis e um dito de educação e saude). Rs 18\$900. Em abaixo, dos mencionados sellos estava um carimbo com os dizeres: José Waldomiro Silva. Tabelião. Cruzeiro – S. Catarina".

⁶⁰De forma similar, assim se apresentavam os fins da escola na comunidade teuto-brasileira de Veadas (atual Vila Kennedy).

As reuniões serão fixadas pelo presidente e realizar-se-ão depois de um prazo de convocação de oito dias:

- a) A convocação será feita por meio de cartas;
- b) As reuniões extraordinárias serão fixadas pela Diretoria quando esta julgar necessárias, ou quando for convocada pela metade dos sócios;
- c) As assembleias só poderão deliberar com a presença de metade dos socios registrados;
- d) No caso de não se achar presente o numero dos socios exigidos pelo paragrafo anterior, será convocada uma nova assembleia para dentro do prazo de oito dias, deliberar, podendo para isso ser qualquer o numero de socios (Art. 4, p. 1).

Ao secretario compete, fazer toda a correspondencia, a escriptura e os protocolos. (BRASIL, 1935, p. 1, Art. 5).

A respectiva sociedade escolar determinava a necessidade de contribuição anual extra que se constituía no valor de 6\$000 (seis mil réis), conforme o artigo 17. E, ainda, os sócios da sociedade escolar, caso não correspondessem às deliberações, estavam sujeitos a exclusão, nos seguintes termos:

- a) quando trabalharem contra os interesses da sociedade;
- b) quando infringirem os estatutos e não obedecerem as resoluções que forem tomadas nas assembleas. (art. 14). Ainda no "Art. 15.º Quando um socio demitir-se ou for excluído perderá todos os direitos que tinha como sócio. (BRASIL, 1935, p. 2).

A sociedade escolar era um órgão formado restritamente por moradores alemães ou descendentes, conforme determina o artigo sexto daquele estatuto escolar: "Todos os socios são, digo, todos os habitantes deste lugar, de origem allemã, poderão ser socios, desde que paguem a joia de RS 25\$000". (BRASIL, 1935, p. 1).

Era, portanto, uma organização étnica, como se pode-se observar através dos nomes citados, no registro do respectivo órgão, efetuado em cartório em 1935, estabelecendo que: "estes estatutos deverão ser reconhecidos por todos os sócios,⁶¹ por meio de assinatura própria". (BRASIL, art. 16, 1935, p. 2).

⁶¹Cita-se a seguir: "Os presentes estatutos entrarão em vigor depois de competentemente registrados. 24 de agosto de 1935. O Presidente: Rodolpho Grahl. Plinio Brandl. Edvin Grahl. Otto Hericks. Emilio klaus. Gustavo Pressel. Franz Hackbart. Bernardo Katschor. Augusto Bartz, Jacob Heckler. Nicolau von Haandel. Albino Alviso Kunzler. Albino Hekler, Emilio Bartz. André Lokstein. João von Haandel. Augusto Becker. Reconheço como verdadeiras as firmas supras dos senhores Rodolpho Grahl. Plinio Brandt. Edvido Grahl. Otto Hericks. Emilio klann. Gustavo Pressel. Franz Hackbart. Bernardo Katschor. Augusto Bartz, Jacob Heckler. Nocolau von Haandel. Albino Alviso Kunzler. Albino Hekler, Emilio Bartz. André Lockstein. João von Haadel e Augusto Becker, do que dou fé. Cruzieor do Sul, 5 de Outubro de 1935. (BRASIL, op. cit., art. 20).

O que não fica explicitado é a extensão do trabalho educacional organizado pela respectiva sociedade escolar, principalmente em relação ao prédio escolar, neste sentido, o artigo nono é elucidativo: "Os moradores deste lugar, que não forem socios, pagarão o honorario fixado aumentado de uma taxa, para conservação dos edificios". (Art. 9, 1935, p. 1).

Segundo os depoimentos, a clientela das unidades escolares das comunidades enfocadas neste estudo, de maneira geral, era formada por um número significativo do contingente germânico. Na prática, implicaria numa organização da escola ao menos de turnos específicos para os alunos teutos. Neste sentido, sobretudo, ao observar a condição contratual do professor: "a sociedade escolherá um professor e fixar-lhe-á o seu honorário. O professor será obrigado a ensinar na lingua portugueza e allemã". (Art. 11, 1935, p. 2).

Desta forma, a formação e organização da sociedade escolar na comunidade evangélica se constituía numa das instâncias reguladoras do fazer-se da escola, principalmente nas questões relacionadas à sua administração e manutenção, apresentando-se com certa autonomia de ação em relação à própria igreja, como pode ser observado nos artigos, particularmente no que diz respeito ao patrimônio escolar, citados a seguir:

A reforma destes estatutos só poderá ser feita numa assemblea geral, em que estiverem presentes dois terços dos sócios registrados. Decidirá a aprovação a maioria de votos. No caso de empate decidirá a sorte. As alterações dos presentes estatutos serão inscritos no protocolo. (BRASIL, art. 18, 1935, p. 2).

A Sociedade só poderá ser dissolvida quando todos os sócios votarem para sua dissolução. Depois de resolvida a dissolução da sociedade todos os bens (edifícios, terras, etc) serão vendidos pela diretoria e o produto depois de deduzidos as despesas será repartido igualmente entre os sócios registrados. (BRASIL, art. 19, 1935, p. 2).

Embora o teor do estatuto da sociedade escolar constitua um importante texto normativo e possibilite, dentre outros aspectos, a identificação da forma organizacional da escola, regida pela comunidade representada, os artigos contidos nos estatutos das sociedades escolares se tornam limitados, principalmente pela ausência de artigos que referenciem a finalidade educacional.

No entanto, como elucidado, sobre as imbricações, entre a sociedade escolar e a igreja, o acesso à fonte eclesialística evidenciou uma prática conjunta e corriqueira de estabelecimento de acordos entre os pastores e os membros da respectiva igreja, os cargos eletivos eram ocupados pelos membros da comunidade evangélica.

Cabe questionar o sentido da escolarização no processo escolar comunitário da comunidade evangélica a partir do momento em que são identificadas imbricações entre a igreja, a família e a escola. O que estava implícito na participação do Sínodo Riograndense no processo escolar comunitário de Joaçaba? Estas são questões que serão evidenciadas e discutidas no tópico a seguir.

2.1 TEMPO ESCOLAR

É necessário atentar também para o tempo escolar, "uma vez que é considerado uma modalidade mais de tempo social e humano, um tempo diverso e plural, individual e institucional, condicionante e condicionado por outros tempos sociais; um tempo aprendido que conforma a aprendizagem do tempo; uma construção, em suma, cultural". (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 72).⁶²

Ao apresentar as inovações que se introduziram na distribuição do tempo e do trabalho no ensino primário na Espanha, entre 1838 e 1936, tais como estabelecimento de período de férias, recreio, número determinado de horas/aula, divisão das matérias, das atividades e exercícios, Viñao Frago (1998) destaca o quanto essas inovações contribuíram para mudar a configuração do tempo escolar.

No fazer-se da escola teuta elementar na comunidade evangélica local, o tempo escolar também apresentava certa configuração. O professor era unidocente, ou seja, estudavam no mesmo turno alunos de diferentes idades, sem distinção quanto ao gênero. Em relação ao nível de ensino, havia uma separação por série, segundo informam depoimentos de ex-alunos: "(...) nós tinha, nós estava nos 60, 70

⁶²As traduções do espanhol são responsabilidade nossa.

alunos numa escola só e um professor. Cada quadro tinha suas lições separado. O professor corria pra lá e pra cá, e tudo no meio-dia. Tudo junto, num quadro só da casa. É, matéria essa, essa, essa, essa" (Erna, 2001).

As aulas, nas respectivas escolas, eram diárias. Normalmente, aos sábados, os alunos também realizavam atividades, tais como limpeza da escola, aulas de canto, de ensino religioso, dentre outras, como constatado no seguinte depoimento de ex-alunos: "Cada sábado assim, nós tinha de limpar a Igreja,⁶³ né, e depois, ele sempre lê a história da Bíblia. Então, eu sempre diz: vamos fazer ligeiro pra ele ler a história, eu sempre gostava". (Melita, 2001).

Ainda uma outra informação sobre a organização da escola teuta na comunidade evangélica, que diz respeito ao tempo escolar, é destacada na fonte eclesiástica, referente aos primeiros anos da década de 20 do século XX:

Aventa-se a possibilidade de chamar para cá o senhor professor Schmohl – Tapera. Ele irá morar na escola na sede, onde, conforme decisão unânime, será instalada para ele uma cozinha; ele lecionará diariamente 3 (no verão 3 1/2) horas de manhã e de tarde, alternativamente em ambas as escolas;⁶⁴ as terras que estão à disposição na sede serão postas a sua disposição para uso (1/4 de colônia). (PASTA SR 72/7).

Freqüentar a escola elementar teuta, naquele período, era importante, pois, inclusive, servia para a criança como intervalo entre os afazeres domésticos. De modo geral, a família teuta era numerosa, cada filho/a assumia funções na família, como explicita uma das ex-alunas: "Naquela época, minha querida, quando tinha três aninhos tinha que começar trabalhar todos aqui da região. As crianças tinham que ajudar os pais; meio-dia a gente ia na aula e meio-dia ajudava o papai em casa, ia na roça, tratar o porco, tirar o leite, tratar o terneiro...". (Elizabeth, 2001).

Difícilmente os alunos teutos eram faltosos, ocorrendo faltas apenas em algum período do ano, mas isso era raro, segundo depoimentos: "Ah, eles

⁶³A escola neste ocasião na comunidade de Veadas, funcionava na Igreja católica.

⁶⁴Escola da comunidade de Leãozinho, e sede da colônia Bom Retiro.

mandavam. Eles lá onde que eu morava⁶⁵ iam todos pra aula. Às vezes, em quando, o pai disse 'quando nós moemos cana pra fazer ximia', daí, às vezes um dia não fomos. Mas poucas vezes". (Anita, 2001). Os percalços na frequência escolar não se davam tanto pelo descuido da família teuta, afirmam, mas em função, principalmente, da troca constante e da falta de professores nas colônias.

Sem contar a distância para se chegar até a escola, muitas vezes, o trajeto demandava longas caminhadas. Os ex-alunos teutos relatam que caminhavam três, 4, 5, 6, 7 quilômetros subindo e descendo ladeiras até chegar na escola. O aluno/a, para garantir seu aprendizado, migrava de uma comunidade para outra, na zona rural, esta era sempre uma das alternativas.

Na realidade, além da preocupação da família com a instrumentalização da criança, que convergia também na necessidade da assiduidade na escola, implicitamente naquele tempo escolar, havia uma prescrição cujas bases de orientação ultrapassava a instância familiar. A orientação partia da própria igreja, mesmo ao aluno/a desvinculado da igreja evangélica. Como informa Hoppen (1986, p. 127):

Era comum que as escolas na zona rural mantinham curso de 4 anos e as vilas e as cidades, 6 a 7 anos. Em 1925, o Departamento de Ensino do Sínodo Riograndense, fundado no ano anterior, propõe ao Concílio Geral o número de 4 anos de escolaridade para que o jovem possa ser admitido ao ensino confirmatório, o que foi aceito por unanimidade. A Igreja Evangélica pressiona por obrigatoriedade escolar mínima.

De acordo com o que prescrevia o Departamento de Ensino daquela organização religiosa em relação à necessidade da obrigatoriedade escolar mínima, esta deveria abranger as escolas das comunidades filiadas ao Sínodo Riograndense.

Esta regulamentação já figurava, nas escolas da paróquia Rio do Peixe, no período anterior à determinação de 1925, o que é corroborado com o registro do quadro⁶⁶ a seguir.

⁶⁵Na comunidade Dois Irmãos.

⁶⁶ Refere-se à "Estatística das Escolas da Paróquia Rio do Peixe". Correspondência, *Rio do Peixe, Sta. Catarina, 30 de agosto de 1922 Entrada 09/09/22 enviada ao senhor pastor Schüller*

QUADRO 3- ESTATÍSTICA DAS ESCOLAS DA PARÓQUIA RIO DO PEIXE

	ESCOLAS			
	Bom Retiro (Herval)	Estação Rio do Peixe	Capelinha	Schneidemühle
Ano de fundação	1915 ⁽²⁾	1914	1920	1920
Tipo, n.º e lugar	2 escolas paroquiais, 1 na sede e 1 na colônia	1 escola paroquial na Estação	2 escolas paroquiais uma em cada picada	1 escola paroquial
N.º de alunos fora da escola		6		
Como é a freqüência?	Boa	Regular	Satisfaz	Ruim
Por quanto tempo?	entre 8 e 12 anos	entre 8 e 12 anos	entre 8 e 12 anos	entre 8 e 12 anos
Confirmação	aos 12 anos	aos 12 anos	aos 12 anos	aos 12 anos
Horas de aula	2 port., 2 alem. diárias; 1 aula de relig. por semana	3 port., 1 alem. 1 aula de relig. por semana	1 port., 2 alem., 1 de relig./ semana	3 de alemão

FONTE: Pasta SR 111/2

(1) Este é o único documento que apresenta o ano de 1915 como da fundação da primeira escola na colônia Bom Retiro. Os demais destacam o ano de 1916. Dentre eles: (PAGANELLI, s/d), (SPIEWECK, 1962).

Uma das questões que o questionário escolar suscita diz respeito à obrigatoriedade escolar mínima. Como pode ser observado no documento eclesiástico, a previsão da duração do tempo de formação do alunado, era de 4 anos, isto é, entre os 8 e os 12 anos, tanto para o gênero masculino como feminino. Fato que se apresenta da mesma forma nas 4 escolas das comunidades da paróquia Rio do Peixe.

Neste sentido, é elucidativo que as escolas elementares teutas da paróquia Rio do Peixe, em que incluía-se naquele momento a comunidade eclesiástica Bom Retiro, seguissem orientação, advinda do departamento de ensino do Sínodo Riograndense. Tal fato permite vincular a escola teuta dessa região a um projeto educacional mais amplo: o sistema escolar do Sínodo Riograndense.⁶⁷

Apesar da existência do questionário e indicação de tal orientação, nem sempre esse padrão era seguido com exatidão. Segundo depoimentos de ex-alunos

Picada 48, em resposta ao questionário enviado pelo senhor P. Ziech – Marcelino Ramos. Respondeu o respectivo questionário, pastor Fr. Hausen. (PASTA SR 111/2).

⁶⁷Expressão utilizada por Hoppen (1986), dado os pastores (IECLB) promover o processo escolar comunitário vinculado a respectiva igreja.

teutos, na prática, a idade não era tão rígida. Os alunos entravam na escola em torno de 8 anos e nela permaneciam até 13 ou 14 anos, pois, muitas vezes, a previsão de conclusão do tempo escolar de formação da criança era retardada em função das migrações internas e da falta de professor.

Da mesma forma, também pode ser observada como prescrição, orientação da necessidade da obrigatoriedade de escolaridade mínima, nas escolas elementares das demais colônias em que aquela organização religiosa se fazia representar, como no estado do Rio Grande do Sul, o que é citado em um documento eclesiástico datado de 1937, no qual o pastor Kreutzer, de Getúlio Vargas - RS, dirige-se ao presidente do Sínodo Rio-Grandense:

Referente a minha carta de 05/08/37, a minha objeção que lhe comuniquei na citada carta, o colega *Gothe* me respondeu o seguinte:

Agora com referência ao confirmando. Em Estreito existe uma escola estatal. O professor, um cidadão alemão que estimo muito, recebe dos pais 5 mil-réis por mês como taxa escolar. Inicialmente o confirmando freqüentava a escola, mas por causa de seu caráter difícil houve desentendimentos entre professor e o padrasto. Por essa razão e, em parte, porque o padrasto entrou em grandes dificuldades econômicas, o rapaz foi tirado da escola e educado e instruído por seus pais em casa. Como já mencionado, desse modo o rapaz recebeu boa formação escolar, muito acima da média. Quando, no ano passado, o rapaz foi inscrito no ensino confirmatório, eu o recusei com o argumento de que não havia freqüentado uma escola e que para a confirmação se exigiam freqüência escolar (4 anos). Visto, porém, que a mãe é assídua freqüentadora da igreja, e também insta com o filho para que freqüente o culto infantil e o culto principal, e porque me convenci no culto infantil de que o rapaz também tem bons conhecimentos bíblicos, acreditei que não podia mais rejeitar sua participação do ensino confirmatório. Em consequência disso, eu o submeti a um exame oral e escrito, conforme já lhe escrevi, e o admiti com a reserva de que o presidente distrital concordasse. (PASTA SR 94/1).

É evidente, neste caso, que o presidente distrital não comungava com a mesma opinião do pastor paroquial, desconsiderando o fato de o aluno mostrar-se apto após os exames oral e escrito. No entanto, apesar de reconhecer a importância da escola alemã, o pastor paroquial tentou burlar os acordos tácitos que mantinham aquela comunidade em harmonia com o eclesiástico, respondendo o seguinte:

É óbvio que concordo com sua opinião de que a escola alemã faz parte das tarefas da comunidade, também quando ela não está relacionada diretamente com a comunidade. Isso faz parte do trabalho no espírito da germanidade, com o qual nossa Igreja se sabe comprometida. Mas a comunidade não mantém a escola por causa da escola, e, sim, para

encarecer às jovens gerações sua germanidade inata por meio da escola e ensinar a valorizá-la, para que a mantenham e preservem, e por causa da instrução das crianças. (PASTA SR 94/1).

No documento mencionado, dentre outras questões, versa ainda sobre o significado do tempo escolar na comunidade evangélica, na perspectiva da duração, início e término da formação do aluno. É compreensível que a igreja agisse sobre a escola como uma guardiã do sistema, procurando cumprir tal temporalidade:

Se exigimos quatro anos de escolaridade, nós o fazemos para não recebermos jovens que não sabem ler nem escrever em alemão. Onde, porém, pais capazes educam e instruem eles mesmos os filhos neste espírito, conforme é fim e objetivo de uma escola alemã, e onde jovens, depois de uma educação desse tipo recebida dos pais, satisfazem, a meu ver, as exigências para o ensino confirmatório – dominando a língua alemã oralmente e escrita e têm formação geral, aí simplesmente não se pode exercer a absoluta obrigação de que a criança se sente na escola somente por causa da escola. Naturalmente isso não pode ser generalizado e deve ser decidido de caso em caso. Como também agora não posso concordar com o colega Gothe, apresento ao senhor, senhor Presidente, a decisão sobre o caso. (PASTA SR 94/1).

Com esta missiva do pastor Kreutzer, que denota a importância da instituição, dentre outras questões suscitadas, é notório que a prescrição era de que a criança deveria freqüentar regularmente a escola. É em torno do tempo escolar - da necessidade da obrigatoriedade escolar mínima -, que é expressa a finalidade do fazer-se da escola na comunidade evangélica. Mas o que adentraria nessa modalidade de tempo institucional, que determinava a temporalidade e a conformação social via duração do próprio tempo escolar?

O tempo escolar se mostra, ao menos formalmente, como um tempo prescrito e uniforme. Sem dúvida, a partir da perspectiva individual é um tempo plural e diverso. Não há um só tempo, senão uma variedade de tempos. O do professor e o do aluno, por certo. Porém também, o da administração e o da inspeção, o regrado. Quanto ao tempo cultural, aliás, o tempo escolar é uma construção historicamente mutável, um produto cultural que implica uma determinada vivência ou experiência temporal. Um tempo que é organizado e construído social e culturalmente como tal tempo específico, porém que, às vezes, é vivido não somente pelos professores e os alunos senão também pelas famílias e a comunidade em seu conjunto, mediante a sua inserção e relações com o resto dos ritmos e tempos sociais. (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 72).

O tempo escolar se apresentava como importante elemento que caracterizava a cultura escolar, dentre outras representações, demarcando o caráter

confessional do fazer educativo nas respectivas unidades escolares, dado se apresentar como elemento normatizador, em que a validade do tempo de formação do alunado implicava na vivência ou experiência temporal, não restrito ao ambiente escolar vivido pelos alunos e professores, mas extensivo às famílias evangélicas e à própria comunidade.

Uma das questões do questionário (1922) que consta no quadro anterior, contribui com esta analogia do tempo escolar como instrumento de conformação social, diz respeito, a duração do tempo de formação escolar do alunado.

De acordo com Rambo (1994, p. 128), o ato solene da confirmação entre os teutos evangélicos ou da comunhão entre os católicos era realizado no domingo próximo à conclusão do período escolar - era uma maneira fácil de controle do cumprimento da escolaridade mínima, que compreendia 4 anos de escola nas escolas teutas da zona rural.

É possível transpor tal analogia para as escolas das comunidades enfocadas neste estudo. Uma das ex-alunas, ao ser questionada sobre quantos anos estudou, assim responde: "Até 13 anos, 13,14 anos acho que tinha. Até esses dias falemos, que eu saí da fila dos confirmandos já fiquei madrinha. Então, eu acho que eu já tinha 14 anos. Mais ou menos assim, já não sei tão bem". (Diva, 2001). A relação entre escolaridade e confirmação serve para exemplificar a prática nas escolas locais.

Como destacam os ex-alunos, o ato solene da confirmação era realizado na presença da comunidade. O depoimento apresentado a seguir serve para exemplificar:

É, tinha o catecismo e então tinha que decorar. Quando o pastor via que o aluno estava preparado, era feita uma revisão, tipo de uma prova; se ele passava, era aprovado, então era confirmado e se reprovava, tinha que continuar freqüentando a doutrina. (...) É eu sei que no dia que eu fui confirmado eu tive que decorar o salmo 23 não esqueci. (Harald, 2001).

Isso não significava necessariamente, que a preparação para o ensino e exame confirmatório fosse ministrada em horário escolar. Entre os evangélicos, essa

função normalmente era atribuída ao pastor, e, na sua ausência, o professor realizaria a atividade, mas extra-classe, segundo depoimentos:

Eles davam a doutrina do catecismo, pros alunos, tinha então um dia por semana. Por semana, meio-dia por semana, o pastor ia lá na escola, naquela escola lá, mas depois da aula e ajuntavam os alunos de novo. Daí, o pastor dava a doutrina, a aula de doutrina pra eles. Tudo em português, e também uma parte em alemão, porque a minha doutrina de catecismo foi em alemão. (Adalberto, 2000).

Desta forma, a confirmação como um ritual de passagem, sobretudo visando fins religiosos, fazia com que a comunidade e seus vínculos eclesiais atuassem como força de coerção sobre seus membros.

Como enfatiza Kreutz, em relação aos núcleos agrários, que normalmente viviam sob a primazia do espiritual, a qual denomina "primazia pública do exercício da religião": Foi um esquema muito hábil de coação, pois a estrutura de múltiplas organizações junto às comunidades teuto-brasileiras eram comunitárias no sentido de envolver e relacionar as pessoas através de tarefas variadas, em igualdade de condições. Mas, a mesma estrutura previa em contrapartida a cobrança de tarefas, publicamente, através de um sistema de sanções principalmente morais (KREUTZ, 1991, p. 68).

Uma das sanções que se convergia como força de coerção na comunidade dizia respeito à necessidade do cumprimento da escolaridade mínima da criança, para que fosse confirmada,⁶⁸ por exemplo, dentre os evangélicos luteranos. "Não era aceito para aquela quem não tivesse terminado este. Por sinal, esta era uma sanção muito grave em um núcleo agrário sob a 'primazia do espiritual'". (KREUTZ, 1991, p. 68).

Logo compreende-se a motivação da igreja evangélica de Joaçaba em se apresentar como a instância que cuidava da educação de seus membros: seu

⁶⁸A integração da pessoa na comunidade e na fé" (DROGERS, 1984, p.58). Segundo o autor esta seria uma interpretação oficial. No entanto fazer a confirmação apresentava outros significados populares, cuja interpretação apresenta no mesmo estudo.

trabalho educativo visava o "cultivo da comunidade",⁶⁹ como expresso nos estatutos da própria comunidade eclesiástica: "para o fim de cultivar a vida cristã⁷⁰ e de cuidar da instrução e educação moral e intellectual dos meninos e das crianças, baseando-se esta na Escripura Sagrada e nos Symbolos da reforma Allemã". (BRASIL, 1941, Art. 1).

Tal fato também revela a extensão do trabalho educativo na comunidade evangélica e a importância da escola e da alfabetização da criança, que também era promovida por motivos religiosos. A escola se caracterizava como instituição cuidada também pela própria organização religiosa.

Essa questão que deve ser relativizada, principalmente no que diz respeito à participação dos pastores no processo escolar.

Uma das dificuldades enfrentadas pelos teuto-brasileiros evangélicos da paróquia Bom Retiro ao longo da trajetória da igreja e do processo escolar, foi o atendimento eclesiástico deficiente, promovido principalmente pela constante troca de pastores que assistiam a região.

Entre 1931 a 1936, havia a presença de um pastor na paróquia Bom Retiro, mas as relações entre a comunidade e o pastor passaram por muitas tensões, segundo informa a fonte eclesiástica. As queixas se davam em relação ao próprio ensino confirmatório, como exemplifica uma das comunicações da Comunidade de Veadas,⁷¹ enviada ao presidente do Sínodo Riograndense em 15 de março de 1936: "Com a presente chamamos a atenção para os acontecimentos que há muito vêm ocorrendo em nossa comunidade, visto que o Sr. P. G. Hahn

⁶⁹A expressão está contida no Relatório Estatístico Anual referente ao ano de 1934 da Igreja Evangélica Alemã do Rio Grande do Sul, que ainda incluía outros procedimentos além das atividades escolares, como os cultos infantis, o coral e a Sociedade de Senhoras. (PASTA SR 63/1).

⁷⁰Pode-se constatar que os fins da comunidade eclesiástica das comunidades como Leãozinho e Veadas, eram similares.

⁷¹Presidente. ass. Walter Peelke. Secretário. ass. Leopoldo Lampert. Membros de Veadas. Nicolau Weirich, Erno Bauermann, Erwin Bergmann, Reinoldo Solin Armino Portz, Gustavo Bauermann.

negligencia seus serviços na comunidade quase em todos os sentidos, assim, por exemplo, o ensino confirmatório. É quase impossível que as crianças possam ser confirmadas até a páscoa, visto que praticamente não têm ensino confirmatório". (PASTA SR 63/1).

Embora tal fato não possa ser tomado como uma regra geral, evidencia que, na prática, a imbricação comunidade escolar e igreja, era permeada de muitos acordos, acertos, encontros e desencontros, nos quais o *status* do pastor, similar ao professor, estava na dependência da forma como correspondia aos anseios das respectivas comunidades.

O funcionamento da escola naquele sistema escolar era alicerçado na família e na igreja, através da participação dos pastores. Logo, a igreja não assumia sozinha o papel educativo da criança, mas estabelecia normalmente, uma parceria entre os pastores e as diretorias escolares. A família era chamada a contribuir, dando ênfase ao aspecto religioso, pois a "escola que não servia apenas de núcleo alfabetizador, mas representava o antídoto eficaz contra uma possível degenerescência cultural". (RAMBO, 1998, p. 14).

Este aspecto se torna relevante para refletir a finalidade do processo educacional, da instrumentalização da criança, via acesso ao saber escolar. Cabe questionar o que estaria implícito nesse tempo escolar, 4 anos de escolaridade mínima, quais os principais saberes a serem ensinados e aprendidos via processo de escolarização. Quando Dominique Julia discute a profissionalização do professor, afirma que:

Uma das primeiras figuras desta profissionalização ocorre quando a antiga Cristandade se desmembra em confissões plurais e, nos países católicos, na dinâmica que segue o Concílio de Trento: ser cristão não é mais, como nos séculos passados, somente, pertencer a uma comunidade, manifestando-se como tal, mas ser capaz de proclamar pessoalmente as verdades da fé e ser instruído sobre as verdades de sua religião. (JULIA, 2001, p. 25).

Uma das indicações é apontada por Dreher, ao destacar que, no contexto evangélico, a escola teuta era uma instituição não restrita aos objetivos de aquisição

de conhecimentos da leitura e da escrita, "mas desponta como característica o fato de serem escolas de catecismo. Sua finalidade era a de ensinar às crianças a leitura para que pudessem aprender, quando luteranas, o Catecismo Menor de Lutero". (DREHER, 1998, p. 252).

A característica da escola catequética também se apresentava nas escolas teutas na comunidade evangélica local, dado que aquela prática de escolarização na comunidade teuta e o próprio significado da alfabetização consistiam-se em mecanismos desenvolvidos para preservar além da cultura, a própria religiosidade, principalmente ao identificar em que se pautava o trabalho escolar teuto-brasileiro evangélico.

Tal como destaca Meyer e aqui subsidia o entendimento do sentido do trabalho educacional, após pesquisa junto às publicações da imprensa evangélica: "(...) enfatizava que o destino da germanidade e do Protestantismo, em solo gaúcho, dependia diretamente da criação e manutenção de escolas nas quais o ensino pudesse ser desenvolvido em torno de dois eixos básicos: a língua alemã e a Religião Protestante". (MEYER, 2000, p.110).

No conjunto das disciplinas citadas, no questionário (1922), a língua alemã e o ensino religioso compunham o currículo, aqui entendido como currículo básico, embora incompleto.⁷²

No entanto, sem adentrar na especificidade em relação ao maior ou menor número de aulas, observa-se que a língua alemã figurava nas quatro escolas da paróquia Rio do Peixe, nas comunidades de Bom Retiro, Estação Rio do Peixe, Capelinha e Schneidem'uhle. Neste sentido, ela se constituía no elemento básico da cultura escolar e da própria cultura teuto-brasileira evangélica.

Nesta relação escola, religião e língua, como salienta Seyferth (1982, p. 141), "este aspecto está ligado à mais germanista de todas, [as organizações], a

⁷²Depoimentos de ex-alunos dão conta de que outras matérias compunham o currículo escolar, como noções de aritmética (Rechnem), canto, dentre outras.

Deutschevangelische Schule. Nesta, o valor da língua alemã era acrescido de mais um componente: foi a língua de Lutero e, por isso, tem raízes na própria religião".

O processo de socialização que se operava na escola da comunidade evangélica deveria garantir o aprendizado da língua alemã, visando à catequese do alunado. Para tanto, havia a necessidade do binômio escola e lar, ou seja, a escola deveria atuar como um prolongamento da língua materna (SEYFERTH, 1982).

Essa relação entre religião, escola e a língua contribuiria para a lenta inculcação de valores socialmente válidos naquele contexto, embora "a língua por exemplo, não era considerada mero instrumento de transmissão, mas simbolizava os próprios evangelhos. Língua e religião representavam um único complexo cultural". (WILLEMS, 1980, p. 288).

Por outro lado, ao mesmo tempo em que a língua alemã representava o cimento social, elemento básico da cultura e cultura escolar teuto-brasileira evangélica, chama atenção ainda em relação ao outro eixo básico do currículo escolar, ou seja, o ensino religioso. Essa disciplina não era cotada nas quatro escolas da paróquia Rio do Peixe.

Dentre as comunidades que não apresentavam tal ensino, estava a de Schneidemühle. A não inclusão dessa disciplina na respectiva escola era justificada nos seguintes termos: "Na Schneidemühle *não tem* ensino religioso (comunidade, diretoria e professor eram contra até agora); também não aulas regulares de português". (PASTA, SR 111/2).

Fato que permite observar que as escolas elementares teuto-brasileiras da região, não se tratavam ou não faziam parte de um sistema educacional, tão unificado e homogêneo, no que concerne, por exemplo, ao entendimento do currículo escolar.

Neste sentido, o *fazer-se* da escola local ocorria de forma similar ao que é referenciado no estudo de Hardt, quando relata⁷³ sobre o sistema escolar do Sínodo Riograndense, que no período anterior à 1938, "as escolas tinham muita liberdade, em nível de horário, idioma, atividades, organização curricular". (HARDT, 1992, p. 74-75).

Nas comunidades evangélicas rurais, "o currículo, de maneira geral, não era uniforme. Dependia muito das circunstâncias locais, do gosto dos professores responsáveis". (HOPPEN, 1986, p. 128). Entretanto, a necessidade de escolaridade mínima para formação da criança teuto-brasileira evangélica era o elemento que localmente expressava a característica confessional das escolas teutas da Paróquia Rio do Peixe e, por extensão, da colônia Bom Retiro, principalmente quanto à finalidade do trabalho educacional.

Após apresentar, ao longo deste capítulo, algumas das facetas da cultura escolar da escola teuto-brasileira na comunidade evangélica local, pode-se afirmar que as escolas elementares eram instituições que pretendiam, através do processo escolar, realizar o ensino da fé cristã, além de transmitir os elementos básicos da cultura daquela comunidade, apresentando-se como uma instituição especial, em que gravitava a vida social, cultural e religiosa da comunidade.

A simbiose escola e igreja se convergia em vários elementos da cultura escolar daquela modalidade de escola em relação ao espaço escolar, ao tempo escolar, à participação das diferentes instâncias formadoras, à família e aos pastores daquela organização religiosa.

Foi possível observar que a escola teuto-brasileira, na comunidade evangélica, era um meio de cultivo da vida da comunidade. A simbologia que dela emanava dizia respeito principalmente ao uso do espaço, tanto para servir às atividades religiosas quanto às escolares. A própria localização da escola, no centro

⁷³Segundo informa a autora, as informações são pautadas na conversa com Willy Fuchs, professor responsável pela coordenação de registro de escolas e professores em 1938, no contexto da nacionalização do ensino no Estado do Rio Grande do Sul.

da comunidade, para que todos os que ali residissem dela fizessem uso, era um local para ser lembrado. O mesmo espaço físico, enquanto lugar de rezar e lugar de aprender e ensinar, funcionava como lugar de cultivo da memória do grupo "cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização". (POLLACK, 1992, p. 206).

Embora seja importante destacar que aquele sistema escolar somente estaria assegurado a partir de um exercício específico de docência, ou seja, se o professor assim assim apresentasse, algumas características a respeito da docência na escola teuto-brasileira da comunidade evangélica local, características estas que serão objeto de análise do próximo tópico.

2.2 O PROFESSOR, ATOR E AGENTE SOCIAL NA COLÔNIA BOM RETIRO

É em torno do "professor", ator e agente social da escola elementar teuto-joaçabense, no decorrer das décadas de 20 e 30 do século XX, na zona rural, que outras facetas da cultura escolar são desveladas. Como afirma Julia (2001, p. 10-11) "normas e práticas não podem ser analisadas sem levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens, e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores".

Este aspecto toma relevo na ação pedagógica da escola teuta da comunidade evangélica local no trabalho educativo que dela emanava e na necessidade de formação de padrões comportamentais e religiosos, de forma similar ao que afirma Kreutz (2000, p. 165): "Para a Igreja Evangélica Luterana, a escola era uma instância fundamental para a ação eclesial. Entendia-se a leitura da Bíblia como elemento essencial para a vida da fé".

O professor, como um dos agentes promotores da cultura daquela comunidade, deveria fazer com que a escola funcionasse em sintonia com as

demais instâncias formadoras, isto é, a família e a igreja, uma vez que era o articulador de aspectos da memória socialmente válida.⁷⁴

Logo o professor deveria corresponder às normas estabelecidas pela comunidade, representada pela diretoria escolar e pela igreja, visto a importância do seu cargo na comunidade, de maneira que a escola funcionasse como ponto de convergência tanto na esfera social e cultural como, principalmente, religiosa.

Não obstante, cabe lembrar que o *status* e a responsabilidade lhe eram atribuídas por delegação, ou seja, "o seu *status*, aliás bastante variável, dependia da medida em que se mostrasse capaz de corresponder a esses e outros papéis,⁷⁵ de acordo com as expectativas dos colonos". (SCHADEN, 1968, p. 168), o que implicava numa autonomia relativa de sua função. Ao mesmo tempo em que a comunidade exercia controle sobre ele, havia o contraponto do papel do docente, pois era ele quem exercia, na escola, a atividade de selecionar, mediar e, principalmente, transmitir os conhecimentos que naquela comunidade eram socialmente válidos – uma mutualidade de prestação de serviços.

⁷⁴Segundo a autora: "A escola, como todas as demais instituições de memória, possui um acervo. Este acervo não é visível, não está disponível para consulta e livre manuseio – como na biblioteca e no arquivo – e não pode ser objeto de observação atenta e seqüencial, como nos museus tradicionais. Trabalha-se na escola com uma memória social 'dinâmica e virtual'. Uma memória em movimento, que se encontra internalizada, principalmente nos professores". (KENSKI, 2001, p. 82).

⁷⁵Com funções que extrapolavam o espaço escolar, "o professor era membro desta e o seu trabalho não se limitava ao desenvolvimento de um programa de ensino. Cabia-lhe por exemplo, participar de atividades da Igreja, dirigir o coro nas reuniões de culto e organizar atividades festivas ou recreativas na colônia. Eram também em numerosos casos conselheiro dos colonos nas mais variadas situações e podia mesmo exercer as funções de médico ou de juiz". (SCHADEN, 1968, p. 168).

A característica do professor que atuou na comunidade teuta evangélica local, de maneira geral, apresentava similaridades em relação a outros contextos, tais como destaca, de modo específico, o estudo de Meyer (2000). Segundo a autora, diferentes representações foram produzidas e contribuíram para a constituição da identidade docente no contexto evangélico. Um dos aspectos que inicialmente despertou a atenção da autora foi o fato de o magistério ser restrito ao gênero masculino, enquanto que, no Brasil, desde o século XIX, as professoras já atuavam no magistério. A autora ressalta que isso não significava dizer que não houvesse presença feminina na escola e na comunidade, mas que ela ocorria de modo esporádico e fugidio, na figura de esposas de pastores e professores.

O argumento para tal delimitação de gênero no magistério, pode ser imputada à opinião dos diretores do Seminário Evangélico, pois estes acreditavam que apenas a figura masculina seria portadora de credenciais indispensáveis para a liderança de uma comunidade, ou seja, "opinava-se que, apenas um homem poderia dirigir uma escola com a eficiência exigida e ser líder espiritual e cultural da comunidade" (HOPPEN, s/d, p. 37); Willems (1980) atribui o androcentrismo à posição da mulher camponesa na Alemanha – argumentos que não são excludentes.

A Colônia Bom Retiro não fugia à regra: na documentação analisada, encontram-se nomes de ex-professores que atuaram ao longo da década de 20 e 30 do século XX em escolas comunitárias teutas na zona rural, tais como: em 1917, professor Otto Kalthoff; em 1918, O. Witte; em 1919, Bentler; em 1920, as comunidades estavam sem professor, sendo que Wollitz atuava como médico, professor e pastor; de 1921 a 1926, atuou João Schmohl. Ainda outros nomes podem ser elencados, como: Petrowski, Guenther, Prass, Gustavo Hanh, Germano Buchweitz, Heinz Suhnel, Germano Rhoden, dentre outros.⁷⁶

⁷⁶Os nomes de ex-professores germânicos, extraiu-se de documentos eclesiais, depoimentos e de Spieweck (1962).

A participação feminina na escola da comunidade evangélica local ocorreu somente na atuação da esposa do pastor Gustavo Hanh, a partir de 1931, quando lecionou na comunidade de Leãozinho, conforme depoimento de ex-aluno.

A justificativa formulada pelos ex-alunos acerca do exercício do magistério ser restrito aos alemães ou descendentes ocorria "porque os brasileiros muito pouco que se interessavam pra lecionar. Depois, tinha pouco que tinha estudo pra isso". (Adalberto, 2000). Cabe relativizar, essa representação não pode ser generalizada à sociedade nacional, mas é pertinente aos limites do mundo rural das comunidades teutas.

Outro aspecto que não deve ser desconsiderado em relação a essa questão, é o fato de que a partir dos nomes citados anteriormente e dos próprios depoimentos de ex-alunos, nas escolas da zona rural, o professorado composto pelo gênero masculino podia ser tomado como um dos distintivos daquela escola étnica. Como afirma um depoente: "por sinal nunca, por Dois Irmãos, nunca passou professor de origem que não fosse da Alemanha, todos eles". (Harald, 2001).

O candidato ao magistério local normalmente era um migrante que vinha para a região, pois o trabalho na área educacional se apresentava como uma fonte de renda, ou seja, como uma forma de sobrevivência na nova colônia. Como havia demanda de professores, a solicitação provinha das próprias famílias teutas: "Mas tinha muito, muito povo alemão que queria dar aula de alemão pras crianças, né. Então ele aceitou e daí ele deu aula. (...) O alemão era separado da outra pública". (Amanda, 2001). Os professores eram oriundos de diversos locais: "esses que nós tinha aí ninguém veio do Rio Grande, vieram da Alemanha, de São Bento do Sul, que fica em Santa Catarina. Os outros dois veio da Alemanha". (Diva, 2001). Para outros, a origem do professor é desconhecida: "eu até nem sei de onde é que ele veio. É, acho se não me engano, ele veio, se não me engano, ele é até estrangeiro, ainda". (Adalberto, 2000).

Os professores⁷⁷ eram oriundos de diferentes locais. O professor Heinz, por exemplo, veio da Saxônia para essa região em torno de 1930 e atuou no magistério também como uma opção de trabalho. O professor Germano Rhoden, segundo depoimentos, atuou por vários anos na comunidade de Veadas. O pastor professor Gustavo Hanh, professor em Leãozinho entre 1931 e 1935/36, era natural de Geschwenda, Turíngia, com formação no Ginásio e Seminário (PASTA SR 63/1).

Dado o modelo de organização de cada colônia, as comunidades funcionavam com sua estrutura própria, principalmente em relação à questão escolar. No entanto, era recorrente entre os professores, principalmente aqueles que atuaram na comunidade de Leãozinho e sede de Bom Retiro, a prática de abranger membros das respectivas comunidades, pois havia entre elas uma distância de, aproximadamente, 4 quilômetros. Oficialmente consideradas locais de prédica, onde normalmente os pastores fixavam residência, essas comunidades atendiam a outras próximas. "No início de sua história era considerado ponto de pregação da Comunidade de Luzerna. Os professores que atuavam em Luzerna, lecionavam por isso também em Leãozinho". (PAGANELLI, s/d, p. 5).

As motivações para o exercício do magistério, de maneira geral, coincidiam com as características apontadas por Meyer, conforme pesquisa junto a vários documentos históricos da imprensa evangélica. Assim explicita a autora: "Nas fontes que examinei, essa docência foi, quase sempre, apresentada como uma alternativa de trabalho para homens que, por algum motivo, não podiam ou não queriam seguir o 'destino natural' que teria levado este grupo a migrar para o Sul do Brasil: o de se tornarem agricultores, proprietários rurais, artesãos ou comerciantes". (MEYER, 2000, p. 166).

⁷⁷Dentre os professores que atuaram na zona rural do município de Joaçaba até 1922, nenhum deles pertencia a alguma sociedade formada na Alemanha como docente, segundo registro do questionário preenchido pelo pastor Fr. Hausen, em solicitação do P. Ziech – Marcelino Ramos referentes às escolas da Paróquia Rio do Peixe. (PASTA SR 111/2).

Na área enfocada, tal fato ocorria de forma semelhante. A trajetória do professor Germano Buchweitz, por exemplo, que atuou ao longo da década de trinta e na década de quarenta na comunidade Dois Irmãos, é relatada pela ex-professora pública que ocupou a sua vaga nos primeiros anos após 1938:

O primeiro professor mesmo em Dois Irmãos que eu me lembre, o primeiro professor foi o Germano, que se formaram, em São Leopoldo. O Ervino era guarda-livro, então os desbravadores tiveram muita decepção muito grande na agricultura e no interior. O Ervino era meu cunhado. (Cecilia, 2001).

Em outro caso, o professor Heinz Suhnel atuou no período anterior a 1936, numa colônia próxima a Leãozinho. Com a exoneração do pastor professor Gustavo Hanh da paróquia Bom Retiro, o professor Heinz ocupou a sua vaga na escola da comunidade de Leãozinho. Assumiu também o posto de presidente da comunidade escolar, cargo anteriormente exercido pelo pastor Hanh (PASTA SR 72/7). O depoimento de Amanda, esposa do ex-professor Heinz Suhnel, revela as motivações do professor pelo magistério:

Ele chegou em 1930, agora, o mês não sei. Em trinta né que eles chegaram. Ele formado sai da faculdade da Alemanha, formado aqui, que tinha um amigo lá em Linha Olinda que, não era Linha Olinda espere aí. Linha Limeira. Então, lá eles pousaram em cima de milho espigas de milho, fizeram uma cama e dormiram em cima de espiga de milho. (...) Daí, começou a trabalhar como colono! Mão de aluno, sabe, aluno que estava sempre na faculdade e trabalhar na roça e fazer roça e fazer coisa, é dura a mão! Pra eles foi dura a mão né, a vida toda é dura quando começa os imigrantes, era triste! Ele tinha dezenove anos. Ele saiu da faculdade e veio junto com os irmãos dele. Estudou para professor, daí ele em correspondência ele passou, mas ele achava que não era certo que tinha que ser um diploma mais ah rigoroso sabe? Daí ele estudou mais ainda, daí ele fez outro, pra onde foi? Foi pra São Paulo, eu acho que ele foi fazer o teste e passou bem não é? Daí ele continuou ser, como é que se diz, ser professor não é? (Amanda, 2001).

A escolha pelo magistério se apresentava como uma outra fonte de renda, não implicava necessariamente no exercício de uma atividade como missão ou vocação. O depoimento de Harald, filho do professor Germano Buchweitz, aponta para a formação do pai, que atuou na colônia Dois Irmãos. "Ele estudou no Colégio, em São Sebastião do Caí em alemão, porque era um Colégio Marista se não me engano". (Harald, 2001).

Ainda segundo o depoimento de Harald, o professor Germano Buchweitz, que chegou ao município nos últimos anos da década de 20, formado pelo Colégio Sagrado Coração de Jesus, no município de São Sebastião do Caí - RS "veio para cá [Joaçaba] solteiro. Claro, com a intenção de trabalhar como educador. Ele veio sozinho e daí dois anos depois, vieram os pais dele e um irmão mais novo. Que até há pouco tempo faleceu. Ah, se ele estivesse vivo! Imagine, procurar ele e conversar com ele". (Harald, 2001).

Os professores teutos, na zona rural, normalmente possuíam parentes na comunidade em que fixavam residência. O pastor Hanh, quando assumiu a paróquia em 1931, anotou: "a escola de Leãozinho, que originalmente deveria ser atendida pelo pastor, é atendida pelo professor Prass, que tem 11 famílias parentes na localidade". (PASTA SR 63/1). Na comunidade de Veadas, um professor que veio da Áustria, "Werner um alemão da Áustria. (...) ele casou com a minha tia e depois foi dando aula e trabalhando". (Erna, 2000). O irmão da depoente, que estudou na mesma escola complementa:

Olha foi em 1900..... 28, 29 por aí 27, 28, 29 (....) Até era um tio nosso que dava aula naquela época; era estrangeiro. Também naquela época ele dava aula. Depois então ele saiu de lá, veio morar aqui em Marcelino Ramos e de Marcelino Ramos foi lá pra Porto Alegre, era professor e fotógrafo junto. (Adalberto, 2000).

O que se observa é o fato de que havia um contrato e uma prestação de serviço entre o professor e a diretoria escolar e que o ofício do magistério local se constituía numa fonte de renda como outra qualquer.

Nesta reflexão sobre a condição de trabalho do professor no caso teuto-brasileiro, o estudo de Rosa Lydia, em que aborda as iniciativas escolares de imigrantes italianos na região de Campinas-SP, serve como quadro comparativo, a partir do destaque da educação enquanto valor e da educação como trabalho, quando os imigrantes, os italianos em particular, fizeram da escola uma estratégia de convívio com a sociedade:

Não se tratava de ser pioneiro ou apóstolo, numa condição na qual sobreviver era fundamental. Por isso a educação escolar torna-se mais uma possibilidade de trabalho como outra qualquer, seja nos centros urbanos ou no rural. (...) Os imigrantes que freqüentaram essas escolas pagaram pela educação que receberam. A educação por assim dizer, também aparece como objeto de venda de força de trabalho. (CORRÊA, 2000, p. 101).

Pagar pela educação que os filhos receberam foi também uma das características da escola teuta local; portanto, a educação também surgia como venda de força de trabalho e a comunidade escolar cuidava desse setor, conforme regia o estatuto da Sociedade Escolar na comunidade evangélica, que apresentava as seguintes deliberações em relação ao professor:

Art. 11. A sociedade escolherá um professor, e fixar-lhe-á o seu honorário. O professor será obrigado a ensinar na língua portuguesa e alemã.

Art. 12. O professor e a Sociedade terão um prazo mutuo de revogação de tres meses.

Art. 13. As reclamações serão dirigidas ao presidente, que logo convocará uma reunião, na qual terá de comparecer o cusador. Caso que não cheguem a um acordo, será eleita uma comissão, que decidirá da reclamação e que será presidida pelo presidente. (BRASIL, 1935, p. 2).

Era estipulada uma taxa mínima, que correspondia à média salarial do professor, acrescida de taxas. Como consta no acordo da reunião do dia 30 de outubro de 1921, na sede da Igreja de Bom Retiro, registrado em ata, ficou estabelecido que:

Seu salário [do professor] será constituído do seguinte modo: 3\$000 mensais por criança, além disso cada membro da comunidade paga anualmente 3\$000, quem manda crianças para a escola paga 6\$000, pagáveis semestralmente, em abril e outubro. Esse último dinheiro entrará na caixa escolar e deverá ser usado para elevar o salário mensal do professor a 120\$000, caso as mensalidades escolares não atinjam esse valor. (PASTA SR 72/7).

O número de alunos implicava também na elevação do valor salarial, como enfatiza uma das fontes eclesiásticas: "Mais tarde o número de alunos deverá crescer pela vinda de novos colonos, e com isso também o salário subirá". (PASTA SR 72/7).

Na década de 20 do século XX, por exemplo, em âmbito paroquial, não é possível falar de uma uniformização do valor salarial do professor teuto-brasileiro na

escola da comunidade evangélica. Há diferentes valores para a remuneração do professor, conforme pode ser observado no quadro⁷⁸ a seguir:

QUADRO 4 - ESTATÍSTICA DAS ESCOLAS DA PARÓQUIA RIO DO PEIXE

	BOM RETIRO (HERVAL)	ESTAÇÃO RIO DO PEIXE	CAPELINHA	SCHNEIDEMÜHLE
Nome professores	Joh. Schmohl	Auerbach	Petri, Reinh.	Höhn, Ewald
Remuneração	140 mil/mês	100 mil	72 mil	50 mil
N.º de alunos	36	16	22	18
Subvenção do governo		50 mil mensais		
Escolas governamentais	Havia uma. O professor recebe mensalmente 50 mil da firma Hacker			

FONTE: Pasta (SR 111/2)

O que pode-se presumir diante do valor do salário mensal do professor diferenciado é que cada comunidade estabelecia o valor, não havia uma padronização neste sentido. Uma outra variante seria a da participação da companhia colonizadora; no caso, da colônia Bom Retiro, a Hacker & Cia. Como ainda destacado nos documentos eclesiásticos referentes a 1921:

A comunidade pensa em requerer da firma Hacker um suplemento salarial mensal no valor de 80\$000 para o professor Schwohl – Tapera – o qual planejam contratar. Peço ao Sínodo empenhar-se nesse sentido junto à firma mencionada e também escreverei pessoalmente nesse sentido ao senhor P. Mummelthey. (PASTA SR 72/7).

Desta forma, não foi possível identificar nas fontes eclesiásticas a permanência da contribuição da colonizadora para o salário do professor na comunidade evangélica, após a década de 20.

Posteriormente, ou ao longo da década de 30 do século XX, coube à comunidade o ônus de assegurar a educação dos filhos. As questões relacionadas à

⁷⁸Refere-se à "Estatística das Escolas da Paróquia Rio do Peixe". Correspondência, *Rio do Peixe, Sta. Catarina, 30 de agosto de 1922 Entrada 09/09/22 enviada ao senhor pastor Schüler Picada 48, em resposta ao questionário enviado pelo senhor P. Ziech – Marcelino Ramos. Respondeu o respectivo questionário, pastor Fr. Hausen. (PASTA SR 111/2).*

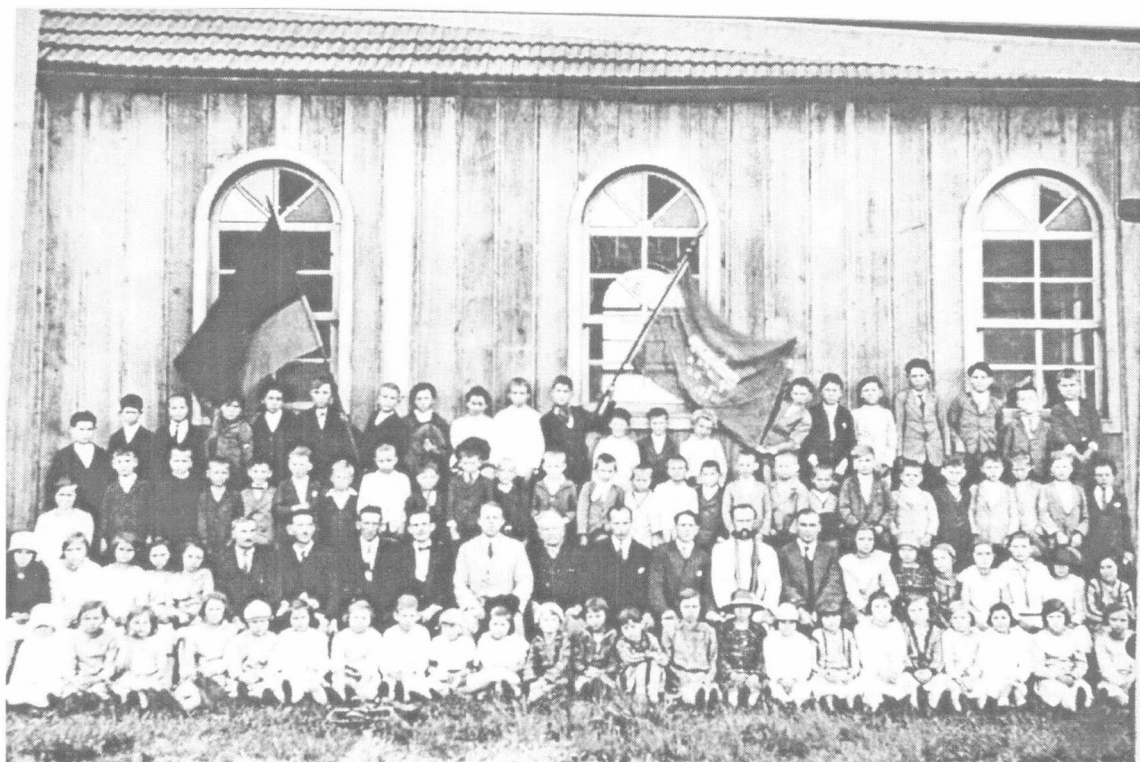
remuneração, instalação do professor e outros encargos eram assumidas pela comunidade escolar.

Por outro lado, é importante destacar o registro da participação de outras instituições nos proventos da escola. A fonte oral revelou que havia uma subvenção do governo alemão à escola local através da representação do consulado⁷⁹ daquele país: "O cônsul alemão, ele sempre veio lá, porque ele sempre ajudava pagar, era cônsul em Joaçaba. Ele era alemão e ajudava pagar, né a escola e depois cada pai tinha que ajudar a pagar professor, quando era Rhoden também". (Melita, 2001).

⁷⁹Onde é destacado: "O consulado da Alemanha em Cruzeiro do Sul (Joaçaba) foi instalado em 1929, sendo nomeado Cônsul Honorário o Sr. Walter von Schuschnig, o qual era proprietário de pequena casa comercial, sendo que êle era de nacionalidade austríaca e tinha por secretário e substituto o Sr. Helmut Muelhaus. Em 1934 demitiu-se do cargo, por ser nomeado Cônsul da Áustria, em Dreizehnlinden (Treze Tílias), sendo nomeado Cônsul, o Coronel Karl Gaisser, residente em Pôrto Feliz (Mondai). Em 1936 o secretário Helmut Muehlhaus demitiu-se e foi substituído por Heinz Schimidt. Este foi demitido e nomeado secretário e substituto do Cônsul o Sr. Hans Spieweck, que permaneceu no seu posto até 28 de janeiro de 1942, quando foram rompidas as relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha, sendo que este em consequência do tratado diplomático entre as nações do eixo e os Aliados, quando houve a troca do pessoal diplomático, voltou, em maio de 1942, para a Alemanha. Com o término da II Guerra Mundial, Hans Spieweck, retornou com a sua família ao Brasil, em março de 1947, fixando, em janeiro de 1948, residência em Luzerna. Em 1952, quando reatadas as relações diplomáticas entre o Brasil e a República Federal da Alemanha, o mesmo foi nomeado representante honorário do Consulado da Alemanha Ocidental em Curitiba, à qual pertence a região de Joaçaba- Santa Catarina". (QUEIROZ, 1967, p.101).

O Senhor Ricardo Pichler, um dos ex-alunos que estudou no jardim de infância pela iniciativa teuto-brasileira, na zona urbana, em torno de 1934, numa conversa informal, ao analisar a fotografia daquele evento, conforme solicitado, acredita ter sido um encontro entre os próprios alemães, dizia que estes sentiram muita dificuldade de adaptação na nova região de colonização, no caso Joaçaba, sobretudo em função das diferenças culturais. Naquele período, promoviam muitos encontros entre eles. O evento ocorreu na Igreja/escola católica de Veadas, entre 1929 e 1931, segundo informação de uma ex-aluna, que não lembra as atividades desenvolvidas naquela ocasião e apenas destaca que "é uma festa. (...) veio aquele, aquele, alemão, todos e aquela autoridade de Joaçaba". (Melita, 2001). No evento, encontrava-se o Cônsul Sr. Walter von Schuschnig, o professor Germano Rhoden e também Helmut Muehlhaus, dentre outros. A ex-aluna não lembra se essas autoridades costumavam visitar com frequência a escola. Entre os ex-alunos estão: Erna Ludwigf, sua irmã Rosa, Melita Lampert Schazmann, Helmut Lampert, irmão de Melita, e Adalberto Ludwigf, irmão de Rosa e Erna.

FIGURA 6 - IGREJA/ESCOLA CATÓLICA DE VEADAS



FONTE: Acervo de Melita L.Schazmann.

Não obstante, firmar o contrato com o professor era uma atribuição da diretoria escolar, conforme regia o estatuto, que já foi apresentado e confirmado pelos depoimentos. Dentre eles, o da ex-aluna Melita: "Sim, aquela vez não tinha professor quando nós viemos do Rio Grande. Então não tinha professor, era particular. Então eles pegaram, a comunidade, um professor em alemão pra ensinar e depois veio o Rhoden. Então tinha um, veio o professor". (Melita, 2001).

Mas, juntamente à atuação da diretoria escolar, ultrapassando as questões contratuais relacionadas à manutenção do professor, observa-se que nas escolas teuto-joaçabenses da comunidade evangélica se apresentava uma outra variante a qual implicava na contratação do professor o aspecto religioso. Embora, para os ex-alunos teutos, esse aspecto não fosse tão relevante. "Não. Isso qualquer religião. Os professores vieram de qualquer religião. Seja evangélico, católico, talvez até sabatista". (Adalberto, 2000). Outra ex-aluna relativiza este critério, considerando o fato de seu pai ser um dos membros da diretoria da comunidade eclesiástica teuta evangélica:

Isso eu não sei, mas não lembro mais. Acho que sim, porque foram buscar longe o professor, né! Depois, quando aquele foi embora veio um professor solteiro. Daí, os meus irmãos já iam na aula lá em Kennedy. Ainda ele se chamava Germano Rhoden. E ele depois até casou e estava morando lá um tempo. Daí a mulher dele faleceu, ele foi embora. Ele trabalhou na firma Fontana em Concórdia. Eu acho que tá vivo ainda. (Diva, 2001).

Entretanto, notabiliza-se nas fontes eclesiásticas, uma possível participação dos pastores evangélicos, intervindo, por exemplo, na escolha dos professores para atuar nas escolas daquela comunidade. Pode ser citado o caso da escola na sede da colônia Bom Retiro. Em 1921, essa comunidade eclesiástica havia rompido a filiação ao Sínodo Riograndense, uma das condições postas para nova filiação àquela organização religiosa foi atrelada ao professor. "Todos os demais queriam ficar fiéis ao Sínodo Riograndense, desde que a comunidade continuasse sendo bem atendida por um pastor e se, sobretudo, fosse mantida uma boa escola com um professor competente". (PASTA SR 72/7).

Dentre os registros eclesiásticos, havia indícios de que a igreja também procurava tomar conhecimento de quem era o docente que atuava na escola da comunidade evangélica, como evidencia a resposta ao pedido de informação sobre os professores feito pelo pastor Ziech, de Marcelino Ramos, ao pastor Hausen, da paróquia Rio do Peixe, em 1922:

Em resposta a sua carta comunico:

1 - Desde quando os professores atuam nas comunidades? Na Estação, desde 1.º de maio. Anteriormente professor Laske, desde 1.º de dez. de 1920. Em Capelinha desde 1.º de set. de 1921, anteriormente não havia professor.

Na Schneidemühle há 2 anos, anteriormente por breve tempo professor Bentler.

Bom Retiro não tinha professor antes do atual. O atual atua ali desde 1.º de dez. de 1921.

2 - Os atuais professores são todos casados.

3 - O professor em Capelinha tem 5 ht. de terras para plantar. O da Schneidemühle tem 1 colônia, o de Bom Retiro ¼ de colônia, o da Estação não tem terras disponíveis.

4 - Na Schneidemühle *não tem* ensino religioso (comunidade, diretoria e professor eram contra até agora); também não aulas regulares de português. (PASTA SR 111/2).

Neste sentido, o trabalho do professor teuto na zona rural deveria ocorrer de acordo com os preceitos daquela organização religiosa e da comunidade representada pela diretoria escolar. "A comunidade se manifestava através da

diretoria escolar, sendo que normalmente a palavra final pertencia ao pároco, seja para a dispensa ou a contratação de um professor". (KREUTZ, 1991, p. 79). O que implicava que a condição do professor não era das mais fáceis, principalmente por se apresentar desprovida de reconhecimento oficial. "A autoridade do professor não provinha de investidura oficial, nem era apoiada por quaisquer dispositivos legais". (SCHADEN, 1968, p. 169).

Dentre as dificuldades, além da de ser avaliado por instâncias instituídas que regulavam o processo escolar – nesse caso, as sociedades escolares a igreja, a forma como o docente era remunerado gerava uma certa instabilidade. Um dos ex-alunos, filho do professor que atuava na escola da Comunidade Dois Irmãos, comenta sobre a remuneração do pai: "Era estipulado uma remuneração, só que na maioria das vezes, nem recebia porque faltava sempre dinheiro em caixa". (Harald, 2001).

A insuficiente remuneração do professor naquele período demandava a realização de atividades paralelas ao magistério, como os próprios ex-alunos relatam. Sobre o professor Germano Rhoden, na década de 30, na Comunidade de Veadas, foi dito que:

Ele trabalhava lá num armazenzinho alí. Trabalhava, atendia o pessoal lá, fora da época de aula dele. Então, meio-dia ele lecionava na escola e o meio-dia, então, ele trabalhava lá como... servente lá dentro. Servia os fregueses que vinham lá pra comprar mantimento e essas coisas. Ali ele ficava lá. (Adalberto, 2000).

Um outro professor, tio de ex-aluno da mesma comunidade, exercia também outras atividades: "meio-dia ele dava aula, e outro meio-dia trabalhava na colônia ou, se não, com abelha [apicultura]". (Erna, 2000).

Uma outra alternativa naquele período já era o professor lecionar em duas ou mais escolas. Pode ser citado o caso do professor Heinz que, durante a década de 30, lecionava na escola da comunidade evangélica de Leãozinho e numa outra comunidade próxima, como explica a esposa do ex-professor: "uma era pública e a outra não era porque era distante da outra né. Ele tinha [aula] de manhã e de tarde". (Amanda, 2001).

Contudo, a dificuldade que se apresentava ao professor se estendia, também, às famílias. Pagar pela educação de seus filhos era uma atribuição onerosa, muitas vezes, acima de suas possibilidades financeiras. Sobre este e outros enfrentamentos provenientes do processo de instalação das famílias no local, Diva, ex-aluna na comunidade de Veadas, que ali estudou a partir de 1927, apresenta a seguinte reflexão: "Construíram e pagaram! Até essa noite eu pensei, naquele tempo pros pais não era fácil! Entraram num mato! Se tinha uma criança, tinha que pagar cinco mil réis, né. Se tinha dois era oito. Foi tudo por conta do pai e da mãe". (Diva, 2001).

Manter em dia a mensalidade escolar, estipulada e aprovada em assembléia pelas diretorias escolares, demandava alguns sacrifícios para as famílias, que deveriam recorrer a formas variadas para garantir o pagamento das taxas escolares. Como fica evidenciado nestes depoimentos:

Eles todos pagavam, porque não tinham... como criar o filho sem aula e sem nada, né! Então cada um dava um tanto por mês e assim, em dinheiro... em todo, toda forma né, em dinheiro ou em alimento. (Frederico, 2000).

A comunidade, os nossos pais que construíram pro professor. Quem tinha muitos filhos não era barato né. Às vezes eu lembro, que tinha família que tinha quatro filhos e aí tinham que vender um porco, galinha ou isto ou aquilo pra pagar o professor. (Diva, 2001).

Pagavam, pagavam sim pagava. Este foi rigoroso, eles pagavam no fim do mês ou pontual no mês pagava. Mas era melhor eu acho pra mim antigamente era melhor. (Amanda, 2001).

O pagamento ao professor permitia considerá-lo um "funcionário" das famílias. A assistência da igreja também vinculava o professor a uma sujeição diante de suas determinações e sua exoneração ou continuidade de trabalho dependia da determinação tanto da instituição familiar, representada pela diretoria escolar, quanto da igreja, na figura do pastor.

Ao mesmo tempo em que a comunidade exercia total controle sobre o professor, este dependia dela sob vários aspectos, a começar pela própria moradia. Normalmente, as famílias construíam a casa para o professor – casa esta construída

próxima à escola – e a cediam enquanto este cumprisse com suas funções diante da comunidade. A doação de alimentos para o professor também revela sua dependência e sua gratidão era expressa por meio de algumas demonstrações singelas, como dá mostras o seguinte depoimento: "Se tinha uma coisa boa, assim, a gente levava. Até eu e minha irmã, a gente então matava um porco e levava lingüiça, ou carne, levava verdura lá pro dia do professor. Ele dava não sei se era um santinho, não um quadrinho assim, com uma flor e um dizer". (Diva, 2001).

Os fatores apresentados denunciam as condições precárias e instáveis do professor da escola comunitária teuta atuante na zona rural. Tais condições são também detectadas por Meyer (2000, p. 166):

A instabilidade, a provisoriedade, a baixa remuneração, as precárias condições de trabalho, a dupla jornada de professor e de colono, a desconsideração da necessidade de uma formação profissional específica, são algumas das características do magistério primário rural que foram sendo incorporadas a ele no âmbito do próprio processo de representar que se acionava ao fazer a denúncia e a crítica das condições de seu exercício.

Um dos reflexos da condição de instabilidade do professor teuto na escola da zona rural foi a dificuldade que muitos dos ex-alunos apresentaram em lembrar quais foram os professores que atuaram durante o período em que freqüentaram os bancos escolares. Como a depoente que estudou nos últimos anos da década de vinte, na comunidade de Veadas, tanto na escola da comunidade evangélica quanto na católica: "eu vou contar... um, dois, três, quatro, cinco. Mas, dois, três, ficaram só umas semanas e... os outros aquele Rhoden ficou anos". (Erna, 2000). A rotatividade desses elementos dentro do espaço escolar pode ser confirmada pelo texto abaixo:

A partir de janeiro de 1924 o professor Schmohl desistiu das duas escolas por ele atendidas em Bom Retiro e Leãozinho e assumiu a escola de Veado. Em 1924 Bom Retiro e Leãozinho tiveram por breve tempo o professor Petrowski, em seguida, depois de um intervalo maior, o professor Guenther. (...) 1926 – também neste ano Bom Retiro e Leãozinho ficaram sem professor. (...) Também a comunidade de Veado ficou algum tempo sem professor, visto que o professor Schmohl deixou a escola. Em julho então a comunidade construiu uma residência própria para o professor e o senhor Schmohl

voltou e reassumiu sua antiga atividade em Veado e na sede de Bom Retiro (1925). (SPIEWECK, 1962, p. 2).

Spieweck, ao sintetizar relatos, deixa explícito que, durante a década de vinte do século XX, em Bom Retiro, Leãozinho e Veado, a troca de professores era constante, destacando inclusive o registro de julgamento de valor: "Em Herval, atua um professor chamado Ehlers, que era um fidalgo mecklenburguense um tanto degradado". (SPIEWECK, 1962, p. 2).

A curta permanência nas comunidades e a entrada e saída repentina dos professores eram atribuídas à necessidade de acompanhar familiares, o que confirmaria o laço de parentesco do professor com a comunidade.

Os professores iam se mudar prum outro lado, talvez por causa de a parentagem que queria que fossem morar lá com eles, essas coisas, então eles saíam; avisavam lá a comunidade, "olhe eu vou me mudar pra tal e tal lugar." Então, a comunidade tinha que arranjar outro professor. (Adalberto, 2000).

Outros apresentam como motivação o fato de o professor receber uma proposta mais atrativa de trabalho, algo mais rentável, que os fazia deixar a atividade escolar: "o professor Germano Rhoden, esse depois foi pra loja do Atílio Fontana e com ele pra Concórdia, foi professor na Vila Kennedy, professor alemão". (Cecilia, 2001). Alguns falam sobre a possibilidade do professor ou sua família não terem se adaptado à zona rural, como, por exemplo, um professor que atuou em torno de 1927: "aquele de São Bento não gostava muito, ele não queria ficar aí no meio da colônia, ela [esposa] não gostava". (Diva, 2001).

Ainda é notório que a saída dos professores se dava em função da incompatibilidade entre o professor e a comunidade, bem como aos pastores daquela igreja, por motivos religiosos, como é relatado: "Em 1925 as escolas de Bom Retiro e Leãozinho criaram problemas, visto que o professor Guenther, já mencionado anteriormente, era teimoso e acrítico. Por fim teve que sair daquela região. Em todo caso, a comunidade de Bom Retiro não tinha mais professor". (SPIEWECK, 1962, p. 3).

Na fonte eclesiástica, um documento faz referência explícita a essa variante ao tratar do professor Jonh Schmohl, que havia sido providenciado, segundo indicativos da fonte eclesiástica, pela própria igreja, após solicitação da comunidade. O documento registra que, em determinado período, ele passou a divulgar outros valores religiosos. Este documento é o relatório de 1927, do pastor R. Hannemann, de Marcelino Ramos, enviado ao Presidente Sinodal, pastor Th. Dietschi:

...O atendimento a partir de Rio do Peixe era demasiadamente insuficiente e o pastor não é encontrado em casos de emergência. Essa opinião dos membros, porém, é muito repentina, pois em uma assembléia por volta do fim do ano passado havia sido decidido filiar-se ao Sínodo. **Essa virada repentina deve ser atribuída unicamente ao atual professor Schmohl ou Schmoll, que atua em Bom Retiro desde fevereiro. Desde algum tempo o mesmo também realiza ali cultos de leitura. Uma propaganda semelhante em favor de Missúri também é promovida pelo novo professor em Veado, no entanto lá o perigo não é tão grande, visto que na comunidade toda a diretoria e vários membros engajados são decididamente a favor do Sínodo. Mas também ali a intencionada filiação ao Sínodo não pode ser levada a efeito, porque durante a reunião cerca de 10 membros abandonaram a capela, tornando o quorum insuficiente.** As outras duas comunidades, Herval e Leãozinho, ainda não pude visitar, no próximo domingo, porém, quero ir para lá e novamente anunciei um culto em Bom Retiro para o domingo. (PASTA SR 72/7) (sem grifos no original).

Dada a troca constante de professores, bem como de pastores, verifica-se a necessidade do pastor delegar a um dos membros da comunidade o compromisso de preparar os confirmandos. Esta seria uma função dos pastores, de maneira geral, segundo ex-alunos, mas, na sua ausência, a preparação ficava a cargo dos professores e, na ausência deste, um dos membros deveria substituí-lo:

1926 – também neste ano Bom Retiro e Leãozinho ficaram sem professor. A pedido do pastor, o membro Blumberg assumiu a responsabilidade de instruir os confirmandos e de instalar uma escola dominical. Infelizmente essa proposta fracassou por causa da negligência da diretoria e dos pais, que não apoiaram essa iniciativa. Também a comunidade de Veado ficou algum tempo sem professor, visto que o professor Schmohl deixou a escola. Em julho então a comunidade construiu uma residência própria para o professor e o senhor Schmohl voltou e reassumiu sua antiga atividade em Veado e na sede de Bom Retiro. (SPIEWECK, 1962, p. 2).

Poderia-se, então, perguntar qual era a função do professor na comunidade teuta evangélica com base nos critérios da sua contratação. Neste sentido, as conclusões de Hoppen, que analisou a participação do diretor do

Seminário Evangélico, Dr. Holder, no Quadragésimo Concílio Geral do Sínodo, em Panambi, no ano de 1933, evidenciam a importância da atuação do pastor e do professor em relação à escola evangélica:

Do professor exige que seja pessoa equilibrada que acredita no seu trabalho. Ressaltou a influência que o professor e o pastor exercem através de suas famílias sobre a comunidade, fortalecendo a mentalidade de dar aos filhos e à juventude em geral boa educação e manter o elo sentimental pela língua e a cultura alemã. (HOPPEN, s/d, p. 129-130).

Naquele contexto histórico e cultural, professor e pastor ou párocos tinham funções distintas, mas a escola e a igreja estavam tão imbricadas a ponto de muitas vezes, a função de uma ser exercida pela outra, condicionando as atividades escolares ao calendário e aos preceitos religiosos, tanto no contexto evangélico como no católico. A função e a própria natureza da escola comunitária foi discutida por Rambo (1994) e a função do professor, por Kreutz (1991). Este autor demarca as diferenças em relação à atuação do professor paroquial⁸⁰ da escola teuta.

As diferenciações se apresentavam na nomenclatura – a expressão "professor paroquial" era consagrada no contexto católico e dava-se em função da representação do professor junto à igreja católica, ou seja, ele era considerado uma espécie de extensão do padre. Já em relação ao professor da comunidade evangélica, não havia uma expressão única. Alguns preferiam chamá-lo de professor comunitário, que seria a expressão consagrada pelos evangélicos.

Continuando a comparação, Kreutz estabelece que o professor paroquial e a escola teuta católica foram instrumentos da Igreja Romana no projeto de restauração católica e nas atribuições do cotidiano, tanto um quanto o outro faziam o papel de árbitro, de fomentador cultural, encaminhando assinaturas de jornais, almanaques e similares. Dentre os evangélicos não ocorria o mesmo.

⁸⁰O professor paroquial é o personagem típico da zona rural de colonização teuto-brasileira no Sul do Brasil. Ele é fruto da iniciativa dos imigrantes alemães e seus descendentes na tentativa de estabelecerem-se econômica e culturalmente nas colônias que lhes eram destinadas". (KREUTZ, 1991, p. 7).

A tendência foi a do professor ir deixando certas funções de liderança e serviço na comunidade, e que iam sendo absorvidas pelo pastor da mesma. Os evangélicos foram privilegiando as funções do magistério para seus professores, dando valor secundário, ou melhor, atribuindo ao pastor as tarefas sociais da comunidade. Entre os católicos ocorreu a tendência inversa: à medida que se caminhava para maior definição da figura e das funções do professor paroquial, tanto mais suas funções aumentavam e eram realçadas. (KREUTZ, 1991, p. 11).

No entanto, é registrado que o professor germânico da colônia Bom Retiro eventualmente substituía o pastor, tendo em vista que o atendimento eclesial ocorria em períodos não satisfatórios na região, como sinalizado no primeiro capítulo. Dentre as atividades, há um exemplo através do depoimento da esposa de um ex-professor: "Ele também deu culto, deu aula dominical também, como é que se diz, a confirmação ele também tinha que dar pros alunos, este ali, este lá, né". (Amanda, 2001).

Ainda complementando esta informação da participação do professor germânico na igreja, vê-se o depoimento do filho do professor Germano, que atuou na comunidade Dois Irmãos, a qual também serve para exemplificar.

Na Igreja mesmo, ele era simplesmente membro da Igreja. Claro que ele auxiliava na doutrina, porque naquele tempo não era fácil, assim, de qualquer comunidade do interior ter o seu pastor. Então, ele auxiliava até, até lá pelo ano de 1935 por aí, e de lá pra frente então havia pastores a disposição em Linha Dois irmãos. (...) Ele prestava auxílio na ausência do pastor, vamos dizer assim, fazia até batizados para depois serem confirmados pelo pastor, ele também fazia isso, quando necessário, lógico. Daí trabalhava, também exercia a função de regente de coral. Eram assim canções ensaiadas com coral masculino, daí ele se deslocava até Duas Casas, iam cantar no Leãozinho e por tudo onde eram chamados. Ah, porque a maioria dos hinos eram hinos fúnebres então, naquele tempo era assim, num velório ou no enterro, não podia faltar o canto coral, então isso ele fazia. (Harald, 2001).

Desta forma, os professores germânicos contribuíram para manter o elo entre a família, a escola e a igreja através das várias funções que exerciam. Pastor e professor eram tidos como responsáveis pela produção e transmissão da cultura e pela manutenção das tradições alemãs – uma memória (re)criada através do fazer-se da escola elementar, que era uma das principais iniciativas exigidas pela comunidade para atuar como lugar de lembranças em comum, preservando traços culturais, étnicos e religiosos. O professor representava o elemento que responderia às expectativas da

família e da igreja e a escola seria o palco cotidiano no qual o ator e agente social atuaria, constituindo-a enquanto local de lembranças e de memórias.

3 NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO NO ESTADO CATARINENSE: REFLEXOS NA ESCOLA TEUTO-BRASILEIRA LOCAL

O desencadeamento do processo escolar comunitário teuto-brasileiro, no município de Joaçaba, entre 1917 e 1938, resultante da precariedade ou ausência da escola pública, foi também motivado pelo fato de a igreja promover tal processo como espaço de ação pastoral. Inicialmente, a abertura da escola elementar esteve umbilicalmente vinculada ao Sínodo Riograndense e, posteriormente, o Estado assumiu a coordenação do processo escolar.

Antes de tratar da interrupção do funcionamento daquela modalidade de escola na comunidade evangélica local, a partir de 1938, o intento deste capítulo é demonstrar como a escola elementar atravessou as duas décadas (1917-1938), marcada principalmente pela campanha de nacionalização do ensino no estado catarinense. Neste sentido, o objetivo é identificar os principais reflexos de tal campanha, principalmente em relação ao elemento básico não só da cultura escolar teuto-brasileira evangélica, mas da própria cultura germânica, ou seja, a língua alemã.

A análise a ser desenvolvida toma como base os registros eclesiásticos e artigos dos estatutos das sociedades escolares correlacionados com a questão levantada, além dos dados obtidos nos depoimentos de ex-alunos teuto-brasileiros, que freqüentaram uma daquelas unidades escolares.

Como evidenciado ao longo do trabalho, as escolas elementares teuto-brasileiras na comunidade evangélica da zona rural do município de Joaçaba eram instituições que pretendiam, através do processo escolar, realizar o ensino da fé cristã, além de transmitir os elementos básicos da cultura daquela comunidade, "a ênfase na preservação da língua, que, juntamente com a preservação da religião, se tornaria uma das principais atribuições da escola elementar teuto-brasileira-evangélica". (MEYER, 2000, p. 150).

A língua, no contexto teuto-brasileiro evangélico, simbolizava não apenas valores culturais e, principalmente, religiosos, mas representava também o cimento

social, sendo que o trabalho educacional deveria contribuir para manter o elo escola, igreja e família.

Em contrapartida, a língua também representaria o primeiro vínculo de integração ao Estado brasileiro, a ser estimulado para despertar o sentimento de brasilidade.

Desta forma, a língua seria a causa geradora de embates e posicionamentos diferenciados entre os vários segmentos e representantes do poder público e intensificados a partir de 1917. Tal fato é destacado por Schaden (1968), como uma questão já debatida desde a inserção dos primeiros imigrantes na sociedade brasileira.

O desencadeamento da Primeira Guerra Mundial provocou, no Brasil, a eclosão de um surto de nacionalismos cujos efeitos se fizeram sentir no recrudescimento dos debates e das reivindicações educacionais (PAIVA, V., 1987, p. 94).

Dentre os vários grupos étnicos que formaram a sociedade brasileira, o despertar de um nacionalismo intolerante era mais acentuado em relação aos alemães e descendentes, em que alegava-se resistência à assimilação.⁸¹ Dentre os discursos, pode-se apresentar o do próprio inspetor federal no Estado catarinense a partir de 1917, Orestes Guimarães:

A meu vêr, não só naquella época, de 1914 a 1917, como ainda hoje;⁸² não só em Santa Catharina, como no Rio Grande do Sul, o único inconveniente, e direi mesmo, o único perigo que póde offerecer a inigualavel colonização allemã é a sua resistencia à assimilação; resistencia propria de uma raça inteiramente diversa da nossa, pela desaffinidade ethnica, de religião, na maior parte, e, sobretudo, de lingua; resistencia tambem propria de uma raça admiravelmente organizada e patriótica, como é a allemã. (GUIMARÃES, 2000, p. 178).

A partir de 1917, ocorreria a primeira intervenção no nível de ensino primário com a participação do governo federal, intervenção esta amparada pelo

⁸¹Aqui entendido "adoção de um novo esquema de atitudes-valores que simboliza a integração na sociedade política adotiva". (WILLEMS, 1980, p. 16).

⁸²Ocasão (1921), em que participou no Estado do Rio de Janeiro, da *Conferência Interestadual de Ensino Primário*, onde apresentou a tese "nacionalização do ensino primário". (GUIMARÃES, 2000).

Decreto 13.014, de 4 de maio de 1918 – "por este dispositivo legal, a união poderia subvencionar escolas primárias para populações de origem estrangeira" (MONTEIRO, 1984, p. 58), passando a criar escolas para substituir as unidades escolares particulares, fechadas durante a Primeira Guerra Mundial, nas zonas de nacionalização nos Estados do Sul.

O decreto resultou, no estado catarinense, na criação da Inspetoria Federal das Escolas Subvencionadas pela União, sendo Inspetor Geral do Ensino Orestes Guimarães, função que iria exercer até 1931, quando veio a falecer Monteiro (1984).

No entanto, a campanha de nacionalização do ensino já vinha ocorrendo de forma efetiva no estado catarinense desde 1911, no governo de Vidal Ramos, sob a responsabilidade de Orestes Guimarães. Dentre as estratégias adotadas para nacionalizar as escolas nas comunidades de imigrantes, a principal era a "criação de grupos escolares e de escolas complementares, nos municípios de origem colonial, e pela imposição do ensino de português nas escolas de imigrantes". (LUNA, 2000, p. 40).

A campanha é considerada de cunho liberal, pois além da assimilação se processar de forma gradativa, não se dava o afastamento do professor de nacionalidade estrangeira, ou seja, havia a possibilidade do ensino bilíngüe (LUNA, 2000 e FIORI, 1991).

Neste contexto, se dá a abertura do primeiro estabelecimento de ensino na comunidade evangélica local, em funcionamento a partir de 1917. É importante observar os reflexos da campanha de nacionalização do ensino nessa trajetória. Assim informa um dos relatórios:

A respeito do ano de 1917 o P. Schultz informa que o número de membros em Bom Retiro subiu para 50. Contribuição anual dos membros 10\$000. O professor de Bom Retiro era o senhor Otto Kalthoff com 28 alunos. Em conseqüência do estado de guerra entre o Brasil e a Alemanha, tiveram que ser suspensas as atividades eclesíásticas e escolares em todos os lugares. Para o ano de 1918 registram-se 41 membros em Bom Retiro. (...) Em Bom Retiro no ano de 1918 (...) Como professor é mencionado o senhor O. Witte, com 28 alunos. Por causa da guerra em 1918 a escola também funcionou com restrições e precauções especiais. (SPIEWECK, 1962, p. 1).

Como mostram as informações contidas no relatório, a interrupção do funcionamento da escola teuto-brasileira na comunidade evangélica foi temporária. Em 1918, apesar das restrições, prosseguiria o funcionamento da escola. Nesta trajetória do *fazer-se* da escola elementar local, a atenção se volta para o problema lingüístico.

A língua continuaria sendo até 1939, quando se efetivou definitivamente a nacionalização do ensino, a ponta de lança dos debates que buscavam fixar as especificidades do grupo, e, também, daqueles debates que tomavam estas especificidades para construir a representação do perigo alemão. (MEYER, 2000, p. 150).

A língua marcaria a trajetória das escolas na comunidade evangélica local, como poderá ser observado no posicionamento dos pastores que atuavam nessa região, vinculando trabalho eclesiástico e escolar.

É importante fazer uma ressalva: o movimento da escola teuto-brasileira na comunidade evangélica, diante da entrada progressiva da escola pública, foi muito mais no sentido de adequar a escola elementar à solicitação do governo do que de recusá-la, ao menos em relação à inserção do ensino também em língua portuguesa.

Ao longo das duas décadas, a língua portuguesa era citada nos documentos eclesiásticos como um dos conteúdos a ser desenvolvido nas respectivas escolas. Neste sentido, entende-se que a relação entre Estado e Igreja Evangélica, em relação à questão escolar, era pacífica, até a instalação do Estado Novo, em 1937. Isso se dava porque, até esse período, havia garantia do ensino nas escolas de língua alemã.

Os embates referentes à região, Médio Vale do Rio do Peixe principalmente, contidos nos documentos eclesiásticos até 1937, apresentam-se muito mais em função de disputas entre as organizações religiosas, que se faziam representar entre os teuto-brasileiros, como sinalizado no primeiro capítulo.

No entanto, a necessidade do desenvolvimento dos conteúdos em português, bem como a possibilidade do ensino ser ministrado em língua alemã, nas respectivas escolas, é notório.

No universo dos registros eclesiásticos consultados, particularmente o questionário elaborado em 1922,⁸³ aqui compreendido como um currículo escolar básico, serve como importante ponto de partida para fazer algumas indagações em relação à década de vinte do século XX, nas questões relacionadas à língua.

QUADRO 5 - ESTATÍSTICA DAS ESCOLAS DA PARÓQUIA RIO DO PEIXE

LOCAL	FUNDAÇÃO (ano)	PROFESSORES	HORAS/AULA
Bom Retiro (Herval)	1915	Joh. Schmohl	2 port., 2 alem. diárias; 1 aula de relig. por semana
Estação Rio do Peixe	1914	Auerbach	3 port., 1 alem., 1 aula de relig. por semana
Capelinha	1920	Petri, Reinh.	1 port., 2 alem., 1 de relig. por semana
Schneidemühle	1920	Höhn, Ewald	3 de alemão

FONTE: PASTA, SR 111/2

A primeira interpretação que este documento suscita diz respeito às disciplinas do currículo escolar básico, o ensino na língua alemã e ensino religioso, considerados eixos centrais numa escola teuto-brasileira evangélica (MEYER, 2000).

É importante destacar a importância do ensino em língua alemã nas escolas elementares no sistema escolar do Sínodo Riograndense, pois, no Brasil, essa igreja fazia o papel de um protestantismo de imigração, vinculando fé e germanismo. Uma de suas características era a imbricação escola, língua e religião, como salientou Seyferth (1982).

O ensino em língua alemã cotado nas quatro escolas da paróquia Rio do Peixe, em que incluía-se, na ocasião, Bom Retiro, indica que a língua alemã norteava o processo de ensino da criança teuto-brasileira evangélica.

⁸³Refere-se à "Estatística das Escolas da Paróquia Rio do Peixe". Correspondência, Rio do Peixe, Sta. Catarina, 30 de agosto de 1922 Entrada 09/09/22 enviada ao senhor pastor Schüler *Picada 48*, em resposta ao questionário enviado pelo senhor P. Ziech – Marcelino Ramos. Respondeu o respectivo questionário, Pastor Fr. Hausen.

Mas, por outro lado, é representativo o fato de a língua portuguesa figurar como a primeira disciplina do currículo, com exceção de uma das comunidades. Embora com carga horária diferenciada no que se refere à divisão hora/aula, as disciplinas de português e alemão, segundo o documento, equiparavam-se.

No entanto, é importante atentar para a diferença entre o prescrito e o ensinado na escola, sobretudo pela análise inscrever-se no âmbito da cultura escolar, pois "Isto significa ater-se não somente aos dispositivos de normatização, isto é, aos aspectos relacionados à imposição de modelos – o discurso prescritivo de ordenação do campo educacional oriundo do Estado e dos responsáveis pelo ensino –, mas também às práticas e à apropriação de modelos pelos agentes educacionais". (SOUZA, 2000, p. 5).

Uma das indagações se refere à possibilidade da existência de ensino bilíngüe nas escolas teuto-brasileiras locais. Como destaca Kreutz (1991), o bilingüismo foi um dos grandes desafios pedagógicos do ensino elementar na colônia alemã. Entende-se a necessidade de aprofundamento desta questão principalmente em relação ao aprendizado da língua portuguesa na escola teuto local.

Normativamente, ao tomar apenas como preceito o documento eclesiástico de 1922, é citada a ocorrência do ensino bilíngüe. No entanto, são elucidativos os depoimentos dos ex-alunos teuto-brasileiros, os quais servem como parâmetro entre o que era prescrito e o que era vivenciado no interior da sala de aula.

Harald, um dos depoentes, ao tratar da permanência do professor teuto-brasileiro nas escolas elementares locais e das vantagens deste quando era proficiente nos dois idiomas – o que representava um elemento facilitador –, enfatiza, referindo-se a seu pai: "Ele estudou, fez o ginásio em alemão e em português; ele se saía muito bem, sabia perfeitamente o português. Procuravam ele, quando se tratava de fazer uma tradução do alemão para o português e do português para o alemão. Se alguém quisesse se comunicar com parentes ou com alguém da Alemanha, ele fazia a tradução". (Harald, 2001).

Em contrapartida, ao falar sobre o aprendizado de sua mãe, relata que ela veio do estado do Rio Grande do Sul para a comunidade de Veadas/Vila Kennedy em torno de 1919 e freqüentou a escola naquela comunidade a partir de 1924. Em relação à língua ensinada e sobre os professores, informa:

É provavelmente, não teria dado certo. Porque na Vila Kennedy passaram vários professores, só que eles sabiam bem o alemão e não português, estavam mais fora. Um era o Germano Roden; até muito tempo ele trabalhou em Concórdia numa rádio e o outro de sobrenome Schmohl. A falecida mãe era aluna desses professores. Só que eles, era só em alemão que eles davam aula. (Harald, 2001).

Ainda outro depoimento de ex-aluna teuto-brasileira, que iniciou seus estudos em torno de 1927, também na comunidade de Veadas, afirma como se processou sua alfabetização: "Só a alemã. Só, só. Eu até sabia escrever em alemão gótico, é sabia escrever bem". (Diva, 2001).

Neste sentido, pretende-se evidenciar como a língua alemã, principalmente ao longo da década de vinte, figurava na escola teuto-brasileira evangélica local com primazia em relação à língua portuguesa.

Não obstante o ensino da escola elementar local se processar na língua alemã, segundo depoimentos de ex-alunos, isso não pode ser tomado como uma forma de resistência ao aprendizado da língua portuguesa. Ao contrário, sinaliza que a permanência do ensino na língua alemã nas respectivas colônias era similar ao que descreve Kreutz (1991, p. 144): "normalmente os alunos iniciavam o ensino elementar com total desconhecimento do português. Em família e em sociedade, etnicamente homogênea, falava-se apenas alemão. O ensino na escola também era ministrado em alemão."

Considerando a condição que se impunha para a escola naquele contexto, o ensino da língua portuguesa não se configurava como uma necessidade: "Nessas colônias, tinha só alemão. Minha tia não falava nada em brasileiro, minha vó, o vovô, nada e a minha mãe, nunca aprendeu de falar o brasileiro. "E, mais adiante, a ex-aluna destaca como foi alfabetizada: "(...) Só no alemão, eu não sabia falar em brasileiro". (Arena, 2001).

Em contrapartida, os próprios depoimentos de ex-alunos teutos indicavam que, logo no início da década de trinta do século vinte, a cultura escolar da escola elementar passaria a apresentar, paulatinamente, novas facetas. Dentre elas, a inserção de forma mais efetiva do ensino na língua portuguesa.

Assim, uma das ex-alunas que estudou nos últimos anos da década de vinte e início de trinta faz referência sobre sua alfabetização: "Alemão primeiro. E depois, anos depois tudo em brasileiro. Tudo do começo. De novo a, e, i, o, u em brasileiro.(...) Escrever as letras e depois mais fazer os números e fazer conta e tabela e tudo essas coisa". (Erna, 2000).

A fala da depoente – "Anos depois tudo em brasileiro" –, corresponde, na realidade, a um novo direcionamento do ensino na escola teuto-brasileira local. Neste sentido, novas determinações que diziam respeito à nacionalização do ensino no Estado catarinense, chegando até a escola teuto-brasileira local.

É importante precisar que a campanha de nacionalização do ensino, no Estado catarinense, de acordo com Fiori (1991) e Luna (2000), difere em relação ao encaminhamento até então efetivado, marcado por um processo lento de assimilação. "Enfim, após a Revolução de 1930 é que o problema foi atacado com maior ênfase. Agora a preocupação não era só legislar, mas, sobretudo aplicar, orientar e fiscalizar o ensino". (MONTEIRO, 1984, p. 58).

Na década de 30, a campanha de nacionalização do ensino tomaria novos rumos. O Estado brasileiro se encaminhava para a formação de um Estado autoritário. "O grande projeto político a ser materializado no Estado Novo, iniciado com a Revolução de 1930, tinha como núcleo central a construção da nacionalidade e a valorização da brasilidade, o que vale dizer, a afirmação da identidade nacional brasileira". (BOMENY, 1999, p. 151).

Novamente as escolas elementares das comunidades de imigrantes, sobretudo germânicos, eram motivo de preocupação para as autoridades governamentais. A condição em que se encontravam é sintetizada por Klug: "Ao iniciar a década de 30 a escola teuto-catarinense encontrava-se numa situação

delicada. Estava colocada entre a política nacionalizadora do Brasil e a influência crescente do fascismo alemão". (KLUG, 1997, p. 210).

Em relação às alterações, a principal delas se referia à necessidade do ensino se efetivar na língua portuguesa. Era uma questão primordial, e um dos marcos da intervenção do Estado nas escolas estrangeiras. "Após a saída de Orestes Guimarães da campanha de nacionalização, em 1930, o sistema escolar do Estado, no tocante ao ensino de português nas zonas de imigração, começou, aos poucos, a ser guiado unicamente por dispositivos legais". (LUNA, 2000, p. 50).

Neste sentido, ainda como informa o autor, foi aprovado, no Estado catarinense, um novo decreto, que dizia respeito às escolas particulares, identificadas pelo Estado como estrangeiras, o Decreto n.º 58, de 28 de janeiro de 1931. Este determinava que todas as disciplinas deveriam seguir o programa das escolas públicas do Estado (LUNA, 2000).

A determinação da necessidade das escolas particulares de seguirem o programa do estado já se apresentava nas escolas teutas da comunidade evangélica local. É elucidativa uma correspondência enviada pelo pastor J. Regling, em 4 de julho de 1930, à Diretoria do Sínodo Riograndense, ao seu presidente, pastor Th. Dietschi, em Novo Hamburgo, na qual destaca:

Referindo-me a minha carta de 13 de junho de 1930 com respeito ao fechamento da escola evangélica em Ipira, comunico atenciosamente através desta que a escola foi reaberta e que assim toda a questão está resolvida para a maior satisfação da comunidade. O intendente Remão Mariano Pinto foi demitido e já foi substituído por outra personalidade. Por iniciativa do cônsul alemão em Florianópolis, ao qual a diretoria escolar se havia dirigido, o diretor do ensino público, senhor Altino Flores, enviou uma comissão que procedeu uma análise do caso e que em 21 de junho procedeu um exame escolar, encontrando tudo na mais perfeita ordem. Com a diretoria escolar elaborou-se um currículo escolar de acordo com as determinações legais, segundo as quais diariamente estão reservadas 2:30 h para o ensino em língua portuguesa, ficando o restante do horário livre para o ensino em língua alemã. Ao exame escolar seguiu-se uma festa escolar, que transcorreu harmonicamente e que foi festejada pelos sócios da comunidade escolar como festa da paz e da alegria.

Em 28 de junho realizou-se uma assembléia geral da comunidade escolar, na qual foi eleita nova diretoria, que se propôs como meta principal o registro da comunidade escolar como pessoa jurídica. Continuarei dando informações sobre o desenvolvimento desse

caso. No fim de junho (1930), o professor Fries⁸⁴ foi a Herval, a sede do município, onde o acordo realizado foi, uma vez mais, confirmado pelas autoridades, sendo que mais uma vez, como já muitas vezes anteriormente, foi prometida uma subvenção, assunto que certamente haverá de demorar. (PASTA SR 72/7).

Como destaca o documento eclesiástico, esteve presente na escola evangélica de Ipira uma comissão representante do poder público estadual – a escola passou por uma perícia. Foi elaborado um currículo escolar, conforme prescrevia o Estado. Em relação à língua, ficou garantida a possibilidade do ensino bilíngüe, ou seja, 2h30 diárias destinadas para o ensino em língua portuguesa e as demais horas livres para o ensino em língua alemã.

O fator fundamental a enfatizar é que, a partir de 1930, passou a ser intensificada a fiscalização das escolas teuto-brasileiras, por conta da nacionalização do ensino no estado catarinense. Como visto, a fiscalização não era restrita às escolas nas comunidades do município de Joaçaba, mas atingia a região do Vale do Rio do Peixe.

É importante destacar que, desde a abertura da primeira escola teuto-brasileira na comunidade evangélica no município de Joaçaba, em 1917, ela fazia parte de um contexto em que havia certo distanciamento em relação ao Estado catarinense, sobretudo em função de a região se apresentar vinculada "por frágeis liames políticos", sendo que as atividades culturais, recreativas e de âmbito educacional originavam-se principalmente do Rio Grande do Sul. Os primeiros anos da década de trinta do século XX, em relação ao ensino, com a campanha de nacionalização do ensino e avanço progressivo da escola pública, representaram o momento de estreitar o vínculos com o estado catarinense.

⁸⁴Como registrou Lopes (1997, p. 148), em seu trabalho em relação a essa escola na comunidade de Ipira, em 1932 passou a ser denominada "Escola Mista Estadual de Ipira". Na ocasião, o professor era Carlos Fries, que atuou por dois anos. Em 1934, assumiria a professora Maria de Lurdes Antunes, vinda do litoral catarinense, para a respectiva comunidade, motivada pelo Estado, que incentivava o deslocamento desses professores para os municípios de Chapecó, Cruzeiro, Campos Novos, Curitiba, Lages e São Joaquim.

Neste sentido, um dos ex-pastores afirma, no histórico da IECLB, que "no início da década de trinta, quando surgiram as primeiras escolas públicas, as escolas de comunidades deixaram de existir". (PAGANELLI, p. 6).

Tal afirmação resultou na necessidade de precisar, ou ao menos tentar aproximar, o seu sentido, pois o que se observa é que as escolas teuto-brasileiras elementares, como da comunidade evangélica, passariam por uma estreita vigilância e controle do Estado, mas não haveria a interrupção definitiva e a passagem para escola pública, o que ocorreria somente a partir de 1938, no contexto do Estado Novo.

Um dos indicativos da fiscalização de forma mais efetiva, promovida pela campanha de nacionalização do ensino que se refletia na realidade local, foi a necessidade das escolas particulares, como as teuto-brasileiras locais, de regularizar sua situação jurídica.

Conforme consta junto ao cartório de Registro de Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas, da Comarca de Joaçaba, foi intensivo o registro de sociedades escolares e eclesiásticas das comunidades teuto-brasileiras ao longo da década de trinta, conforme evidenciado no primeiro capítulo.

No entanto, nessa ocasião, as sociedades escolares, ao efetuar o registro do estatuto, junto ao cartório, identificavam-se como teuto-brasileiras, como as sociedades escolares de Leãozinho e Veadas, embora o governo de maneira geral as identificasse como instituições estrangeiras.

Corroboram com as informações até então apresentadas a inserção progressiva da escola pública no município de Joaçaba, caso da colônia Bom Retiro, e a manutenção do ensino na língua alemã – um outro importante registro,⁸⁵ elaborado em 1930.

⁸⁵O questionário foi preenchido por Bernardo Sieberichs, em 10 de fevereiro de 1930, e era intitulado "Questionário Sobre a Escola Alemã no Brasil fornecido por P. Georg Schmeling, Estância Velha (via Novo Hamburgo) – Pe. Th. Amstad S.J., São Leopoldo (Seminário) – Rotermond & Co., S. Leopoldo". Localizado no Instituto Martius-Staden, no Estado de São Paulo.

Na sede da colônia Bom Retiro, há indícios de funcionamento de outra escola elementar a partir do momento em que o funcionamento da escola elementar da comunidade evangélica tornou-se precário⁸⁶ ou inexistente. Há a informação de que essa escola elementar era de confissão católica, que teria sido fundada em torno de 1924 e que passaria a atender às necessidades educacionais da sede da colônia, tanto de alunos teuto-brasileiros como das demais etnias. Para tanto, organizou-se em turnos diferenciados, como informa o relatório:

Observações sobre situações específicas (também para complementação das questões anteriores): Nossa escola paroquial serve aos alemães e aos italianos. No turno da manhã, tem aula para as crianças que falem português, quase só italianos. No turno da tarde, tem aula para as crianças que falam alemão. O professor para a aula em português chama-se Louis Rigo. Além da taxa escolar de 3\$000 por aluno, ele recebe uma subvenção do Estado no valor de 130\$000 mensais. Para a classe inferior temos pessoal auxiliar. Número de alunos cerca de 40. As aulas são ministradas exclusivamente em português. (PASTA SR 63/1).

O funcionamento desta escola, na comunidade católica da sede da colônia Bom Retiro, ainda pode ser tomada como os primórdios da escola pública. Dentre as evidências para tal analogia, destaca-se, além da indicação de subvenção do Estado, citado no relatório anteriormente, o fato de o nome do professor Luiz Rigo constar no atual Projeto Político-Pedagógico do Colégio Estadual Padre Nóbrega, de Luzerna [antiga Bom Retiro], o qual informa:

A história deste Estabelecimento teve início em 1928 com o nome: Escola Mista de Bom Retiro. Tendo como professor Luiz Antonio Rigo e contando com 36 alunos.

- **1931 - Escola Pública de Bom Retiro**
Em 1931 já com o nome Escola Municipal de Bom Retiro, com a professora Imaculada Brunner e tendo 23 alunos.
- **1934 - Escola Pública Municipal de Bom Retiro**
Em 1934 com o nome Escola Pública Municipal de Bom Retiro, sendo Bernardo Sieberichs o professor e tinha 46 alunos.
- **1936 - Escola Mista Estadual de Bom Retiro**
A professora era Maria Mercedes Simon e contava com 62 alunos
- **1937 - Escola Mista Particular do Colégio Imaculada Conceição de Bom Retiro**
Em 1937 com o nome Escola Mista Particular do Colégio Imaculada Conceição de Bom Retiro. E já tendo as irmãs [religiosas] se instalado em nosso município, e

⁸⁶Consultar Spieweck (1962).

também trabalhando no Colégio Professoras: Irmã M. Antonina, Irmã M. Iluminata e Irmã Mechtildis Mayer: contando com 109 alunos.

- **1939 - Escola Estadual Simples de Bom Retiro**

Já em 1939, pela 6.a vez, teve mudança no nome da Escola, para Escola Estadual Simples de Bom Retiro com 146 alunos e com as irmãs M.a Anita Rauber e Irmã Maria Marieta Weber. (HISTÓRICO, 2000).

Essas informações mostram que, na sede da colônia, logo no início da década de trinta, as escolas já eram identificadas como escolas da rede pública. Fica apenas a indagação em relação às escolas teuto-brasileiras na zona rural: elas estariam sendo subvencionadas pelo Estado, uma vez que as sociedades escolares se apresentavam como provedoras em relação à manutenção do salário do professor, à construção do prédio da escola e aos demais proventos adquiridos pela respectiva sociedade escolar?

Já em relação à questão da língua, observa-se que as escolas teuto-brasileiras eram pressionadas a adequar-se ao programa de ensino da escola pública.

Os estatutos das sociedades escolares, como na comunidade de Leãozinho e Veadas, expressam tal fato. Consta, no primeiro artigo dos estatutos, que diz respeito aos fins daquele órgão, na letra c, a seguinte afirmação: "a instrução das crianças de acordo com a lei". O que leva a entender que, além do ensino veiculado também em língua portuguesa, havia a inclusão, nas escolas teuto-brasileiras, de material didático em língua portuguesa.

Nesse sentido, depoimentos de ex-alunos dão conta de que, a partir desse momento, em que a escola começava a apresentar os primeiros sinais de inserção da escola pública, passaram a utilizar livros didáticos em língua portuguesa.

Até então, o material didático que a escola utilizava era, de maneira geral, conforme os depoimentos, a lousa e o *griffel* (lápiz) para escrever, acompanhados de livros na língua alemã.

É caderno, caderno. Não era como é que se diz, era lousa, é de pedra. Tinha o lápis de pedra mesmo. Tinha a pedra, escrevia em cima, depois escrevia e quando precisava limpava passava um paninho lá, apagava. Então, depois, passou pra tinta na caneta. Foi encerrado o negócio da pedra, já não existia mais, começou na carteira assim estudar. (Nilo, 2001).

Um outro depoimento complementa a informação anteriormente citada, embora os depoentes não estudassem em escola da mesma comunidade.

Naquela época era lápis e caderno. Até tinta também; mas as canetas eram daquela pena pequena ainda; no cabinho imbutia aquela pena lá e com tinta líquida, vidrinho de tinta líquida, então fazia lá. (Adalberto, 2000).

Posteriormente, há um comparativo em relação ao aparato didático pedagógico utilizado pelo depoente em relação aos irmãos que estudaram no período anterior a sua entrada na escola da comunidade de Veadas. Adalberto afirma que, além do ensino, o livro utilizado era na língua alemã:

Teve, naquela época teve. Meus irmãos, todos eles, até se não queimaram os livros ainda, a minha irmã ainda deve de ter livro lá na casa dela, lá na Linha Olinda. Se guardaram os livros que era tudo livro alemão ainda. O falecido pai pegou quando eles não ocupavam mais esses livros, ele pegou e guardou tudo no lugar deles. (Adalberto, 2000).

A intenção aqui é apresentar tais depoimentos para elucidação, sem fazer uma analogia e equiparação quanto ao aparato pedagógico da escola teuto-brasileira em relação à escola pública. Uma das questões no conjunto dos depoimentos, foi a ocorrência da necessidade da escola trabalhar os conteúdos efetivamente também em língua portuguesa ao longo da década de trinta.

Essa necessidade é reforçada, sobretudo, ao se levar em consideração a condição para a admissão do professor pelas respectivas sociedades escolares. Assim expressa o artigo relacionado à admissão do professor: "A sociedade escolherá um professor, e fixar-lhe-á o seu honorário. O professor será obrigado a ensinar na língua portuguesa allemã". (BRASIL, Art. 11, 1935, p. 2).

Tal exigência implicava na necessidade da proficiência do professor nos dois idiomas – no alemão e no português. Por um lado, o ensino em língua alemã garantiria a unidade e preservação da cultura e a sobrevivência da própria religião, o que "implicou também que o domínio desta língua se tornasse um dos atributos indispensáveis de seus professores". (MEYER, 2000, p. 150).

Por outro, é visível a pressão do Estado, que encarava a língua como primeiro vínculo de integração nacional a ser estimulado. Desta forma, na prática, a alfabetização da criança evangélica deveria se processar nos dois idiomas.

Neste sentido, de maneira geral, depoimentos de ex-alunos afirmam que havia o esforço de professores alemães quanto ao aprendizado da língua portuguesa, sobretudo daqueles que não apresentavam tal domínio, como o caso do ex-professor Germano Rhoden. Explica uma ex-aluna que ele aprendeu a língua portuguesa juntamente com os alunos: "Ele também um alemão, mas primeiro ele também não sabia bem, mas depois foi aprendendo". (Melita, 2001).

Sem adentrar na discussão sobre a formação de professores, no caso germânicos, que atuaram nas escolas locais, pretende-se apenas chamar a atenção para o fato de que, além da exigência do domínio da língua portuguesa para atuar nas respectivas escolas teuto-brasileiras, ao longo da década de trinta, havia a exigência de habilitação do professor pelo Estado, para atuar no magistério, o que não seria uma cobrança específica em âmbito local após 1938.

Consta, num dos documentos eclesiásticos, na comunicação do Presidente Distrital de Erechim, pastor Kreuzer, enviada em 27 de setembro de 1936, à diretoria sinodal em São Leopoldo, que:

...A escola de Leãozinho de qualquer forma não poderá mais ser atendida por um pastor, mesmo que fosse possível manter a escola da comunidade, pois o professor dessa escola tem que ter o exame (do Estado), e esse um pastor não poderá prestar tão depressa. Eventualmente estaria à disposição um professor examinado, se fosse possível unificar novamente a escola livre com a escola da comunidade, da qual a primeira se separou! (PASTA SR 63/1).

Nessa ocasião, em que seria realizada a substituição do pastor professor Gustavo Hanh, o depoimento de um dos ex-alunos teutos, que frequentava a referida escola, destaca a entrada do professor Heinz Suhnel. "Sim, aquela vez era o Suhnel, mais depois o meu professor.(...) Aí, nós misturava tudo, assim um pouco alemão, um pouco português assim. (Arlindo, 2001).

Desta forma, diante das circunstâncias, no contexto da nacionalização do ensino, além de outros fatores que redefiniam ou alteravam a cultura escolar da escola teuto-brasileira na comunidade evangélica, destacava-se, sobretudo, a ênfase do ensino efetivamente se convergir para a inserção da língua portuguesa.

Neste sentido, é elucidativo o depoimento do filho de um dos ex-professores, Germano Buchweitz, que atuava na escola da comunidade Dois Irmãos:

Os primeiros tempos, ele orientava em alemão. Bom, e depois quando começou a se aproximar a Segunda Guerra, então foi proibido. Daí ele começou a dar orientação em português, mas sempre, dá pra dizer assim, em alemão e em português. Porque os filhos dos agricultores daquele tempo, eles aprendiam a só falar o alemão. Até eu, por sinal, até os dez⁸⁷ anos de idade eu não sabia falar o português, que era comum isso. Então, ele se via obrigado a dar orientação nos dois idiomas ao mesmo tempo, em alemão e em português e daí traduzindo. (Harald, 2001).

Complementa as informações o relato de uma das ex-alunas do mesmo professor, que estudou na comunidade de Dois Irmãos. Nascida em 1931, estima-se que iniciou a vida escolar em torno de 1937/1938:

Ali a gente já estudava português, assim, ler. Daí eu não sabia nenhuma palavra em brasileiro, era difícil! Daí ele leu assim, pra leitura pra outro dia lê, ele leu, né, aquele dia pro outro dia saber. Mas era difícil pra mim, a mãe não sabia ler em brasileiro, o pai também. Daí eu corria atrás com o livro e daí ela leu. Mas o professor não leu assim, não é assim, eu falei; mas é assim, a mãe falou, o pai também. Mas sabe, eles não sabiam bem ler assim em brasileiro. Daí, no outro dia, a gente, às vezes, nem sabia bem a leitura, né. Era difícil! (Anita, 2001).

Desta forma, é possível afirmar, com base nos documentos eclesiásticos e depoimentos de ex-alunos teuto-brasileiros, que houve a permanência do ensino em língua alemã na escola elementar da comunidade evangélica, da zona rural do município de Joaçaba, ao longo de sua trajetória, entre 1917 e 1938. Isso se justificava pela primazia do uso do idioma alemão no lar, na comunidade, na escola e na Igreja e, sobretudo, pela permanência do professor do mesmo meio sociocultural nas escolas das comunidades.

⁸⁷Importante destacar que Harald nasceu em 1939.

Por outro lado, no período anterior a 1938, ao menos nos documentos eclesiásticos acessados neste estudo, de maneira geral, não foi localizada manifestação contrária por parte dos pastores do Sínodo Riograndense à introdução da língua pátria nas escolas da zona rural. Da mesma forma, é registrado, principalmente nos depoimentos de ex-alunos, o esforço conjunto do professor e aluno teuto-brasileiro quanto à inserção do ensino também em língua portuguesa, paralelo à língua alemã.

No entanto, com o novo encaminhamento da campanha de nacionalização do ensino no estado catarinense, a partir de 1938, essa condição da escola teuto-brasileira, na comunidade evangélica local, seria alterada. Além da proibição da língua alemã nas respectivas escolas, a nacionalização do ensino levaria à interrupção do funcionamento daquela modalidade de escola no município.

Neste sentido, o próximo item apresenta algumas questões relacionadas à forma como ocorreu este processo de interrupção do funcionamento da escola na comunidade evangélica local.

3.1 A INTERRUPÇÃO DO TRABALHO EDUCACIONAL NA COMUNIDADE EVANGÉLICA

Na abordagem do tópico anterior, foi evidenciado que, no período entre 1917 e 1938, mesmo diante da campanha de nacionalização do ensino e avanço progressivo da escola pública no estado catarinense, intensificada ao longo da década de 30 do século XX, a característica da escola elementar teuto-joaçabense na comunidade evangélica, não apresentou cisão profunda no quadro de sua cultura escolar.

No entanto, com a Constituição de 1937 e instalação do Estado Novo, a condição do funcionamento daquela modalidade de escola pela iniciativa particular seria alterada. "Em Santa Catarina, a nova e rígida política de nacionalização do ensino iniciou-se com o Decreto-lei n.º 88, de 31 de março de 1938. Esse dispositivo

legal encerrou a fase da nacionalização do ensino iniciada em 1911 e concretizada sob a influência básica das idéias de Orestes Guimarães". (FIORI, 1991, p. 135).

Por conta desse decreto-lei, além da redefinição no quadro da cultura escolar, que não cabe desenvolver no corpo deste texto, o reflexo mais imediato foi a interrupção do trabalho educacional na comunidade evangélica, com a participação do Sínodo Riograndense, uma das instâncias que fomentava o processo escolar comunitário na região.

Neste sentido, a fonte eclesiástica é elucidativa ao demonstrar como foi conduzido o processo de regulamentação da escola logo da aprovação do decreto-lei, conforme prescrevia o governo estadual. O documento também estabelece o posicionamento dos pastores evangélicos naquele momento de redefinição e transição de uma escola étnica e confessionalmente orientada.

Embora não tenha sido localizado um número elevado de documentos eclesiásticos referentes ao ano de 1938 que tratassem especificamente das escolas evangélicas da paróquia Bom Retiro, a localização de alguns deles em uma das escolas da paróquia Rio do Peixe permite exemplificar a forma como foi conduzido o processo interrupção, bem como de adaptação das escolas, pois ambas as paróquias, no Médio e Baixo Vale do Rio do Peixe, faziam parte da região de abrangência do Sínodo Riograndense no vale.

De acordo com Monteiro (1984), o governo estadual, ao intervir no ensino particular de nível primário, não propunha o fechamento dos estabelecimentos de ensino. No entanto, ainda segundo o autor, a continuidade do funcionamento das escolas acabava sendo inviabilizada em função do elevado número de exigências que o governo fazia para regulamentá-las.

Conforme determinava o Decreto-lei n. 88 já em seu primeiro artigo, "os estabelecimentos particulares de ensino primário reger-se-ão no Estado, pelas normas deste Decreto-lei". O seu segundo artigo prescrevia: "Nenhum estabelecimento particular de ensino primário poderá funcionar, no Estado, sem prévia licença da Secretaria do Interior e Justiça". (MONTEIRO, 1984, p. 61). No

entanto, não foi localizado no conjunto da fonte eclesiástica consultada tal procedimento, ou seja, o pedido de licença e nem um registro posterior de escolas evangélicas da paróquia Bom Retiro.

O único documento encontrado na fonte eclesiástica, a partir da vigência do decreto-lei, como fator determinante apontado para o fechamento dos respectivos estabelecimentos de ensino na comunidade teuto-brasileira evangélica, foi uma carta datada de 20 de maio de 1938, enviada pelo pastor Albert Bantel, da Estação Rio do Peixe, ao presidente sinodal D. Dohms, em São Leopoldo:

Prezado senhor Presidente!

Quando estive em Cruzeiro no dia 18 de maio, o presidente paroquial da paróquia de Bom Retiro, Sr. Herbert Lauxmann, se queixou de que, com a implementação do decreto escolar, as duas últimas escolas evangélicas em Duas Casas e Leãozinho seriam fechadas, visto que ambas as escolas têm como professores cidadãos alemães. Até agora não foi possível encontrar professores para sucedê-los. (PASTA, SR 63/1).

Como anunciou, na ocasião, ao presidente paroquial Herbert Lauxmann, o fechamento das escolas teuto-brasileiras, como a da comunidade de Leãozinho, teve como causa o fato de os professores das respectivas escolas serem cidadãos alemães, sendo, por isso, impedidos de lecionar.

Ainda segundo o documento, as duas últimas escolas teutas evangélicas seriam fechadas. Como se pode ver, não foram mencionadas as demais escolas, que, ao longo da trajetória da respectiva igreja, apresentaram certa imbricação, como a escola da Comunidade de Veadas. Já a escola da sede da colônia, conforme evidenciado no tópico anterior, possuía indicativo de não funcionamento já no início da década de 30 do século XX.

Por outro lado, é importante refletir sobre o fato de atribuir-se ao professor a dificuldade de funcionamento das escolas, uma vez que o documento ainda informava que "embora as duas comunidades estivessem dispostas a manter suas escolas, tudo será em vão se não forem encontrados docentes". (PASTA, SR 63/1).

Esta problemática aludida em função dos professores pode ser dimensionada ao se considerar que, na ocasião, cogitou-se o envio de um professor

do estado do Rio Grande do Sul para a região em substituição daqueles que se encontravam impedidos do exercício do magistério, como informava o próprio presidente⁸⁸ do Sínodo Riograndense, em resposta a carta do pastor Bantel, da paróquia Rio do Peixe: "Em resposta a sua carta de 20 de maio respondo⁸⁹ o seguinte: Infelizmente também aqui no Rio Grande do Sul não será possível encontrar um professor substituto para as escolas da paróquia Rio do Peixe. Caso se apresentar aqui algum candidato em potencial, eu o informarei". (PASTA SR 63/1).

Não obstante, necessário é destacar que o decreto estadual também se dirigia aos professores que atuavam nos estabelecimentos de ensino particular. Neste sentido, enfatiza Seyferth: "só brasileiros natos podiam ocupar cargos de direção, os professores deviam ser brasileiros natos ou naturalizados graduados em escolas brasileiras". (SEYFERTH, 1999, p. 220).

No entanto, sem adentrar nos meandros seja da exigência de formação, seja do afastamento de professores germânicos que atuavam nas escolas locais, estes aspectos merecem ser investigados na sua especificidade. Apenas registra-se que a campanha de nacionalização do ensino, promovida a partir de 1938, dificultou sobremaneira a continuidade de professores germânicos no exercício do magistério local.

Indícios do afastamento de professores germânicos podem ser exemplificados segundo o depoimento da própria esposa de um dos professores que lecionava na escola da Comunidade de Leãozinho, Heinz Suhnel: "aquela vez tinha a lei que alemão não pode mais dar aula como professor pros alunos. Foi proibido, foi jogado fora, não podia mais trabalhar, não podia. Depois, não podia servir pra dar

⁸⁸Hermann Gottlieb Dohms pastor e presidente do Sínodo Riograndense. Conforme informa Dreher, foi ordenado em 1914, em Sapiranga (RS), na ocasião pelo Presidente daquela organização religiosa, Wilhelm Rotermund. Dentre outras atividades pastorais, a partir de 1926, assumiu a atividade de tesoureiro do Sínodo Riograndense., em 1935 a Presidência do Sínodo Riograndense. Sobre sua biografia e atividades pastorais, consultar Dreher (1986).

⁸⁹Documento eclesiástico não datado.

aula pros alunos. Daí, aqueles alemães podiam trabalhar, podia mas daí era muito pouco, né. Daí nós fomos na colônia e compramos meia colônia". (Amanda, 2001). A depoente, sintetiza relatando que a saída repentina do professor causou celeuma naquela comunidade: "Quando o Heinz deixou, todo mundo ficou triste, todo mundo protestou". (Amanda, 2001).

Desta forma, é notório que com esta restrição infringia-se os direitos educacionais das comunidades de imigrantes, sobretudo pelo professor se constituir num dos principais elementos que caracterizava a cultura escolar teuto-brasileira evangélica, pois "mantinha o elo sentimental pela língua e a cultura alemã". (HOPPEN, 1986, p. 130).

Contudo, já vetado o ensino em língua estrangeira, conforme determinava o artigo sétimo do Decreto-lei n.º 88, as escolas particulares deveriam: "dar em língua vernácula todas as aulas dos cursos pré-primário, primário e complementar, inclusive a educação física; adotar os livros aprovados oficialmente; usar exclusivamente a língua nacional, quer na escrituração, quer em tabuletas, placas, cartazes, avisos, instruções ou dísticos...". (MONTEIRO, 1984, p. 63).

O que implicava que o ensino a ser ministrado deveria se processar exclusivamente em língua portuguesa, determinação que inviabilizava sobretudo o ensino na escola da comunidade evangélica, uma vez que o Sínodo Riograndense, como "Igreja luterana atuava exclusivamente no interior da comunidade lingüística". (PAIVA, 1987, p. 37), o que era extensivo ao sistema escolar.

Como salientava ainda a carta do pastor Bantel, enviada ao presidente do Sínodo Riograndense, sobre o fechamento de escolas pela iniciativa germânica no Médio e Baixo Vale do Rio do Peixe:

O provimento de Bom Retiro seria de necessidade urgente, em face das circunstâncias supramencionadas, disse o Sr. Lauxmann, visto que o atendimento a partir de Perdizes não se revelou exequível do modo como se tinha pensado. Temos que contar com o fechamento de quase todas as escolas na paróquia; além das mencionadas escolas de comunidades, existem ainda 6 escolas paritárias cá e lá nas comunidades da paróquia. O jardim de infância em Cruzeiro foi fechado pelas autoridades. Sua Sociedade Escolar foi por elas dissolvida. Os membros das comunidades estão extraordinariamente deprimidos e esperam por socorro em seu aperto. (PASTA, SR/ 63/1).

Como se pode notar, o processo de fechamento da maioria das escolas era generalizado e bastante traumático, tanto aos membros da igreja como da paróquia Bom Retiro, bem como ao seu próprio presidente, que, em 1938, era Herbert Lauxmann.

No entanto, não foi localizado nenhum documento eclesiástico que indicasse a mobilização da comunidade ou da sociedade escolar da paróquia Bom Retiro na tentativa de regulamentar a escola conforme prescrevia o Estado.

Neste sentido cabe um questionamento: o que teria contribuído para a não mobilização?

A partir de 1938, sob a vigência do Decreto-lei n.º 88, a escola da comunidade evangélica, no município de Joaçaba, tornou-se de forma imediata em instituição pública, como exemplifica o caso da escola da comunidade evangélica de Leãozinho. Embora o documento eclesiástico apenas referencie o dia e o mês, ou seja, 18 de outubro, um comunicado enviado ao pastor Hannemann, presidente distrital de Marcelino Ramos, destaca o fechamento da respectiva escola:

Com data de 02/04 o Sr. Heinz Suhnel, secretário da comunidade Leãozinho, ex-professor, me escreveu sobre a escola que não pôde mais ser mantida. Observou que a Comunidade Escolar havia comprado dois hectares de terra há dois anos e construído uma moradia para o professor, com gastos de 4:500\$000. Da compra da área de terra, escriturada em nome do Sínodo, e do inventário ainda restariam 2:200\$ de dívidas. Por fim o Sr. Suehnel solicitou informações sobre como proceder. "Estaria o Sínodo disposto a pagar as dívidas existentes, ou podemos vender terras e benfeitorias, para pagar as dívidas?"

Pelo que saiba, enviei-lhe na época a carta em cópia, pedindo uma manifestação, visto que não posso fazer um juízo da situação e não sei em que medida o Sínodo participou financeiramente da compra.

Anexo uma cópia para informação do Sr. diácono Kersten, com o pedido de relatar sobre as atuais intenções da comunidade. Não quero excluir a possibilidade de uma participação no pagamento das dívidas, se, de acordo com sua situação geográfica e seu valor, a propriedade pode ser útil para o serviço da comunidade ou inclusive de urgente necessidade. (PASTA, SR 94/1).

Sem desconsiderar outros fatores, principalmente de ordem externa, tal como enfatiza Willems: "Modificações estruturais da sociedade teuto-brasileira – formação de classes, urbanização e industrialização – contribuíram para alterar a função de suas escolas que passaram a ser, em proporção crescente *meios de*

articulação com a sociedade nacional (WILLEMS, 1980, p. 296), o que também contribuiu para o fechamento de escolas teuto-brasileiras, como as evangélicas. No entanto, é necessário atentar principalmente para os fatores de ordem interna.

Como destacado anteriormente na carta do pastor Bantel, as dificuldades da paróquia Bom Retiro, em 1938, eram tanto de ordem escolar como de ordem eclesiástica, ou seja, a paróquia necessitava de urgente provimento eclesiástico, como pode ainda ser observado no mesmo documento: "...Com a presente passo adiante o pedido do presidente paroquial e chamo a atenção para a grande necessidade, que talvez poderia ser resolvida pelo envio de um pastor – TALVEZ! – Eu mesmo me abstenho de qualquer julgamento, visto que não estou suficientemente informado a respeito das circunstâncias exteriores de Bom Retiro". (PASTA, SR 63/1).

Desta forma, o atendimento eclesiástico deficiente na paróquia Bom Retiro é tomado como um dos principais fatores que contribuíram para a não mobilização no sentido de tentar adaptar as escolas à determinação estadual, o que, conseqüentemente, resultou na passagem imediata da escola comunitária para uma instituição pública.

Essa condição de a igreja interferir na questão escolar é bem observada sobretudo ao se levar em consideração a afirmação de Klug, em relação à imbricação escola e igreja dentre os teuto-brasileiros: "essas duas instituições estavam profundamente ligadas uma a outra, por laços até vitais, somando-se e fundindo-se. O fracasso de uma implicava no fracasso da outra". (KLUG, 1997, p. 228).

Em 1938, a paróquia Bom Retiro era assistida pelo pastor da comunidade eclesiástica de Perdizes/Videira, comunidade filiada à Liga de Comunidades de Santa Catarina e Paraná, sediada em Blumenau, segundo acordo estabelecido entre as duas organizações religiosas, conforme sinalizado no primeiro capítulo. A condição deficiente do atendimento da paróquia Bom Retiro a partir de tal provimento eclesiástico é visibilizada ainda na carta do pastor Bantel, aqui retomada: "O provimento de Bom Retiro seria de necessidade urgente, em face das

circunstâncias supramencionadas, disse o Sr. Lauxmann, visto que o atendimento a partir de Perdizes não se revelou exequível do modo como se tinha pensado". (PASTA, SR 63/1).

Neste sentido, complementa as informações o relatório de Spieweck:

A 16 de fevereiro de 1938 foi re-fundada e reorganizada a comunidade de Bom Retiro, entrementes quase extinta, pelos moradores evangélicos ainda residentes na localidade na época, entre elas as famílias Wasserberg, Bomm, Finger, Lichtnow, Schlemmer, Horbach, Riepe, Winter, Wundracks, Schumacher, Stoetterau, Jung, Naujorks, Wachholz, Otto, Klumb, Weber, Wulf e Horlebach. A comunidade de Bom Retiro se filiou à paróquia de Videira e foi atendida em 1939 pelo pastor Theo Rogowski, que retornou à Alemanha em 1939, pouco antes da irrupção da Segunda Guerra Mundial. (SPIEWECK, 1962, p. 2).

A necessidade de provimento pastoral da paróquia Bom Retiro, haviam como sua a condição, era conhecida pelo presidente do Sínodo Riograndense, como expressa em sua carta resposta, enviada ao pastor Bantel, na qual explicava:

Considero desejável que Bom Retiro receba novo provimento. Antes teria que ser esclarecido o valor em contribuições que a paróquia arrecada atualmente. Infelizmente reina atualmente de novo uma considerável falta de pastores em consequência de numerosas saídas, às quais se somam agora ainda as do P. Boll e Zippel, de modo que ainda não posso prever quando será possível um provimento. A meu ver isso será possível somente depois do início do ano de 1939. (PASTA SR 63/1).

Comunica o presidente do Sínodo Riograndense que a falta de pastores não era uma peculiaridade da paróquia de Bom Retiro, mas, naquele momento, do próprio Sínodo Riograndense. Contudo, a previsão de provimento daquela paróquia, segundo informava, era apenas para 1939.

É notório que, na condição em que se encontrava a paróquia, desprovida de atendimento eclesiástico regular que atendesse às expectativas daquela comunidade, tenha contribuído para a não mobilização dos membros da comunidade evangélica local.

Contudo, apesar das circunstâncias no contexto da nacionalização do ensino, diante do encaminhamento e do fechamento de inúmeras escolas teutas, na região Médio e Baixo Vale do Rio do Peixe, o presidente do Sínodo Riograndense, na carta resposta enviada ao pastor Bantel da paróquia Rio do Peixe, orientava:

...Assim que for possível uma visão geral e detalhada do desenvolvimento do ensino nas comunidades evangélicas pertencentes ao Sínodo Riograndense, peço que me envie um relatório, como também peço que oriente as paróquias daquela região no sentido de que as escolas das comunidades devem ser mantidas na medida do possível, e no mais devem ser substituídas por "escolas de confirmandos".

A cópia para o arquivo do distrito, anexa a sua carta, repasso ao senhor presidente *distrital* com a presente carta e com o pedido de se manifestar a respeito do provimento de Bom Retiro e, quem sabe, fazer propostas de como o Sínodo pode ajudar ali por enquanto. Com saudações sinceras. (PASTA SR 63/1).

Neste momento, já era notória a inviabilização do trabalho educacional na escola da comunidade evangélica. No entanto, o presidente do Sínodo Riograndense ainda a considerava uma dissolução parcial, como informa a carta resposta ao pastor Bantel: "A inibição e dissolução parcial do trabalho educativo da Igreja é profundamente lamentável. A meu ver se pode buscar uma solução somente numa base puramente eclesiástica, totalmente nova, com a execução rigorosa da ordem eclesiástica. Que forma essa solução assumirá, somente o poderá dizer o desenvolvimento futuro dos acontecimentos". (PASTA SR 63/1).

Por outro lado, nessa queixa-denúncia, fica visibilizado o que vem se chamando a atenção ao longo deste trabalho, ou seja, a simbiose escola e igreja evangélica, principalmente no município de Joaçaba. Isso é destacado de forma similar por Julia, sobretudo quando aborda as normas e finalidades que regem a escola: "mais que nos tempos de calma, é nos tempos de crise e de conflitos que podemos captar melhor o funcionamento real das finalidades atribuídas à escola". (JULIA, 2001, p. 19).

De forma explícita, na fala do próprio presidente do Sínodo Riograndense, destaca-se a participação daquela organização religiosa no trabalho educacional da região: "a inibição e dissolução parcial do trabalho educativo da Igreja é profundamente lamentável". (PASTA SR 63/1).

Um aspecto que chama a atenção é que, mesmo dificultado o ensino nas escolas da comunidade evangélica, ou seja, mesmo sendo imposto exclusivamente em

língua portuguesa, não é registrada resistência, principalmente do presidente do Sínodo Riograndense, segundo indicativo da fonte eclesiástica, em acatar tais determinações.

Dreher (1984, p. 165), destaca em seu estudo que o Sínodo Riograndense absteve-se de qualquer crítica em relação à determinação do ensino ocorrer nas escolas somente na língua portuguesa no Rio Grande do Sul, o que pode ainda ser estendido em relação às escolas evangélicas da região catarinense, segundo evidência da fonte eclesiástica.

Em contrapartida, observa-se em âmbito local, para a continuidade da imbricação escola e igreja, que novas estratégias foram criadas. Segundo evidencia a fonte eclesiástica, a partir do momento em que não fosse possível a permanência do funcionamento das escolas das comunidades, a orientação do presidente do Sínodo Riograndense era de que as escolas das comunidades "devem ser substituídas por 'escolas de confirmandos'".⁹⁰ Com esta orientação, fica evidenciada a intenção por parte da igreja em manter a sua atuação na área educacional, apesar das restrições impostas pelo governo estadual.

Enquanto na paróquia Bom Retiro as escolas comunitárias se transformavam em escolas públicas, como a da comunidade de Leãozinho, registra-se mobilização em manter uma das escolas da comunidade evangélica da paróquia Rio do Peixe, conforme explicita o documento eclesiástico datado de 10 de julho de 1938, enviado pela "Comunidade Evangélica Alemã", de Rio do Peixe, Estação Rio do Peixe, ao presidente Sinodal D. Dohms em São Leopoldo:

⁹⁰O sentido da instituição desta escola em âmbito local necessita de investigação e aprofundamento, principalmente em relação a este novo encaminhamento do trabalho educacional. Uma vez que até então, segundo depoimentos de ex-alunos, a preparação para a confirmação já ocorria no período extra-classe. O que estaria sendo conjugado nesta transferência?

Prezado Sr. Presidente.

Em relação ao relatório detalhado que lhe enviamos⁹¹ no mês de maio e aos relatórios orais que o senhor pastor Bantel prestou em nome da diretoria da comunidade, queremos solicitar hoje à diretoria sinodal que preste auxílio financeiro⁹² à comunidade. Pedimos que seja concedido à comunidade para pagamento dos juros vincendos no valor de 1,4 contos de réis – 1:400,000 – sobre o capital tomado de empréstimo no valor de 20 contos de réis, um auxílio extraordinário no valor supramencionado. O senhor pastor Bantel nos relata que o senhor presidente estaria disposto em princípio a ajudar-nos, se houver suficientes recursos. Essa confirmação em princípio nos anima a formular um requerimento nesse sentido.

As circunstâncias (registro da escola, garantia do salário do professor, etc.) derrubaram totalmente nossa programação financeira. Passaríamos pelo pior aperto e pedimos que nossa solicitação seja atendida em breve. (PASTA SR 72/7).

Para tanto, havia a necessidade de adaptar a referida escola conforme prescrevia o governo estadual. Segundo evidencia o documento eclesiástico, o processo de adaptação das escolas era complexo, pois a comunidade foi surpreendida com a intervenção do Estado. Dentre as dificuldades, constavam despesas de ordem financeira, citadas em função do registro da escola, e garantia do salário do professor, fatores que comprometeram o planejamento daquela comunidade.

⁹¹Assinada: "Saúda em nome da Diretoria da Comunidade, ass. Otto Deiss, ass. Pedro Luis von Borstel, ass. Floriano Jacob Bender, ass. Walter A. Franke. (PASTA, SR/ 72/7).

⁹²Importante registrar que o auxílio solicitado foi concedido apenas para fins pastorais conforme consta no documento eclesiástico de 9 de setembro a seguir apresentado do: "Presidente sinodal, à Diretoria da Comunidade Evangélica Alemã em Rio do Peixe, a/c senhor P. Maskus,. Rio do Peixe. Cópia para o senhor P. Hannemann, presidente distrital, Marcelino Ramos. Em resposta ao requerimento de 10 de julho, que entrou em pauta na reunião da diretoria sinodal em 6 de setembro para discussão, comunico o seguinte. Presentemente a diretoria sinodal infelizmente não dispõe de meios que lhe permitissem conceder um auxílio único para cobertura dos juros para as dívidas assumidas na construção, que pesa sobre o patrimônio daquela comunidade. Em compensação, a diretoria sinodal quer aliviar a caixa da comunidade com a concessão de uma subvenção única para a subsistência pastoral no valor de 1:200, para que essa possa cumprir com mais facilidade seus demais compromissos. Depositarei na conta do senhor P. Maskus junto à caixa sinodal para o 2.º semestre de 1938 uma subvenção de 600\$. Além desse valor, o senhor P. Maskus dispõe de outros 600\$ no 1.º semestre de 1939 para saque. Pressupõe-se que a subsistência pastoral, conforme informa o senhor P. Bantel, importa no mínimo 450\$ mensais. A contribuição concedida serve para que se alcance no mínimo esse valor da subsistência lá fixada. Cópia do presente ofício será enviada ao senhor presidente distrital P. Hannemann.

Com votos cordiais para um desenvolvimento próspero da comunidade e com saudações em fraternidade da fé. Presidente Sinodal. (PASTA, SR 72/ 7).

Não obstante, os representantes daquela comunidade juntamente com o pastor, ainda enfrentariam maiores dificuldades no decorrer do processo de regulamentação da unidade escolar, por conta do que determinava o Decreto-lei n.º 88. O que é elucidado, dentre outras questões, na comunicação datada de 10 de agosto de 1938, ocasião em que o pastor Herbert Maskus assumiu a paróquia Rio do Peixe, assistida, até então, pelo pastor Albert Bantel, assim se apresenta a comunicação ao presidente do Sínodo Riograndense:

Venerabilíssimo senhor Presidente do Sínodo Riograndense:

Conforme solicitado, comunico nossa chegada aqui a Rio do Peixe. Em Marcelino o senhor pastor Hannemann se juntou a nós e nos trouxe até aqui. Como tinha reuniões importantes no dia seguinte, infelizmente teve que retornar ainda no mesmo dia.

Infelizmente também os dois professores estavam ausentes para prestação de exames, de modo que fomos obrigados a nos orientarmos nós mesmos e tomar contato com a comunidade.

Entrementes assumi o trabalho e realizei o primeiro culto em Rio do Peixe no domingo passado. Também comecei o ensino confirmatório aqui e em Ipira.

Conforme me comunicou hoje o diretor escolar Fuck,⁹³ nossa escola será fechada apesar de aprovação nos exames. As autoridades escolares de Florianópolis fixaram a data para registro para nossa escola de tal modo que no prazo previsto será impossível cumprir as exigências. Foi solicitada telegraficamente uma prolongação do prazo. Caso essa não nos for concedida, queremos antecipar-nos a um fechamento e desapropriação e fechar a escola por nossa conta, transferir o culto para a casa pastoral. Esperamos ter resposta em poucos dias. Farei um relatório sobre o desenvolvimento do caso escola.

Com saudação evangélica, submetto ass. H. Maskus. (PASTA, SR 72/7).

Embora a escola tenha sido aprovada nos exames, como consta no relatório, apresentava, naquele momento, dificuldade no encaminhamento do seu registro em função do curto espaço de tempo para viabilizar a documentação necessária. Diante das circunstâncias, não se descartava a possibilidade do fechamento da escola.

Como destaca Monteiro, para registrar a escola, era solicitada uma infinidade de documentos, os quais, em função da burocracia que envolvia esse processo, dificultavam o cumprimento de tais exigências. Esse não cumprimento de exigências

⁹³Indicativo de que seria Willy Fuchs diretor do Departamento de Educação da (IECLB), no Estado do Rio Grande do Sul, a partir de 1938.

possibilitou ao governo de Santa Catarina fechar um número elevado de escolas particulares e não permitir a abertura de tantas outras. (MONTEIRO, 1984, p. 62).

O presidente do Sínodo Riograndense, numa outra comunicação, datada de 15 de agosto, enviada ao pastor Maskus, afirma: "Prezado senhor Colega! Muito grato confirmo sua informação de 10 de agosto. Eu temia que, com efeito, o senhor faria melhor fechando a escola pessoalmente depois do recebimento da resposta". (PASTA SR 72/7).

Embora desconhecendo os documentos arrolados pela escola da comunidade evangélica para seu registro, neste momento, o fator fundamental a atender, além dessa dificuldade, é a existência da possibilidade de participação da igreja, assim como do envolvimento do pastor no processo de regulamentação da escola. A simbiose entre esses dois órgãos passou a ser combatida, o que pode ser observado na denúncia do próprio presidente do Sínodo Riograndense em relação à continuidade do funcionamento da escola na comunidade evangélica, notabilizado na comunicação de 15 de agosto de 1938:

Segundo a insustentável determinação, mas por enquanto vigente, que proíbe a comunidades eclesiásticas a manutenção de escolas, e depois do fechamento de tantas outras escolas, devemos, por ora, contar em Sta. Catarina com o fato de que o governo do Estado não deseja a existência de escolas particulares. (...) Segundo sua carta, posso aguardar um relatório sobre o desenvolvimento da questão escolar. Com sinceros votos para seu trabalho. (PASTA SR 72/7).

O presidente do sínodo menciona que havia restrição quanto à participação de comunidades eclesiásticas no processo escolar. Este foi outro empecilho que surgiu no processo de regulamentação das escolas pela iniciativa particular.

O resultado da medida adotada pelo governo foi a interrupção do trabalho educacional no Médio e Baixo Vale do Rio do Peixe com a participação do Sínodo Riograndense.

Na compreensão dessa restrição, Monteiro destaca que era para evitar ação conjunta da sociedade escolar e outras instituições, justificando que tal medida iria incitar objetivos alheios à educação e, principalmente, impedir que fossem

criados obstáculos ao processo de nacionalização das escolas particulares, o qual vinha sendo operado pelo interventor Nereu Ramos, que aprovou novo decreto para cuidar deste aspecto. (MONTEIRO, 1984, p. 79).

O Decreto-lei n. 142, de 20 de julho de 1938, determinava: "As sociedades escolares que mantenham cursos primários ou pré-primários, devem ser pessoas jurídicas autônomas e com a exclusiva finalidade de ministrar a educação e o ensino. (BRASIL, 1938, p. 79, IMPRENSA OFICIAL, apud MONTEIRO, 1984, p. 67).

Mais uma vez, embora o governo não deflagrasse de imediato o afastamento de outras organizações, como a do Sínodo Riograndense, do processo escolar, impunha novas exigências que dificultavam o registro das escolas. Como ainda destaca o autor, havia orientação no sentido de que, caso a sociedade escolar tivesse vínculo com outra instituição, deveria anexar a cópia do estatuto da outra sociedade junto ao pedido de licença, como devido registro público.

É importante registrar que, com essa determinação, encaminhava-se o afastamento oficial da organização religiosa como uma das instâncias fomentadoras do processo escolar comunitário no Vale do Rio do Peixe, uma vez que não há indicativo, na fonte eclesiástica, de que a igreja tenha se apresentado de forma explícita como uma das mantenedoras do processo escolar comunitário nesta região, sobretudo em relação à apresentação do estatuto escolar. Este e outros aspectos são citados na comunicação de 5 de setembro de 1938, do pastor Herbert Maskus, ao presidente do Sínodo em São Leopoldo:

Venerabilíssimo senhor Presidente!

Com agradecimento confirmo sua carta de 31 de agosto de 1938 com a informação a respeito de seu esforço em prol de nosso trabalho escolar.

Entrementes nos foi concedida a solicitada prorrogação do prazo para registro de nossa escola. De acordo com os artigos objetados de nosso estatuto escolar, elaboramos novos estatutos e os mandamos registrar...

Para de alguma forma ainda podermos preservar a escola, tivemos que eliminar tudo que até agora a caracterizava. No entanto, essa é a única maneira de criar a possibilidade de ministrar Ensino Religioso nas tardes, prática que já vimos praticando.

Sobre os eventuais perigos que poderiam decorrer de nossos próprios estatutos já estamos conscientes. Dos estatutos antigos e novos anexos, o senhor poderá deduzir todos os detalhes. Tomo a liberdade de nos devolver a cópia dos estatutos novos, visto ser a única que restou para o arquivo escolar.

Caso o senhor não concorde com os novos estatutos escolares, eu me esforçarei para atender suas instruções. (PASTA, SR 72/7).

É notória a condição em que foi registrada a escola, ou seja, como uma instituição autônoma diante do Estado; oficialmente, o trabalho educacional ainda foi impossibilitado de se processar com a participação da igreja. Contudo, o pastor Maskus apresentou seu parecer sobre esta nova condição: "Essa nova comunidade escolar autônoma, porém, somente pode sobreviver se permanecer ligada à comunidade eclesiástica, ainda que não oficialmente. Fechar a escola é uma solução que sempre ainda nos resta por último. Com o pedido de uma resposta em breve. Saúda reverentemente Ass. H. Maskus". (PASTA, SR 72/7).

O documento também evidencia que, mesmo que de forma implícita, a igreja ainda manifestava a intenção em continuar investindo no processo escolar comunitário. A questão escolar naquele momento era discutida pelos seus representantes. Para tanto, estavam mobilizados, como expressa a comunicação⁹⁴ de 31 de agosto, enviada aos pastores Seibel, Leistner, Maskus, a qual informava: "Pedi ao senhor presidente P. Schliemann, Florianópolis, Caixa Postal 4, que enviasse suas circulares referentes à legislação das escolas e ao ensino de lá ao senhor bem como a mim, para tomada de conhecimento". (PASTA, SR 72/7).

A orientação de como proceder em relação à questão escolar das escolas na comunidade da paróquia Rio do Peixe era assim determinada: "A decisão do procedimento eclesiástico que lá deve ser observado em questões do ensino e da escola fica com a diretoria do Sínodo Riograndense. (PASTA, SR 72/7).

Contudo, ao menos de forma oficial, por conta da vigência de vários decretos no contexto da campanha de nacionalização do ensino, encaminhava-se para o afastamento da respectiva igreja como uma das instâncias que promovia o trabalho educacional no Vale do Rio do Peixe.

⁹⁴Não apresenta o ano, presume-se 1938, pela correlação dos fatos e informações em relação aos documentos eclesiásticos anteriores. Da mesma forma sem o remetente, indicativo do próprio presidente do Sínodo Riograndense.

A intervenção do governo estadual em relação à língua marcaria a trajetória das escolas na comunidade evangélica local, pois ultrapassava a questão do ensino. A fonte eclesiástica deixa claro que a campanha de nacionalização do ensino, ao infringir os direitos lingüísticos das escolas da comunidade evangélica, atingia a própria igreja. Como informa uma comunicação do presidente do Sínodo Riograndense, enviada em 15 de agosto, a Maskus: "Eu me dirigi ao presidente do Sínodo Evangélico de Sta. Catarina, pedindo informações sobre a situação e lhe ofereci colaboração em seus esforços no sentido de garantir a liberdade cultural. (PASTA SR, 72/7).

No entanto, a análise da falta de liberdade religiosa, bem como a necessidade em preservar a liberdade cultural, ou seja, a análise das implicações da nacionalização em relação à própria igreja,⁹⁵ como a evangélica local,⁹⁶ não cabe e nem é objetivo do presente trabalho. Contudo é pertinente citar que era a maior dificuldade que se operava no momento da intervenção do Estado no trabalho eclesiástico, como expressa a orientação na comunicação⁹⁷ de 31 de agosto, enviada aos pastores Seibel, Leistner e Maskus:

Em especial vale, no que diz respeito à língua do culto, que esta é a língua alemã conforme estatutos do Sínodo, o que não pode ser mudado por instruções de entidades não-eclesiásticas. Em caso de necessidade, os cultos deveriam ser cancelados até que a questão seja esclarecida.

Com o senhor presidente Schliemann conversarei em breve pessoalmente sobre a situação eclesiástica no estado de Sta. Catarina e sobre o trabalho eclesiástico do sínodo sob sua direção.

Com saudações cordiais. (PASTA SR 72/7).

⁹⁵Neste sentido consultar a obra de Dreher (1984), que também aborda esta questão.

⁹⁶Um estudo que inclui esta questão "Igreja Luterana e nacionalização" em âmbito local, consultar: Bleichuvel (2000).

⁹⁷Não apresenta o ano, presume-se 1938, pela correlação dos fatos em relação aos documentos eclesiásticos citados anteriormente. Da mesma forma, sem o remetente, indicativo do presidente do Sínodo Riograndense.

Além da questão que internamente estaria em discussão em relação à restrição do uso da língua alemã, o que se converteia na falta de liberdade religiosa aos representantes e membros daquela organização religiosa, é importante observar a situação do trabalho educacional na comunidade evangélica.

A carta-resposta do presidente do Sínodo Riograndense, enviada em 12 de setembro ao pastor Maskus, da paróquia Rio do Peixe, é elucidativa:

Muito prezado senhor Colega!

Sua carta de 5 de setembro chegou aqui com os estatutos antigos e novos.

Dadas as circunstâncias, somente posso concordar. Há que ser observado que a comunidade escolar respeite por ocasião da admissão de membros a intenção da escola, garantindo desse modo pessoalmente a ligação com o proprietário do prédio escolar. Quanto ao mais, estou convencido de que conflita com a constituição federal quando se proíbe a comunidades evangélicas a manter escolas e que determinações contrárias não podem ser mantidas com o tempo.

Espero poder falar com o senhor presidente Schliemann do Sínodo Evangélico de Santa Catarina e com o presidente Schluenzen no dia 15 de setembro.

(...) Devolverei os estatutos em separado e registrados.

Com saudações e melhores votos. (PASTA SR 63/1).

Nesse momento, em que as escolas da região encontravam-se sob a fiscalização rígida do Estado catarinense, conforme evidencia o posicionamento do presidente do Sínodo Riograndense, fica explícito que oficialmente ocorreria o afastamento da igreja evangélica como uma das instâncias que coordenava o processo escolar.

Não obstante, o mesmo o documento eclesiástico informa ainda que não se dava por totalmente interrompido o trabalho educacional na comunidade evangélica, uma vez que se pretendia discutir a questão, e também que a igreja orientava a escola da paróquia Rio do Peixe, no sentido de firmar sua manutenção, agora, contudo, sob a responsabilidade dos membros e do proprietário da escola.

Contudo, é notório que as bases para os pastores da igreja evangélica continuar participando e promovendo o processo escolar comunitário seriam redefinidas. No entanto, não é intento apresentar conclusões definitivas em relação a esta questão, principalmente sobre a interrupção definitiva do trabalho na comunidade evangélica. Neste sentido, deixa-se apenas uma indicação de interrupção em decorrência dos vários aspectos destacados neste tópico.

Como evidenciam os documentos eclesiásticos, é importante deixar registrado que uma das orientações do presidente do Sínodo Riograndense era transformar as escolas comunitárias em escolas de confirmandos. Este foi um dos encaminhamentos que se efetivou no município de Joaçaba, como consta no relatório do dia 3 de março de 1940 – documento posterior a 1938 –, quando assumiu o novo pastor na paróquia Bom Retiro, Alfred Hoffmann:

Como agora visitei uma ou duas vezes todas as minhas 9 comunidades e pude fazer uma idéia da situação daqui.

Apresso-me em enviar o primeiro sinal de vida a meu venerado benfeitor desde meu campo de trabalho. Em geral, o começo é um tanto difícil e exige um pouco de paciência e calma, visto que reina muita desordem e desinteresse, inclusive rixas e brigas dentro das comunidades. O descontentamento por causa do deficiente atendimento eclesiástico dos últimos anos diminuiu muito as comunidades. Como as seitas luteranas (Missúri) trabalham com muito fervor, perdemos muitos membros. Espero, porém, com a ajuda de Deus, pôr novamente ordem nas coisas. A comunidade Cruzeiro com Duas Casas consegui reconquistar e atendo as mesmas pela primeira vez no 2.º dia da Páscoa. *Gramado dos Santos* convenci a juntar-se com Bom Princípio e se tornam a partir de 1.º de abril membros contribuintes e serão atendidos por mim. Ontem inscreveram-se depois do culto em *Veado* três novos membros da comunidade missuriana. Também em *Leãozinho* foi perguntado, ao que parece, se nossos antigos membros voltam novamente a nós. Reiniciei o ensino confirmatório e a escola dominical em todos os lugares. Aqui ainda se faz tudo em língua alemã. Somente em Perdizes a liturgia é lida em língua portuguesa, depois [p culto prossegue] em alemão.

O Sr. P. Hannemann me instalou aqui e tivemos uma bem freqüentada reunião de diretorias de toda a paróquia. Tudo transcorreu bem. Eu moro na nova casa pastoral de Bom Retiro, um prédio muito simpático e bonito. Os móveis necessários recebi da casa pastoral de Perdizes. No momento estou demolindo o velho e arruinado prédio escolar para reconstruí-lo em estilo de capela. Se tudo correr bem, penso poder inaugurar o mesmo em julho. Os membros são muito prestativos, todos estão contentes por terem conseguido agora uma sede pastoral, e assim penso poder construir aqui algo permanente e peço a Vossa Reverendíssima de me ajudar nesse empreendimento. Por esta vez apenas essas breves informações e espero que na próxima missiva possa relatar algo mais. Uma vez mais agradeço a Vossa Reverendíssima por sua bondosa benevolência.

Eu o saúdo cordialmente com a saudação de lealdade alemã.

Seu sempre grato

ass. Alfred Hoffmann. (PASTA SR 63/1).

Dentre outras questões que o relatório suscita, é importante chamar a atenção também para o fato de que, conforme previa o presidente do Sínodo Riograndense, o provimento pastoral da paróquia Bom Retiro seria apenas em 1939, este também foi um fato que se concretizou, como evidenciado. Por outro lado, outro

aspecto importante discutido ao longo deste tópico é o do atendimento eclesialístico deficiente na paróquia Bom Retiro, principalmente em 1938.

O que se retém, em relação ao desenvolvimento do processo escolar comunitário local, é que, embora com muitas rupturas, o fazer-se da escola, no período entre 1917 e 1938, foi também motivado como espaço de ação pastoral da própria igreja.

A igreja se adiantou ao comunitarismo dos teuto-brasileiros evangélicos e, pelo que a investigação pode apresentar, havia, no município de Joaçaba, no funcionamento das escolas nas comunidades eclesialísticas vinculadas à igreja evangélica, imbricação em vários aspectos.

Neste sentido, as escolas teuto-brasileiras, a partir das comunidades enfocadas, constituíam-se em instituições com autonomia relativa, dado que seu vínculo maior se apresentava, no período circunscrito neste trabalho, principalmente ao longo da década de 20, com a igreja e com o mínimo de interferência do Estado. No entanto, ao longo da década de 30, o Estado interrompeu o trabalho escolar comunitário dessas instituições da forma como era desenvolvido.

A campanha de nacionalização do ensino no Estado catarinense contribuiu diretamente com o afastamento do Sínodo Riograndense do processo escolar comunitário, sendo que, até os dias atuais, ao menos externamente, não é localizada a participação da igreja no trabalho educacional. A fonte eclesialística permite observar que o trabalho educacional, ainda naquele período, voltou-se para o interior da própria organização religiosa.

Neste sentido, este trabalho, muito mais que apresentar respostas conclusivas, pretende levantar questionamentos para que outros projetos e visões, dentro da própria temática e contexto religioso, sejam desenvolvidos, mesmo em relação ao aprofundamento de outros elementos da cultura escolar das escolas teuto-brasileiras na comunidade evangélica, tais como em relação ao próprio aparato didático-pedagógico dos livros didáticos e aos conteúdos ensinados nas escolas

identificadas, cujos ex-alunos teuto-brasileiros possuem em suas casas bibliografia referente ao período, dentre outras questões que merecem ser aprofundadas.

Cabe também questionar o que teria ocorrido com o processo de ensino e aprendizagem daqueles alunos a partir do momento em que foi proibido o uso da língua alemã, pois este é um reflexo importante a ser analisado, além de outras conseqüências da campanha nacionalista, questões que se configuram para uma próxima discussão.

Com a intervenção oficial do Estado, ocorreu uma mudança na finalidade do fazer-se da escola elementar. A escola, voltada principalmente para formar valores morais e religiosos, transformou-se compulsoriamente, tornou-se pública, desconsiderando as especificidades de cada local. Escolas, professores, clientela, todos passaram por um processo de readaptação, o qual, até hoje, não foi bem compreendido pela população local.

É que as famílias, os pais dos alunos sentiram-se como que alguém jogado do lugar onde ele reside para uma mata virgem, onde não existe nada. Porque os próprios pais dos alunos, a maioria não sabiam se defender no português. Entendiam muito pouco, estavam por fora. Eles até recebiam vir naquele tempo, era Bom Retiro ou para ir para Joaçaba. Deixavam, até, de registrar as crianças recém-nascidas no Cartório. (...) Então não sei se daria pra dizer que foi um choque, mas, enfim, sentiram-se completamente estranhos. (Harald, 2001).

Nas memórias, o que ficou guardado foi uma resignação, um silenciamento forçado, pois, como disse uma depoente, "passado é passado, mas na história real, é uma luta." A escola da comunidade teuta tornou-se uma experiência do passado, esquecida pela maioria, mas lembrada por aqueles que a vivenciaram. Sua interrupção surgiu como um fato incompreensível, causado pela lei arbitrária, imposta àqueles que se sentiam cidadãos brasileiros, mas eram rotulados de "estrangeiros".

Não obstante, aquela experiência educacional do passado, pautada sobretudo na participação da família, e da igreja pela iniciativa germânica, não deve ser desconsiderada e nem esquecida, mas relembada como um importante marco na história da educação do município de Joaçaba, necessitando ainda ser aprofundada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo que norteou a realização da presente investigação foi a análise da dinâmica da cultura escolar da escola elementar teuto-brasileira na comunidade evangélica de Joaçaba - SC, entre 1917 e 1938. O primeiro desafio se constitui em inscrever o objeto no âmbito da cultura escolar, como objeto histórico, como afirma Julia (2001, p. 5): "tratar de todas as facetas de um assunto que me parece, ao mesmo tempo apaixonante, mas infinitamente difícil de se tratar". Como primeiro desvelo, apesar das similaridades, cada escola é portadora de uma cultura escolar específica.

Partindo do intuito de verificar a dinâmica e os principais elementos da cultura escolar daquela modalidade de escola, desencadeada a partir de 1917, na comunidade evangélica de Joaçaba, a análise recaiu principalmente sobre as suas normas e finalidades, procurando compreender o seu processo de abertura. Observou-se que era fundamental atentar para o comunitarismo entre os teutos, sendo que o destaque para o contexto religioso era de grande importância. A escola passou a ter dupla função: a religiosa e a de alfabetização.

A escola, dita comunitária, antecipava-se em relação ao comunitarismo das próprias famílias, por se constituir, segundo indicativos, num elemento fundamental para os protestantes luteranos evangélicos, objetivando a sobrevivência da própria igreja, com a simbiose entre protestantismo e língua alemã.

Desta forma, considerando a dinâmica a que foi submetida a escola elementar teuta, houve a necessidade de uma leitura relacional, pois a escola estava inserida num campo de concorrências intra-religiosas, que envolvia a divisão interna entre os alemães e descendentes, com uma fração católica e outra protestante, esta, ainda, subdividida internamente. Este fator foi revelador, visto que mostrou que havia uma finalidade implícita na participação dos representantes daquela organização religiosa, a qual ultrapassava simplesmente a própria escola.

Logo, a abertura das escolas nas comunidades evangélicas não seria uma iniciativa apenas das circunstâncias – a falta de escola pública. Embora esse fator

contribuísse, havia, acima de tudo, o interesse dos pastores daquela organização religiosa em articular a escola elementar ao trabalho eclesiástico, como espaço de ação pastoral.

A finalidade da simbiose escola e igreja era a de preparar a criança para inseri-la na comunidade eclesiástica, o que se dava através do rito de confirmação, que ocorria aos 12 anos, aproximadamente. A mola mestra para essa formação era a preservação da língua alemã na família, na escola e na igreja. Por isso, a escola foi entendida aqui como um dos principais locais de lembrança em comum para aquela fração de imigrantes, pelo seu envolvimento em diferentes usos sociais, culturais e religiosos.

A promoção do processo escolar comunitário na zona rural, vinculado à uma finalidade religiosa, necessitava, afora o alicerce que representava a associação entre a família, a escola e a igreja, da unidade do idioma alemão, além de outros fatores, como a proximidade escola/templo, característica que compôs a cultura escolar daquela modalidade de escola e a necessidade de um professor que assim a representasse. Foi possível evidenciar que, normalmente, o professor era da própria comunidade eclesiástica e meio sociocultural – sendo importante destacar que o exercício do magistério era restrito ao gênero masculino: apenas professores atuaram nas escolas da comunidade evangélica entre 1917 e 1938.

Além do vínculo entre escola e igreja, houve a necessidade de uma leitura relacional do desencadeamento do processo escolar comunitário da escola elementar teuta na comunidade evangélica em relação ao próprio Estado, no caso, o catarinense.

Desta forma, o que verificou-se nesse desencadeamento e na sua trajetória em relação ao estado de Santa Catarina foi que uma das características dessa região, sobretudo do meio-oeste catarinense, é que ela estava ligada ao estado "por frágeis liames políticos" e que as atividades culturais, recreativas e de âmbito educacional originavam-se no Rio Grande do Sul. Com a nacionalização progressiva da escola pública, intensificada no decorrer da década de 30 do século XX, os vínculos com o estado catarinense aumentaram.

Com a instauração definitiva da escola pública a partir de 1938 e com os novos rumos do processo de nacionalização do ensino nessa região, além da proibição do uso do idioma alemão nas escolas e do afastamento temporário de alguns professores germânicos do magistério, o principal reflexo da campanha de nacionalização do ensino implicou no afastamento da igreja evangélica – Sínodo Riograndense – da coordenação do processo escolar comunitário. Neste sentido, sobre as implicações desse afastamento para aquela organização religiosa e para a própria comunidade, sobretudo com a inserção da escola pública, ficam apenas indagações. Afinal, como afirma Julia em relação a projetos pedagógicos e realidade histórica, "É que, no momento em que uma nova diretriz redefine as finalidades atribuídas ao esforço coletivo, os antigos valores não são, no entanto, eliminados como por milagre, as antigas divisões não são apagadas, novas restrições somam-se simplesmente às antigas". (JULIA, 2001, p. 25).

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. A entrevista. In: **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1990. p. 15-44.
- ARANHA, Maria L. de Andrade. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- BASTOS, M. H. C. História da educação do Rio Grande do Sul: o estado da arte. **História, Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 183-206, jun. 1999.
- BERNARDES, N. A colonização européia no Sul do Brasil. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 106, 1952.
- BINSER, I. von. **Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- BLEICHUVEL, E. de F. **Dois instituições e um projeto: igreja, escola e nacionalização no vale do Rio do Peixe em Santa Catarina (1917-1945)**. Porto Alegre, 2000. 227f. (Dissertação Mestrado em História do Brasil) - PUC/RS.
- BOMENY, M. B. H. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. C. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 137-166.
- BONAZZI, T. C. de. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 233-245.
- BOSI, E. **Memória e sociedade**. Lembranças de velhos. 7. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean, C. **A reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- CAMPOS, C. M. As intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na Era Vargas. In: BRANCHER, A. (Org.). **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. p. 149-166.
- CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS. Município e Comarca de Joaçaba-SC: 1930-1938. **Estatutos das sociedades escolares teuto-brasileiras**. Joaçaba.
- _____. 1927-1941. **Estatutos da Comunidade Eclesiástica** – Joaçaba.
- CEM ANOS DE GERMANIDADE NO RIO GRANDE DO SUL. 1824-1924. Editado pelo "Verband Deutscher Vereine" Porto Alegre: Centro, 1924. Traduzido por Arthur Blásio Rambo. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

COLÉGIO ESTADUAL PADRE NÓBREGA. **Histórico**: projeto político-pedagógico. Luzerna, 2000. p. 1-13.

COLÉGIO SANTÍSSIMA TRINDADE. **Histórico**: 40 anos de envolvimento com o meio oeste catarinense. Joaçaba, 2000. p. 1-11. Desenvolvido por um grupo de estudantes.

CORRÊA, R. L. T. **Conviver e sobreviver**: estratégias educativas de imigrantes italianos (1880-1920). São Paulo, 2000. 266 f. Tese (Doutorado em História) - USP/SP.

CUNHA, J. L. da. Historiografia recente sobre a emigração alemã para o Brasil. **Fronteiras – Revista de História**, Florianópolis, n. 6, p. 7-17, 1998.

DE BONI, L. A.; COSTA, R. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/EDUCS, 1984.

DEMARTINI, Z. de B. F. Algumas reflexões sobre a pesquisa histórica-sociológica tendo como objeto a educação da população brasileira. In: SANFELICE, J. L. D.; LOMBARDI, J. C. (Orgs.). **História e História da Educação**: o debate teórico-metodológico atual. Campinas: Autores Associados, 1998. p. 65-78.

DEMARTINI, Z. de B. F. Histórias de vida na abordagem de problemas educacionais. In: SIMSON, O. R.M. von. (Org.). **Experimentos com histórias de vida**: Itália/Brasil. São Paulo: Vértice, 1988. p. 44-71.

DREHER, L. H. O "liberalismo" e a situação religiosa: notas a partir da vida e obra de Carl von Koseritz. **Estudos Leopoldenses**, São Leopoldo, v. 3, n. 2, p. 87-102, jul./dez.1999. (Série História).

DREHER, M. N. **Hermann Gottlieb Dohms**. Tentativa de teologia protestante em uma igreja de Imigrantes no Brasil. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IGREJA, São Leopoldo: Rotermund Sinodal, 1986. p.35-49.

_____. **Igreja e germanidade**: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Est; Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

_____. Notas para uma história da educação protestante no Brasil. **Estudos Leopoldenses**, São Leopoldo, v. 4, n. 6, p. 133-150, 2000. (Série Educação).

_____. Os protestantismos rio-grandenses. In: _____. (Org.). **Populações rio-grandenses e modelos de Igreja**. Porto Alegre: EST, 1998. p. 241-255.

_____. Protestantismo brasileiro: um mundo em mudança. **Estudos Leopoldenses**, São Leopoldo, v. 1, n. 2, p. 139-161, jul./dez.1997. (Série História).

DROOGERS, A. **Religiosidade popular luterana**. São Leopoldo: Sinodal.1984.

DURKHEIM, E. Educação e Sociologia. **Sociologia, Educação e Moral**, Porto, p. 7-36, 1984.

FARIA FILHO, L. M. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

FIORI, N. A. **Aspectos da evolução do ensino público**: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina. Os períodos Imperial e Republicano. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 1991.

_____. **Aspectos da evolução do ensino público**: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina. Os períodos Imperial e Republicano. 2.ed. Florianópolis: UFSC, 1991.

FORQUIN, Jean Claude. **Escola e cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Tradução de: Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FOUQUET, Carlos. **O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil 1808 1824**. São Paulo: Hans Staden, 1974.

GARRIDO, J. del A. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. **Memória, História, Historiografia**. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 33-54, set. 92/ago. 93.

HACK, J. R. A colonização Alemã do Vale do Rio do Peixe-SC: algumas considerações. **Revista Roteiro**, Joaçaba, v. 18, n. 35, p. 82-89, jan./jun. 1996.

_____. **A colonização Alemã no Vale do Rio do Peixe-SC: 1913-1950**. Joaçaba: Unoesc, 1996. Relatório de Iniciação Científica/ CNPQ.

HARDT, L. S. Germanidade e cidadania: a escola na trajetória da comunidade. In: SPERB, A. T. (Org.). **Sal da terra**. 160 anos da Comunidade e Escola Evangélica de Campo Bom. Canoas: Escola Profissional La Salle, 1992.

HEINSFELD, A. **A questão de Palmas entre Brasil e a Argentina e o início da colonização alemã no Baixo Vale do Rio do Peixe**. Joaçaba: Unoesc, 1996.

_____ et al. O sentido geopolítico-estratégico da colonização germânica no Vale do Rio do Peixe. **A Região em Perspectiva**: diferentes faces da história catarinense. Joaçaba, 2001. p. 95-137.

HOPPEN, A. **Formação de professores evangélicos no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Gráfica Sinodal. Parte 1 (1909-1939).

_____. Fundação do Ginásio Sinodal no contexto do sistema escolar do Sínodo Riograndense. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IGREJA. São Leopoldo: Rotermund Sinodal, 1986. p. 123-144.

INSTITUTO MARTIUS-STADEN. Questionário sobre a vida escolar alemã no Brasil, 1930. Preenchido por Bernardo Sieberichs. Tradução: Wilson Kaiser. São Paulo.

JORNAL Cidadela, Joaçaba, 24 nov. 1979. Recordações e Sugestões Ceci, p. 14.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução: Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43, 2001.

JUNGBLUT, A. L. O protestantismo luterano dos teuto-brasileiros: algumas considerações necessárias para uma abordagem antropológica. In: MAUCH, Claudia; VASCONCELOS, Naira (Org.). **Os alemães no sul do Brasil**. Cultura, etnicidade e história. Canoas: ULBRA, 1994. p. 139-147.

KENSKI, V. M. As instituições culturais de memória na era da multiplicidade eletrônica. **Educação e Linguagem**, São Paulo. p. 67-97, jan./dez. 2001. Edição especial.

KHATIB, F. El. (Coord.). **História de Santa Catarina**. Grafipar, 1970. v. 2. Primeira parte - catarinenses ilustres.

KLUG, J. **A escola teuto-catarinense e o processo de modernização em Santa Catarina: a ação da igreja luterana através das escolas (1871-1938)**. São Paulo, 1997. 261f. Tese (Doutorado em História Social) - USP/ São Paulo.

_____. Confessionalidade e etnicidade em Santa Catarina. Tensões entre luteranos e católicos. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 16, n. 24, p. 111-127, out. 1998.

_____. **Imigração e luteranismo em Santa Catarina: a comunidade alemã de Desterro**. Florianópolis: Papa Livro, 1994.

KOSSOY, B. Fotografia e memória: reconstituição por meio de fotografia. In: SAMAIN, E. **O fotográfico**. São Paulo. Hucitec, 1998. p. 41-47.

KREUTZ, L. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 15, p. 158-175, set./dez. 2000.

_____. Escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul: perspectiva histórica. In: MAUCH, C.; VASCONCELOS, Naira. (Org.). **Os alemães no sul do Brasil**. Cultura, etnicidade e história. Canoas: Ulbra, 1994, p. 149-161.

_____. Imigração alemã e processo escolar na Argentina, no Brasil e no Chile, de 1824 a 1939. **Estudos Leopoldenses**, São Leopoldo, v. 4, n. 6, p. 23-36, 2000. Série Educação.

_____. Modelo de uma Igreja imigrante: educação e escola. In: DREHER, N. M. (Org.). **Populações rio-grandenses e modelos de Igreja**. Porto Alegre: EST, 1998. p. 201-217.

_____. **O professor paroquial: magistério e imigração alemã**. Porto Alegre: UFRG; Florianópolis: Ed. da UFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

LE GOFF, J. Documento/monumento. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984. v. 1. p. 95-106.

LOPES, A. V. **A educação matemática e a colonização teuto-brasileira no oeste de Santa Catarina: o caso da região de Ipira**. Rio Claro (SP), 1997. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Universidade Estadual Paulista.

LOZANO, J. E. A. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 15-25.

- LUNA, J. M. F. **O português na escola alemã de Blumenau: da formação à extinção de uma prática. "Ensinávamos e aprendíamos a Língua do Brasil"**. Itajaí: Ed. da Univali; Blumenau: Furb, 2000.
- MAGALHÃES, M. B. de. **Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil**. Campinas: Unicamp/Fapesp, 1998.
- MEYER, D. E. E. **Identidades traduzidas: cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Sinodal, Santa Cruz do Sul: EDUNISC; 2000.
- MONARCHA, C. **Escola normal da praça: o lado noturno das luzes**. Campinas: Unicamp, 1999.
- MONTEIRO, J. **Nacionalização do ensino: uma contribuição à história da educação**. Florianópolis: UFSC, 1984.
- MOREIRA, R. **A educação em Santa Catarina: sinopse apreciativa sobre a administração, as origens e a difusão de um sistema estadual de educação. Campanha de Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (Cileme)**. Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1954. Publicação n. 2.
- NEVES, O. **A presença alemã no alto vale Rio do Peixe**. Joaçaba, 2000. 73f. Monografia (Ensino Superior - História) - Centro de Ciências da Educação, Humanas e Letras, Unoesc.
- OBERACKER, C. H. Jr. **Carlos von Koseritz**. São Paulo: Anhambi, 1961.
- PAGANELLI, A. **Paróquia evangélica de Luzerna: sua origem e desenvolvimento (1926-1976)**. Capinzal: Matos, [s.d.].
- PAIVA, C. **Escolas de língua alemã no Rio Grande do Sul, o nazismo e a política de nacionalização. Educação e Sociedade - Revista Quadrimestral de Ciência da Educação**, a. 9, n. 26, p. 5-28, abr. 1987.
- PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1987.
- PANDOLFI, D. C. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- PASTA de documentos diversos Pasta SR 9/1/191. Tradução de Wilson Kayser. São Leopoldo (RS): Arquivo Histórico da Escola Superior de Teologia.
- _____ PP 33/2. Tradução de Wilson Kayser. São Leopoldo (RS): Arquivo Histórico da Escola Superior de Teologia.
- _____ SR 111/2 – Rio do Peixe. Tradução de Wilson Kayser. São Leopoldo (RS): Arquivo Histórico da Escola Superior de Teologia.
- _____ SR 12/3/058. Tradução de Wilfried Hasenack. São Leopoldo (RS): Arquivo Histórico da Escola Superior de Teologia.
- _____ SR 56/3c – Bom Retiro. Tradução de Wilson Kayser. São Leopoldo (RS): Arquivo Histórico da Escola Superior de Teologia.

_____. SR 63/1 – Bom Retiro do Cruzeiro (1931 a 1941). Tradução de Wilfried Hasenack. São Leopoldo (RS): Arquivo Histórico da Escola Superior de Teologia.

_____. SR 72/7 – Rio do Peixe (1921 a 1946). Tradução de Wilson Kayser. São Leopoldo (RS): Arquivo Histórico da Escola Superior de Teologia.

_____. SR 94/1 – Região de Erechim (1931 a 1941). Tradução de Wilson Kayser. São Leopoldo (RS): Arquivo Histórico da Escola Superior de Teologia.

PETITAT, A. **Produção da escola, produção da sociedade**: análise sociohistórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar do Ocidente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

POLLACK, M. Memória e identidade social. **Estudos históricos: teoria e história**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

PORTELLI, A. História Oral como gênero. Tradução Maria T. J. Ribeiro. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**, PUC, São Paulo, n. 22, p. 9- 36, jun. 2001.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a Ética na História Oral. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História - PUC**, São Paulo, n. 15, p. 13-49, abr. 1997.

POUTIGNAT, P.; FENART, S. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Unesp, 1998.

QUEIROZ, A. M. de et al. **Álbum comemorativo do cinqüentenário de Joaçaba**: 1917-1967. Joaçaba, 1967.

RADIN, J. C. **Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do oeste catarinense**. Joaçaba: Unoesc, 1996.

RAMBO, A. B. As Contribuições dos Imigrantes Vindos da Europa Central e do Norte. **Estudos Leopoldenses**. Série História, São Leopoldo, v. 29, n. 132, p. 47-79, abr./maio 1993.

_____. **A escola comunitária teuto-brasileira católica**. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

_____. **A escola comunitária teuto-brasileira católica**: a associação de professores e a escola normal. São Leopoldo: Unisinos, 1996.

RANZI, S. M.F. Religião e identificação étnica. **Estudos Íbero-Americanos**, v. 26, n. 1, p. 247-260, jul. 2000.

RELATÓRIO sobre a formação e o desenvolvimento da comunidade evangélica de Joaçaba, de confissão Luterana: antecedentes históricos. Joaçaba, 4 nov. 1962. p. 1-8.

RENK, A. A experiência em Thompson. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 13, n. 24, p. 78-104, jul./dez. 1996.

_____. **O conhecimento do território A "Bandeira de Konder"**. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia, 1997.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROTERMUND, G. F. Pastor Dr. Wilhelm Rotermond: aspectos do homem e de sua vida. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IGREJA, 1986, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: Roterundo S.A Sinodal, 1986. p.101-121.

ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (Coord.) **Usos e abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 93-101.

SCHADEN, E. **A escola teuto-brasileira e a assimilação de imigrantes alemães e seus descendentes**. Centro Regional de Pesquisas Educacionais. São Paulo: Centro Regional de Pesquisas Educacionais Professor Queiroz Filho, 1968. p. 163-183. (Série 1 – Estudo de Documentos, v. 6).

SEYFERTH, G. A Identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, C.; VASCONCELLOS, N. (Org.). **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: Ulbra, 1994. p. 11-27.

SEYFERTH, G. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 26, a. 9, p. 103-122, out. 1994.

_____. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: UnB, 1990.

_____. **Nacionalismo e identidade étnica**: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

_____. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, D. C. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 199- 228.

SILVA, J. F da. Um pioneiro benemérito. In: QUEIROZ, A. M. de et al. **Álbum comemorativo do cinqüentenário de Joaçaba**: 1917-1967. Joaçaba, 1967. p. 15-17.

SOUZA, R. F. de. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. **Cadernos Cedes**, ano 19, n. 51, p. 9-28, nov. 2000. (Educação, Sociedade e cultura no século XIX: discursos e sociabilidades).

_____. **O direito à educação**: lutas populares pela escola em Campinas. Campinas: Unicamp, 1998. (Coleção Campiniana, 18).

_____. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Unesp, 1998.

_____. Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. In: CUNHA, M. V. da. (Org.). **Ideário e imagens da educação escolar**. Campinas: Editores Associados, 2000. p. 3-27.

SPIEWECK, H. **Extrato da crônica da Paróquia Rio do Peixe**. Trad. Wilson Kaiser. Joaçaba, 26 out. 1962.

SPINK, M. J. (Org.). **O conhecimento no cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

STRECK, D. R. (Org.). Perspectiva luterana da educação (IECLB). A palavra que educa antecedentes. In: **EDUCAÇÃO e igrejas no Brasil: um ensaio ecumênico**. São Leopoldo CELADEC/IEPG/, Editora Sinodal, São Leopoldo, 1995. p. 27-33.

THOMPSON, E. A. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 1987. v. 2-3.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erro**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Costumes em comum**: estudo sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

VIÑAO FRAGO, A. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 0, p. 63-82, set./dez. 1995.

_____; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Trad. Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

WAIBEL, L. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: Ed. UnB, 1991.

WILLEMS, E. **A aculturação dos alemães no Brasil**: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Nacional, 1980.

WITT, O. L. **Igreja na migração e colonização**: a pregação itinerante no Sínodo Riograndense São Leopoldo: IEPG, Sinodal, 1996.

FONTES ORAIS

Adalberto Ludwig. Entrevista realizada em Joaçaba, 4 de setembro de 2000.

Amanda Suhnel. Entrevista realizada em Joaçaba, 9 de setembro de 2001.

Anita Bauermann Krug; Arlindo Krug. Entrevista realizada em Joaçaba, 10 de outubro de 2001.

Arena Spier. Entrevista realizada em Luzerna, 15 de outubro de 2001.

Elvira Krug. Entrevista realizada em Luzerna, 15 de outubro de 2001.

Cecília U. Diesel. Entrevista realizada em Luzerna, 17 de outubro de 2001.

Diva Lampert Sheufele. Entrevista realizada em Luzerna, 7 de outubro de 2001.

Elizabeth Wanda; Frederico Schazmann. Entrevista realizada em Joaçaba, 01 de agosto de 2000.

Erna L. Dienstmann. Entrevista realizada em Treze Tílias, 23 de outubro de 2000.

Harald Buchweitz. Entrevista realizada em Luzerna, 9 de dezembro de 2001.

Melita Lampert Schazmann; Paulo Schazmann. Entrevista realizada em Luzerna, 17 de novembro de 2001.

Nilo Zeni. Entrevista realizada em Luzerna, entrevista realizada em Luzerna, 4 de setembro de 2001.

**ANEXO 1 - HISTÓRICO DA IGREJA EVANGÉLICA:
PARÓQUIA RIO DO PEIXE E DE BOM RETIRO (1962)**

Auszug aus der Chronik des Pfarrbezirks Rio do Peixe

Im Mai 1916 besuchte P. Schultz auch in Farnstädtchen Carnos Novos. Er fand dort 20 deutsche Familien, zur Teil schon verbrasilianert. Er hielt am 11. Mai Gottesdienst, taufte 3 Kinder in portugiesischer Sprache, da ein Teil der Deutschen kein deutsch mehr verstand. Mehrere Jahre vorher war ein Reiseprediger dort gewesen.

Ebenfalls im Mai 1916 besaß in Bom Retiro bei Merval die Vermessung der dortigen Landereien durch Hacker. Damals in Mai wohnten dort noch keine Deutschen. In einem späteren Schreiben des damaligen Bezirksvorstehers, P. Th. Dietsche, wird ein Pseudo-Pfarrer, ohne Namensnennung, erwähnt. Am 3. Dezember 1916 Gründung der Gemeinde in Bom Retiro. (Deutsch-evangelische Kirche und Schulgemeinde mit Anschluss an Rio-grandenser Synode) durch P. Schultz. Land, in der Nähe des Stadtplatzes stellt Hacker zur Verfügung. Gründungsprotokoll unterzeichnet von 22 Mitgliefern. Der Gottesdienst an selben Tage von 60 Personen besucht.

Am 26.1.1917 berichtet P. Schultz, dass das von Hacker der Gemeinde Bom Retiro geschenkte Land der Synode übertragen worden sei.

Einzelheiten aus dem Jahre 1916: 19 Gottesdienste, 1 Taufe, 30 Abendmahlsgäste, 23 Mitglieder, (21 in Bom Retiro). Aus dem Jahre 1917 berichtet P. Schultz das die Mitgliederzahl in Bom Retiro auf 50 angewachsen sei. Jahresbeitrag der Mitglieder 10000. Lehrer in Bom Retiro war Otto Kalthoff mit 23 Schuelern. Infolge des Kriegeszustandes zwischen Brasilien und Deutschland musste in Oberber an allen Plätzen die kirchliche und Schulaetigkeit eingestellt werden. Für das Jahr 1918 wird die Mitgliederzahl in Bom Retiro mit 41 angegeben. Zu welcher von diesem Jahre an nur noch zahlend Mitglieder aufgeführt. (Bis dahin hatte der F.C.V. dem P. Schultz, durch Probst Braunschweig, punkttlich vierteljährig das Gehalt bezahlt. 3000 Goldmark jährlich.) Amtshandlungen in Bom Retiro 1918: 10 Gottesdienste, 17 Taufen, 1 Trauung, 1 Beerdigung, 21 Abendmahlsgäste. Als Lehrer wird O. Witte mit 23 Schuelern genannt. Wegen des Krieges wurde auch 1918 mit besonderer Einschränkung und Vorsicht Schulschulien. 1919 - Amtshandlungen in Bom Retiro: 5 Gottesdienste, 6 Taufen, 7 Konfirmationen, 41 Abendmahlsgäste, 41 Mitglieder. Ausserdem in Merval genannte Lehrer, wird ein Lehrer Bentler genannt. Am 2. Januar 1920 schreibt P. Schultz, nachdem er 5,1/2 Jahre hier tätig gewesen ist, nach Tucuma, Rio G. do Sul uaber. Sein Nachfolger wurde P. Franz Kolassa, der vorher Pfarrer in M. Ramos von Januar bis April 1920. In April 1920 schreibt Kolassa, das in Bom Retiro eine durch Hacker (wohl 1917) gebaute Vieltarerschule besteht, ausserdem seien zwei weitere Schulen in Bau. In Açõinho und Veado, gleichzeitig erwähnt er, das in ganz Bom Retiro zur Zeit kein Lehrer sei. Am 24. April 1920 verliess P. Kolassa Brasilien und kehrte nach Deutschland zurück. Sein Nachfolger wurde P. J. Flogaus, seit Mai 1920 in M. Ramos. Am 26.7.1920 schreibt Flogaus: Er habe in Bom Retiro einen christlichen Arzt kennengelernt, der sich des geistlichen Wohl der Gemeinde angelegen sein lässt. Der die lutheranischer der Rio-grandenser Synode scheint nach einem Schreiben P. Flogaus in Rio do Peixe, Merval und Bom Retiro gewesen zu sein. Am 12. November berichtet P. Flogaus, das die Kirche an der Schneidemühle eingeweiht sei. Statistische Angaben über Bom Retiro: Mitglieder 40, Gottesdienste 3, Taufen 5, Beerdigung 1, Pfarrergeldbeitrag 6000 pro Mitglied. 1. Februar 1921: Dr. Woolitz ist zum Pfarrer gemacht. Er wird bald Schwierigkeiten haben, er ist wenig populär, lange wird die Sache nicht gehen. Bom Retiro verzichtet auf die Dienste der Synode. P. Flogaus war scheinbar nicht mehr dort. Er ging nach Kromental, R. Grande. Er hinterliess seinen Nachfolger P. Ziech freundliche Anweisungen. Bom Retiro wird auf Verlangen bedient. Im Dezember 1921 war Lehrer in Bom Retiro Joh. Schmolz.

Im Februar 1923 besuchte P. Haasen das Municipalstädtchen Carnos Novos, wo 1916 P. Schultze gewesen war. 11 Kinder waren zu taufen, darunter solche im Konfirmationsalter. Die Healfte der Gottesdienstbesucher verstan kein deutsch.

Vor erster Januar 1924 gab Lehrer Schrohl die beiden von ihm in Bom Retiro und Leonsinho bediente Schulen auf und uebernahm die Schule Veado. Bom Retiro und Leonsinho hatten 1924 kurze Zeit Lehrer Petrowaki, dann nach laengerer Pause Lehrer Guenther (1925).

Bald nach der ersten Erwaehung Bom Retiros wird auch schon berichtet, das dort ein Pseudophariser sei. Am 20.7.1920 schreibt P. Folckus von einem christlichen Arzt und dieser ist ohne Zweifel kein anderer als Dr. Wollitz, (ein Pole) der Spiritist und Magnetiseur sein wollte und sich als Phariser aufspielen wollte. Er hat weder in der einen noch in der ~~anderen~~ anderen Hinsicht Bedeutung gehabt. P. Zisch trat ihn von Worme her scharf entgegen. Wollitz selbst hatte damals 1921 nur fuerfuehrend waehrend der weitaus grossen Teil der Gemeinde der riedrundersen Synode treu blieb. Als Arzt hat Wollitz nie etwas bedeutet, er war geradezu unfuehig. Als Phariser hat er hauptsaechlich, wie es scheint, spiritistische Ursaege verzaubert, doch glaubte er sich zu Grossen berufen, die Wollitzgemeinde, (genannt Veado) bestanden ein Jahr, dann hatte man ihn grundlich satt. Kurz vor Jahreschluss 1922 musste er Bom Retiro verlassen. 1923 trat seine nun verweist Gemeinde an P. Hansen, um sich vortan von ihm kirchlich betrauen zu lassen. Derbezirk Bom Retiro-Herval bestand zu Anfang des Jahres 1925 aus folgenden Plaetzen: Bom Retiro mit 2 Predigtplaetzen, Schule am Stadtplatz und Leonsinho, Veado frueher Wollitzgemeinde Herval (Hausdeutsche. Seit dem Jahr 1924 ist der Plan, fuer diesen Bezirk einen eignen Pharrar zu berufen ins Auge gefasst. 1925 bereitete die Synode in Bom Retiro und Leonsinho Schwierigkeiten und ein Pharrar schon erwachet Leonor Guenther zusaessig und unchristlich war. Schliesslich sollte er auch den dortigen Gesand fortzuehen muessen. Jedenfalls hatte die Gemeinde Bom Retiro keinen Lehrer mehr. 1926-Bom Retiro und Leonsinho blieben auch das Jahres ohne Lehrer. Auf Bitte des Pharrars uebernahm das Mitglied Plumburg die Verpflichtung die Konfirmanden vorzubereiten und eine Sonntagsschule einzurichten, leider scheiterte dieser Versuch an der Nachlassigkeit des Vorstandes und der Eltern, die dieser Initiative keine Beistand leisteten. Auch die Gemeinde Veado blieb einige Zeit ohne Lehrer, da der Lehrer Schrohl die Schule verliess. Im Juli baute dann die Gemeinde eine eigene Lehrerschule und Herr Schwohl kehrte zurueck und uebernahm wieder seine alte Taetigkeit in Veado und auf dem Stadtplatz in Bom Retiro. Auch die Gemeinde Herval ist nichts besonderes zu melden, ausserdem das in Duro das und Limeira je eine Schule gebaut wurde, die je ein Lehrer erhalten sollen. In Limeira haellt seit einiger Zeit der Missionsphaarr Kuehn den Unterricht, nachdem er sich verpflichtet hat alle kirchlichen Sonderbestrebungen zu unterlassen. Leider dauerte es nicht lange, da die Missouri-Synode ihn verbat, Kinder anderer Synoden zu unterrichten. Am 10. Juni 1927 wurde Pastor Hermann Mutschull durch den Kreisvorsteher, P. Hanneberg als Pharrar fuer den Kirchenbezirk Rio do Peixe und Bom Retiro in der Kirche zu Ipira eingefuehrt. Das kirchliche Leben, Besuch der Gottesdienste und christliches Gemeindeleben waren in: Rio do Peixe ungenuegend, Ipira zufriedenstellend, Philadelphia ziemlich gut, procentuell das beste von allen Gemeinden, in Scheidewuhle sehr schlecht, 1928 mussen Gottesdienste wegen Nichterscheinen der Gemeinde ausfallen. Bom Retiro war zuerst gut, nach Abwanderung der evangelischen sehr matt. Der Predigtplatz Bom Retiros, Leonsinho sowie die Gemeinde Veado, hatten stets volle Kirchen. Veado schloss sich der Synode an, desgleichen die Gemeinde Grusseiro do Sul (Herval) diese aus reichsdeutschen Bauern bestehend war das beste, auch im religios-sittlichen Leben. In Herval wurde am 3. September eine neue Kapelle geweiht. Auf Wunsch beider Pharrbezirke wird Bom Retiro ab 1. Juli nicht mehr von Rio do Peixe aus bedient. Die Synodalleitung erhebt Bom Retiro zur selbststaendigen Pharre.

In Bom Retiro, Leonsinho und Veado war zu haeufiger Lehrerwechsel. Die dortigen Leute kann man zu einem guten Teil zu den Halbwildern rechnen. In Herval ist ein Lehrer Ehlers, ein etwas heruater sekondarer neuland-burgischer Juenger. Nach der Erhebung zum Kirchenbezirk, wird Bom Retiro und seine Gemeinden nicht mehr in dieser Chronik erwachet. Alle weiteren Angaben beziehen sich auf Rio do Peixe.

AUS DER GESCHICHTE DES PFARRBEZIRKS LUZERNA.

Luzerna, bis zum Jahre 1946 "Bom Retiro" geheissen, war in den Jahren 1918 bis 1924 der Ausgangspunkt der Besiedelung des mittleren Rio do Peixe-Tales, als die Kolonisationsgesellschaft Henrique Hacker hier an der Muendung des Nebenflusses Limeira ihr Kolonisationsbuero einrichtete und die Laendereien der Seitentaeler Nogueira, Limeira, Leãozinho und Estreito zu vermessen und zu besiedeln begann. Die ersten Siedler kamen aus dem Nachbarstaate Rio Grande do Sul, vornehmlich Italiener und Deutsche, die schon in der dritten und vierten Generation im Lande sassen. In den Jahren 1923 bis 1925 kamen auch neue Einwanderer aus Deutschland hinzu, spaeter auch vereinzelt Kolonistenfamilien aus dem catarinenser Kuestengebiet, vor allem aus der Gegend um Jaraguá. Die evangelischen Elemente waren hier stets in der Minderheit und wurden kirchlich als Reisepredigt-Gebiet von Marcelino Ramos und Piratuba aus bedient. Am damaligen Stadtplatz Bom Retiro wurde die erste evangelische Kirchengemeinde im Jahre 1927 gegruendet, sie trug die Bezeichnung "Comunidade Evangélica Alemã de Bom Retiro", ihre Satzungen wurden am 26. Juli 1927 notariell registriert. Die Koloniedirektion H. Hacker schenkte der neuen Gemeinde 10.000 qm. Kirchenland und 5.000 qm. Friedhofsland. Von 1928 bis 1939 gehoerte Bom Retiro zum Pfarrbezirk Perdizes (jetzt Videira), die Gottesdienste wurden in der Gemeindeschule, die auf dem Kirchenland stand, abgehalten. Die Siedler von Veadas und Leãozinho gehoerten anfangs zur Gemeinde Bom Retiro, spaeter wurden auch an diesen Plaetzen eigene Gemeinden gegruendet. Am 16. Februar 1938 wurde die damals fast eingeschlafene Gemeinde Bom Retiro neu gegruendet und reorganisiert von den damals noch am Platz ansaessigen evangelischen Bewohnern, dazu gehoerten die Familien: Wasserberg, Bomm, Finger, Lichtnow, Schlemmer, Horbach, Riepe, Winter, Wundracks, Schuhmacher, Stoetterau, Jung, Naujorks, Wachholz, Otto, Klumb, Weber, Wulf und Horlebach. Die Gemeinde Bom Retiro schloss sich dem Pfarrbezirk Videira an und wurde bis 1939 vom dortigen Pfarrer Theo Rogowski bedient, der kurz vor Ausbruch des zweiten Weltkrieges im Jahre 1939 nach Deutschland zurueckkehrte.

Am 9. April 1938 versammelten sich die Vorsteher der Gemeinden Bom Retiro, Veadas und Leãozinho im Gemeindehaus zwecks Beratung ueber den Bau eines Pfarrhauses in Bom Retiro, der notwendig wurde wegen der bevorstehenden Abreise Pastor Rogowski aus Videira und wegen der geplanten Schaffung des Pfarrbezirks Bom Retiro. Dieser neue Pfarrbezirk sollte kuenftig die nachstehenden Gemeinden umfassen:

Bom Retiro	mit	14	Mitgliedern
Leãozinho	"	50	"-
Veadas	"	35	"-
Duas Casas	"	20	"-
Dona Alice	"	15	"-
Bom Princípio	"	14	"-

Der Kostenvoranschlag fuer das neue Pfarrhaus betrug 6.000 Milreis, fuer die Bauhandwerker wurde ein Tagelohn von 8 Milreis festgelegt. Der Jahresbeitrag der Mitglieder betrug seinerzeit 24 Milreis. Gegen Ende 1939 wurde Diakon Alfred Hoffmann von der Riograndenser Synode als Pfarrer nach Bom Retiro entsandt, der die Bedienung des neuen Pfarrbezirkes einschliesslich Videira uebernahm.

Im Februar 1940 wurde der Bau einer Kapelle am Pfarrsitz Bom Retiro in Angriff genommen, das alte Schulhaus abgerissen, brauchbares Material mit verwendet. Am 3. November konnte die Kapelle eingeweiht werden, die gesamten Baukosten betragen 5.500 Milreis.

Während der Dauer des Krieges wurde die Bedienung der einzelnen Gemeinden durch Pastor Hoffmann von Jahr zu Jahr schwieriger, Verbot der deutschen Sprache und der dadurch bedingte langsame Zerfall der Gemeinden mit ausnahmslos deutscher Muttersprache und die ungenügende Kenntnis der Landessprache des Pfarrers machten eine wirkungsvolle Bedienung und Arbeit in den Gemeinden fast unmöglich. Bereits im November 1941 wurde der erste Bezirksvorsteher, Jukius Wasserberg, gewählt, aber zu einer geordneten Zusammenarbeit kam es bis zum Ende des Krieges nicht.

Zum Ausgang des Krieges im Jahre 1945 setzte sich der Pfarrbezirk Bom Retiro aus folgenden Gemeinden zusammen:

Bom Retiro mit	14	Mitgliedern
Veadas "	36	"
Leãozinho "	43	"
Dona Alice "	15	"
Bom Princípio	14	"
Videira "	37	"
Duas Casas "	11	"
Gramado dos Santos	5	"
Bom Sucesso "	6	"
Água Doce "	10	"
Joaçaba "	4	"

Im Laufe der folgenden Jahre bis 1947 wurden die Gemeinden Videira, Bom Princípio und Bom Sucesso an den Pfarrbezirk Rio das Antas angeschlossen, und die Gemeinden Duas Casas, Água Doce und Joaçaba lösten sich auf, ihre Mitglieder waren zum größten Teil abgewandert, die restlichen schlossen sich der Gemeinde Bom Retiro an.

Im Jahre 1948 wurde der Pfarrbezirk Bom Retiro, nunmehr in "LUZERNA" umbenannt, neu organisiert, die geordnete Besoldung des Pfarrers Hoffmann geregelt, für die geordnete Bedienung der Filialgemeinden wurde ein Reitpferd angeschafft. Der Monatsgehalt des Pfarrers betrug seinerzeit Cr\$ 500,00 zuzüglich der Stolgegehälter für Amtshandlungen. Als neue Filialgemeinde war inzwischen die Gemeinde Mararí mit 18 Mitgliedern dazugekommen. In der Bezirksversammlung am 26. Mai 1949 wurde ein erweiterter Bezirksvorstand gewählt, neben dem bisherigen Bezirksvorsteher Julius Wasserberg kamen als Schriftführer Edvino Grahl und als Kassierer Arno Spier hinzu. Gegen Ende 1949 erkrankte Pastor Hoffmann an Krebs und musste den Dienst einstellen, er verstarb im Hause seines Sohnes in Iraní und wurde 1950 auf dem evangelischen Friedhof in Luzerna beerdigt. Von Januar 1950 bis April des gleichen Jahres wurden der Bezirk von Pfarrer Arno Wrasse vertretungsweise bedient, im April 1950 übernahm Pastor Albin Trein den Pfarrbezirk Luzerna. Der Monatsgehalt des Pfarrers betrug im gleichen Jahre Cr\$ 1.500,00, der Jahresbeitrag der Mitglieder Cr\$ 85,00 - Ein neues Reitpferd wurde beschafft und für diesen Zweck eine Sonderumlage pro Mitglied von Cr\$ 10,00 erhoben.

Nach zehnjähriger Tätigkeit als Bezirksvorsteher legte Julius Wasserberg 1952 sein Amt nieder, als neuer Bezirksvorstand wurden gewählt Edwin Cassel als Vorsteher, Pastor A. Trein als Schriftführer und Arno Spier als Kassierer.

Die Mitgliedersahl des Pfarrbezirks war inzwischen auf 252 zahlende Mitglieder gestiegen und setzte sich wie folgt zusammen

Luzerna	46	Mitglieder
Leãozinho	65	"
Veadas	50	"
Tangará	8	"
Gramadões		"
Santos	12	"
Marari	30	"
Dona Alice	22	"
Linha Olinda	14	"
P de Telhas	5	"

Pastor Albin Trein, der sich in Luzerna am 10 Oktober 1951 mit Christine Luise Spieweck verheiratet hatte, uebernahm Mitte des Jahres 1953 die Pfarrstelle der Gemeinde São Pedro do Sul im Staate Rio Grande do Sul, sein Nachfolger in Luzerna wurde Pastor Erich Alt, der erst kurz zuvor aus Deutschland gekommen war Dieser verliess Luzerna im Juli 1955, sein Nachfolger war wieder ein junger Pastor aus Deutschland, P Herbert Wille Im Jahre 1955 war der Jahresbeitrag pro Mitglied Cr\$ 250,00 das Monatsgehalt des Pfarrers betrug Cr\$ 4 500,00 Als Bezirksvorstand fuer 1956 wurden gewaehlt

Versteher Richard Marmein
Schriftfuehrer Artur Nehring
Kassierer Arno Spier

Als Transportmittel fuer den Pfarrer wurde ein gebrauchtes Ford-Auto Typ 1929 zum Preise von Cr\$ 60 000,00 angeschafft, dieser Betrag wurde durch Sammlungen im Bezirk aufgebracht Fuer das Jahr 1957 wurde der Mitgliederbeitrag pro Jahr auf Cr\$300,00 und das Pfarrergehalt auf monatlich Cr\$.5 000,00 erhoehrt

Inzwischen war die finanzielle Lage des Pfarrbezirks derart katastrophal geworden, dass das Jahr 1957 mit einem Fehlbetrag von rund Cr\$ 60 000,00 abgeschlossen werden musste Hervorgerufen waren diese Misstaende vor allem durch die staendig steigenden Reparaturkosten des Fordautos, das vom Pastor Wille mehr fuer Privatfahrten als fuer den Dienst benuetzt wurde, dazu kamen staendig zunehmende Beschwerden der Gemeinden gegen die unzuLaengliche Dienstauesbung des Pfarrers Zunaechst war es erforderlich, die Finanzen in Ordnung zu bringen und den Versuch zu machen, die Beschwerden der Gemeinden gegen den Pfarrer zu untersuchen und die Misstaende abzustellen In der Bezirksversammlung zu Beginn des Jahres 1958 wurde ein neuer Vorstand gewaehlt, der sich aus

Artur Nehring als Praesident,
Ernst Paters als Schriftfuehrer, und
Hans Spieweck als Kassierer

zusammensetzte Da sich Pastor Wille con dem Fordauto nicht trennen wollte, kaufte er dieses fuer Cr\$ 50 000,00 vom Pfarrbezirk und bezog als Reisekosten monatlich den festen Betrag von Cr\$ 3 500,00 Bereits in der darauffolgenden Jahresversammlung am 1 Februar 1959 zeigten sich die Erfolge der eingefuehrten Sparmassnahmen und der nunmehr geordneten Kassenfuehrung und Kontrolle, denn der Kassenbericht fuer das Rechnungsjahr 1958 konnte mit einem Kassenbestand von Cr\$ 34 652,00 abgeschlossen werden Die Differenzen zwischen Pfarrer und Gemeinden, allerdings konnten nicht beigelegt werden, hatten vielmehr zugenommen, dazu kamen ungerechtfertigte Angriffe des Pfarrers und seiner Frau gegen Vorstandsmitglieder des Pfarrbezirks und die Lage

war unhaltbar geworden. In der gleichen Jahresversammlung am 1.2.59 kündigte Pastor Wille sein Amt und verliess im März des gleichen Jahres Luzerna. Der in der gleichen Versammlung neugewählte Vorstand setzte sich zusammen aus:

Rudolf Kleine als Praesident
Artur Nehring als Schriftfuehrer
Hans Spieweck als Kassierer.

Derselbe Vorstand ist seit jener Zeit noch heute im Amt, er wurde in allen darauffolgenden Versammlungen wiedergewählt. Für den Bezirk folgte eine schwere Zeit, bis Oktober 1960 blieb die Pfarrstelle unbesetzt und die Gemeinden wurden einmal monatlich vom Pfarrer in Rio das Antas, Pastor Stephan Hartnagel, bedient. Nach langen Kämpfen und mehrfachen persönlichen Vorstellungen des Bezirksvorstandes bei der Synodalleitung in São Leopoldo willigte die Synode endlich darin ein, dass der inzwischen vom Bezirk gewählte Pfarrer, Pastor Albin Trein, wieder nach Luzerna versetzt wurde. Pastor A. Trein trat sein Amt im Oktober 1960 an und dient noch heute dem Pfarrbezirk zur Zufriedenheit aller Gemeinden und Glieder. Um die Bedienung der Filialgemeinden zu erleichtern, wurde beim Amtsantritt ein Jeep Willys Typ 1954 gekauft zum Preise von Cr\$.380.000,00, wozu die Synode aus dem Rotationsfonds ein Darlehn von Cr\$.200.000,00 zur Verfügung stellte, das in 5 gleichen Jahresraten von je Cr\$.40.000,00 zuzüglich 5% Zinsen zurückerzahlt wird.

Bereits bei der Wiederanstellung des Pfarrers machte die Riograndenser Synode zur Bedingung, dass der Pfarrsitz baldmöglichst von Luzerna in die Stadt Joaçaba verlegt werde und noch zu Ende des Jahres 1960 wurde von den in Joaçaba wohnenden Gemeindegliedern die Evangelische Kirchengemeinde Joaçaba gegründet. Gleichzeitig wurde der Bau einer Kirche in Joaçaba beschlossen, zu der nun am 4. November 1962 der Grundstein gelegt werden soll. So sind auch die Tage des Pfarrbezirks "LUZERNA" gezählt und so GOTT will und die Verhältnisse es gestatten, wird in absehbarer Zeit der Pfarrsitz und damit der Pfarrbezirk "J O A Ç A B A" heissen.

Gegenwärtig gehört der Pfarrbezirk zum Kreis Erechim der Riograndenser Synode, die ihrerseits zum Bund der Synoden in Brasilien gehört, und gehören dem Pfarrbezirk folgende Gemeinden an:

Joaçaba	mit	45	Mitgliedern
Luzerna	"	28	"
Leãozinho	"	48	"
Veadas	"	47	"
Linha Olinda	"	21	"
Lageado Grande	"	28	"
Tangará	"	14	"
Gramado dos Santos	"	9	"
Mararí	"	35	"
Paiol de Telhas	"	5	"

insgesamt 10 Gemeinden mit 280 Mitgliedern.

Der Jahresbeitrag der Mitglieder im Pfarrbezirk für 1962 beträgt Cr\$.1.800,00 der Pfarrer bezieht in diesem Jahre ein Monatsgehalt von Cr\$.33.600,00.

Der vorliegende kurze Bericht wurde zusammengestellt aus vorhandenen Protokollen und Aufzeichnungen und soll mit anderen Zeitdokumenten bei der Grundsteinlegung der Evangelischen Kirche in Joaçaba am 4. November 1962 eingemauert werden.

Luzerna am 26. Oktober 1962.

Hans Spieweck
(Hans Spieweck)

**ANEXO 2 - QUESTIONÁRIO SOBRE A ESCOLA ALEMÃ NO BRASIL:
DO INSTITUTO MARTIUS-STADEN - SÃO PAULO -
ESCOLA CATÓLICA DE BOM RETIRO (1930)**

Fragebogen über das deutsche Schulwesen in Brasilien.

Ausgegeben von
P. Georg Schmeling, Glancia Welba (via Novo Hamburgo) — P. Th. Amilad S. J., S. Leopoldo (Seminario) — Holtermund & Co., S. Leopoldo.

In einem dieser drei Abtheile sind die Fragebogen baldmöglichst ausgefüllt einzuliefern.

H. B.

Diesen Raum nicht befahren!

1890.

Datum: 10. Februar

Jeder Fragebogen gilt nur für eine Schule!

<p>Woher die Schule: <u>Dom Petrus Am 577</u></p> <p>Lehrer der Schule: <u>Dom Petrus</u></p> <p>Lehrer (ungefähr) wann? <u>1924</u></p> <p>Lehrer der Schule: <u>Mathias</u></p> <p>Schulhaus vorhanden? <u>vielerlei Klassenräume & Räume</u></p> <p>Wenn nicht, wo wird Unterricht erteilt? <u>...</u></p> <p>Lehrerliche Dauer des Schulbesuches: <u>3-4 Jahre</u></p> <p>Zahl der Klassen: <u>4</u></p> <p>Schulplan vorhanden? <u>ja</u></p> <p>Wenn nicht, wird er erwünscht? <u>nein, da vom Staat</u></p> <p>Welche ist die Unterrichtsprache? <u>Portug. u. Deutsch</u></p> <p>Woher die Schule, ob Seminar, Collegio</p> <p>Welche Verwaltungsträger der Schule? <u>Kolonieschule</u></p> <p>Ob Kirchengemeinde, Schulverein</p> <p>Wer übernimmt das Lehren?</p>	<p>Welches Schulgeld wird pro Kind <u>5000 f. jedes</u> und Monat bezahlt? <u>kein</u></p> <p>Ist Internat mit der Schule verbunden? <u>kein</u></p> <p>Welche Pensionäre? <u>Knaben</u> Mädchen</p> <p>Höhe der Subvention mit Schulgeld: <u>—</u> ohne Schulgeld: <u>—</u></p> <p>Wird die Schule unterstützt und in welcher Höhe jährlich? vom Bund <u>keine</u></p> <p>vom Staat <u>kein</u></p> <p>vom Municip <u>kein</u></p> <p>von anderer Stelle <u>kein</u></p> <p>Anzahl der Schüler: <u>22 Knaben, 13 Mädchen</u></p> <p>Welche Schüler sind nichtbezahlter? <u>keine</u></p> <p>Weshalb eine Vertretung? <u>ja</u></p> <p>Wenn ja welche? <u>Vom 15. Februar bis 15. Januar</u></p> <p>Ist Schulleiter registriert? <u>kein</u></p> <p>Ist Schulbücher vorhanden? <u>kein</u> Welche Bücher? <u>—</u></p> <p>Ist Lehrbücher vorhanden? <u>kein</u> Welche Bücher? <u>—</u></p> <p>Welche Schulbücher sind eingeführt? <u>—</u></p> <p>in Religion <u>Evangel. Katech. u. Hist. geograph.</u></p> <p>in Deutsch <u>Sinn, Grammatik u. Simen Schulbuch</u></p>	<p>in Portugiesisch <u>keine</u> in Englisch <u>keine</u></p> <p>in Spanisch <u>keine</u> in Französisch <u>keine</u></p> <p>in Geographie <u>keine</u> in Geschichte <u>keine</u></p> <p>in Religion <u>keine</u> in Naturgeschichte <u>keine</u></p> <p>in Sitten <u>keine</u> in Kunst <u>keine</u></p> <p>in andern Fächern <u>keine</u></p> <p>Welche Lehrmittel sind vorhanden? <u>keine</u></p> <p>Wert des Schulhauses und -Landes: <u>—</u></p> <p>Ist Lehrerwohnung vorhanden? <u>kein</u></p> <p>Höhe des jährlichen Lehrgelbes (Leiter der Schule): <u>—</u></p> <p>in jedem Gehalt <u>—</u></p> <p>in Betrag des Schulgelbes <u>—</u></p> <p>in freier Wohnung <u>—</u></p> <p>in freier Kost <u>—</u></p> <p>in Mieteentschädigung <u>—</u></p>	<p>(für mehrteilige Schulen ferner) Sphärisches Durchschnittsgehalt</p> <p>des hauptamtlichen Lehrers: <u>1500 Milla</u></p> <p>des nebenamtlichen Lehrers: <u>—</u></p> <p>Bemerkungen über besondere Verhältnisse (auch zur Ergänzung vorliegender Fragen zu benutzen): <u>Keine Sperrmittel sind für die Stadt u. Umgebung vorgesehen. Der Unterricht für die portug. sprachigen Kinder ist nur nach dem Bedarf. Die portug. Schulen sind dem Unterricht der Kinder des Reichs. Die portug. Schulen sind dem Unterricht der Kinder des Reichs. Die portug. Schulen sind dem Unterricht der Kinder des Reichs.</u></p>
--	---	---	--

**ANEXO 3 - MATÉRIA NO JORNAL CIDADELA DE JOAÇABA:
INICIATIVA ESCOLAR GERMÂNICA (1979)**

RECORDAÇÕES E

SUGESTÕES

CECI

Resolvi entrevistar o mais antigo Pastor de Joaçaba, Valentim Kuehn. Talvez ele soubesse. Numa conversa calma e agradável, acompanhada por ótimo chimarrão, em casa de sua filha Edith, pedi licença a ele e fui vasculhando sua vida. Sempre tive em conta que ele fosse alemão nato, mas, com surpresa, descobri que é russo, nascido em Wolien, donde partiu com os pais para o Mar Báltico e de lá para a cidade de Schleswig Holstein, na Alemanha, onde estudou. Em outubro de 1912, transferiu-se para Porto Alegre, onde continuou a estudar. Em 1919 entrou para a escola de Teologia-Seminário Concórdia - onde, em 1925, formou-se Pastor de Confissão Luterana. Foi enviado a Herval d'Oeste como missionário, porém mudou-se para Joaçaba onde fundou uma das primeiras escolas que funcionou em terreno doado por Jacob Petry, um dos antigos colonizadores. Fundou também a Igreja Santíssima Trindade. Ficou assim a escola situada ao lado da antiga Capela Católica de Santa Teresinha, onde hoje funciona o Hospital do mesmo nome.

Seus alunos foram, entre outros: Fritz Lucht, Fritz e Willy Meier (já falecidos) Heine Harthmann, Clóvis Pereira, Erwin Lucht, um Tortato, um filho do fiscal da estrada; durante dois anos lecionou alemão e português; foi, então, criada outra escola.

Logo que aqui chegou, conheceu a jovem dos seus sonhos e com ela se casou, Srta Elza Specht. Tiveram três filhos: Siegrid, Geraldo e Edith. Fundou também a escola de linha do Salto para onde abriu a estrada à custa de dinheiro coletado, boa vontade dos colonos e seu enorme

esforço e colaboração. Durante os anos que lecionou nesta escola, recebeu salário durante um ano da Prefeitura. Passou a mesma ao Sr. Oscar Lang. Dona Elza Kuehn foi quem deu início à sociedade das Senhoras luteranas e ao Jardim de Infância Santíssima Trindade, funcionando então em terreno doado pelo Sr. Ludwig Specht, onde construíram, de madeira, a igreja, depois de venderem a primeira para a comunidade católica. Com a morte prematura da esposa em 1935, contraiu núpcias com Dona Paula Spiekermann, enfermeira da Cruz Vermelha na Alemanha. Destas núpcias, tiveram mais uma filha: Ruth. Exerceu suas funções pastorais até 1942, quando, num ato injusto, foi preso, acusado de ser "quinta coluna", e, durante quinze meses, esteve nas cadeias de Joaçaba, Joinville e em prisão condicional em Curitiba, onde também estiveram os pastores Lechner e Balbach. Infelizmente nossas autoridades não souberam distinguir entre Rússia, nossa aliada, e Alemanha, pelo que esse homem, que tanto lutou para trazer cultura aos nossos jovens, pagou pela ignorância deles. Muito tempo a Igreja teve a assistência de estudantes e pastores de fora; depois foi designado o pastor Edgar, e mais tarde o pastor Erwin Rieger, hoje aposentado, e dirigindo o Coral Universitário e lecionando música. Atualmente o Pastor Bredow dirige a Igreja.

Devemos também ao Pastor Kuehn a Rua Felipe Schmith, aberta inteiramente às suas custas.

Minha sugestão: lembremos sempre com respeito este pioneiro do ensino em nossa cidade, demonstrando a ele nossa gratidão.

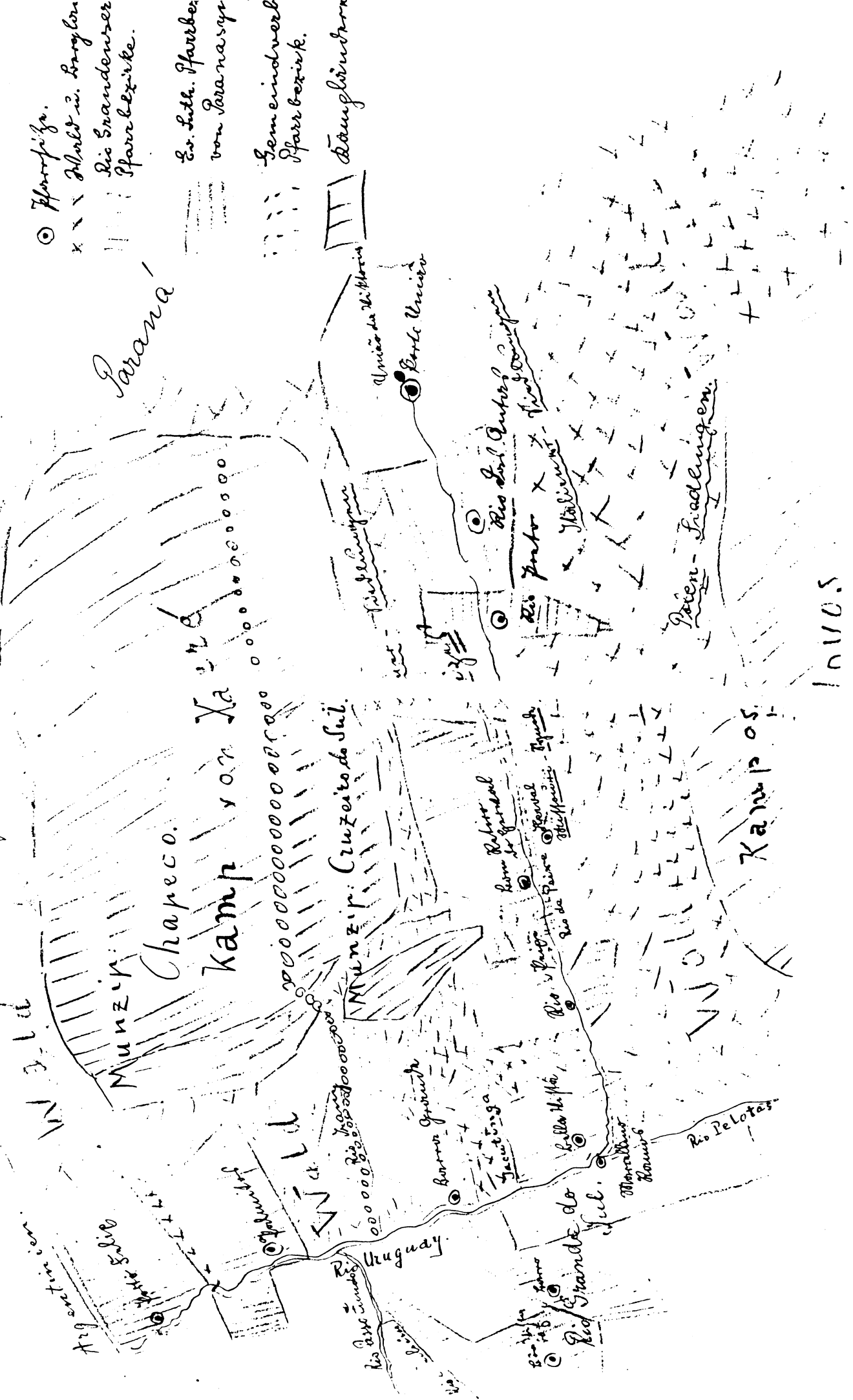
**ANEXO 4 - ESBOÇO DE MAPA: ABRANGÊNCIA E DIVISÃO ECLESIAÍSTICA
DO SÍNODO RIOGRANDENSE NA REGIÃO OESTE DO ESTADO DE SANTA
CATARINA (VALE DO RIO DO PEIXE)**

Anlage: KARTENSKITZE (KIRCHLICHE EINTEILUNG DES CONTESTADO).

Zu Rio Grandenser Kirche gehörend:

Anlage: KARTENSKITZE (KIRCHLICHE EINTEILUNG DES CONTESTADO).

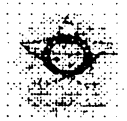
Ev. Luth. Synode von Parana.



11105

**ANEXO 5 - ESTATUTO DA SOCIEDADE ESCOLAR TEUTO-BRASILEIRA
DE LEÃOZINHO NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (1935)**

República Federativa do Brasil



MUNICÍPIO E COMARCA DE JOAÇABA - SC

Ofício do Registro Civil

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS

Dioneia T. Moscibrocki

Oficial

Certidão

Certifico a pedido verbal de parte interessada que revendo neste Ofício os Livros de Registro de Pessoas Jurídicas, no Livro A-01, nele as fls.095 , sob o nº 027 , encontrei e consta o registro de um Estatuto, cujo teor é o Seguinte: Numero de Ordem 027 – Mez Dezembro – Dia 02 Registro dos Estatutos da Sociedade Escolar Tento-Brasileira, Linha Leãozinho, estrada São Bento, Districto de Cruzeiro do Sul, Município de Cruzeiro, Estado de Santa Catharina, que foram apresentados hoje por Rodolpho Grahl, seu presidente, e que se acham protocollados no protocollo numero 1^A, à paginas quinze, sob o numero cento e cincoenta e tres, como abaixo se vê: “ ESTATUTO DA SOCIEDADE ESCOLAR TENTO BRASILEIRA, linha Leãosinho, estrada São Bento” districto de Cruzeiro do Sul, Município de Cruzeiro, Estado de Santa Catarina. Art. 1º - A “ Sociedade Escolar Tento Brasileira, Linha leãozinho, estrada São Bento,” foi fundada no dia 15 de fevereiro de 1934 e tem por fim: a) A aquisição e administração de um terreno para escola: b) A construção e manutenção de uma escola e construção de uma habitação para professor, c) a instrução das crianças de acordo com a lei. Art. 2º - A Diretoria será composta de um presidente, de um vice-presidente, de um secretario, e de um tesoureiro; a) A diretoria será eleita cada ano, numa assemblea geral, sendo permitido a reeleição; b) A diretoria representará a Sociedade perante as autoridades sócios, professores etc. c) A diretoria só poderá proceder de acordo com os estatutos. D) Ao vice-presidente compete substituir o presidente na ausencia deste. Art. 3º No ultimo Domingo de cada ano realizar-se-à uma assembléa geral. a) Nesta assembléa geral o tesoureiro apresentará um balanço do caixa que será examinado por dois socios designados pela assembléa, os quaes não poderão ser me membros da directoria. B) Na mesma assembléa geral será dado ao tesoureiro a respectiva descarga, depois de aprovado o balanço apresentado. Art. 4º- As reuniões serão fixadas pelo presidente e realizar-se-ão depois de um prazo de convocação de oito dias. a)A convocação será feita por meio de cartas. b) As reuniões extraordinarias serão fixadas pela Diretoria quando esta julgar necessárias, ou quando for convocada pela metade dos sócios; c) As assembléas só poderão deliberar com a presença de metadados socios registrados; d) No caso de não se achar presente o numero dos socios exigidos pelo paragrafo anterior, será convocada uma nova assembléa para dentro do prazo de oito dias, deliberar, podendo para isso ser qualquer o numero de socios. Art. 5º- ao secretario compete, fazer toda a correspondencia, a escriptura e os protocolos. Art. 6º -Todos os socios são, digo, todos os habitantes deste lugar, de origem allemã, poderão ser socios , desde que pagnem a joia de Rs 25\$000. Art. 7º-Todos os sócios são obrigados a obedecer os estatutos, a trabalhar pelo progresso da Sociedade e enviar seus filhos legitimos ou adotadosa escola com regularidade, desque que tenham a idade exigida pela lei, e a pagar as mensalidades estatuidas embora que as crianças por doença ou qualquer motivo deixem de frequentar a escola. Art. 8º- Os sócios são responsaveis por todas as dividas da Sociedade. A) O honorario do

83.604
OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL
JURÍDICAS
1ª ANDAR
JOAÇABA - SC
59600

83.604.553/0004-00
DIONEIA THEREZINHA MOSCIBROCKI
OFFICIAL REGISTRADORA

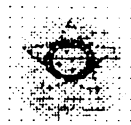
professor pode ser confiscado judicialmente. Quando o sócio, depois de ser intimado tres vezes, deixar de cumprir com os seus deveres correndo por conta do socio a despesa da confiscação. Art. 9º - Os moradores deste lugar , que não forem socios, pagarão o honoraio fixado aumentado de uma taxa, para conservação dos edificios. Art. 10º - Quando uma despesa for feita para interesse da Sociedade até 50\$000 poderá ser determinada pelo presidente. No caso em que ella seja maior, deverá antes de ser efetuada aprovada pela assembléa. Art.11º - A sociedade escolherá um professor e fixar-lhe-á o seu honorário. O professor será obrigado a ensinar na lingua portugueza e allemã. Art. 12º - O professor e a Sociedade terão um prazo mutuo de revogação de tres meses. Art. 13º- As reclamações serão dirigidas ao presidente, que logo convocará uma reunião na qual terá de comparecer o cusador. Caso que não cheguem a um acordo, será eleita uma comissão, que decidirá da reclamação, e que será presidida pelo presidente. Art. 14º- Os sócios serão excluidos: a) Quando trabalharem contra os interesses da sociedade; b) Quando infringirem os estatutos e não obedecerem as resoluções que forem tomadas nas assembleas. Art. 15º- Quando um socios demitir-se ou for excluido perderá todos os direitos que tinha como sócio. Art. 16º- Estes estatutos deverão ser reconhecidos por todos os sócios, por meio de assinatura própria. Art. 17º- A contribuição annual dos sócios será de 6\$000 (seis mil reis). Art. 18º - A reforma destes estatutos só poderá ser feita numa assemblea geral, em que estiverem presentes dois terços dos sócios registrados. Decidirá a aprovação a maioria de votos. No caso de empate decidirá a sorte. As alterações dos presentes estatutos serão inscritos no protocolo. Art. 19º- A Sociedade só poderá ser dissolvida quando todos os sócios votarem para sua dissolução. Depois de resolvida a dissolução da sociedade todos os bens (edificios, terras, etc.) serão vendidos pela diretoria e o produto depois de deduzidos as despesas será repartido igualmente entre os sócios registrados. Art.20º -Os presentes estatutos entrarão em vigor depois de competentemente registrados. 24 de Agosto de 1935. O Presidente: Rodolpho Grahl. Plinio Brandl. Edvin Grahl. Otto Hericks. Emilio Klaus. Gustavo Pressel. Franz Hackbart. Bernardo Katschor. Augusto Bartz. Jacob Heckler. Nicolau von Haandel. Albino Alviso Kuzler. Albino Hekler, Emilio Bartz. André Lokstein. João von Haandel. Augusto Becker. Reconheço como verdadeiras as firmas supras dos senhores Rodolpho Grahl, Plinio Brandt, Edvido Grahl, Otto Hericks, Emilio Klamm, Gustavo Pressel, Franz Hackbart, Bernardo Katschor, Augusto Bartz, Jacob Hackbart, digo, Heckler, Nocolau von Haandel, Albino Alviso Kruzler, Albino Hekler, Emilio Bartz, André Lockstein, João von Haadel e Augusto Becker, do que dou fé. Cruzeior do Sul, 5 de Outubro de 1.935. Em Testeº Signal público da verdade. José Waldomiro Silva. Tabelaio. 5/10/1935 = 5/10/1935. (Sobre um sello estadual de um mil reis e um dito de educação e saude). Rs 18\$900. Em abaixo dos mencionados sellos estava um carimbo com os dizeres: José Waldomiro Silva. Tabelaio. Cruzeiro- S. Catarina." Era o que se continha nos referidos estatutos que bem e fielmente para aqui transcrevi em registro do próprio original ao qual me reporto e dou fé. Eu, (as) Plauto José de Andrade Oficial do Registro de Títulos e Documentos, o escrevi, conferi, subscrevi, dato e assigno. Em tempo: fiz e resalvo as razuras retro e supra que dizem: " o professor", "5" e " Outubro". 27/12/1937. 27/12/1935. Cruzeiro do Sul, 27 de Dezembro de 1935. (as) Plauto José de Andrade. Oficial do Registro. A data de assinatura estão sobre dois selos. Era o quanto continha em o mencionado livro de numero e folhas no inicio mencionado, do qual extraí a presente certidão. Eu, Dioneia Therezinha Moscibrocki, Oficial Registradora, que a datilografei, conferi, dou fé e assino.

Joaçaba, 23 de Abril (04) de 2.001.

83.604.553/0004-00
DIONEIA THEREZINHA MOSCIBROCKI
OFFICIAL REGISTRADORA
SECRETARIA DE TITULOS E DOCUMENTOS
DE NOVEMBRO, 393
AR - CX. POSTAL 363
TELEFONE: (049) 522-4046
Nº AAD304083 - JOAÇABA - SC

**ANEXO 6 - ESTATUTO DA SOCIEDADE ESCOLAR TEUTO-BRASILEIRA
DE VEADAS NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (1932)**

República Federativa do Brasil



MUNICÍPIO E COMARCA DE JOAÇABA - SC

Ofício do Registro Civil

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS

Dioneia T. Moscibrocki

Oficial

Certidão

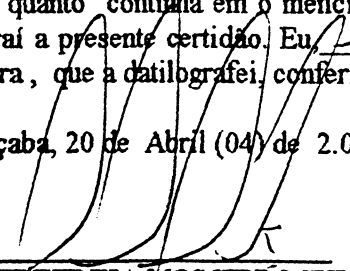
Certifico a pedido verbal de parte interessada que revendo neste Ofício os Livros de Registro de Pessoas Jurídicas, no Livro A-01, nele as fls.010 , sob o nº 007 , encontrei e consta o registro de um Estatuto, cujo teor é o seguinte: Numero de Ordem 007 – Mez Agosto – Dia 23 Registro de um Estatuto ‘ SOCIEDADE ESCOLAR TENTO- BRASILEIRA DAS VEADAS’, como abaixo se declara: “ Estatutos da Sociedade Escolar Tendo-Brasileira das Veadas”, distrito de Cruzeiro do Sul, Município de Cruzeiro, Estado de Santa Catarina. Art. 1º- A “ Sociedade Escolar Tendo Brasileira das Veadas “, foi fundada no dia 3 de janeiro de 1932 e tem por fim: a) a aquisição e administração de um terreno com área de 35.000 metros quadrados, b) A construção e manutenção de uma escola e construção de uma habitação para o professor, c) a instrução das crianças de acordo com a lei. Art. 2º- A diretoria será composta de um presidente, de um vice-Presidente, de um secretario e de um tesoureiro; a) a diretoria será eleita cada ano, numa assembleia geral, sendo permitida a reeleição; b) a diretoria representará a sociedade perante as autoridades, socios, professor, etc; c) a diretoria só poderá proceder de acordo com os estatutos; d) ao vice-presidente compete substituir o presidente, na ausência deste. Art. 3º- No ultimo Domingo de cada ano realizar-se-á uma assembleia geral. a) nesta assembleia geral, o tesoureiro apresentará um balanço do caixa, que será examinado por dois socios designados pela assembleia, os quais não poderão ser membros da diretoria. Na mesma assembleia geral será dado, ao tesoureiro a respectiva descarga, depois de aprovado o balanço aprovado. Art. 4º As reuniões serão fixadas pelo presidente e realizar-se-ão depois de um prazo de convocação de oito dias; a) a convocação será feita por meio de cartas; b) as reuniões extraordinarias serão fixadas pela diretoria , quando esta julgar necessário, ou quando convocada pela metade dos sócios; c) as assembleias só poderão deliberar com a presença da metade dos sócios registrados; d) no caso de não se achar presente o numero de sócios exigidos pelo paragrafo anterior, será convocada uma nova assembleia, para dentro do prazo de oito dias, deliberar, podendo para isto ser qualquer o numero de sócios. Art. 5º- Ao Secretário compete fazer toda a correspondência, a escrita e o protocolo. Art. 6º- Todos os habitantes deste lugar, de origem alemã, poderão ser sócios, desde que paguem a jóia de 50\$000. Art. 7º Todos os sócios são obrigados a obedecer os estatutos, a trabalhar pelo progresso da sociedade, a enviar seus filhos legítimos ou adotados a escola com regularidade, desde que tenham a idade exigida pela lei, e a pagar as mensalidades estatuidas, embora que, as crianças, por doença ou qualquer motivo deixem de frequentar a escola. Art. 8º- os sócios são responsáveis por todas as dividas da Sociedade; a) O honorário do professor . pode ser confiscado judicialmente, quando o sócio, depois de ser intimado tres vezes, deixar de cumprir com os seus deveres, correndo por conta do sócio a despesa da confiscação. Art. 9º- Os moradores deste lugar, que não forem sócios, pagarão o honorário fixado, aumentado de uma taxa, para conservação dos edificios. Art. 10º- Quando uma

83.607
OFÍCIO DO F
JURÍDICAS
XV
FON
3560

83.604.50
OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL
JURISDIÇÃO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
CAMPARÃNE: 59600-0

despesa for feita para interesse da Sociedade, até 50\$000, poderá ser determinada pelo presidente. No caso em que ela seja maior, deverá antes de ser efetuada, aprovada pela assembleia. Art. 11º A Sociedade escolhera um professor, e fixar-lhe-a o seu honorário. O professor será obrigado a ensinar na língua alemã e portuguesa. Art. 12º- O professor e a Sociedade terão um prazo mutuo de revogação de tres meses. Art. 13º- As reclamações serão dirigidas ao presidente, que logo convocará uma reunião, a qual terá de comparecer o acusador. Caso que não cheguem a um acordo, será eleita uma comissão, que decidirá da reclamação e que será presidida pelo presidente. Art. 14º- Os sócio serão excluídos: a) quando trabalharem contra os interesses da sociedade. b) quando infringirem os estatutos e não obedecerem as resoluções, tomadas nas assembleias. Art. 15º- Quando um sócio demitir-se ou for excluído, perderá todos os direitos que tinha como sócio. Art. 16º- Estes estatutos deverão ser reconhecidos por todos os sócios, por meio da assinatura própria, digo resoluções que forem tomadas nas Assembleias. Art. 15º- Quando um sócio demitir-se ou for excluído perderá todos os direitos que tinha como sócio. Art. 16º- Estes estatutos deverão ser reconhecidos por todos os socios, por meio da assinatura própria. Art. 17º A contribuição anual dos sócios será de 6\$000 (seis mil reis). Art. 18º- A reforma destes Estatutos, só poderá ser feita numa assemblea geral, em que estiverem presentes dois terços dos sócios registrados. Decidirá a aprovação a maioria de votos. No caso de empate, decidirá a sorte. As alterações dos presentes estatutos serão inscritas no protocolo. A Sociedade só poderá ser dissolvida, quando todos os socios votarem para a sua dissolução. Depois de resolvida a dissolução da sociedade, todos os bens (edificios, terras, etc) serão vendidos pela Diretoria e o produto depois de deduzidas as despesas será repartido igualmente entre os sócios registrados. Art. 20º- Os presentes estatutos entrarão em vigor depois de competentemente registradas, digo, protocolo. Art. 19º- A sociedade só poderá ser dissolvida, quando todos os socios votarem para a sua dissolução. Depois de resolvida a dissolução da sociedade, todos os bens (edificios, terras, etc) serão vendidos pela diretoria, e o produto depois de deduzidas as despesas será repartido igualmente entre os socios registrados. Art. 20º- Os presentes estatutos entrarão em vigor depois de competentemente registrados. Veadas, 21 de agosto de 1932. O Presidente (ass) Pedro Hoffelten. Reconheço verdadeira a firma supra do Sr. Pedro Hoffelten, de que dou fé. (Estavam colados no original duas estampilhas estaduais de quinhentos reis cada uma num valor total de um mil, devidamente inutilizadas, e sobre elas estava escrito). Em testº (sinal público) da verdade. Cruzeiro do Sul, 23 de agosto de 1932, José Waldomiro Silva Tabelião. (Mais abaixo tinha um carimbo oval no qual se lia). José Waldomiro Silva, Tabelião. Cruzeiro. S. Catarina (ao lado estava escrito). \$ e \$ 2\$000. Silva " Nada mais constava em o dito documentos, que, para aqui bem e fielmente transcrevi em registro do proprio original ao qual me reporto e dou fé. Eu Lauro Fortes Bustamante. Oficial interino do Registro de Titulos e Documentos, a escreví, conferí, subscreví, dato e assino. Cruzeiro do Sul, 23 de agosto de 1.932.. (as) Lauro Fortes Bustamantes. Oficial Interino do Registro de Titulos e Documentos. Local, data e assinaturas estão sobre um selo do Tesouro Nacional. Era o quanto continha em o mencionado registro, de número e folhas no inicio mencionados, do qual extraí a presente certidão. Eu, Dioneia Therezinha Moscibrocki, Oficial Registradora, que a datilografei, conferi, dou fé e assino.

Joaçaba, 20 de Abril (04) de 2.001.


DIONEIA THEREZINHA MOSCIBROCKI
Oficial Registradora

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
604.553/0001-80
OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL, PESSOAS FÍSICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS
RUA XV DE NOVEMBRO, 893
CAMPARÃ - CX. POSTAL 363
TELEFONE: (049) 522-4046
89600-000 - JOAÇABA - SC

**ANEXO 7 - ESTATUTO DA COMUNIDADE EVANGÉLICA DE
VEADO NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (1945)**

República Federativa do Brasil



MUNICÍPIO E COMARCA DE JOAÇABA - SC

Ofício do Registro Civil

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS

Dioneia T. Moscibrocki

Oficial

Certidão

Certifico a pedido verbal de parte interessada que revendo neste Ofício os Livros de Registro de Pessoas Jurídicas, no Livro A-01, nele as fls.233 , sob o nº 71 , encontrei e consta o registro de uma Lei Organica, cujo teor é o seguinte: Numero de Ordem 071 – Mez Maio – Dia 23 Registro de uma Lei Organica da Comunidade Evangelica Brasileira de Veado, do Município de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, que me foi apresentado hoje para o registro e que foi protocolado no livro A nº 1 fls. 98 sob o numero 782 de cujo teor é o seguinte: LEI ORGANICA DA COMUNIDADE EVANGELICA DE VEADO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, artº 1º- Fundouse a comunidade Evangelica Brasileira de Veado, com sede no lugar denominado Veado, situado no primeiro distrito do Municipio de Joaçaba, Estado de Santa Catarina. para o fim e baseado na escritura sagrada e nos Simbolos da Reforma, para cuidar e cultivar a vida Christã, mantendo na altura a Igreja Evangelica cuidando-se nela, da instrução, educação moral e intelectual dos meninos de seus associados. A Comunidade Evangelica é ligado ao simbolo Riogradense. Art. 2º- A comunidade, será administrada pela Assembleia de seus socios e uma diretoria. A diretoria consta do parcho e de cinco (5) diretores eleitos pela Assembleia Geral, os quais elegerão entre si o Presidente. Art. 3º- A Comunidade se representa ativa e passiva, judicial ou extra-judicialmente, pelo seu presidente ou procurador. Art. 4º- Os membros da comunidade respondem pessoalmente e com partes iguais pelas obrigações contraídas pela diretoria. A ordem da Assembleia Geral. Art. 5º- Poderá ser membro da Comunidade Evangelica de Veado, todos os moradores desta localidade e circunvisinhos, que tenha bons comportamento e que reconheça e cumpra fielmente esta Lei organica, que cumpra o regulamento interno e se obrigam a pagar as obrigações ordinarias extraordinarias estipuladas pela Assembleia Geral . Art. 6º- O parcho será eleito ou demitido pela Assembleia Geral e, em acordo com o Sinodo Rio Grandense. Art. 7º- Poder-se-á reformar esta Lei Organica, ou deliberar a dissolução da Comunidade, somente com ¾ de votos de todos os membros reunidos em Assembleia Geral, em acordo com o Sinodo Rio Grandense. Art. 8º- Caso si der na Comunidade uma seisão e uma parte de seus membros se retirar, os bens pertencentes a esta Comunidade ficarão pertencendo aos demais que ficarem fiel ao Sinodo Rio Grandense. Art. 9º- Caso se dissolva a Comunidade o seu patrimonio será administrado pelo Sinodo Riogradense, pelo prazo de um ano., e se caso nesse periodo não se funda uma nova Comunidade, com os mesmos fins, reverterá esse patrimonio a qualquer outra Comunidade ou associação necessitada, a qual porem, deverá estar ligadas ao Sinodo Rio Grandense. Art 10- Em Assembleia Geral Ordinaria ou Extraordinariamente convocada ou que for por ela deliberada ficarão a disposição especial, os direitos e deveres da diretoria, do parcho e de seus membros. Art. 11º- Revogam-se as disposições em contrario. Veado, Município de Joaçaba, dois de Maio de mil novecentos e quarenta e cinco. (

OFICIO
REGISTRO CIVIL
JOAÇABA - SC
12/05/2011

83.90
OFÍCIO DO
JURIDICO
11/04/01
11/04/01
11/04/01
11/04/01

assinado) Guilherme Ludwig, Leopoldo Debus, Valter Pulke, Nicolau Vurck, Vilivaldo Debus, Armino Post, Alfredo Hoffmann, Pastor. Eugenio Weise. Todas estas firmas estavam reconhecida pelo Tabelião José Valdomiro Silva e sobre tres cruzeiros de selos Estaduais esta assinado José Valdomiro Silva, Tabelião. Joaçaba 17/5/1945. Era tudo o que se continha em aludido Documentos aqui bem e fielmente transcrito, do proprio original. Eu (as) Salvio Narciso, Oficial do registro Civil. O escrevi, conferi assino e dou fé. Joaçaba, 22 de Maio de 1945. (as) Salvio Narciso. O local, data e assinatura estão sobre quatro selos e neses colocado a data de 22/05/1945. Era o quanto continha em o mencionado em o referido Livro, numero e folhas no inicio mencionado do Qual extrai a presente certidão. Eu, _____, Dioneia Therezinha Moscibrocki, Oficial Registradora, que a datilografei, conferi, dou fé e assino.

Joaçaba, 24 de Abril (04) de 2.001.



DIONEIA THEREZINHA MOSCIBROCKI
Oficial Registradora.

REGISTRARIA-GERAL DA JUSTIÇA
ESTADO DE SANTA CATARINA
5370
1553/0001-80
REGISTRO CIVIL, PESSOAS
S, TITULOS E DOCUMENTOS
DE NOVENBRO, 893
Nº 44030413 ANGEAR - CX. POSTAL 363
FONE: (049) 522-4046
89600-000 - JOAÇABA - SC

**ANEXO 8 - ESTATUTO DA COMUNIDADE EVANGÉLICA ALEMÃ
DE LEÃOZINHO, NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (1941)**

República Federativa do Brasil



MUNICÍPIO E COMARCA DE JOAÇABA - SC

Ofício do Registro Civil

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS

Dioneia T. Moscibrocki

Oficial

Certidão

Certifico a pedido verbal de parte interessada que revendo neste Ofício os Livros de Registro de Pessoas Jurídicas, no Livro A-01, nele as fls.138 , sob o nº 49 , encontrei e consta o registro da Lei Organica, cujo teor é o seguinte: Numero de Ordem 049 – Mez Julho – Dia 1º Registro da Lei Organica da Comunidade evangelica alemã de “ Leãozinho”, neste município, que me foi hoje, apresentada pelo Sr. Edvino Cassel e que se acha protocolada à pagina cincoenta e sete, sob o nº (461) quatrocentos e sessenta e um, do Protocolo, cujo teor é o seguinte: “ 1ª Via. LEI ORGNICA DA COMUNIDADE EVANGELICA ALLEMÃ DE LEÃOZINHO, município Cruzeiro, Estado, Santa Catarina. Artigo 1- Fundou-se a Comunidade evangelica allemã de Leãozinho, município Cruzeiro, Estado Santa Catarina, para o fim de cultivas a vida christã e de cuidar da instrução e educação moral e intelletual dos meninos e das crianças, baseando-se esta na Escriptura Sagrada e nos Symbolos da reforma allemã. A Comunidade pertence ao Synodo Riograndense. Artigo 2- A Comunidade se administrará pela assemblea de seus membros e uma directoria. A directoria consta do paroché, servindo este de presidente e de cinco directores eleitos pella assemblea geral. Artigo 3- A Comunidade se representa ativa e passiva, judicial e extra-judicialmente pelo seu presidente ou seu procurador. Artigo 4—Os membros da Comunidade respondem subsidiariamente pelas obrigações contrahidas pela directoria. A ordem da Assembleia geral. Artigo 5- Poderá ser membro da comunidade toda pessoa de bom comportamento, domiciliada na Colonia Leãosinho, contanto que reconheça esta Lei organica e bem assim o regulamento interno e se obrigue à pagar as contribuições ordinárias e extraordinarias estipuladas pela assemblea geral. Artigo 6- O paroché será eleito ou demitido pela assemblea geral, sendo porem a eleição ou demissão deperente da aprovação pelo Synodo Riograndense. Artigo 7- Pode-se emendar esta Lei organica ou deliberar a dissolução da Comunidade, somente com tres quartos de votos de todos os membros, sendo porem a emenda da Lei organica ou a dissolução da Comunidade depende da aprovação pelo Synodo Riograndense. Artigo 8- Caso se der na Comunidade uma seissão e uma parte de seus membros se separar do Synodo Riograndense, os bens da Comunidade passarão aquella (aquella) parte que fica fiel a direção deste Synodo. Artigo 9- Caso se dissolva a Comunidade e seu patrimonio será administrado pelo Synodo Riograndense até que se constitua no mesmo lugar uma nova Comunidade com iguaes fins. Artigo 10- Achar-se-ão as disposições sobre a assemblea geral os direitos e deveres da directoria, dos membros, do paroché, etc no regulamente interno votado pela assemblea geral. Artigo 11- Reevoagam-se as disposições em contrario. Alfredo Hoffmann. Pastor, Os fundadores.Edvino Cassel , Guilherme Schwanz. Albino Cassel. (todas estas firmas estavam devidamente reconhecidas, pelo tabelião interino, Mario Pereira Gomes, em data de 3 de Março de 1941, sobre 3\$000 de selos estaduaes, inclusive 1\$000 de taxa de saude, devidamente inutilizado). Era tudo quanto se continha em dito documento, a principio

83.8
OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL
MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC

ANEXO 9 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

QUESTÕES PARA EX-ALUNOS TEUTO-BRASILEIROS

1. Nome completo, data e local de nascimento.
2. Nome dos pais. Quando vieram residir no município de Joaçaba.
3. Onde e quanto tempo freqüentou a escola.
4. Quem freqüentava a escola, se estava aberta a comunidade, quem enviava os filhos para a escola no período.
5. Tempo de freqüência escolar.
6. A participação dos pais na escola.
7. Das condições para estudar naquele período, havia incentivo familiar, como.
8. Quem freqüentava a escola na família.
9. Como era a escola (descrição) construção física, localização, e mobiliário.
10. Qual o sistema de avaliação utilizado na escola, material escolar.
11. Como era a disciplina escolar.
12. Das atividades escolares, a ênfase à pátria brasileira, das homenagens cívicas, havia mapas, bandeira.
13. A escola recebia visitas de autoridades, como padres, pastores, inspetores escolares, dentre outros.
14. Em que língua os conteúdos eram trabalhados na escola. Das mudanças do idioma no período em que estudou.
15. A educação religiosa era trabalhada na escola.
16. O valor da escola para a comunidade, para a família.
17. Quem era responsável pelo funcionamento e manutenção da escola. Se a escola passou a ser administrada pela Prefeitura ou pelo Estado, das mudanças.
18. Quem era o professor, material escolar utilizado pelo professor.

19. A participação do professor na igreja, na comunidade. O professor desenvolvia atividades na igreja. Quais.
20. O pertencimento religioso do professor.
21. A característica da comunidade em relação à religião, havia identificação da escola com o pertencimento religioso dos membros da comunidade.
22. O relacionamento entre as famílias, quando na mesma comunidade havia a presença de várias organizações religiosas.
23. Frequentou a escola em sua passagem de comunitária para pública. Como vê a mudança. A escola foi reaberta, substituída, como ocorreu o processo.
24. Se ocorreu a passagem de escola comunitária para pública, como a família teuta, a comunidade sentiu essa mudança.
25. Quanto ao prédio escolar, continuou no mesmo espaço.
26. A entrada do professor público, impressões da comunidade, da família.
27. Alunos teutos, como observa sua inclusão na sala de aula, se percebe alguma forma de discriminação ou exclusão com relação ao tratamento dispensado pelo professor, colegas, enfim pela própria comunidade.
28. Entrosamento professor e aluno quanto ao uso da língua na escola. Quais as dificuldades.
29. Guarda material escolar do período em que estudou. Quais.

QUESTÕES PARA EX-PROFESSORES

1. Nome completo, data e local de nascimento, nome dos pais.
2. Período que veio residir em Joaçaba.
3. Ano de entrada e motivação para ingresso no magistério no período. Tempo de trabalho. O perfil do professor que predominou na comunidade.
4. Quem eram os professores que lecionavam (gênero).
5. Material didático usado, metodologia de ensino.
6. A disciplina na escola.
7. Quem freqüentava a escola, se estava aberta a comunidade, quem enviava os filhos para a escola no período.
8. Critérios exigidos para ser professor no período, valorização do professor pela comunidade. Conheceu algum caso em que o professor foi dispensado do magistério.
9. Da função do professor, na escola, na comunidade.
10. Como era a escola (descrição) construção física, localização, e mobiliário.
11. A participação da família na escola.
12. A participação do poder público na escola.
13. Tempo de freqüência escolar. Quem eram os alunos, o relacionamento entre os mesmos.
14. Quanto ao credo religioso dos alunos, da família, sua relação com a escola.
15. O pertencimento religioso do professor e a comunidade.
16. No período anterior a 1938 havia algum tipo de assistência a escola. De quem partia a iniciativa.
17. Existia planejamento escolar, seguia alguma orientação. O professor fazia parte de alguma associação.
18. A escola trabalhava no período escolar educação religiosa. O que, como, em que momento.

19. Em que língua os conteúdos eram trabalhados na escola. Ocorreu alguma mudança nesse sentido no tempo que freqüentou a escola, ou que lecionou.
20. A escola recebia visita de padres ou pastores ou alguma autoridade durante o ano. Quando.
21. Da remuneração do professor.
22. A escola era registrada em algum órgão ou associação. Para onde eram enviados fichas de chamada, planejamento ou outros documentos da escola.
23. Quais comunidades tiveram a escola fechada na década de trinta. Ocorreu esse fato na comunidade em que lecionava. Como a comunidade reagiu.
24. Quanto ao professor passou a receber orientação diferenciada após este período.
25. Modificou as condições de funcionamento das escola após este período.
26. Guarda algum material (fotos, cadernos...) desse período em que atuou como professor.
27. Se vivenciou a passagem da escola comunitária pública, como vê essa passagem.
28. Quanto ao prédio escolar, continuou o mesmo espaço.
30. Entrosamento professor e aluno quanto ao uso da língua alemã na escola. Quais as dificuldades.
32. No período como era a realidade educacional em Joaçaba. Do incentivo a freqüência escolar.